



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA NATUREZA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

**JURANDIR DOS SANTOS LIMA**

**Transformações na Estrutura Produtiva e no Emprego da Região  
Metropolitana de João Pessoa**

João Pessoa - PB  
Agosto de 2013



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA NATUREZA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

**JURANDIR DOS SANTOS LIMA**

**Transformações na Estrutura Produtiva e no Emprego da Região  
Metropolitana de João Pessoa**

Dissertação apresentada em cumprimento às exigências do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Paraíba (PPGG/UFPB), para obtenção do título de mestre em Geografia.

Orientador: Profº Dr. Sérgio Fernandes Alonso

João Pessoa - PB  
Agosto de 2013

L732t Lima, Jurandir dos Santos.

**Transformações na estrutura produtiva e no emprego da região metropolitana de João Pessoa / Jurandir dos Santos Lima.– João Pessoa, 2013.**

212f. : il.

Orientador: Sérgio Fernandes Alonso  
Dissertação (Mestrado) – UFPB /CCEN

1. Geografia urbana. 2. Território – trabalho – ambiente.  
3. Mercado de trabalho – emprego formal. 4. Estrutura produtiva – setores da economia. 5. Trabalho – rendimentos.

UFPB/BC

CDU: 911.375 (043)



# **"Transformações na Estrutura Produtiva e no Emprego da Região Metropolitana de João Pessoa"**

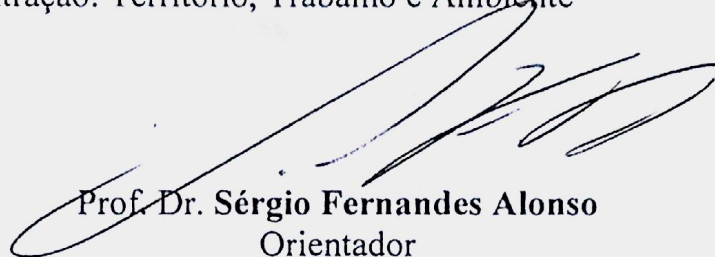
por

**Jurandir dos Santos Lima**

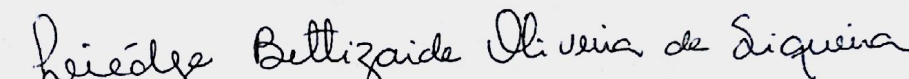
Dissertação apresentada ao Corpo Docente do Programa de  
Pós-Graduação em Geografia do CCEN-UEPB, como requisito parcial para  
obtenção do título de Mestre em Geografia.

Área de Concentração: Território, Trabalho e Ambiente

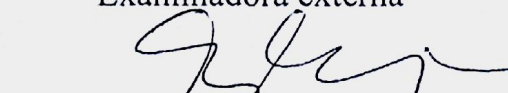
Aprovada por:



Prof. Dr. Sérgio Fernandes Alonso  
Orientador



Prof. Dr. Lidje Bettizade Oliveira de Siqueira  
Examinadora externa



Prof. Dr. Eduardo Pazera Júnior  
Examinador externo

**Universidade Federal da Paraíba  
Centro de Ciências Exatas e da Natureza  
Programa de Pós-Graduação em Geografia  
Curso de Mestrado em Geografia**

Agosto/2013



## **DEDICATÓRIA**

**Aos meus filhos queridos: Alcir de Araújo Lima, Ana Luísa de Araújo Lima e Aline Maria de Araújo Lima; pelo amor, amizade, companheirismo, compreensão e felicidade que sempre me proporcionam, sobretudo nesta jornada;**

**A minha esposa Maria do Rosário de Araújo Lima, por seu amor encorajador, por acreditar no meu potencial muito antes de mim, e por me apoiar em todos os meus projetos;**

**Ao estimado genro Mateus Zenaide Henriques;**

**Aos meus irmãos: Jacson (Leo), Jamenson (Nenem) e irmãs: Wilma, Alcira e Fátima e a todos os seus familiares, os meus sinceros agradecimentos pela compreensão, paciência, e, sobretudo, pela força, que se tornou imprescindível na realização desta caminhada.**



## AGRADECIMENTOS

Agradeço a **Deus**, por iluminar o meu espírito e guiar os meus caminhos levando-me sempre a águas tranquilas. Por sempre me amparar, não somente em todos os momentos desta jornada, mas desde o meu nascimento até os dias de hoje.


Aos amigos e amigas da infância, adolescência e maturidade, aos nossos mais sinceros ideais, aqueles que garantem as esperanças de nossas vidas e nos remetem às realizações que podem auxiliar outras pessoas. Ao amigo Israel de Vasconcelos Filho, por fazer-se presente nesta jornada.

Ao meu orientador, Prof<sup>o</sup> Dr. Sérgio Fernandes Alonso, pelo incentivo e apoio constantes, neste projeto. Agradeço por ter acreditado em mim e ter caminhado ao meu lado na construção deste trabalho, mostrando com clareza os passos a serem percorridos até a sua conclusão.

Aos colegas da turma de Mestrado, que debateram ideias em todos os momentos do curso. Em especial, ao colega Leonardo Barboza da Costa, com quem aprendi algumas lições geográficas. Igualmente aos colegas: Leandro de Pontes Araújo, Petrucio Clécio Alves de Oliveira, Pablo Melquisedeque Souza e Silva e, Manoel Faustino da Silva Neto; pelo convívio sincero e intercâmbio de conhecimentos. Ao Prof<sup>o</sup> Josias de Castro Galvão e aos colegas da disciplina “Análise do Discurso”.

Aos professores componentes da banca, Prof<sup>o</sup>. Dr. Ivan Targino Moreira e a Prof<sup>a</sup>. Dra. Liédje Bettizaide Oliveira de Siqueira, presentes desde a qualificação, por todos os questionamentos e sugestões que contribuíram para o enriquecimento desta dissertação. Ao Prof<sup>o</sup>. Dr. Eduardo Pazera Júnior. Ao Prof<sup>o</sup>. Dr. Guilherme de Albuquerque Cavalcanti, pelo incentivo e discussão de ideias específicas a temáticas econômicas, em nossas conversas sobre o assunto.

A todos os colegas de trabalho e, em especial, a José Francisco de Mendonça Borges que muito me apoiou nessa jornada. Aos companheiros: José da Cunha Barbosa, Francisco Borges

de Oliveira, Abraão Cavalcanti de Lacerda e, Mauro Francisco Gomes Júnior. Às pessoas  direta ou indiretamente participaram e colaboraram com essa pesquisa.

O grande momento de um pesquisador empírico não é quando ele confirma o que já sabia, mas quando ele se surpreende com o que não sabia.  
(Marcelo Neri, 2011, p.13)

Quanto mais fundo voltamos na história, mais o indivíduo, e por isso também o indivíduo que produz, aparece como dependente, como membro de um todo maior. [...] Somente no século XVIII, com a ‘sociedade burguesa’, as diversas formas de conexão social confrontam o indivíduo como simples meio para seus fins privados, como necessidade exterior. [...] O ser humano é, no sentido mais literal, um animal político/ser social, não apenas um animal social, mas também um animal que somente pode isolar-se em sociedade. [...] Por isso, quando se fala de produção, sempre se está falando de produção em um determinado estágio de desenvolvimento social – da produção de indivíduos sociais. [...] Se não há produção em geral, também não há igualmente produção universal. A produção é sempre um ramo

particular da produção – por exemplo, agricultura, pecuária, manufatura etc. – ou uma totalidade. Mas a economia política não é tecnologia. (Karl Marx, 2011, p.40-41)





## RESUMO

Esta pesquisa, sob o título “Transformações da Estrutura Produtiva e do Emprego na Região Metropolitana de João Pessoa”, teve como objetivo geral, analisar as transformações na estrutura produtiva e no emprego da referida unidade regional, com a intenção de responder ao seguinte questionamento: as mudanças nos setores produtivos da economia, no seu mercado de trabalho e no emprego formal, ocorridas nesta porção espacial, na primeira década do século XXI, foram suficientes para modificar as suas estruturas econômicas? Em relação às análises dos setores produtivos, evidencia-se um baixo peso relativo no setor da agropecuária, no total do PIB da RMJP. Quanto ao valor adicionado bruto para a indústria, apresenta-se em posição relativa superior ao da agropecuária, no PIB a preços correntes da região metropolitana de João Pessoa. O setor de serviços da região metropolitana verifica-se com evolução e participação relativa superiores aos setores da agropecuária e da indústria, em termos de valores brutos adicionados, a preços correntes, no período em exame. O mercado de trabalho da região metropolitana de João Pessoa revela significativa evolução de pessoas ocupadas, um maior grau de escolaridade e uma transformação relevante no seu emprego formal, além de uma redistribuição de rendimento do trabalho, importante para todas as classes, destacando-se os benefícios para a base da pirâmide. A desagregação dos dados industriais e do setor de serviços revelam as mudanças e/ou permanências em sua estrutura produtiva, implicando em uma melhor compreensão sobre as flutuações do PIB, na região metropolitana de João Pessoa.

**Palavras-chave:** região metropolitana de João Pessoa, dinâmica econômica, emprego formal.



## ABSTRACT

This research, entitled "Transformations of Productive Structure and Employment in metropolitan area of João Pessoa", aimed to analyze the changes in the production structure and employment of such regional unit, with the intent to answer the following question: changes in the productive sectors of the economy, its labor market and formal employment occurred in this portion of space in the first decade of this century, were enough to change their economic structures? Regarding the analysis of the productive sectors, it is evident a low weighting in the sector of agriculture in total GDP of RMJP. As for the gross value added for the industry, comes in higher than the relative position of agriculture in GDP at current prices in the metropolitan area of João Pessoa. The service sector of the metropolitan area there is a growth and relative share higher than the sectors of agriculture and industry in terms of gross value added at current prices during the period under examination. The labor market in the metropolitan area of João Pessoa reveals significant evolution of persons employed, a higher education degree and a relevant transformation in its formal employment, and a redistribution of income from work, important for all classes, especially the benefits to the base of the pyramid. A breakdown of industrial and service sector reveal changes and / or stays in its productive structure, resulting in a better understanding of GDP fluctuations in the metropolitan area of João Pessoa.

**Keywords:** metropolitan João Pessoa, economic dynamics, formal employment.



## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

**a.a.** – ao ano

**CAGED** – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados

**FAIN** - Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Industrial da Paraíba

**IBGE** - Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas

**ICMS** – Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços

**IDH** - Índice de desenvolvimento humano

**IPEA** – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

**OAMS&P** - Operação, administração, manutenção e provisionamento

**PEA** - População economicamente ativa

**PIA** - População em idade ativa

**PIB** - Produto interno bruto

**PO** - População ocupada

**RAIS** - Relação Anual de Informações Sociais

**RMJP-PB** - Região metropolitana de João Pessoa

**SUFRAMA** - Superintendência da Zona Franca de Manaus

**TGCA** - Taxa geométrica de crescimento médio anual

**UFCG** - Universidade Federal de Campina Grande



## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1</b>	Tabela 1 – RMJP-PB, Densidade Demográfica – 2010	28
<b>Tabela 2</b>	RMJP e Paraíba, população residente total (2000-2010)	32
<b>Tabela 3</b>	PIB per capita a preços correntes (em reais)	34
<b>Tabela 4</b>	Região Metropolitana de João Pessoa e Paraíba: distribuição regional das unidades locais e do pessoal ocupado, segundo os anos selecionados de 2000 a 2010	66
<b>Tabela 5</b>	PIB a preços correntes da região metropolitana de João Pessoa: crescimento total e participação relativa dos setores em sua formação (ótica da renda)	81
<b>Tabela 6</b>	Região Metropolitana de João Pessoa: evolução do PIB nominal e do PIB real a preços constantes do ano 2000: entre os anos selecionados de 2000 a 2010	96
<b>Tabela 7</b>	Indicadores de atividade no mercado de trabalho: região metropolitana de João Pessoa, Paraíba, Nordeste e Brasil	100
<b>Tabela 8</b>	Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por grupos de faixa etária, na região metropolitana de João Pessoa e na Paraíba	104
<b>Tabela 9</b>	Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, segundo o sexo: região metropolitana de João Pessoa e Paraíba	108
<b>Tabela 10</b>	Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por posição na ocupação e categoria do emprego no trabalho principal: região metropolitana de João Pessoa	111
<b>Tabela 11</b>	Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por posição na ocupação e categoria do emprego no trabalho principal: Paraíba	114
<b>Tabela 12</b>	Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por classes de rendimento nominal mensal do trabalho principal, na região metropolitana de João Pessoa	118
<b>Tabela 13</b>	Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de	120



referência, por classes de rendimento nominal mensal do trabalho principal, no município de João Pessoa

<b>Tabela 14</b>	Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por classes de rendimento nominal mensal do trabalho principal, no município de Cruz do Espírito Santo	121
<b>Tabela 15</b>	Evolução do Emprego Formal Agregado, segundo os Setores da Economia	129
<b>Tabela 16</b>	RMJP-PB e Paraíba: Composição da Força de Trabalho, segundo os Setores da Economia (%).	131
<b>Tabela 17</b>	Perfil de Escolaridade do Emprego Formal na região metropolitana de João Pessoa	132
<b>Tabela 18</b>	Região Metropolitana de João Pessoa: Ganhos (+) e perdas (-) no total do emprego formal, nos anos selecionados de 2003, 2007 e 2010 (pessoas)	137
<b>Tabela 19</b>	Região Metropolitana de João Pessoa: Ganhos (+) e perdas (-) no emprego industrial formal - 2003 / 2010 (pessoas).	141
<b>Tabela 20</b>	Indústria de Transformação da região metropolitana de João Pessoa: evolução na composição do emprego industrial segundo as atividades, nos anos selecionados de 2000 a 2010.	143
<b>Tabela 21</b>	Setor Terciário da região metropolitana de João Pessoa: evolução na composição dos serviços segundo as atividades, nos anos selecionados de 2000 a 2010.	164
<b>Tabela 22</b>	Composição do Emprego Formal na Indústria de Transformação, segundo os Setores de Atividade Econômica – Ano - 2000	181
<b>Tabela 23</b>	Composição do Emprego Formal na Indústria de Transformação, segundo os Setores de Atividade Econômica – Ano - 2001	182
<b>Tabela 24</b>	Composição do Emprego Formal na Indústria de Transformação, segundo os Setores de Atividade Econômica – Ano - 2002	183
<b>Tabela 25</b>	Composição do Emprego Formal na Indústria de Transformação, segundo os Setores de Atividade Econômica – Ano - 2003	184
<b>Tabela 26</b>	Composição do Emprego Formal na Indústria de Transformação, segundo os Setores de Atividade Econômica – Ano - 2004	185
<b>Tabela 27</b>	Composição do Emprego Formal na Indústria de Transformação,	186

segundo os Setores de Atividade Econômica – Ano - 2005

<b>Tabela 28</b>	Composição do Emprego Formal na Indústria de Transformação, segundo os Setores de Atividade Econômica – Ano - 2006	187
<b>Tabela 29</b>	Composição do Emprego Formal na Indústria de Transformação, segundo os Setores de Atividade Econômica – Ano - 2007	188
<b>Tabela 30</b>	Composição do Emprego Formal na Indústria de Transformação, segundo os Setores de Atividade Econômica – Ano - 2008	189
<b>Tabela 31</b>	Composição do Emprego Formal na Indústria de Transformação, segundo os Setores de Atividade Econômica – Ano - 2009	190
<b>Tabela 32</b>	Composição do Emprego Formal na Indústria de Transformação, segundo os Setores de Atividade Econômica – Ano - 2010	191
<b>Tabela 33</b>	Composição do Emprego Formal no Setor de Serviços – Ano 2000	192
<b>Tabela 34</b>	Composição do Emprego Formal no Setor de Serviços – Ano 2001	193
<b>Tabela 35</b>	Composição do Emprego Formal no Setor de Serviços – Ano 2002	194
<b>Tabela 36</b>	Composição do Emprego Formal no Setor de Serviços – Ano 2003	195
<b>Tabela 37</b>	Composição do Emprego Formal no Setor de Serviços – Ano 2004	196
<b>Tabela 38</b>	Composição do Emprego Formal no Setor de Serviços – Ano 2005	197
<b>Tabela 39</b>	Composição do Emprego Formal no Setor de Serviços – Ano 2006	198
<b>Tabela 40</b>	Composição do Emprego Formal no Setor de Serviços – Ano 2007	199
<b>Tabela 41</b>	Composição do Emprego Formal no Setor de Serviços – Ano 2008	200
<b>Tabela 42</b>	Composição do Emprego Formal no Setor de Serviços – Ano 2009	201
<b>Tabela 43</b>	Composição do Emprego Formal no Setor de Serviços – Ano 2010	202
<b>Tabela 44</b>	Tamanho do estabelecimento e mão de obra alocada — 2000	203
<b>Tabela 45</b>	Tamanho do estabelecimento e mão de obra alocada – 2001	204
<b>Tabela 46</b>	Tamanho do estabelecimento e mão de obra alocada – 2002	205
<b>Tabela 47</b>	Tamanho do estabelecimento e mão de obra alocada – 2003	206
<b>Tabela 48</b>	Tamanho do estabelecimento e mão de obra alocada – 2004	207
<b>Tabela 49</b>	Tamanho do estabelecimento e mão de obra alocada – 2005	208
<b>Tabela 50</b>	Tamanho do estabelecimento e mão de obra alocada – 2006	209
<b>Tabela 51</b>	Tamanho do estabelecimento e mão de obra alocada – 2007	210
<b>Tabela 52</b>	Tamanho do estabelecimento e mão de obra alocada – 2008	211
<b>Tabela 53</b>	Tamanho do estabelecimento e mão de obra alocada – 2009	212
<b>Tabela 54</b>	Tamanho do estabelecimento e mão de obra alocada - 2010	213



## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>Figura 1</b>	Mapa da Região Metropolitana de João Pessoa na Paraíba	30
<b>Gráfico 1</b>	População Urbana e Rural da RMJP-PB, ano 2010	33
<b>Gráfico 2</b>	Contribuição do setor agropecuário ao PIB da Região Metropolitana de João Pessoa: anos 2000 a 2010	82
<b>Gráfico 3</b>	Contribuição do setor industrial ao PIB da Região Metropolitana de João Pessoa: anos 2000 a 2010	86
<b>Gráfico 4</b>	Contribuição do setor terciário ao PIB da Região Metropolitana de João Pessoa: anos 2000 a 2010	92
<b>Gráfico 5</b>	Impostos sobre produtos líquidos de subsídios, como participação relativa do PIB a preços correntes, da Região Metropolitana de João Pessoa: anos 2000 a 2010	95
<b>Gráfico 6</b>	PIB nominal e PIB real a preços do ano 2000, da Região Metropolitana de João Pessoa: série histórica anos 2000 a 2010	96
<b>Gráfico 7</b>	Total do Emprego Formal na Região Metropolitana de João Pessoa, em números índices, nos anos 2003, 2007 e 2010 (Ano base: 2003).	137
<b>Gráfico 8</b>	Total do Emprego Industrial Formal na Região Metropolitana de João Pessoa, em números índices, nos anos 2003, 2007 e 2010 (Ano base: 2003).	141

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>17</b>
<b>CAPÍTULO I .....</b>	<b>19</b>
<b>METODOLOGIA.....</b>	<b>19</b>
1.1 – Pressupostos Teórico-metodológicos .....	19
1.2 – Procedimentos Metodológicos.....	23
1.3 - Traços essenciais .....	24
<b>CAPÍTULO II.....</b>	<b>25</b>
<b>REGIÃO METROPOLITANA DE JOÃO PESSOA: NOVA REALIDADE TERRITORIAL NO CONTEXTO SÓCIO-ESPACIAL PARAIBANO .....</b>	<b>25</b>
2.1 - Região Metropolitana de João Pessoa: identidade territorial ou formalismo político institucional? .....	25
2.2 - Formação da RMJP-PB: breve caracterização .....	41
2.3 - Traços Essenciais.....	62
<b>CAPÍTULO III .....</b>	<b>63</b>
<b>A DINÂMICA DO EMPREGO NO CONTEXTO DA CRISE/REESTRUTURAÇÃO DO CAPITAL E SEUS REFLEXOS PERIFÉRICOS.....</b>	<b>63</b>
3.1 - Um breve histórico sobre o sistema capitalista de produção e uma análise referente à transição das economias coloniais para economias exportadoras, na América Latina. ....	63
3.2 - O Fordismo e a crise de reestruturação do capital: mudança para um novo paradigma? 74	
3.3 - Traços essenciais .....	88
<b>CAPÍTULO IV.....</b>	<b>91</b>
<b>TRANSFORMAÇÕES NO CONTEXTO DA ESTRUTURA PRODUTIVA E DO MERCADO DE TRABALHO, NA REGIÃO METROPOLITANA DE JOÃO PESSOA. .....</b>	<b>91</b>



4.1 - Uma análise da estrutura produtiva da região metropolitana de João Pessoa, nos anos selecionados de 2000 e 2010. ....	01
4.2 - Alguns indicadores de atividade no mercado de trabalho e o desemprego na região metropolitana de João Pessoa .....	114
4.2.1 O comportamento da população ocupada segundo algumas características básicas	119
4.3 Emprego Formal .....	144
4.3.1 O emprego formal nos anos selecionados de 2003, 2007 e 2010.....	152
4.4 - Traços essenciais .....	175
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>176</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>179</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>183</b>

## INTRODUÇÃO

A presente pesquisa, considerando os anos de 2000 a 2010, tem a sua justificativa apoiada na possibilidade de ofertar conhecimento à sociedade paraibana em relação às mudanças ocorridas nos setores produtivos, no mercado de trabalho e, na dinâmica do emprego formal, na região metropolitana de João Pessoa. Também se reveste, na intenção de contribuir com setores da administração pública e/ou privada para o planejamento de políticas sociais e de geração de emprego e renda.

Na escolha do recorte temporal, entre outros fatores, pesou consideravelmente o fato de ter sido eleito pela primeira vez no Brasil, um operário nordestino para a Presidência da República, em 2002. Esse fato político pressupunha em si mesmo, a probabilidade de mudanças relacionadas com o objeto de estudo.

O referido trabalho teve como objetivo geral, analisar as transformações na estrutura produtiva e no mercado de trabalho, da região metropolitana de João Pessoa.

Os seus objetivos específicos tiveram como finalidade constituir estudos nos seguintes aspectos: (1) desvendar se o processo de constituição da unidade regional em destaque ocorreu na perspectiva de uma identidade territorial ou de um formalismo político institucional, bem como, examinar suas características demográficas e econômicas e, destacar a sua localização; (2) evidenciar as formas de produção e contratação do trabalho no sistema fordista, a reestruturação do capital, e, os seus reflexos na periferia; e, (3) caracterizar as suas estruturas produtiva e do mercado de trabalho, enfatizando a dinâmica territorial do emprego, no primeiro decênio do século XXI.

Com esses objetivos formulados pretendeu-se responder ao seguinte questionamento: quais as principais mudanças que ocorreram no interior da região metropolitana de João Pessoa, no que diz respeito à produção e ao mercado de trabalho?

No exame da dinâmica territorial do emprego e de suas transformações no tempo e no espaço, com o olhar voltado para uma divisão territorial do trabalho; e, igualmente, na observação das transformações na estrutura produtiva da unidade regional em destaque, enfatizaram-se as respectivas participações dos setores econômicos no valor total do seu PIB, ao longo do período selecionado historicamente. Conquanto tenha-se perseguido com tais análises, enxergar a realidade espacial em termos do materialismo dialético (no que se entende por discussão de ideias), não se pautou, em nenhum momento, nesta pesquisa, aos

seus dogmas tradicionais. Os pressupostos e procedimentos metodológicos do exame em destaque se cristalizaram em ferramentas essenciais, na execução dos seus objetivos.

Nas considerações relativas à estrutura do trabalho, inicialmente apresenta-se o primeiro capítulo, que abordou a metodologia utilizada.

O capítulo dois discorreu sobre o processo de constituição da região metropolitana de João Pessoa, orientando-se pelo exame de categorias de análise geográficas e, apresentou elementos demográficos e econômicos, observando algumas especificidades, e caracterizando a sua localização geográfica.

O capítulo três abordou, genericamente, os aspectos teóricos do estudo, com as implicações de seus reflexos na periferia, ressaltando-se o funcionamento dos processos produtivos e de trabalho em economias coloniais na América Latina e a sua passagem para economias exportadoras; no fordismo; e, no sistema de produção flexível.

O capítulo quatro considerou a análise efetiva das mudanças na estrutura produtiva da região metropolitana de João Pessoa, no seu mercado de trabalho e no seu emprego formal.

Por fim, são apresentadas as considerações finais do estudo e, na forma de anexos, tabelas atinentes à composição do emprego industrial, ao setor de serviços e ao tamanho dos estabelecimentos e quantitativo da mão de obra alocada.

## CAPÍTULO I

### METODOLOGIA

#### 1.1 – Pressupostos Teórico-metodológicos

Em relação à fase analítica efetivada no capítulo quatro, destacam-se considerações de que, foi o homem (ser humano inteligente), com a posse do capital, quem inventou a máquina, acelerando radicalmente os modos de produzir bens e serviços, no espaço e no tempo. Dessa forma, pode ser visto como um elemento importante, na constelação dos fatores produtivos de uma sociedade. Observa-se igualmente, que é o homem, ele próprio, quem trabalha a terra desde os primórdios da sua história.

Enquanto objeto principal de exame nesta pesquisa, ao se refletir acerca da mão de obra no sistema capitalista, há toda uma nomenclatura especializada para conceituá-la na teoria e/ou na prática de uma dinâmica econômica. Alguns autores, classificando-a pela expressão ‘força de trabalho’, referem-se especificamente à:

Todas as pessoas **com mais de 16 anos** que estão empregadas, buscando trabalho ativamente ou aguardando para serem chamadas de volta depois de dispensadas. Aqueles que estão na força de trabalho e que **não estão empregados em troca de pagamento** são os desempregados. As pessoas que não estão empregadas e que não estão nem em busca de trabalho nem aguardando serem chamadas de volta por seus ex-empregadores **não são contadas como integrantes da força de trabalho**. A força de trabalho total, assim, consiste de empregados e desempregados. (EHRENBERG e SMITH, 2000, p.32) (Grifos nossos)

Outro enfoque destacado para uma definição de força de trabalho, aquela mesma que auxilia na elaboração do Produto Interno Bruto (PIB) de uma determinada sociedade, pode ser vista do seguinte modo:

A população economicamente mobilizável é representada por um segmento da população total, delimitado pela faixa etária apta para o exercício de atividades de produção. (...) Nas economias menos desenvolvidas observa-se que a idade de acesso às funções produtivas, sobretudo no meio rural, é acentuadamente mais baixa do que nas economias maduras que ostentam altos padrões de desenvolvimento econômico. De forma geral, porém, o acesso se realiza entre 15 e 25 anos e as atividades se desenvolvem ao longo de um período variável que alcança, em média, de 30 a 35 anos. (...) **Há**

**diferenças acentuadas** não só quanto aos regimes legais de proteção, como ainda quanto às formas de organização social, **resultando diferentes períodos de vida produtiva**. Isto significa que há diferenças internacionais quanto à proporção do segmento da população economicamente mobilizável em relação à população total. Observam-se enormes variações nas taxas de participação das faixas etárias pré e pós-produtivas, com o consequente alargamento ou redução do contingente economicamente mobilizável. A média, todavia, deve girar em torno de 40% da população total – faixa mobilizável à qual compete suportar os encargos sociais de produção de bens e serviços. (ROSSETTI, 1980, p.419-420) (Grifos nossos)

Ehrenberg e Smith (2000, p.3) assinalam que, através do mercado de trabalho, a mão de obra, é alocada pelas empresas, indústrias, ocupações e regiões. Essa delimitação teórica possui o cuidado em referenciar o trabalho humano, enquanto recurso produtivo, alocado e distribuído pelo olhar das empresas, indústrias, ocupações e regiões.

Observe-se que, na região metropolitana de João Pessoa, o estudo em pauta, atém-se a esse trabalho humano (emprego formal ou organizado), na composição de suas estruturas e modificações, examinando-o no espaço e no tempo; por setor econômico e por grau de instrução. Além do que, se ocupa igualmente, de uma análise do mercado de trabalho, direcionando o olhar para as taxas de ocupação da população em idade ativa (PIA), da população economicamente ativa (PEA), da população ocupada (PO) e, de outros aspectos, tais como: produção e renda.

Literaturas especializadas registram que entre o final do século XIX e a metade do século XX, multiplicam-se os estudos sobre o desenvolvimento dos Estados-nações. Assim, as considerações sobre as transformações estruturais da economia e as participações relativas dos três setores (agropecuário, industrial e de serviços) na totalidade do PIB ganham impulso, enquanto fatores explicativos das fases evolutivas, nos períodos históricos de crescimento econômico das sociedades.

Neste sentido, e tendo-se em mente a influência das teorias dos estágios de crescimento na economia, assinala-se que:

Já nos anos trinta do século XX, G.B. Fisher e Colin Clark enfatizavam que **os investimentos e a força de trabalho seriam deslocados gradativamente**, de atividades primárias para as secundárias e destas para as terciárias. A transição de um estágio para outro seria possível através de **avanços tecnológicos que propiciariam o crescimento da produtividade do trabalho**. (ACCARINI, 1987, p.50) (Grifos nossos)

Ainda que muito questionadas durante os anos cinquenta do século XX, essas ideias e formulações foram responsáveis pela sistemática até hoje utilizada em dividir a economia nos setores primário, secundário e terciário. (ACCARINI, 1987, p.50)

Os avanços tecnológicos pressupõem mudanças nos processos de trabalho. Os ganhos de produtividade implicam em crescimento do produto, mas não necessariamente em aumentos na quantidade de empregos. Há que existir, por parte da população e da força de trabalho em si mesma, as referentes capacitações ou graus de intensidade em educação e conhecimento. Esta é uma condição que se torna inseparável dos avanços tecnológicos. Assim, onde não ocorre esse acompanhamento, existe como uma implicação quase certa, o desemprego da população, ao invés do incremento da força de trabalho empregada e do desenvolvimento econômico.

Conquanto essas ponderações tenham um fundo de verdade, é pertinente registrar-se uma importante ressalva em relação ao fenômeno da globalização, como fator de rebatimento no mundo do trabalho. Dessa maneira, assinale-se que:

O conjunto de fenômenos observados na globalização produtiva tem repercutido intensamente no mundo do trabalho. De um lado, verifica-se uma mudança qualitativa no perfil da classe operária, em função da emergência dos novos ramos industriais. De outro, o grande capital, beneficiado pela desagregação das economias socialistas do Leste Europeu, vem refundando todos os estatutos da dominação, **numa espécie de vingança de classe de caráter mundial contra o trabalho vivo**, na qual o capital busca retroceder a história para o período em que os trabalhadores não possuíam direitos ou garantias regulados pelo Estado ou por suas organizações sociais e eram obrigados a realizar longas jornadas de trabalho diárias. **Esta vingança inclui a redução do estatuto social que antes vigorava no capitalismo monopolista de Estado, ofensiva contra as organizações sindicais dos trabalhadores, precarização do trabalho e rebaixamento dos salários**, com o agravamento de que essa conjuntura se processa num ambiente de crise econômica e desemprego nos principais países centrais (COSTA, 2008, p.130). (Grifos nossos)

Portanto, o aspecto que se pode inferir dessas observações é que, a questão do desemprego não se restringe apenas à capacidade do trabalhador, avaliada através do seu grau de instrução ou nível de escolaridade, quando se trata de examinar-se um mundo, com as suas economias inseridas no fenômeno da globalização.

Entretanto, registra-se como verdadeiro o fato de que, a combinação de mudanças na distribuição de empregos entre os setores e de mudanças na tecnologia de produção dentro de cada setor também requereu que os trabalhadores adquirissem novas habilidades e trabalhassem em novas posições (EHRENBERG e SMITH, 2000, p.35).

Desse modo, ainda existe uma necessidade efetiva de compreender-se o crescimento e/ou o desenvolvimento econômico<sup>1</sup>, examinando-se a transformação da estrutura da economia, através da mudança na composição ou participação relativa dos setores da agricultura, da indústria e dos serviços na produção total, ao longo do tempo. Além disso, como uma forma de complementação ao exame direciona-se o olhar, às crises e mudanças do capital, e, analisa-se o mercado de trabalho, de acordo com a expansão ou diminuição dos empregos, em cada setor econômico. Os referidos procedimentos auxiliam substancialmente, no desvendamento das realidades ora em destaque.

Neste ponto, assinala-se que as informações coletadas pela RAIS do Ministério do Trabalho e Emprego se referem aos grandes setores da economia, e orientam-se por uma classificação especificada do seguinte modo: A Indústria, que engloba a indústria extrativa mineral, a indústria de transformação (com doze subsetores, a serem detalhados ao longo da pesquisa) e, os serviços industriais de utilidade pública. O setor da Construção Civil e do Comércio, este, subdividindo-se em comércio varejista e atacadista. O setor de Serviços, que possui em seu conjunto os subsetores: instituição financeira, administração técnica profissional, transporte e comunicações, alojamento comunic., médicos odontológicos e veterinários, e, ensino. Finalmente, vêm os setores da Administração Pública, e, o da Agropecuária, extração vegetal, caça e pesca, constituindo-se este último, na Agricultura como um todo.

Entretanto, para efeitos particulares de nossa análise no capítulo quatro consideramos o PIB a preços correntes, desagregado nos setores da agropecuária, da indústria e dos serviços, acrescidos dos impostos sobre produtos líquidos de subsídios.

Quanto à força de trabalho em si, na análise do emprego formal, observam-se alguns ajustes, conforme assinalados: o setor primário é aquele no qual estão os dados do emprego organizado relativos à Agricultura. O setor secundário engloba as informações da indústria e da construção civil. O setor terciário envolve os dados do comércio e do setor de serviços, este último, englobando os serviços em si mesmo e, a administração pública.

Destacamos ainda que, neste estudo, ao longo do capítulo mencionado, procede-se a uma desagregação dos dados, com o objetivo de se chegar o mais próximo possível, da realidade em exame.

---

<sup>1</sup> Em uma análise sobre o desenvolvimento econômico real (examinando as suas transformações estruturais) de quaisquer sociedades, além de se verificar o crescimento do PIB, da população e da Pea, em determinado período e estabelecer as devidas comparações entre essas variáveis; ter-se-ia, necessariamente, que investigar sobre o bem-estar geral e condições de vida dos habitantes dessas sociedades.

## 1.2 – Procedimentos Metodológicos

No estudo da evolução do emprego formal, as fontes pesquisadas foram os registros da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas – IBGE, e do Ministério do Trabalho e Emprego – dados estatísticos, CAGED, Estatísticas, Perfil do município. Os dados referentes à segunda fonte de informações foram sobre o estoque do emprego formal, em 31 de dezembro de cada ano considerado, de acordo com a Relação Anual de Informações Sociais – RAIS, no âmbito dos municípios examinados e no Estado da Paraíba.

Foram examinadas outras variáveis, como população em idade ativa (PIA) população economicamente ativa (PEA), população ocupada, população desocupada e as relações estabelecidas entre as mesmas; ou seja, efetivamente foram analisados os indicadores gerais de atividade e o desemprego e/ou a evolução dos componentes desses indicadores e suas repercussões no crescimento ou decréscimo do emprego formal.

Com o objetivo de encontrar-se uma dinâmica na evolução das variáveis estudadas, examinaram-se primeiramente, os valores absolutos e relativos, nos extremos do período. Os cálculos efetivados obedeceram ao seguinte critério:

$$\frac{X''^i}{X''^0} - 1.100$$

Onde X “i” é a variável do ano final e X “0”, a variável do ano inicial. Dessa forma, obtém-se a variação absoluta e percentual da variável pretendida, nos anos selecionados para a pesquisa.

Calculou-se também a taxa geométrica de crescimento médio anual (TGCA), nos períodos de estudo das variáveis, orientando-se pela fórmula abaixo:

$$r(\% a.a.) = \left[ \left( \sqrt[n]{\frac{X''^i}{X''^0}} \right) - 1 \right] . 100$$

Onde, “r” é a taxa média anual de crescimento; “n” é o número de anos; Xi é a variável do período posterior; e, X0 é a variável do período anterior.

Com a obtenção da TGCA, o ritmo de crescimento ou decréscimo de cada variável examinada é revelado claramente, em termos de uma maior ou menor aceleração, no período.



A participação relativa é outro aspecto explorado na pesquisa, tendo-se o elemento básico no município e, a sua representatividade na região metropolitana de João Pessoa e no Estado da Paraíba, e, no desenvolvimento do estudo, relacionada a outras variáveis totais.

Além do aspecto analítico, com o exame dessas variáveis e fundamentando-se pelo conjunto de procedimentos metodológicos relacionados, pode-se também afirmar, que esta pesquisa teve um caráter exploratório e documental.

### 1.3 - Traços essenciais

Nas considerações relativas aos aspectos teórico-metodológicos, são postas em relevo, as formas de nomenclaturas e conceituações para a força de trabalho e para o Produto Interno Bruto, observados em sua trajetória ao longo da primeira década do século XXI, na região metropolitana de João Pessoa.

Da mesma forma é explicada a relevância de variáveis específicas, como: o PIB, a população em idade ativa (PIA), a população economicamente ativa (PEA), a população ocupada (PO), a distribuição de rendimentos etc. São elencados os procedimentos metodológicos, utilizados nesta pesquisa.

## **CAPÍTULO II**

### **REGIÃO METROPOLITANA DE JOÃO PESSOA: NOVA REALIDADE TERRITORIAL NO CONTEXTO SÓCIO-ESPACIAL PARAIBANO**

Neste capítulo inicial, na seção 2.1, através de exames em categorias de análise específicas, procura-se responder a pergunta: a região metropolitana de João Pessoa possui uma identidade territorial ou trata-se de um formalismo político institucional? Outro objetivo do capítulo na seção 2.2, lança um olhar sobre a constituição (origem) do novo recorte espacial (RMJP-PB), enfatizando-o brevemente, em suas principais características: aspectos históricos de seus municípios, a localização da região metropolitana de João Pessoa, as leis de sua formação, a sua extensão territorial e alguns elementos demográficos e econômicos de suas formações espaciais. Na seção 2.3, assinalam-se os traços essenciais do capítulo.

#### **2.1 - Região Metropolitana de João Pessoa: identidade territorial ou formalismo político institucional?**

Alonso (2009) assinala que a emergência das primeiras regiões metropolitanas brasileiras, decorreu da própria natureza sócio-espacial do desenvolvimento brasileiro. Considera também que refletir sobre o processo de constituição da RMJP-PB, significa, necessariamente, analisá-lo dentro de uma lógica semelhante à dos outros arranjos metropolitanos brasileiros. Desta forma, estar-se-ia indicando o porquê de tal implantação, de sua necessidade e racionalidade em termos de gestão.

Assim, observa-se o importante fenômeno da urbanização nos anos 1960, que ocorria em todo o Brasil, com maiores destaques nas grandes cidades. Com esta urbanização acelerada, surgiam os relevantes problemas de administração urbana, o que requer uma atenção permanente dos administradores públicos, buscando soluções adequadas para os serviços coletivos, necessários às massas populacionais urbanas, o que implica esforços de gestão cada vez mais urgentes e em medida suficiente para torná-los eficazes.

Neste sentido, Alonso (2009, p.3), aponta para questões urbanas como: a necessidade de disciplinamento espacial da localização industrial e as sequelas sócio-demográficas impostas pelo subdesenvolvimento econômico e social.

Dessa maneira,

Em decorrência da urbanização, houve uma grande expansão da demanda de serviços públicos, de sorte que as autoridades administrativas circunscritas a um município já não podiam, isoladamente, dar solução às necessidades coletivas. Havia assim a necessidade de outra dimensão institucional que pudesse dar conta de solucionar os problemas comuns derivados do caráter metropolitano das aglomerações urbanas então constituídas (ALONSO, 2009, p.3).

Quanto à busca de outra dimensão institucional com o objetivo de solucionar problemas coletivos é justamente o Governo Federal do país quem cria oficialmente as regiões metropolitanas. A fonte referenciada no mencionado trabalho afirma, sobre a criação legalizada dos arranjos metropolitanos no território brasileiro, que ela tem origem através de Lei Complementar à Constituição de 1967. O autor em destaque refere-se à Lei Complementar de número 14, de 08 de junho de 1973. Os registros abaixo confirmam as nossas observações, acrescentando outros aspectos ao cenário histórico em relevo, do seguinte modo:

A referida lei marcou o início de uma nova realidade no contexto da administração pública nacional, ocasião em que foram instituídos **os princípios relativos ao sistema de gestão dos serviços públicos de interesse comum**. A saber, esses serviços públicos de interesse comum, referem-se fundamentalmente à: planejamento integrado; saneamento básico; uso do solo metropolitano; transporte e sistema viário, produção e distribuição de gás combustível canalizado; aproveitamento dos serviços hídricos e controle da poluição ambiental; e, outros serviços incluídos na área de competência do Conselho Deliberativo por lei federal (ALONSO, 2009, p.3-5). (Grifos nossos)

Uma das entidades responsáveis por alguns estudos para a definição das regiões metropolitanas e sua organização administrativa, em nosso país, é o IBGE. (Alonso apud Guimarães 2004), explica que os parâmetros<sup>2</sup> escolhidos configuravam-se como genéricos uma vez que privilegiavam as variáveis passíveis de serem incorporadas como elementos de

---

<sup>2</sup> (Alonso apud Guimarães 2004), indica que os critérios básicos para a definição das áreas metropolitanas foram: a magnitude da população aglomerada; a extensão da área urbanizada sobre o território de mais de um município; a integração econômica e social do conjunto, e a complexidade das funções desempenhadas.

racionalização econômica e funcional do espaço, sem buscar responder às especificidades da organização socioeconômica das áreas metropolitanas que se pretendiam atingir.

De outro lado, observe-se que essa mesma fonte referenciada registra a ocorrência de experiências embrionárias de gestões metropolitanas, anteriores ao seu estatuto legal. E que, efetivamente, algumas dessas experiências,

Ao levar em consideração as peculiaridades regionais e suas especificidades organizacionais e administrativas, levantaram dois aspectos importantes: um primeiro concernente à existência de uma multiplicidade de formas de organizações administrativas metropolitanas; outro, relativo ao reconhecimento, por parte das administrações públicas estaduais, de que a gestão das áreas metropolitanas caberia aos governos estaduais (ALONSO, 2009, p.3).

Quando a Constituição de 1988, de acordo com Alonso (2009, p.6), enfatiza as ‘funções públicas de interesse comum’ em substituição aos ‘serviços comuns de interesse metropolitano’; ocorre uma inovação qualitativa no texto constitucional.

Pode-se afirmar que, através dessa mudança, surgem as principais diferenças entre os arranjos metropolitanos anteriores e posteriores à Constituição de 1988. Dessa maneira os Estados Membros, com um grau maior de liberdade política, ganham força para instituírem as regiões metropolitanas. Neste sentido, a independência conquistada pelos Estados pertencentes ao conjunto da nação brasileira, deve-se ao empenho dos constituintes em materializar o assunto, na elaboração de nossa Carta Magna, instituída no ano acima referido. É dessa forma que,

Identificando a competência federal sobre as regiões metropolitanas com o autoritarismo do período recente, os constituintes de 1988 optaram por transferir aos estados, a prerrogativa de instituir regiões metropolitanas. O reconhecimento dos municípios como entes federados, no entanto, tira a legitimidade dos estados para coordenar as ações metropolitanas (Observatório das Metrópoles, outubro, 2009).

Esta nova situação na qual se reconhece a competência dos Estados Membros para criar novos arranjos metropolitanos regionais é, sobremaneira conflitante, com o poder outorgado aos municípios, classificando-os como entes federados. Ademais,

De acordo com Gouvêa (2005), a nova Constituição traz ainda, **como agravante, ignorar as diferenças marcantes entre os municípios brasileiros, atribuindo-lhes as mesmas competências**. Ignora, assim, diferenças em dimensão territorial, função na hierarquia urbana, poder

econômico, população, clima, cultura, história e também se a sede do município mantém uma integração sócio-econômica com outras sedes municipais, ou seja, o aspecto da conurbação. Segundo o autor, esta realidade já fora criticada, anteriormente à nova Carta, pelo urbanista Jorge Wilhelm, quando este afirmou que **‘a síndrome da similitude que permeia toda a nossa legislação tornou iguais, em atribuições, cidades diversas em tamanho e função’** (Observatório das Metrópoles, outubro, 2009 apud GOUVÊA, 2005, p.130). (Grifos nossos)

Como se vê, as complexidades na governança de regiões metropolitanas, pós-Constituição de 1988, são, desse modo, acentuadas ao longo do tempo e das transformações de ordem político-administrativas. Por isso, a temática em uma análise mais ampla, recebe as ponderações de outros autores.

De acordo com Garson (2009), a ação coordenada em territórios metropolitanos padece das dificuldades do sistema federativo brasileiro, destacando-se a inexistência de instâncias de cooperação que permitam reduzir as desigualdades inter e intra-regionais. Para Melo (2000, p.19), a autonomia municipal instaurada pela Constituição trouxe maior complexidade à construção de sistemas de governança metropolitana, ao estimular comportamentos não cooperativos: a competição fiscal e o neolocalismo, este fazendo crer que grande parte dos problemas pode ser resolvida localmente (Observatório das Metrópoles, outubro, 2009 apud GARSON, 2009).

É pertinente considerar a dinâmica econômica brasileira, no início da década de 1990, na era Collor, em situação de crises e incertezas, bem como as questões de natureza sociais, com destaque para o processo evolutivo da urbanização e, igualmente as diferenças territoriais. Na prática, tudo isto funcionava como elementos de obstáculos às políticas de governo para solucionar os problemas comuns das distintas regiões metropolitanas, inclusive os problemas da população ocupada de carteira assinada. As ponderações que se seguem são tomadas em nota, para auxiliarem as nossas reflexões. Assim,

Ainda segundo Garson (2009), as evidentes disparidades entre territórios e o prosseguimento do processo de urbanização - a taxa de urbanização passou de 75,6% para 81,2% entre 1991 e 2000 - não foram suficientes para estimular o desenvolvimento de políticas urbanas e regionais que coordenassem iniciativas de solução de problemas comuns em regiões metropolitanas. Do lado fiscal, a rigidez dos orçamentos públicos, em particular da União e o agravamento, ao longo dos anos 1990, da situação fiscal dos estados atuaram de forma negativa, ao invés de chamar a atenção para o ganho que se teria com o uso coordenado de recursos escassos (Observatório das Metrópoles, outubro, 2009 apud GARSON, 2009).

Dessa maneira, são igualmente relevantes, as considerações efetivadas pelos autores abaixo, conforme destacamos nos seguintes aspectos:

De toda forma, pode-se considerar, como Azevedo e Guia (2004b, p.101), que a Constituição de 1988 institucionalizou **‘uma nova arena para o estabelecimento de acordo entre os vários atores que atuam no cenário metropolitano’**. Em 1995, os estados passam a exercer suas competências e, desde então, criaram 21 novas regiões. As novas regiões têm regulação bastante diferenciada, havendo mesmo estados que, tendo mais de uma região, conferem tratamento diferenciado a cada uma. Além da criação de novas regiões, os estados passaram a incluir novos municípios em regiões antes criadas por leis federais. **A falta de critérios claros para definir a condição metropolitana dos municípios**, que prevalece no mais das vezes, **expõe o tratamento do tema a fortes pressões políticas**, podendo resultar na constituição de regiões extremamente heterogêneas quanto ao grau de integração desses municípios ao fenômeno metropolitano. **Essa heterogeneidade, por sua vez, dilui a tradicionalmente fraca identidade metropolitana, elemento essencial à construção de estruturas de governança** (Observatório das Metrôpoles, outubro, 2009 apud AZEVEDO e GUIA 2004b, p.101). (Grifos nossos)

De outro lado, como objetiva-se desvendar o processo de formação da RMJP-PB, a partir deste ponto, o nosso empenho está centrado para uma análise de determinadas categorias espaciais. Assim, conseguir-se-á uma resposta para a questão em relevo: a constituição deste arranjo metropolitano refere-se a uma identidade territorial ou a um formalismo político?

Ao se refletir sobre a origem desses termos é importante assinalar que a natureza dos processos metodológicos envolvidos, compreende o aspecto de que, enquanto ciência social, a geografia tem como objeto de estudo a sociedade, “auscultando-a” através de elementos conceituais, constituindo entre si uma forte coesão, uma vez que os mesmos refletem a ação humana modelando a superfície terrestre. Neste contexto, as categorias de análise: região, lugar, território e espaço permitem respaldar nossa resposta acerca do referido questionamento.

De acordo com Freitas (2009), região é um dos conceitos clássicos da Geografia. Refere-se a uma área contínua com características de homogeneidade relacionadas ao domínio de um determinado aspecto, seja ele, natural ou construído, econômico ou político. Esse aspecto personaliza e diferencia uma região das demais. O referido autor, fundamentado em Gomes (1995), evidencia que:

A região é uma realidade concreta, física, ela existe como um quadro de referência para a população que aí vive. Enquanto realidade, esta região

independe do pesquisador em seu estatuto ontológico. Ao geógrafo cabe desvendar, desvelar, a combinação de fatores responsável por sua configuração (GOMES, 1995, p.57).

Uma região metropolitana ou área metropolitana é um grande centro populacional, que consiste em uma (ou, às vezes, até mais) grande cidade central (identificada por metrópole), e sua zona adjacente de influência. Geralmente, regiões metropolitanas formam aglomerações urbanas<sup>3</sup>, uma grande área urbanizada constituída pela cidade núcleo e cidades adjacentes, originando uma conurbação, a qual faz com que as cidades percam seus limites físicos entre si, compondo uma imensa metrópole, na qual o centro está localizado na cidade central, normalmente aquela que dá nome à região metropolitana.

Entretanto, uma região metropolitana não precisa ser obrigatoriamente formada por uma única área contígua urbanizada, podendo designar uma região com duas ou mais áreas urbanizadas intercaladas com áreas rurais, ou seja, os limites entre as cidades ainda são visíveis, mas nesse caso são regiões metropolitanas menores que podem até não possuir uma metrópole, mas apenas uma cidade central.

O necessário é que as cidades que constituem uma região metropolitana possuam um alto grau de integração entre si, tanto na economia, na política ou na cultura. Uma região formada por diversas regiões metropolitanas localizadas próximas entre si são por vezes, chamadas de megalópole, ou seja, a conurbação de duas ou mais metrópoles.

Segundo Freitas (2009), a combinação dos processos de urbanização<sup>4</sup>, de metropolização<sup>5</sup> e de conurbação<sup>6</sup> deu origem às regiões metropolitanas, enquanto fenômeno físico e socioeconômico, reconhecido pelos teóricos, assim como pela população. Esse fato

---

<sup>3</sup> Uma aglomeração urbana se forma quando duas ou mais cidades passam a atuar como um **‘mini-sistema urbano’** em escala local, ou seja, seus vínculos se tornam muitíssimo fortes (...). Se uma das cidades que formam uma aglomeração urbana crescer e se destacar demais, apresentando-se como uma cidade grande e com uma área de influência econômica, pelo menos, regional, então não se está mais diante de uma simples aglomeração, mas de uma metrópole (SOUZA, 2003, p.32, apud FREITAS, 2009). (Grifos nossos)

<sup>4</sup> O Processo de urbanização teve início paralelamente à constituição da sociedade humana e seu estabelecimento em determinados espaços físicos. Esse processo tem continuidade até hoje, com a atual emergência de um estilo de vida urbano, disseminando-se por vastas áreas, com o crescimento vegetativo e com a passagem de, cada vez maiores, contingentes populacionais do campo para as cidades (FREITAS, 2009).

<sup>5</sup> O processo de metropolização ocorre a partir da polarização de uma região em torno de uma grande cidade em dimensões físicas e, sobretudo, populacional, caracterizando-se pela alta densidade demográfica e alta taxa de urbanização. Essa grande cidade, também chamada de metrópole, constitui um núcleo, ao redor do qual há várias outras cidades sob sua direta influência, mantendo forte relação e interdependência econômica e notório movimento pendular de sua população.

<sup>6</sup> O processo de conurbação é a formação de uma cidade, no sentido geográfico, sobretudo físico, a partir da fusão das áreas urbanas de vários municípios limítrofes, constituindo uma mancha urbana única e contínua com grandes dimensões, ultrapassando os limites político-administrativos de cada uma das localidades integrantes (FREITAS, 2009).

pode vir a ser institucionalizado pelo poder público, visando à gestão de problemas comuns a mais de um município. Apesar da aparente facilidade de apreensão desses processos, dificilmente encontramos um enunciado que encerre todas as suas nuances conceituais.

Dessa maneira Freitas (2009) recorre a diferentes autores e definições diversas para abranger a gama de aspectos relacionados ao conceito de Região Metropolitana. Na definição abaixo, o autor referenciado, afirma como segue:

Região Metropolitana pressupõe um fato social e econômico cuja essência é a metrópole, esta, o polo de atração e/ou dominação de um grande espaço de produção e consumo. A caracterização de uma Região Metropolitana é a intensa urbanização que dá origem a funções públicas de interesse comum aos municípios que a compõem, integrando a organização, o planejamento e a execução de programas (MOREIRA, 1989 apud FREITAS, 2007).

Ainda em Freitas (2009), fundamentado em BRAGA, CARVALHO (2004, p.08), somos esclarecidos que:

Uma região metropolitana é um aglomerado urbano composto por vários municípios administrativamente autônomos, mas integrados física e funcionalmente, formando uma mancha urbana praticamente contínua (...). O conceito de região metropolitana deve ir além da mera definição legal. Para Santos (1998), o fenômeno da metropolização corresponde à macrourbanização e apenas as aglomerações urbanas com mais de um milhão de habitantes deveriam merecer tal denominação (BRAGA, CARVALHO 2004 apud FREITAS 2009).

Assim, depreende-se claramente dos diversos conceitos relativos a regiões metropolitanas, os traços comuns de: grandes aglomerações urbanas; municípios distintos, próximos (ou não) uns dos outros; gestão de áreas que apresentem problemas de interesse comum; e, até regiões metropolitanas menores, que possuem, conjuntamente, uma área de conurbação e municípios rurais, em seu recorte espacial.

De outro lado, a cidade enquanto significação de lugar possui os seus habitantes naturais, ou seja, os nascidos naquele lugar específico, crescendo, residindo, conhecendo e produzindo ali mesmo. Criando sentimentos de pertencer àquela referida porção do espaço. Desse modo, quando o espaço nos é inteiramente familiar, torna-se lugar. Assim como a cidade natal é um lugar íntimo (TUAN 1983, p.83 e 160).

De acordo com Leite (2010), na mesma linha de análise, observa-se a seguinte ponderação conceitual:



O lugar, na visão humanística, constitui-se como uma paisagem cultural, campo da materialização das experiências vividas que ligam o homem ao mundo e às pessoas, e que despertam os sentimentos de identidade e de pertencimento no indivíduo. É, portanto, fruto da construção de um elo afetivo entre o sujeito e o ambiente em que vive (LEITE, 2010).

Essa visão sobre lugar nos remete a refletir acerca dos aspectos culturais e das experiências vivenciadas pelos habitantes de um determinado espaço, bem como das suas relações locais e com outras porções do planeta. Isto implica igualmente, na descoberta de sentimentos de determinados moradores, que os ligam afetivamente, ao seu lugar de origem. Obviamente, situações como essas ocorrem de forma semelhante, para o recorte espacial em destaque. Neste sentido, ele pertence aos elementos desse grande universo totalizador de relações histórico-econômico-sociais.

Para Tuan (1983), quando examina diversos tipos de espaços e lugares, fundamentando-se principalmente na experiência vivida, e, relacionando as diferenças de entendimento de diversas civilizações da Terra, tanto as antigas quanto as modernas, assinalam-se as seguintes observações:

Os países têm suas geografias fatuais e míticas. Nem sempre é fácil explicá-las separadamente, nem sequer dizer qual é a mais importante, **porque a maneira de agir das pessoas depende de sua compreensão da realidade**, e esta compreensão, como nunca pode ser completa, necessariamente está impregnada de mitos. [...] Por isso, o espaço mítico é um constructo intelectual. Pode ser muito sofisticado. O espaço mítico é também uma resposta do sentimento e imaginação às necessidades humanas fundamentais. Difere dos espaços concebidos pragmática e cientificamente no sentido que ignora a lógica da exclusão e da contradição. [...] Dessa forma, o espaço arquitetônico –uma casa, um templo ou uma cidade- é um microcosmos que possui uma clareza que falta aos aspectos naturais. E, a arquitetura é uma continuação do esforço humano para aumentar o conhecimento através da criação de um mundo tangível que articula as experiências, tanto as sentidas profundamente como aquelas que podem ser verbalizadas, tanto as individuais como as coletivas (TUAN, 1983, p.110-112). (Grifos nossos)

Dessa maneira, ao se considerar as diferenças de entendimento de civilizações, em função das geografias fatuais e míticas<sup>7</sup> dos países, surgem complexidades específicas, o que implica, por exemplo, em não poder se afirmar plenamente, qual a (geografia) mais importante.

---

<sup>7</sup> Mito: relato fantástico de tradição oral, geralmente protagonizado por seres que personificam as forças da natureza e os aspectos gerais da condição humana. Para a Antropologia, relato simbólico, passado de geração em geração dentro de um grupo, que narra e explica a origem de determinado fenômeno, ser vivo, instituição, costume social (Dicionário HOUAISS da Língua Portuguesa, 2009, p.1.300).

Tuan (1983) observa com uma leveza extraordinária que o modo de agir das pessoas depende de sua compreensão da realidade, que está, em parte, envolvida pelos mitos. No entanto, por complementação, a outra parte de um todo, deve estar necessariamente, relacionada com a busca do conhecimento preciso. Unindo-se então essas partes, numa reflexão que considere essa totalidade, pode-se pensar na maneira como é disseminado o ensino e o conhecimento, em diferentes sociedades. A educação e a tecnologia, como são desenvolvidas? Os processos a que recorrem determinadas sociedades ao engendrar o seu produto e a sua cultura, efetivamente são realizados em maior quantidade, pelo capital ou pelo trabalho? E esses processos são do próprio lugar ou importados de outro espaço do planeta? De que modo é consumido esse produto e por que partes da sociedade?

A arquitetura é assinalada pelo autor, como uma continuação do esforço humano para aumentar o conhecimento através da criação de um mundo tangível. Uma maneira sábia de se referir à arquitetura, significando aqui, esse produto tangível. Um produto que mostra o estado da arte, da cultura que é vivida pelo homem, em determinado período histórico. De modo semelhante, o referido autor poderia assinalar, por exemplo, a importância dos meios de comunicação, da informática, ou dos modernos aviões a jato, enquanto acréscimos (qualitativos e quantitativos) para o conhecimento e/ou benefício da humanidade. Ou ainda, da própria arquitetura, em termos de sua permanente mudança e atualização, nesse processo de redescobrir novos horizontes e de produzir e/ou renovar o espaço<sup>8</sup>.

De outro ângulo, ao se reportar aos elementos<sup>9</sup> ou componentes do espaço, é pertinente observar que, segundo Santos (2008),

Os componentes do espaço são os mesmos em todo o mundo e formam um contínuum no tempo, mas variam quantitativa e qualitativamente, segundo o lugar, do mesmo modo que variam as combinações entre eles e seu processo de fusão. (SANTOS, 2008, p.20).

Desse modo, é sobremaneira relevante conhecer algumas especificidades sobre os estudos do espaço, nos países considerados subdesenvolvidos. De acordo com Santos (2008), essa temática é, às vezes, examinada refletindo-se em “erros”, quando estrategistas diversos

---

<sup>8</sup> O espaço, dentre os seus diversos significados, pode ser entendido como: lugar mais ou menos **bem delimitado, cuja área** pode conter **alguma coisa; lugar**. (Dicionário Aurélio da língua portuguesa, 2010, p.846). (Grifos nossos)

<sup>9</sup> Os elementos pertencentes ao espaço compõem-se pelos homens, pelas firmas, pelas instituições, pelo chamado meio-ecológico e pelas infra-estruturas (SANTOS, 2012, p.16).

não estão preocupados com uma análise séria. Ou seja, tais análises desconsideram os dados específicos da dinâmica do espaço.

Para fundamentar a sua opinião, acrescenta ainda o mesmo autor que:

Uma boa parte desses estudos data dos anos 1950 e do começo dos anos 1960, quando não se conheciam ainda **as consequências profundas do período tecnológico sobre a organização do espaço**. É, portanto, mais fundamental do que nunca saber se o comportamento do espaço é o mesmo em países desenvolvidos e em países subdesenvolvidos. [...] Os espaços dos países subdesenvolvidos caracterizam-se primeiramente pelo fato de se organizarem e reorganizarem-se **em função de interesses distantes e mais frequentemente em escala mundial**. [...] **as forças da modernização impostas do interior ou do exterior são extremamente seletivas, em suas formas e seus efeitos**. [...] Trata-se de uma história espacial seletiva. A cada modernização, novos pontos ou novas zonas são conquistados ao espaço neutro e tornam-se uma nova porção de espaço operacional. Mas o impacto dessas forças não é o mesmo para as diversas variáveis, **cujas combinação dá a característica do lugar**. [...] O espaço dos países subdesenvolvidos é **marcado pelas enormes diferenças de renda na sociedade**, que se exprimem, no nível regional, por uma tendência à hierarquização das atividades e, na escala do lugar, pela coexistência de atividades de mesma natureza, mas de níveis diferentes. [...] Nos países subdesenvolvidos, **a possibilidade de consumo dos indivíduos varia muito**. O nível de renda também é função da localização do indivíduo, o qual determina, por sua vez, a situação de cada um como produtor e como consumidor (SANTOS, 2008, p.20-21). (Grifos nossos)

As ponderações do referenciado autor, servem para assinalar aspectos críticos e de diferenciação, nas variáveis exploradas em nosso recorte espacial. Alguns desses aspectos, registrados neste capítulo, na seção 2.2, e outros, em exames efetivados no capítulo quatro; que se constitui na fase analítica dos dados trabalhados nesta pesquisa.

Elas servem igualmente, para enfatizar de um modo muito breve, outra visão teórica sobre o espaço, construída pelo autor em relevo, destacando o que ele chama de: os dois circuitos da economia urbana em países subdesenvolvidos.

De outro lado, no sentido precípua e formador do conceito da territorialidade, pode-se confirmar sem embargo, como bem o explica Souza (2010, p. 84), que:

O território surge, na tradicional Geografia Política, como **o espaço concreto em si (com seus atributos naturais e socialmente construídos), que é apropriado, ocupado por um grupo social**. A ocupação do território é vista como algo gerador de raízes e identidade: um grupo não pode mais ser compreendido sem o seu território, no sentido de que a identidade sócio-cultural das pessoas estaria inarredavelmente ligada aos atributos do espaço concreto (natureza, patrimônio arquitetônico, 'paisagem'). E mais: os limites do território não seriam, é bem verdade, imutáveis –pois as fronteiras

podem ser alteradas, comumente pela força bruta-, mas cada espaço seria, enquanto território, território durante todo o tempo, pois apenas a durabilidade poderia, é claro, ser geradora de identidade sócioespacial, identidade na verdade não apenas com o espaço físico, concreto, mas com o território e, por tabela, com o poder controlador desse território... Não é de se surpreender, **diante de tal rigidez**, que essa visão tenha muitas vezes usado os termos território e espaço indistintamente, **obscurecendo o caráter especificamente político do primeiro**. [...], esse tipo de território sempre foi associado, no âmbito de um **discurso** evidentemente **ideológico**, ao recorte do ‘território nacional’, ou seja, do Estado-Nação. (Grifos nossos)

Entretanto, diversamente do conceito clássico sobre território e espaço, utilizados sem quaisquer discriminações entre esses termos, conforme observado anteriormente, pode-se considerá-lo em aspectos diferentes. Para Souza (2010):

Outra forma de se abordar a temática da territorialidade, mais abrangente e crítica, pressupõe não propriamente um deslocamento entre as dimensões política e cultural da sociedade, **mas uma flexibilização da visão do que seja território**. Aqui, **o território será um campo de forças, uma teia ou rede de relações sociais** que, a par de sua complexidade interna, define, ao mesmo tempo, um limite, uma alteridade: a diferença ‘nós’ (o grupo, os membros da coletividade ou ‘comunidade’, os insiders) e os ‘outros’ (os de fora, os estranhos, os outsiders) (SOUZA, 2010, p.86). (Grifos nossos)

O autor em relevo explica que, em diversos tipos de organização espaço-temporal, não necessariamente deva existir uma superposição tão absoluta (como em Ratzel) entre o espaço concreto com os seus atributos materiais e o território enquanto campo de forças. Dessa maneira, territórios seriam antes relações sociais projetadas no espaço que espaços concretos, sendo esses espaços concretos apenas o substrato das territorialidades. Nas observações fidedignas de Souza (2010, p.87), territórios assim constituídos, podem,

formar-se e dissolver-se, constituir-se e dissipar-se de modo relativamente rápido (ao invés de uma escala temporal de séculos ou décadas, podem ser simplesmente anos ou mesmo meses, semanas ou dias), ser antes **instáveis** que estáveis ou, mesmo, **ter existência regular mas apenas periódica**, ou seja, em alguns momentos –e isto apesar de que o substrato espacial permanece ou pode permanecer o mesmo. (Grifos nossos)

Com tais características, esses tipos de território e/ou territorialidades<sup>10</sup> teriam o seu campo existencial nas modernas metrópoles, ou até nas grandes cidades (mesmo aquelas que não atingem a condição de metrópoles), tanto do primeiro, quanto do terceiro mundo.

<sup>10</sup> São dados como exemplos: os territórios da prostituição feminina ou masculina; a ‘apropriação’ de certos espaços públicos por grupos específicos, como os nordestinos nos fins de semana na Praça Saens Peña (no bairro

De outro lado, é de extrema relevância um significado que Souza (2010), concordando com Raffestin (1993:143), utiliza para, com ele, esclarecer que a mediação homem/natureza, permanentemente aparece na história das sociedades. Como assinalado por esse autor:

Sempre que houver homens em interação com um espaço, primeiramente transformando a natureza (espaço natural) **através do trabalho**, e depois **criando continuamente valor ao modificar e retrabalhar o espaço social** estar-se-á também diante de um território, e não só de um espaço econômico: é inconcebível que um espaço que tenha sido alvo de valorização pelo trabalho possa deixar de estar territorializado por alguém. Assim como **o poder é onipresente nas relações sociais, o território está [...], presente em toda a espacialidade social**, ao menos enquanto o homem também estiver presente (SOUZA, 2010, p.96). (Grifos nossos)

Entretanto, e ainda de acordo com a fonte referenciada, para que o território exista conceitualmente,

É necessário apenas **que haja um campo de forças, com as relações de poder espacialmente delimitadas e operando, destarte, sobre um substrato referencial**. Enquanto a territorialidade pode ser expressa, como certo tipo de interação entre homem e espaço, a qual é, aliás, sempre uma interação entre seres humanos mediatizada pelo espaço (SOUZA 2010, p.97-99). (Grifos nossos)

Diante dos conceitos geográficos assinalados, pode-se inferir que, tanto em territórios quanto em territorialidades, vão estar presentes as relações de poder; refletindo em seu âmago, necessariamente, os impactos e as transformações que ocorrem no espaço.

Para Corrêa (2010, p.18 apud Moraes, 1990), o espaço em Ratzel é visto como base indispensável para a vida do homem, encerrando as condições de trabalho, os naturais, ou aqueles (trabalhos) socialmente produzidos. Com essas ideias surge a implicação de que o domínio do espaço transforma-se em elemento crucial na história do homem.

Sob este ângulo, acrescenta ainda o autor que:

Ratzel desenvolve os conceitos de território e espaço vital. [...] O primeiro vincula-se à apropriação de uma porção do espaço por um determinado grupo, enquanto **o segundo expressa as necessidades territoriais de uma sociedade em função de seu desenvolvimento tecnológico, do total de população e dos recursos naturais**. [...] O espaço transforma-se, assim,

---

da Tijuca); a do tráfico de drogas (organizações mafiosas ou do jogo do bicho); a organização criminosa; a organização do camelô carioca, ator-símbolo da 'economia informal' (SOUZA, 2010, p.87-88). Todos esses exemplos, no Rio de Janeiro, Brasil.

**através da política**, em território, um conceito-chave da geografia (CORRÊA, 2010, p.18). (Grifos nossos)

Detendo-se mais profundamente nesses aspectos teóricos conforme desenvolvidos, é interessante perceber uma interação entre a ideia contida no conceito de espaço vital na geografia, e o estoque de recursos produtivos de uma sociedade qualquer, quando estes são tecnicamente aplicados em funções de produção. Assim estar-se-ia materializando os espaços naturais e/ou já modelados pela ação humana, e existentes em um tempo anterior e determinado historicamente.

Para melhor esclarecer a essência desta possível interação, observa-se que em Ciências Econômicas, os fatores de produção Terra (espaço como recursos naturais, apropriado para fins produtivos), Capital (enquanto tecnologia e/ou desenvolvimento tecnológico) e Trabalho (mão de obra, população), são diretamente responsáveis pela produção efetiva em algum período considerado, e, numa determinada sociedade. Em outras palavras: são também esses elementos os formadores do espaço, quando se materializam criando as rugosidades<sup>11</sup>, conforme entendidas e expressas geomorfologicamente.

Portanto, a constelação de fatores econômicos de uma sociedade, assim interagindo, representam elementos que contribuem para um mesmo resultado totalizador, que é o espaço. Ou seja, neste elo de aproximação, os recursos produtivos, sem embargo, possuem o objetivo de construir, desenvolver e transformar os espaços, os lugares, as regiões e os territórios.

Neste sentido, destacam-se na economia, definições que sintetizam essa “interação” de ideias e processos produtivos. E, quando postos na prática do cotidiano, distribuídas e aplicadas na sociedade pelos diversos ramos do conhecimento, refletem outros elementos (que não somente aqueles que se apropriam do espaço, nem os de aspectos políticos, em suas decisões de poder), conseguindo afetar direta ou indiretamente, as criações e transformações do espaço. Conforme explicitados anteriormente, são os elementos técnico-econômicos da formação do espaço. Assim, observa-se que:

A economia é a ciência da escolha. Estuda como os indivíduos decidem usar os recursos produtivos escassos ou limitados (**trabalho, equipamento, conhecimento tecnológico**) para produzir diversas mercadorias (tais como **cereais, sobretudos, concertos e mísseis**) e distribuir esses bens para consumo. [...] A economia é o estudo da forma como as sociedades utilizam os recursos escassos para produzir bens com valor e como os distribuem

<sup>11</sup> As rugosidades são o espaço construído, o tempo histórico que se transformou em paisagem, incorporado ao espaço. As rugosidades nos oferecem, mesmo sem tradução imediata, restos de uma divisão de trabalho internacional, manifestada localmente por combinações particulares do capital, das técnicas e do trabalho utilizados (SANTOS, 2008, p.173).

entre os seus diferentes membros (SAMUELSON & NORDHAUS, 1993, p.5). (Grifos nossos)

Desse modo, e ainda para corroborar com as ideias assinaladas anteriormente, destacamos o que é observado por Santos (2008), discorrendo sobre técnica, espaço e tempo, da seguinte forma:

Técnicas agrícolas, industriais, comerciais, culturais, políticas, da difusão da informação, dos transportes, das comunicações, da distribuição etc.; **técnicas que, aparentes ou não em uma paisagem, são, todavia, um dos dados explicativos do espaço.** [...]. Essas técnicas se efetivam em relações concretas, relações materiais ou não, que presidem a elas, o que nos conduz sem dificuldade à noção de modo de produção e de relações de produção. Em qualquer que seja a fração do espaço, cada variável revela uma técnica ou um conjunto de técnicas particulares. [...]. Tomando como referência a História mundial, cada técnica poderá ser localizada no tempo. Trata-se também, na verdade, da história dos instrumentos e meios de trabalho postos à disposição do homem. **Quando um novo instrumento ou meio ou forma de trabalho se torna uma forma de ação,** constitui-se uma espécie de certidão de nascimento ou data de origem. [...] Mas **o tempo do lugar,** o conjunto de temporalidades próprias de cada ponto do espaço, não é **dado** por uma técnica tomada isoladamente, mas **pelo conjunto de técnicas existentes naquele ponto do espaço** (SANTOS, 2008, p.57-58). (Grifos nossos)

Assim, conquanto sejam registradas essas ponderações, que se configuram, de acordo com o autor examinado, como aspectos explicativos do espaço; necessita-se afinal compreender o que significa espaço, enquanto categoria de análise geográfica. Santos (2008, p.147-148) observa que para interpretar o espaço há a necessidade de uma ‘correta’ definição de suas categorias analíticas e que, a realidade é uma totalidade em permanente movimento e mudança. Assinala-se que o pensamento teórico do referido autor empenha-se em explicações filosóficas, epistemológicas, do progresso científico, das ideologias, do momento histórico e do aspecto estrutural da realidade a ser examinada, dentre outros fatores.

Como se percebe efetivamente, Santos (2008), destaca ainda nesse ponto, que:

O espaço geográfico é a natureza modificada pelo homem através do seu trabalho e, o espaço humano ou espaço social, contém ou é contido por todos esses múltiplos de espaço. [...] Mas, quando a nossa curiosidade se transfere para o espaço humano, enormes dificuldades se levantam porque ele é a morada do homem, é o seu lugar de vida e de trabalho (SANTOS, 2008, p.150-151).

Os conceitos assim obtidos pelo autor em sua busca teórica por definir o espaço, segundo ele próprio, ainda não são suficientes, embora sejam necessários, para que se conclua uma definição a respeito desta variável. Observa-se dessa forma que as referidas ideias refletem os mencionados aprendizados filosóficos, epistemológicos etc, na sua busca em definir o espaço, enquanto categoria analítica geográfica. Portanto, assinala-se que:

O espaço deve ser considerado como um conjunto de relações realizadas através de funções e formas que se apresentam como testemunho de uma história escrita por processos do passado e do presente. Isto é, o espaço se define como um conjunto de formas representativas de relações sociais do passado e do presente e por uma estrutura representada por relações sociais que estão acontecendo diante dos nossos olhos e que se manifestam através de processos e funções. **O espaço é, então, um verdadeiro campo de forças cuja aceleração é desigual.** Daí porque a evolução espacial não se faz de forma idêntica em todos os lugares (SANTOS, 2008, p.153). (Grifos nossos)

Por outro lado, Tuan (1983) efetivando uma análise sob uma perspectiva experiencial, assinala que o espaço, entre outros valores, pode assumir três aspectos importantes<sup>12</sup>:

Os espaços do homem refletem a qualidade dos seus sentidos e sua mentalidade. [...] A mente discrimina desenhos geométricos e princípios de organização espacial no meio ambiente. [...] Os homens não apenas discriminam padrões geométricos na natureza e criam espaços abstratos na mente, como também procuram materializar seus sentimentos, imagens e pensamentos. **O resultado é o espaço escultural e arquitetural e, em grande escala, a cidade planejada. Aqui o progresso vai desde sentimentos rudimentares pelo espaço e fugazes discernimentos na natureza até a sua concretização material e pública** (TUAN, 1983, p.18-20). (Grifos nossos)

Então, os espaços assim concebidos têm relação direta com a qualidade dos sentidos e da mentalidade humana. É a sua mente que idealiza a geometria e a organização dessas formações espaciais. Materializados os sentimentos, imagens e pensamentos particulares do homem, individual ou coletivamente, se obtém como resultado final a estruturação e a forma dos espaços concretos em quaisquer sociedades do planeta.

Sabe-se efetivamente que, o processo de constituição da região metropolitana de João Pessoa, emerge de um formalismo político institucional. Essa unidade espacial foi criada por

---

<sup>12</sup> Neste sentido, consideramos, sem embargo, que existem sentimentos de pertencimento, relacionando o morador nascido e cada município constituinte do recorte espacial em destaque; mas não na RMJP como um todo. No entanto, afirma-se que: as idealizações, planejamentos e produções do espaço, conforme explicadas pelo autor, efetivamente, estão presentes na grande João Pessoa.



leis, apoiando-se em uma prerrogativa que possuem os Estados Confederados do Brasil, para formarem arranjos metropolitanos.

De outro lado, conquanto a sua área seja instituída pelo Estado, através de um estatuto legal, isso nos remete a questões enfrentadas na governança de regiões metropolitanas, com distintas formações espaciais. As implicações referentes ao assunto requerem ações no tratamento de escalas, tanto as locais, quanto as regionais, nacionais ou globais<sup>13</sup>. Ou seja, deve-se considerar nessas questões, toda uma diversidade de aspectos implícitos, tais como assinalados acima. Porém, as primordiais no presente estudo referem-se às diferenças entre as gestões municipais e as intermunicipais. O pano de fundo dessas implicações constitui-se na importante questão entre a competência dos Estados da Federação para criar regiões metropolitanas e o poder autônomo dos municípios, outorgado pelo texto constitucional de 1988.

No recorte espacial em destaque, está configurada uma cidade central, que é João Pessoa e, a efetiva conurbação entre os municípios de: Bayeux, Cabedelo, Santa Rita e a capital do Estado Paraibano. Esses municípios, conjuntamente, impulsionam o desenvolvimento da região metropolitana em análise. A grande maioria dos outros municípios se distancia desse progresso, em diversos aspectos considerados. Essa característica no arranjo metropolitano em exame confirma o que se explica na definição de espaço, enquanto categoria analítica geográfica, isto é, conforme visto anteriormente, a evolução espacial não se faz de forma idêntica em todos os lugares. Desse modo, a região metropolitana de João Pessoa,

[...] nesse contexto e levando-se em consideração uma possível identidade entre a metrópole e a região, não há como discordar do fato de **não haver similaridade entre a rede urbana regional conformada e o papel no funcionamento da rede urbana exercido pela região metropolitana.** (ALONSO 2009, p.14). (Grifos nossos)

Assim examinada, a possibilidade de conexão (de fluxos e funções) entre João Pessoa e o seu entorno, com o restante dos elementos constitutivos (municípios) da unidade regional em destaque e, considerando a teoria relacionada ao assunto, pode-se afirmar que existe uma

---

<sup>13</sup> O conceito de local e de global, em economia espacial, pode ser chamado regional ou internacional. [...] O 'meio local' (região ou 'país') é caracterizado por uma 'personalidade regional' (à Vidal de La Blache), possui características físicas e humanas, instituições e uma atmosfera. [...] Semelhante tipo de abordagem centra-se na estrutura interna de um espaço e explica suas relações com outros espaços. [...] A abordagem global define as regiões por suas posições numa estrutura mais vasta. A região (e suas características) é o produto do inter-regionalismo. [...] essa abordagem exprime-se frequentemente em relações entre o 'centro' e a 'periferia' (BENKO, 1996, p.50).

lacuna entre o arranjo institucional configurado e a maneira como se apresenta o funcionamento dos fluxos e funções que envolvem esses municípios da RMJP.

Ela também não expressa uma realidade em termos de poder autônomo afeito a categoria território. Ou seja, uma expressão de poder, consubstanciada em uma única autoridade para governar o recorte espacial em relevo.

Por essas considerações, chega-se à conclusão de que, a constituição da região metropolitana de João Pessoa, originada através de um formalismo político institucional, ressoa-se de uma identidade territorial metropolitana.

## 2.2 - Formação da RMJP-PB: breve caracterização

A formação da grande João Pessoa é estabelecida pelas leis complementares estaduais Nº 59, de 30 de dezembro de 2003 e, Nº 90, de 18 de agosto de 2009.

A Região Metropolitana de João Pessoa (RMJP-PB) está inserida na Mesorregião da Mata Paraibana e, os seus elementos constituintes (municípios) estão localizados, respectivamente, nas microrregiões de João Pessoa, Sapé, Litoral Norte e Litoral Sul.

Destarte, a distribuição das respectivas formações espaciais, por microrregião, estrutura-se da seguinte maneira: Cabedelo, João Pessoa, Bayeux, Santa Rita, Conde e Lucena (microrregião de João Pessoa); Cruz do Espírito Santo (microrregião de Sapé); Mamanguape<sup>14</sup> e Rio Tinto (microrregião do Litoral Norte); Alhandra, Caaporã e Pitimbu (microrregião do Litoral Sul). Os nomes desses municípios têm a sua origem e a sua história específica, ligados umbilicalmente à sua colonização. Como será visto, os seus habitantes nativos, são indígenas. Assinala-se que todos os municípios dessa unidade regional metropolitana, estão próximos à costa leste do espaço geográfico paraibano.

É importante observar que, ao se reportar sobre o processo de ocupação do território paraibano Moreira e Targino (1997), fazem referência a dois aspectos principais:

Com a chegada dos europeus, os índios mantiveram com eles relações amistosas e, mais do que isso, cooperativas. [...] Enquanto a posse da terra e a sua liberdade não estiveram ameaçadas, como ocorria na exploração do pau-brasil, os índios não ofereceram resistência ao colonizador. No entanto,

<sup>14</sup> A Lei Complementar número 116, de 21 de Janeiro de 2013, instituiu a Região Metropolitana do Vale do Mamanguape, com sede na cidade de Mamanguape. Este fato exclui o referido município da Região Metropolitana de João Pessoa, porém não prejudica em nada as nossas análises, uma vez que o seu recorte temporal está compreendido entre os anos de 2000 a 2010.

na medida em que o sentido da colonização evoluiu para a apropriação da terra e para sujeição do nativo, este reagiu. A reação dos indígenas à subordinação da sua terra e do seu povo ao processo colonizador constitui a primeira forma de luta pela terra que teve lugar na Paraíba. O desfecho desse processo de resistência foi-lhes, contudo, adverso (MOREIRA e TARGINO, 1997, p.28).

Nesse sentido, os municípios destacados anteriormente, representam um subconjunto do Estado da Paraíba, por isso mesmo, possuem processos de ocupação, semelhantes aos descritos pelos autores referenciados. Ressalta-se dessa forma, segundo Moreira e Targino (1997, p.32) que, no litoral açucareiro, o predomínio da cana na paisagem da Zona da Mata paraibana é uma constante, do início da colonização aos dias atuais.

Nas páginas a seguir, efetiva-se uma breve caracterização dos municípios constituintes da grande João Pessoa. São enfatizados aspectos históricos, com a finalidade principal de se desvelar o processo da gênese de cada porção territorial em destaque. Utiliza-se para o referido propósito, informações registradas pelo IBGE e por distintos autores, que escreveram sobre o assunto.

Convém observar, no entanto, os registros que se seguem:

A origem dos nossos topônimos é um dos aspectos mais curiosos da nossa história, **pelo que oferece de pitoresco e de contraditório**. Em alguns casos há controvérsias que desafiam a argúcia do pesquisador e quem se der à preocupação do seu esclarecimento terá, sem dúvida, de enfrentar a consagração de alguns nomes justificados erroneamente pela tradição oral, **nomes esses**, quase sempre condicionados aos interesses locais de grupos e pessoas influentes. **Essas versões**, às vezes, **tomam um colorido anedótico, inteiramente em desacordo com a verdadeira origem do topônimo**, como assinala **Luís da Câmara Cascudo** em seu livro *NOMES DA TERRA*, [...], sem deixar de reconhecer quanto é difícil contrariar as informações transmitidas de geração em geração [...]. Como acentua o mestre Cascudo, é muito difícil desfazer uma versão que vem dos avós (LEITÃO, 1971, p.82). (Grifos nossos)

Nesse sentido e tendo em vista essas reflexões, a probabilidade de haver contradições na origem de alguns nomes dos municípios, objetos de nossa pesquisa, pode se tornar “quase certa”, para o exame inicial à que se presta, isto é, desvendar a verdadeira origem desses nomes. Por isso, cabe assinalar ainda, que:

[...] O esforço dos pesquisadores e a consciente interpretação dos nossos fatos históricos vão, porém, esclarecendo algumas dúvidas e determinando a verdadeira origem de nomes de algumas das nossas localidades, ignorada, em alguns casos, pelo **desconhecimento de alvarás e cartas régias** que recomendavam a substituição dos nomes nativos pelos de localidades

portuguesas nas vilas que iam sendo erectas nas capitanias, então subordinadas ao governo de Pernambuco. **Em obediência àquela recomendação régia**, foram transplantados vários nomes lusitanos para as capitanias nordestinas. **E assim tivemos na Paraíba** – Alhandra, Conde, Montemor (Mamanguape), Vila Nova da Rainha (Campina Grande), Pilar, Pombal e Sousa; **no Rio Grande do Norte** – Arez, Estremoz, Portalegre, e Vila Flor e **no Ceará** – Crato, Sobral, Montemor (Baturité), Soure (Caucaia), Viçosa e Campo Maior (Quixeramobim) (LEITÃO, 1971, p.82-83). (Grifos nossos)

Feitas essas considerações, é possível desde já, iniciar o nosso exame, relacionando por primeiro, os municípios pertencentes à Microrregião de João Pessoa.

#### Município de Cabedelo:

Embora o nome Cabedelo, de acordo com Ferreira (2010, p.369), signifique pequeno cabo, pequeno monte de areia que se junta à foz dos rios; as observações a seguir, apresentam uma significação diferente da norma culta da língua portuguesa. Assinala-se desse modo, a sua descrição geográfica:

O seu formato não é de um cabo e sim de uma península. [...] Cabedelo é a continuidade da orla marítima de João Pessoa a estreitar-se no encontro do rio Paraíba com o mar. [...] O colonizador que batizou a terra, certamente, teve presente **a existência de topônimo com igual designação existente no extremo da margem esquerda do Douro, ao sul da barra, em Vila Nova de Gaia, de frente da cidade lusa do Porto**. Costumavam os portugueses emprestar às localidades brasileiras conquistadas nomes de cidades de sua pátria, como verificamos em toda a Paraíba, e se a conformação geográfica da nova terra lembrava Portugal, melhor nome não havia que Cabedelo (PIMENTEL, 2001, p.13-14). (Grifos nossos)

Conforme observado anteriormente, os primeiros habitantes, não somente dos municípios constituintes do arranjo institucional metropolitano em relevo, como de resto, em todo o território paraibano, formavam-se de grupos indígenas. Segundo Pimentel (2001),

Em 1500, a Paraíba era habitada por tribos Tupis, Cariris e Tarairús. **No litoral**, estendendo-se até o Rio Grande do Norte, principalmente ao longo do rio Mamanguape e serra da Copaoba (Serra da Raiz), **dominavam os potiguares (Tupis)**. Somente em 1584 chegaram **os tabajaras (também Tupis)**, oriundos das margens baianas do São Francisco, e **ocuparam o lado direito do rio Paraíba**. [...] Suas principais aldeias estavam situadas Urutagui (Alhandra), Jacoca(Conde), Preguiça e Monte-Mor (Mamanguape), Acejutebiró (Baía da Traição), Piragibe (João Pessoa), Tibiri (Santa Rita) e Pindaúna (Gramame). O estágio cultural de alguns desses índios era o da pedra lascada e de outros, o da pedra polida, desconhecendo o uso de metais. Mesmo assim, gostavam de música e dança e possuíam alguns instrumentos musicais rudimentares (PIMENTEL, 2001, p.17-18). (Grifos nossos)

Nesses registros históricos são estabelecidos, sinteticamente, os traços culturais à época, dos habitantes dessas terras. Assim, fica evidente que, na porção espacial correspondente nos dias atuais ao município de Cabedelo, viviam os potiguares.

Este município, um dos destacados elementos pertencentes ao conjunto de categorias analíticas básicas da RMJP-PB, possui um processo de ocupação<sup>15</sup> de muitas lutas, colocando-se assim, com um sentido histórico importante para o Estado da Paraíba. De acordo com Pimentel (2001),

A povoação de Cabedelo formou-se, inicialmente, em torno do forte e durante a sua construção. E assim como o território está intimamente ligado à história da fundação da Paraíba, a Fortaleza de Santa Catarina incorpora-se à defesa da Capitania. A cidadela e o espaço físico onde ela foi erguida têm história comum. Impossível pensá-las independentes, isoladas. Cabedelo foi base de operações para a conquista do território e fundação da Paraíba e do litoral do Nordeste contra as invasões de franceses e holandeses (PIMENTEL, 2001, p.113).

#### Município de Bayeux:

Este município começa a ser colonizado no ano de 1585, Coincidentemente é também o mesmo ano do processo inicial de colonização dos municípios de João Pessoa e Santa Rita. A proximidade geográfica entre essas formações espaciais talvez esclareça os mesmos tempos históricos, envolvidos em sua ocupação. Neste sentido, assinala-se que:

**A colonização da região onde se encontra o município de Bayeux, antiga Vila de Barreiras, está muito ligada às histórias de João Pessoa e Santa Rita. Em 1585, quando foi fundada Felippéia (atual João Pessoa), também teve início o povoado de Santa Rita.** Localizando-se exatamente entre essas duas cidades, a Vila de Barreiras começou a surgir com o aparecimento de pequenos casebres à margem da estrada. Influenciado e em consequência do intenso movimento dos colonizadores, os negociantes e criadores deixavam não só a Capital, mas também o interior, dando cada vez mais, motivação às pessoas de se fixarem nessa terra. Coriolano de Medeiros, em seu Dicionário Corográfico da Paraíba, assim se expressa sobre Barreiros, primitivo topônimo do município de Bayeux: **‘Considerável agregado de casas, que se estende por mais de 4 km à margem da estrada, que segue da Capital para o interior’.** Embora pudesse ser considerado como subúrbio da Capital, já que se comunica pela ponte Sanhauá, pertencia ao município de Santa Rita, cuja sede dista 9 km aproximadamente (IBGE, 2010). (Grifos nossos)

#### Município de Santa Rita:

---

<sup>15</sup> Terminados os trabalhos de construção do reduto, em Cabedelo permaneceram, além dos soldados nele aquartelados, algumas famílias dos que participaram da obra, ocupando-se em atividades primárias – extrativismo, caça, pesca, **agricultura rudimentar** (PIMENTEL, 2001, p.113). (Grifos nossos)

O referido município, de acordo com Santana (2010),

Teria se originado, segundo alguns historiadores, basicamente de um acampamento de tropas militares, viajantes, nativos, colonos, comerciantes e exploradores que vinham de Filipéia de Nossa Senhora das Neves, para o interior e vice-versa, caracterizando, com isso, um ‘pouso’. [...] O município de Santa Rita situado no vale do Paraíba do Norte, **palco das grandes batalhas entre os invasores holandeses, franceses, e os colonizadores portugueses; teve como nome primitivo Várzea do Paraíba**. Mais tarde [...], em 6 de dezembro de 1776, passou a povoado de Santa Rita. [...] Pelo decreto Estadual nº 10 de 19 de março de 1890, o município foi criado como território desmembrado da capital, passando a ser chamado definitivamente Santa Rita (SANTANA, 2010, p.19-21). (Grifos nossos)

É pertinente observar que, segundo Moreira e Targino (1997):

A principal motivação da conquista do território paraibano foi a ocupação efetiva e a implantação aqui, a exemplo do que já se fazia em Pernambuco, de um sistema de exploração colonial voltado para atender aos interesses da Metrópole colonizadora. [...] Essa ocupação deu-se, principalmente, no sentido leste-oeste, do Litoral em direção ao Sertão. No Litoral, ela baseou-se na produção da cana de açúcar (MOREIRA e TARGINO, 1997, p.31-32).

Município de João Pessoa:

A capital do Estado, configurada como cidade polo do recorte espacial em destaque, já teve outros nomes (Nossa Senhora das Neves, Felipea, Frederikstadt, Paraíba), até chegar ao seu nome atual. Essas mudanças de nomes refletem as grandes batalhas em sua colonização e, as homenagens oferecidas aos grupos vencedores, bem como aos santos protetores.

No transcorrer de disputas políticas, isto já no século XX, ocorre o assassinato de seu ex-presidente (cargo atual de governador) João Pessoa, em 26 de julho de 1930. Este fato político se dá no Recife, capital do Estado vizinho, Pernambuco. É este acontecimento histórico que faz a capital paraibana receber o nome de João Pessoa. A seguir são assinaladas algumas observações a respeito de sua formação colonizadora.

É controvertido o significado do topônimo dado ao Rio Paraíba. Para Elias Herckmans, Paraíba significa rio mau, porto ruim, ou mar corrompido. Varnhagen também indica a tradução de rio mau e Teodoro Sampaio, a de rio impraticável. Segundo Coriolano de Medeiros, porém, **o significado exato seria braço de mar, pois os primeiros geógrafos que estudaram o rio tomaram-no por um braço de mar**, [...]. Toda a região do São Domingos (primeiro nome dado ao Paraíba) era habitada por silvícolas bravios, influenciados pelos traficantes franceses de pau-brasil, interessados em conservá-los hostis aos exploradores de outras nacionalidades. Assim é que, em 1574, foram os índios levados a tomar parte no ataque ao engenho

de Diogo Dias, em terras da Capitania de Itamaracá no qual se verificou grande morticínio de brancos. [...]. **Em março de 1585** chegava à Paraíba Martin Leitão, Ouvidor Geral da Bahia, chefiando uma expedição que deveria restaurar os fortins da barra e desalojar os franceses de diversas posições. **Em 2 de agosto do mesmo ano**, nova tentativa, chefiada pelo Capitão João Tavares, que se aproveitou das desavenças surgidas entre as duas tribos que habitavam as margens do Paraíba e rios próximos, conseguindo infiltrar-se entre os Tabajaras e firmar um pacto de amizade com o seu morubixaba o índio Piragibe. **O acordo verificou-se no dia 5, numa colina à direita do Rio Sanhauá, pequeno afluente do Paraíba. É nesse local que hoje se situa a cidade de João Pessoa.** Em homenagem ao santo do dia, o lugar tomou o nome de Nossa Senhora das Neves, até hoje padroeira da cidade. Em honra ao rei da Espanha, que dominava Portugal, a cidade recebeu o nome de Felipea. [...] A capital chamou-se Paraíba do Norte até 4 de setembro de 1930, quando teve seu nome mudado para João Pessoa, em homenagem ao Presidente do Estado, assassinado no Recife, em plena campanha política. Sua morte foi uma das causas imediatas da Revolução de 3 de outubro daquele ano (IBGE, 2010). (Grifos nossos)

#### Município de Lucena:

Este município tem uma história considerada antiga, dentre o conjunto de municípios formadores da RMJP-PB. Algumas observações iniciais de seus registros são assinaladas da seguinte maneira:

A povoação de Lucena teve início há vários séculos. Em 1596, segundo registra a história, o Governador da Capitania doava sesmarias aos Frades de São Bento no Rio Miriri, que passa a cinco quilômetros ao norte da sede. Nesse mesmo ano, os portugueses já faziam caminho por Lucena para a Baía da Traição. **O topônimo do município originou-se do nome de um antigo morador, cuja ocupação era transportar passageiros da Ponta para a margem direita do Rio Paraíba.** Logo nos seus primórdios, o município experimentou notável progresso e teve um comércio dos mais movimentados. O exército holandês chegou a realizar ali um desembarque, no qual não teve sucesso. Os franceses juntamente com os índios Potyguaras, usaram muito o litoral do município, aportando suas caravelas para tráfico de pau Brasil (IBGE, 2010). (Grifos nossos)

Portanto, o comércio representa um importante fator econômico na povoação inicial do município, colonizado pelos portugueses; embora com o agravante do tráfico de pau Brasil. As riquezas do lugar aparecem com destaque, já nessa época de colonização.

#### Município do Conde:

De acordo com Cavalcanti et al. (1996),

Os nativos do atual território paraibano – os Tupi e os Jê – viviam, como no restante do Brasil daquela época, num estágio cultural elementar. Praticavam

uma agricultura bastante primitiva, dominavam a forma mais simples de obter o fogo, ensaiavam os primeiros passos na arte da cerâmica e da tecelagem (CAVALCANTI et al., 1996, p.19-20).

Esses grupos indígenas eram nômades. O domínio insuficiente das técnicas da agricultura e o crescimento de sua população representavam fatores importantes para a busca de novas terras. Segundo Cavalcanti et al. (1996, p.20-21), era inevitável que, na busca de novas terras para se instalarem, entrassem em conflito com outras tribos. No atual território paraibano as guerras mais conhecidas foram entre os Tabajaras e os Potiguaras.

Assinala-se em relação à origem do termo Jacoca que seria este o antigo nome do município do Conde. De acordo com a fonte referenciada, a versão de Elias Herckmans, em 1636, governador da Paraíba durante a ocupação holandesa se refere à:

‘Existência no distrito de Gramame, [...] de duas belas aldeias chamadas Joacaca e Pindaúna. Joacaca é uma palavra brasílica que significa: abraça-me, pois nesse lugar os índios surpreenderam uma mulher brasiliense potiguar que se achava à sombra com um tapuia, e lhe dizia – t’cheakoka’, abraça-me [...]. [...] Não se pode assegurar, com certeza, a origem da denominação Jacoca. O historiador Horácio de Almeida, atribuindo caráter lendário à explicação de Herckmans, apresenta pelo menos duas outras versões: Jacoca seria uma alteração de ‘yuá-coca’, que significa ‘a colheita dos juás’, numa referência clara aos grandes juazeiros que faziam parte da mata nativa da área; ou então, Jacoca significaria ‘a morada do jacu’ (jacu = ave; oca = casa), ou seja, lugar onde moram as aves (CAVALCANTI et al., 1996, p.23).

Como se pode observar, as narrativas históricas estão arroladas em considerações distintas, sugerindo questionamentos quanto à certeza dos fatos. No entanto, faz-se pertinente o seguinte registro:

O certo é que, apesar das dúvidas em relação ao seu nome, sabe-se que se tratava de uma aldeia potiguara (assim como sua vizinha Pindaúna) das mais importantes da região à época do retorno dos Tabajaras e da chegada dos europeus (CAVALCANTI et al., 1996, p.24).

Da Microrregião de Sapé, constituída por nove municípios, apenas o município de Cruz do Espírito Santo faz parte dos elementos constituintes da região metropolitana de João Pessoa.

Município de Cruz do Espírito Santo:

Supõe-se que as terras pertencentes ao atual município tenham sido habitadas, anteriormente, pelos índios Tabajaras, que com a chegada dos portugueses, transferiram-se para aldeias às margens do rio Paraíba. Quando



os lusos se estabeleceram na região, **iniciaram o plantio de cana-de-açúcar no litoral, devido à existência de solos férteis**. Foram instalados pequenos engenhos, na época, movidos por escravos oriundos da África. Mereceu destaque o engenho ‘Espírito Santo’, de propriedade do Sr. Manoel Pires Correia, que durante a invasão holandesa abandonou suas terras, que mais tarde foram vendidas ao batavo ‘Joan Van Olen’ e depois ao seu patrício ‘Mense Francen Aurenhaut’ que a ocupou até a expulsão dos estrangeiros. Não está esclarecida a data exata da formação do povoado. Sabe-se apenas, **que no ano de 1879, o rio Paraíba, em face de uma cheia, transbordou do seu leito e trouxe em suas águas uma imensa cruz de madeira e a deixou no local onde atualmente se ergue a cidade**. Esse fato contribuiu para que os habitantes da região passassem a chamar o povoado de Cruz do Espírito Santo, originado da junção do vocábulo Cruz, decorrente do evento, com a denominação do antigo engenho, Espírito Santo. Mais de um século, após ter sido encontrada a cruz, no ano de 1907, o vigário da Freguesia local construiu um pedestal onde a ergueu, perpetuando assim, até hoje, o nome histórico do lugar (IBGE, 2010). (Grifos nossos)

Diante de tais observações pode-se refletir o quanto o Estado da Paraíba (e, com ele, o nosso Brasil) foi explorado em sua colonização. Invasões, tomada de terras dos habitantes locais pelos estrangeiros, ou comércio vantajoso para os europeus de terras e/ou riquezas diversas, a exemplo do pau Brasil<sup>16</sup> etc.

De outro lado, pode-se desvelar também a origem e formação dos municípios em destaque, na descrição dos fatos observados. Neste sentido, o nome do município examinado, conforme se nota pelos registros históricos acima, forma-se da junção de um fenômeno natural (enchente do rio Paraíba) que transporta, através das forças da água, uma grande cruz a um determinado local do povoado, no referido fenômeno à época. Juntando-se a ocorrência do evento com o nome de um antigo engenho, Espírito Santo, criou-se o sugestivo nome: Cruz do Espírito Santo.

Da Microrregião do Litoral Norte, que possui onze municípios em sua totalidade, apenas Mamanguape e Rio Tinto configuram-se como elementos pertencentes à região metropolitana de João Pessoa.

Município de Mamanguape:

O município em destaque também possui uma história de muitas lutas e resistências aos invasores estrangeiros, exploradores de nossas riquezas naturais. Neste sentido, registre-se que:

---

<sup>16</sup> Com a chegada dos europeus, as relações entre os nativos e os estrangeiros são amistosas e cooperativas, **nesta fase do escambo**: ‘o potiguara buscava a madeira, cortava-a como o cliente queria, transportava-a até o local de embarque, auxiliava no acondicionamento a bordo. [...] amealhava provisões em que figurava em primeiro lugar o beiju de mandioca’ (MOREIRA e TARGINO, 1997, p.28 apud PRADO, 1964). (Grifos nossos)

A foz do rio Mamanguape e suas adjacências já eram frequentadas por navegantes franceses, antes dos portugueses iniciarem a colonização da Paraíba, em 1575. No fim do século XVI e começo do século XVII, Mamanguape principiou a ser colonizado, destacando-se o pernambucano Duarte Gomes da Silveira, como o mais esforçado dos seus povoadores. Iniciaram os portugueses o aldeamento dos Potiguares e o levantamento de engenhos na região, quando se positivou a invasão dos holandeses, dando-se o abandono da aldeia que seria sede da região (IBGE, 2010).

Conforme as observações assinaladas acima, o nome do município é inspirado nas águas que banham as suas terras, ao tempo em que também se observa a presença de navegantes franceses no local, antes mesmo da colonização do Estado da Paraíba, efetivada pelos portugueses. O município foi colonizado pelo pernambucano Duarte Gomes da Silveira, um dos primeiros povoadores do lugar. Com a invasão dos holandeses iniciam-se as lutas e a consequente fuga dos primeiros moradores da aldeia da região.

Nessas lutas e na reconstrução da aldeia indígena foram relevantes as participações dos portugueses e o papel desempenhado pelos jesuítas. Neste sentido, observe-se que:

Com a restauração, os jesuitas reconstruíram a antiga aldeia de índios que foi acrescida de colonos portugueses, o que suscitou sérios atritos entre selvagens e civilizados até que as autoridades locais julgaram prudente separá-los. Os índios foram transferidos para uma aldeia, situada em um oiteiro, que recebeu o nome de Monte-mór. Na antiga aldeia, origem da cidade de Mamanguape, ficaram residindo as autoridades e os portugueses, esta prosperou, a outra, porém, abandonada, alheia ao estímulo do trabalho produtivo, em poucos anos recebia a alcunha de Vila da Preguiça, para salientar a indolência dos seus moradores. Mamanguape continuou a progredir, e, no século XIX, já influenciava seus habitantes na política da Capitania. Mas o certo é que a sede da Vila continuou muito tempo em Monte-mór, só perdendo esta categoria, em favor da povoação de Mamanguape, em 1839 (IBGE, 2010).

#### Município de Rio Tinto:

Sobre os aspectos históricos deste município, é interessante prestar uma atenção especial nos registros do IBGE, conforme relacionados a seguir:

Não se sabe ao certo a data precisa do povoamento de Rio Tinto, acredita-se, porém, que tenha sido quando da colonização de Mamanguape com a separação dos Índios Potiguaras e colonos portugueses, **por volta do século XVII**. Os Potiguaras que habitavam a ‘Vila da Preguiça’, como assim foi denominado pelos antigos moradores. **A origem do nome ‘Rio Tinto’, surgiu devido às águas vermelhas do rio que banha a região**. Seu desenvolvimento histórico está intimamente ligado à Fabrica de Tecidos, que tinha como proprietários os irmãos Lundgren's (Artur, Frederico, Alberto e Anita), todos, imigrantes alemães. Esses irmãos adquiriram no ano de 1918,

a propriedade de Curral de Fora e posteriormente a do Patrício. No ano seguinte, adquiriram o conhecido engenho ‘Preguiça’ e assim prosseguiram incorporando bens ao patrimônio da família. Mas, o desenvolvimento econômico continuou; em 1919, fundaram o porto de Jaraguá e a Companhia de Navegação Costeira para intensificar o intercâmbio comercial, com as cidades vizinhas (IBGE, 2010). (Grifos nossos)

Pode-se inferir das observações acima que, a partir de sua ligação histórica com os irmãos e imigrantes alemães<sup>17</sup>, a cidade de Rio Tinto, apresenta em seu espaço social, nítidos sinais de crescimento, através de suas atividades produtivas. A compra de terras e sua posterior transformação, na conhecida fábrica de tecidos dos irmãos Lundgrens’s, configura-se como um fato real dessas ponderações. O crescimento econômico do município consegue mais força, ao longo do tempo. Com a fundação do porto de Jaraguá e a companhia de Navegação Costeira, as trocas comerciais com municípios mais próximos são intensificadas. As águas vermelhas que banham a região sugerem o nome do território em destaque.

Da Microrregião do Litoral Sul, que possui quatro municípios em seu total, três deles, Alhandra, Caaporã e Pitimbu, pertencem à região metropolitana de João Pessoa; constituindo-se assim, em breve objeto de análise, desse ponto em diante.

#### Município de Alhandra:

Nos registros históricos do município em destaque observa-se que as condições de sua colonização apresentam características bem semelhantes, quando confrontadas com a história colonizadora dos outros elementos constituintes da região metropolitana de João Pessoa. Os habitantes do lugar são índios que viviam em disputas, às vezes, com outros índios, outras tantas, com os invasores estrangeiros, cuja finalidade não era apenas a colonização de terras brasileiras, mas a exploração das riquezas locais.

O local onde hoje se localiza o município de Alhandra era ocupado por volta de 1700, pela tribo de índios Arataguís. Esses índios viviam em constantes combates com os Tabajaras, ocupantes da região onde hoje se situa a cidade de João Pessoa. Àquela época, passou pelo lugar uma expedição portuguesa que entrou em combate com os Gentios e permaneceu ali por algum tempo. **Achando a topografia da Região semelhante a da cidade portuguesa de Alhandra, batizaram o reduto indígena com aquele topônimo, permanecendo até hoje.** Na tribo dos Arataguís, destacou-se o famoso

<sup>17</sup> É pertinente assinalar **os cruéis assassinatos dos nativos**, ocorridos no processo de ocupação do espaço e do litoral paraibano: ‘no jogo de dominação travado, [...], não se deve esquecer a estratégia do colonizador de lançar tribos inteiras umas contra as outras’ (MOREIRA e TARGINO, 1997, p.30 apud AGUIAR, 1992). E, igualmente, visto **enquanto destruição humana e como impactos negativos**. [...]. ‘O que resta desta população [...], são alguns poucos remanescentes dos potiguaras, habitando a reserva indígena de Baía da Traição. [...] Ao longo do século XX viram suas terras serem ocupadas e usurpadas pela Companhia de Tecidos Rio Tinto, por grileiros ligados às destilarias de álcool que se instalaram na área após o Proalcool, ou ainda por empresas ligadas à especulação imobiliária’ (MOREIRA e TARGINO, 1997, p.30 apud MELO, 1994). (Grifos nossos)

chefe Felipe Camarão, célebre pelas lutas contra os invasores das terras brasileiras. Em 1749, Alhandra teve sua igreja construída, que com reformas, transformou-se na atual matriz. No início a povoação teve um período de grande prosperidade proporcionado, pelos vários engenhos de açúcar, localizados nas imediações, cuja produção era destinada a cidade de Goiana, através do rio Abiaí (IBGE, 2010). (Grifos nossos)

#### Município de Caaporã:

Através da fonte referenciada este município tem alguns aspectos históricos registrados a partir do século XIX, portanto, pode-se depreender que a sua colonização já deveria estar “completada”. É justamente pelo tempo assinalado e pelos termos de propriedade, constantes nesses relatos, que reforçamos as nossas ponderações. Neste sentido é interessante se desvendar que, sobre a “história” de Caaporã:

Definitivamente, **o atual município de Caaporã foi conhecido como ‘Boca do Mato’, denominação essa, originária de linguagem indígena, [...].** Sabe-se, que Boca da Mata pertencia ao Sr. José de Sá e ao Coronel Monteiro. Por volta de 1843, o local fazia parte de uma vereda por onde passavam viajantes procedentes de Goiana com destino às praias de Pitimbu e Acaú. Situava-se na região da Fazenda ‘Tabú’, de propriedade da família Lundgren, do Rio Tinto. Com o passar dos anos foram sendo construídas casas à margem da vereda, razão porque Caaporã é hoje uma cidade longitudinal, leste a costa, com aproximadamente 3 quilômetros de extensão. Em 1800, ‘Boca da Mata’ pertencia ao Coronel Monteiro, e o Engenho Tabú ao Sr. João de Sá. **O local fazia parte de uma vereda, por onde passavam viajantes, procedentes de goiana, com destino às praias de Pitimbu e Acaú.** De 1917 a 1918, os referidos donos venderam suas propriedades ao Senhor Coronel Alberto Lundgren, que posteriormente fixou residência na fazenda Tabú, **que já habitada por escravos, foi se desenvolvendo surgindo casas às margens da vereda, razão porque Caaporã é hoje uma cidade com grande extensão.** Seus primeiros alicerces surgiram às margens de uma vereda que posteriormente veio a ser Vila (IBGE, 2010). (Grifos nossos)

#### Município de Pitimbu:

Nas observações registradas abaixo, as mesmas características da grande maioria dos municípios constituintes da região metropolitana de João Pessoa: a existência de indígenas, da presença de estrangeiros em nossas terras, rios e mares, e, especificamente nesta formação espacial, o comércio e uma grande prosperidade. A origem do seu nome é também indígena, conforme assinalado abaixo.

Segundo o escritor Coriolano de Medeiros, em seu Dicionário Corográfico da Paraíba, **Pitimbu significa em linguagem indígena ‘Olho D’água do Fumo’.** Primitivamente, **Pitimbu era conhecido como Porto Francês e chegou a alcançar grande prosperidade.** O autor Diogo de Campos Moreno, afirma que após a criação do Governo Geral do Brasil, **os**

**franceses, para melhor poderem comerciar nas costas da Capitania de Itamaracá,** fixaram ao norte desta, um porto conhecido como dos franceses **e outro no rio Auijavá, hoje conhecido Abiaí, antigo limite entre Goiana (PE) e a Paraíba, por onde podiam adentrar nas terras continentais da capitania de Itamaracá, inclusive a Paraíba, com segurança e sem temor das autoridades locais.** Os franceses ainda encontram um porto onde atracavam suas galeras, uma grande pedra localizada no estuário do rio Goiana, que ficou conhecida como Pedra da Galé. Narra ainda o mesmo autor, sobre esse ancoradouro, que seu reconhecimento era fácil. Via-se do largo, as barreiras altas de cor de tambaba, **e as antigas mais baixas correspondentes à foz do Rio Abiaí,** distribuindo-se igualmente o oiteiro do Macaco. **Afirmam alguns historiadores, a possibilidade do município de Pitimbú ser mais antigo que a própria Capital, pela existência de várias aldeias de índios Tabajaras ao sul do Cabo Branco (IBGE, 2010).** (Grifos nossos)

Portanto, nos limites e proximidades geográficas dessas terras, mares e rios, conforme se efetivou a sua colonização, fundação e povoamento; estão inseridos os municípios da RMJP-PB. É, pois, aos mesmos que dedicamos a nossa atenção, especificamente no que diz respeito às transformações em suas estruturas produtivas, no mercado de trabalho e, no emprego formal, entre os anos de 2000 e 2010.

Neste ponto, acrescenta-se que, embora sejam relevantes as informações referenciadas pelo IBGE, faz-se necessário realçar nos aspectos considerados, as observações abaixo relacionadas:

A conquista do atual território paraibano só ocorre quase um século após o descobrimento do Brasil. O fato considerado como marco inicial desse processo seria a fundação da cidade de Nossa Senhora das Neves, atual João Pessoa, a 18 quilômetros da foz do rio Paraíba. **Daí teve início a apropriação do espaço pelo elemento colonizador, o qual se deparou em vários momentos com a resistência da população nativa.** Essa população, [...], agrupava-se em três grandes nações: Tupi, Cariris e Tarairiús (MOREIRA e TARGINO, 1997, p.26). (Grifos nossos)

As afirmações registradas acima, para o sentido de nossas avaliações específicas, levam necessariamente a outras importantes relações, nos aspectos sócio-histórico-econômicos dos territórios que, efetivamente, envolvem a formação espacial em relevo. Desse modo, elas podem ser complementadas, de acordo como assinalam os mesmos autores:

A organização inicial do espaço agrário litorâneo, a exemplo do que ocorreu em toda fachada oriental do Nordeste, **baseou-se na produção açucareira destinada ao mercado externo, na divisão das terras em grandes unidades produtivas conhecidas por Engenhos e no trabalho escravo.** Tratava-se de um espaço construído e organizado para atender às necessidades de acumulação do capital mercantil. Daí ele ser tido como ‘um

**espaço alienado'**, ou seja, um espaço produzido para atender necessidades externas (MOREIRA e TARGINO, 1997, p.33).

A partir deste ponto, se inicia uma análise nos elementos demográficos. Precipualemente é destacado o importante aspecto conceitual, reconhecido pelos estudiosos da Geografia e denominado por densidade demográfica. Tem-se dessa forma, a ideia precisa, de quantos habitantes por quilômetros quadrados residem em cada porção do espaço. Em relação ao início do período, as transformações ocorridas na dinâmica demográfica dos municípios integrantes do arranjo metropolitano em destaque são reveladas, no ano selecionado de 2010. Veja-se a tabela 1.

Tabela 1 – RMJP-PB, Densidade Demográfica - 2010.

<b>Municípios</b>	<b>Hab/Km<sup>2</sup></b>
<b>Alhandra</b>	98,58
<b>Bayeux</b>	3.118,76
<b>Caaporã</b>	135,60
<b>Cabedelo</b>	1.815,57
<b>Conde</b>	123,54
<b>Cruz do Espírito Santo</b>	83,18
<b>João Pessoa</b>	3.421,30
<b>Lucena</b>	131,88
<b>Mamanguape</b>	124,23
<b>Pitimbu</b>	124,78
<b>Rio Tinto</b>	49,42
<b>Santa Rita</b>	165,52

Fonte: IBGE.

De acordo com o IBGE, neste ano assinalado, pelo critério da densidade demográfica, apenas o município de Rio Tinto (com 49,42 hab/Km<sup>2</sup>), situar-se-ia abaixo do limite inferior (60 hab/Km<sup>2</sup>)<sup>18</sup> que caracteriza um município urbano. Isto significa que os onze municípios restantes, através desse critério, são considerados eminentemente urbanos.

É interessante notar as elevadas diferenciações entre as densidades demográficas dos municípios de Bayers, Cabedelo e João Pessoa, quando confrontadas com os demais elementos constituintes da porção espacial em destaque. Essas diferenciações observadas na

<sup>18</sup> Alonso [2009, p.12 apud IPEA/IBGE/NESUR-IE/UNICAMP, (2002) e Veiga (2004)], explica em síntese, as normas de corte em seus limites inferiores, quando evolui no tempo, elementos como: a densidade demográfica e o tamanho da população do município.

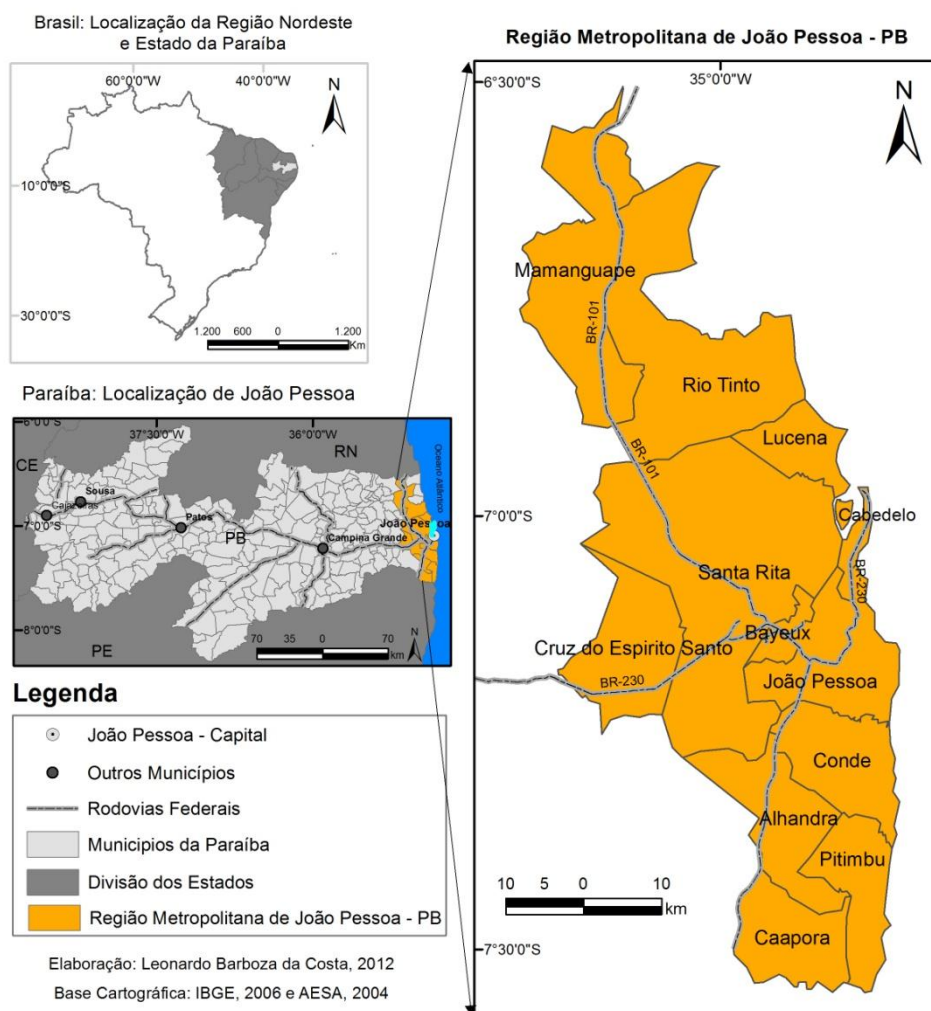
categoria de análise específica refletem o fenômeno das aglomerações urbanas em torno dos referidos territórios municipais.

Em relação ao nosso objeto de estudo, observa-se que o processo de formação da grande João Pessoa é estabelecido por leis (Leis Complementares Estaduais Nº 59, de 30 de dezembro de 2003 e, Nº 90, de 18 de agosto de 2009). Pela instituição da primeira lei, a RMJP-PB constitui-se de nove municípios. Com o advento da segunda lei estadual referida acima, acrescentam-se mais três formações espaciais à unidade regional em destaque.

Desse modo, o recorte espacial analisado nesta pesquisa, segundo o IBGE, ocupa em 2010, uma área total de 2.734,371 Km<sup>2</sup> e, como detalhado anteriormente, é constituído pelos municípios de Alhandra, Bayeux, Caaporã, Cabedelo, Conde, Cruz do Espírito Santo, João Pessoa, Lucena, Mamanguape, Pitimbu, Rio Tinto e Santa Rita. (Figura 1).



Figura 1 - Mapa da Região Metropolitana de João Pessoa na Paraíba.



Quando comparada com o total da RMJP-PB, a capital do Estado da Paraíba, com 211,474 Km<sup>2</sup> e 723.515 pessoas residentes, em 2010, possui uma participação na área territorial e na população, de 7,7% e 61,7%, respectivamente, de acordo com referências do IBGE. João Pessoa configura-se como o núcleo urbano que polariza os municípios da unidade regional em destaque. Esse conjunto de municípios que constitui a Região Metropolitana de

João Pessoa possui 4,84% de área territorial e 31,1% de população residente do Estado, no mesmo ano de 2010.

Pelas referências da tabela 2, ao se focar o mencionado ano de 2010, à exceção dos municípios mais próximos de João Pessoa (Bayeux, Cabedelo, Santa Rita e, até Mamanguape), isto porque os seus contingentes populacionais são mais expressivos e, conjuntamente com a cidade central referida possuem (1.043.788) pessoas, equivalendo a (89,1%) do total da região; enquanto os sete demais municípios do recorte espacial em destaque, perfazem um somatório de (127.756) pessoas, o que corresponde a apenas (17,7%) dos moradores da cidade polo, João Pessoa. Esta análise, que enfatiza o tamanho da população revela entre outros indicadores<sup>19</sup>, o distanciamento da capital do Estado, quando confrontada com a maioria dos municípios da RMJP-PB.

Tabela 2 – RMJP e Paraíba, população residente total (2000-2010).

Municípios e Paraíba	ANOS		Incremento 2000-2010 (%)
	2000	2010	
Alhandra	15.914	18.007	13,2
Bayeux	87.561	99.716	13,9
Caaporã	18.441	20.362	10,4
Cabedelo	42.832	57.944	35,3
Conde	16.423	21.400	30,3
Cruz do Espírito Santo	14.081	16.257	15,5
João Pessoa	597.934	723.515	21,0
Lucena	9.647	11.730	21,6
Mamanguape	38.772	42.303	9,1
Pitimbu	13.927	17.024	22,2
Rio Tinto	22.311	22.976	2,9
Santa Rita	115.844	120.310	3,8
<b>RMJP-PB</b>	<b>993.687</b>	<b>1.171.544</b>	<b>17,9</b>
<b>Estado da Paraíba</b>	<b>3.443.825</b>	<b>3.766.528</b>	<b>9,4</b>

Fonte: IBGE, Censos demográficos.

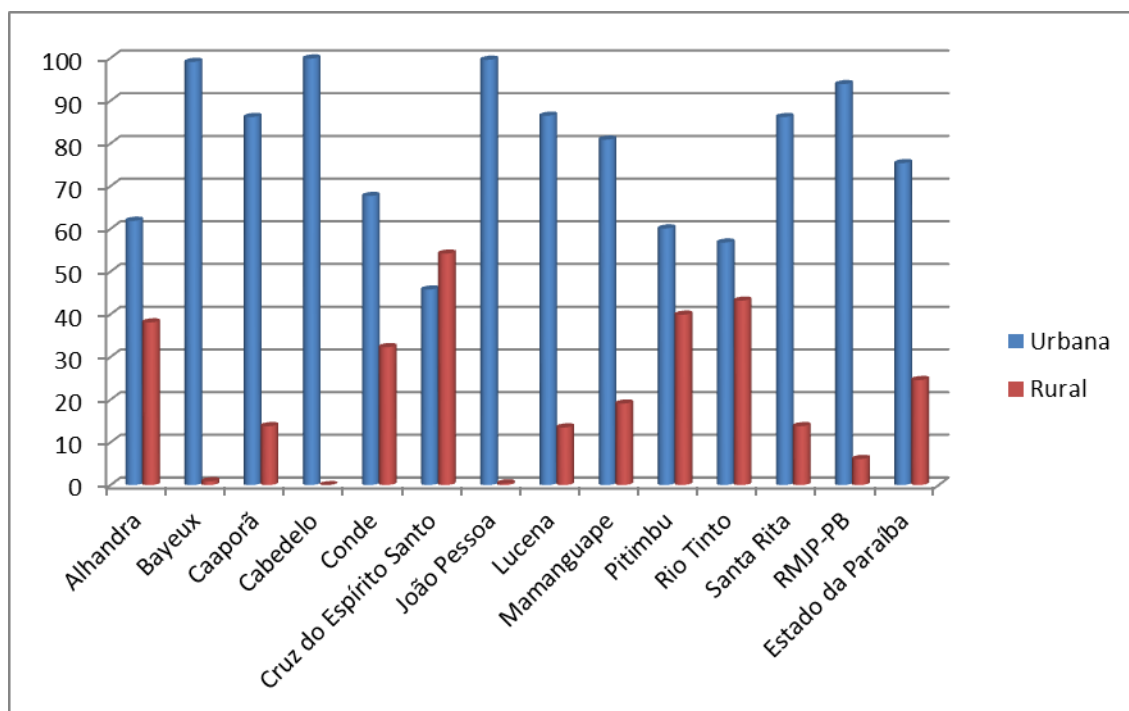
<sup>19</sup> Pode-se desvendar através da referida análise, por exemplo, os indicadores do peso relativo de cada município em relação à cidade polo, ao recorte espacial em relevo e, ao próprio estado da Paraíba.

De outro ângulo, ao observarmos o incremento populacional no período em tela, assinala-se, também à luz dos dados constantes na mesma tabela 2, que o município de Cabedelo apresenta o crescimento mais elevado (35,3%), enquanto a cidade de Rio Tinto configura-se por apresentar o menor crescimento demográfico (2,9%), no período. Em outras palavras, o município que apresenta uma maior evolução nesta variável, o faz, a um ritmo de crescimento médio anual de (3,1%), enquanto o que menos evolui, configura-se com um crescimento médio anual de (0,3 %). O recorte espacial em análise vê a sua população aumentar no período em (17,9%), crescendo a uma taxa média anual de (1,7%). O Estado da Paraíba como um todo observa um incremento nesta variável, entre 2000 e 2010, de (9,4%), apresentando um ritmo anual de crescimento médio (0,9%), abaixo de um por cento.

De outro lado, a força de trabalho existente - parte da população total - é um contingente que habita o campo e as cidades. Em outras palavras, é uma população rural e urbana. Ao longo do tempo, ocorrem transformações nessas populações. As pessoas do campo vão para as cidades, em busca de trabalho que às vezes não encontram no meio rural. Essas pessoas aspiram uma vida melhor e imaginam encontrá-la nas cidades, preferencialmente as maiores. Esse movimento ou mobilidade das populações, ocorrendo no tempo e no espaço, implica em aumentos populacionais nos centros urbanos. Desse modo, a busca por uma vida melhor e um trabalho duradouro, termina por “encher” as cidades maiores, tornando-as cada vez mais complexas e necessitadas de permanentes e novas funções, para atender os seus contingentes populacionais. Esse é um dilema que os habitantes de centros urbanos maiores têm convivido, desde o começo dos tempos modernos, o que igualmente ocorre na atualidade. A Região Metropolitana de João Pessoa também está incluída nesse universo, enquanto elemento ativo dessas complexidades da vida moderna.

Neste aspecto, como se observa no gráfico 1, ao se efetivar um enfoque quanto ao local da residência domiciliar (se os moradores estão localizados em área urbana ou rural), verifica-se que todos os municípios integrantes da região metropolitana de João Pessoa, à exceção apenas de Cruz do Espírito Santo (54,2% de seus habitantes moram no campo), possuem a maioria de sua população residindo em áreas urbanas. Ou seja, o grau de urbanização de onze municípios constitutivos da unidade regional em relevo é consideravelmente mais elevado comparando-se com a sua população rural. Isto significa que a RMJP-PB é eminentemente urbana. Essas avaliações estão fundamentadas em exame de dados apresentados pelo IBGE, ano 2010.

Gráfico 1 – População Urbana e Rural da RMJP-PB, ano 2010.



Fonte: IBGE - Censo Democrático de 2010.

Na tabela 3, ao se considerar dados relativos ao PIB per capita, referente aos municípios da RMJP-PB, nos anos selecionados de 2000 e 2010, a análise efetivada revela-se ainda com diferenciações, porém com vantagens comparativas para outros municípios pertencentes ao arranjo metropolitano em destaque<sup>20</sup>. É interessante observar neste caso, que não é João Pessoa, a detentora de um valor hegemônico, nos preços correntes do PIB per capita. Nesta variável, a supremacia entre todos os municípios da unidade regional pertence ao centro urbano de Cabedelo<sup>21</sup>, tanto no início quanto no final do período considerado.

Outras revelações são apresentadas quando, em 2010, municípios como Alhandra, Caaporã e Conde<sup>22</sup>, não pertencentes à mancha urbana da unidade regional em relevo, atingem valores no PIB per capita próximos e/ou superiores à cidade central da região.

<sup>20</sup> Os valores do PIB per capita para a RMJP são encontrados através da relação entre o somatório de todos os PIB's dos municípios constituintes da referida porção espacial e do somatório de sua população. Trata-se, portanto, de uma média.

<sup>21</sup> Assinale-se neste ponto que o Porto de Cabedelo fica instalado no município de mesmo nome. É ele, responsável pelas exportações e importações paraibanas de produtos, via oceânica. Observe-se também que é este município que apresenta uma evolução hegemônica da população residente, no período considerado.

<sup>22</sup> Quanto aos municípios de Alhandra, Caaporã, Conde e, também, Pitimbu; possuem importantes riquezas minerais, destacando-se o mármore, o calcário, o fosfato, a diatomita, a argila e a turfa (BRASIL, MDA, 2008).

Tabela 3 – PIB per capita a preços correntes (em reais)

Categorias Espaciais	Ano 2000		Ano 2010	
	Valores Absolutos	Números Índices	Valores Absolutos	Números Índices
Alhandra	3.379,16	77,6	13.277,67	98,4
Bayeux	2.710,51	62,2	7.003,12	51,9
Caaporã	5.063,60	116,2	16.389,83	121,4
Cabedelo	10.549,63	242,1	42.483,68	314,7
Conde	3.272,24	75,1	14.884,48	110,3
Cruz do Esp. Santo	1.832,33	42,0	5.225,57	38,7
João Pessoa	4.745,76	108,9	13.552,73	100,4
Lucena	2.298,54	52,7	6.721,87	49,8
Mamanguape	2.116,68	48,6	7.153,94	53,0
Pitimbu	2.440,94	56,0	5.543,18	41,1
Rio Tinto	2.023,04	46,4	6.501,01	48,2
Santa Rita	3.390,46	77,8	10.361,06	76,8
<b>RMJP-PB</b>	<b>4.357,19</b>	<b>100,0</b>	<b>13.498,31</b>	<b>100,0</b>

Fonte: IBGE

Pelo exame da referida tabela percebe-se a clara supremacia do município de Cabedelo, em relação aos demais elementos do conjunto da unidade espacial em destaque. Em 2000, o valor monetário de seu PIB per capita ultrapassa o da grande João Pessoa, considerada nesta análise a categoria espacial de PIB per capita básico<sup>23</sup>, em aproximadamente 2 e 1/2 (duas e meia) vezes, transformando a sua hegemonia nesse mesmo aspecto para mais de 3 (três) vezes, em 2010. Quanto ao município de João Pessoa apresenta uma ligeira supremacia, nesta variável, em relação ao recorte espacial como um todo, ultrapassando-o em 8,9 % e 0,4%, respectivamente, em 2000 e 2010.

Municípios como Alhandra, Caaporã e Conde, apresentam igualmente um significativo diferencial nos valores correntes da variável em análise. Caaporã e Conde

<sup>23</sup> Observa-se que a tabela 3 é analisada através de números-índices. A categoria espacial selecionada para o exame em relevo é a grande João Pessoa, tendo os valores correntes do seu PIB per capita igualados a 100, nos anos escolhidos de 2000 e 2010. Os números-índices podem ser considerados como ‘a classe de proporções estatísticas construídas segundo fórmulas diversas, e que têm por fim estabelecer comparação entre as situações de um ou mais fenômenos, tomados em épocas ou localidades diversas (MUNHOZ, 1989, p.150 apud RODRIGUES, IBGE, 1970).

ultrapassam a RMJP-PB, no ano selecionado de 2010, em 21,4% e 10,3%, respectivamente. A formação espacial de Alhandra, neste mesmo ano, quase nivela o seu PIB per capita ao da grande João Pessoa, precisando de apenas 0,6% para atingir esse patamar.

Embora existam algumas proporcionalidades descendentes refletidas por alguns municípios, dentre os quais se destacam: Bayeux, Cruz do Espírito Santo, Lucena, Pitimbu e Santa Rita, todos eles com um PIB per capita inferior ao da RMJP-PB; como inferência desta análise, em função do que foi apresentado pelos outros municípios, afirma-se que houve uma melhora substantiva para a unidade regional como um todo, ao final do período em relevo.

É importante observar que o valor nominal do PIB per capita depende diretamente das quantidades do produto gerado na economia e do tamanho da população da categoria espacial (aqui, enfatiza-se o município e o recorte espacial em destaque) examinada no período. Portanto, no conjunto das observações gerais representa, sem embargo, um indicador interessante (na medida do seu valor), onde certamente está envolvida a produção engendrada, em quaisquer períodos e municípios, avaliados conceitualmente pela variável em destaque.

De acordo com as origens históricas dos municípios, localização e extensão da RMJP-PB, dos aspectos populacionais (densidade demográfica, variação da população, lugar de domicílio) e econômicos (PIB per capita); são assim obtidas, determinadas análises críticas e uma breve caracterização do lugar.

Assinala-se que, algumas dessas análises orientam-se em sugestões de Alonso (2009), quando reflete sobre arranjos institucionais metropolitanos no país<sup>24</sup> em geral e, em particular, no processo de constituição da região metropolitana de João Pessoa.

Assim, à luz dos dados secundários explorados até esta fase do trabalho, a realidade da RMJP, em 2010, parece demonstrar algumas mudanças na forma de funcionamento dos seus fluxos e funções, em relação a 2000. Entretanto, esta mesma realidade espaço-temporal, tornar-se-á mais esclarecida no capítulo quatro do estudo, através da efetivação de exames específicos, em outras categorias de análise.

---

<sup>24</sup> Alonso [2009, p.10 apud A Caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil, IPEA/IBGE/NESUR-IE/UNICAMP, (2002)] expõe que os indicadores para classificar regiões metropolitanas são: tamanho da população; número de agências bancárias; total de operações financeiras; massa de rendimento mensal; total de empregos formais em atividades de ponta; total de passageiros/tráfego aéreo; total de sedes das 500 maiores empresas do Brasil.

### 2.3 - Traços Essenciais

De acordo com o exame da geografia enquanto ciência social e, enfatizando-se as categorias de análise: espaço, região, lugar e território; nota-se a importância da ação humana objetivando a criação e a transformação do espaço.

No processo de formação da grande João Pessoa (através de um formalismo político institucional) e, no modo como se processa o funcionamento dos fluxos e funções que envolvem a maioria de seus municípios, existe um hiato efetivo; o qual se traduz na ausência de uma identidade territorial metropolitana.

Na ligeira ênfase referente às características da região metropolitana de João Pessoa, percebe-se que a mesma está inserida na Mesorregião da Mata Paraibana e, seus municípios pertencem às Microrregiões de: João Pessoa, Sapé, Litoral Norte e Litoral Sul.

O exame detalhado de alguns elementos demográficos e econômicos permite revelar que existe uma grande disparidade, entre a cidade central João Pessoa e o seu entorno, constituído pelos municípios de Bayeux, Cabedelo e Santa Rita e, o restante dos municípios pertencentes à unidade regional em destaque. Isto significa, dentre outros fatores, que o desenvolvimento da região analisada se espraia do seu núcleo central em direção aos diversos elementos constituintes da RMJP-PB. Entretanto, no percurso existente de fluxos e funções municipais, esta situação não impede que, no ano selecionado de 2010, alguns municípios não pertencentes a este núcleo central, tenham avançado na sua produção, aproveitando-se de seus recursos naturais e revelando uma aceleração em sua dinâmica econômica. Este é o caso de Alhandra, Caaporã, Conde e Pitimbu.

## **CAPÍTULO III**

### **A DINÂMICA DO EMPREGO NO CONTEXTO DA CRISE/REESTRUTURAÇÃO DO CAPITAL E SEUS REFLEXOS PERIFÉRICOS**

Neste capítulo na seção 3.1, procede-se a um breve histórico do sistema capitalista, destacando-se o aspecto da divisão territorial do trabalho, na América Latina. Na seção 3.2, são postas em relevo algumas características do modo de produção fordista, bem como, examinadas as transformações da estrutura do trabalho/emprego e dos processos produtivos do sistema fordista para um regime de acumulação flexível. Na seção 3.3, estão assinalados os traços essenciais do capítulo.

#### **3.1 - Um breve histórico sobre o sistema capitalista de produção e uma análise referente à transição das economias coloniais para economias exportadoras, na América Latina.**

Ao se considerar as crises e reestruturações do capital<sup>25</sup>, este, enquanto um dos elementos essenciais do capitalismo, necessariamente, há que se refletir também, sobre a origem deste sistema de produção. E isso remonta à modernidade da história do homem, do desenvolvimento da técnica e da ciência. O moderno capitalismo não surge de um momento para outro, como um fenômeno instantâneo. Ele passa por etapas (outros modos de sistemas produtivos) e, demanda muito tempo para se consolidar. Dessa forma, Andery (2007, p.163), fundamentando-se em (Vilar, 1975), observa que:

Não podemos falar de verdadeira passagem ao capitalismo senão quando regiões suficientemente extensas vivem sob um regime social completamente novo. A passagem somente é decisiva quando as revoluções políticas sancionam juridicamente as mudanças de estrutura, e quando novas classes dominam o Estado. Por isso a evolução dura vários séculos.

---

<sup>25</sup> Em nosso olhar, um desenvolvimento (des) ordenado e desigual, seguindo apenas a sua lógica, como um fator de produção (complementar ao trabalho e a terra, os outros fatores produtivos da economia), que não possui alma. O seu interesse é o de produzir e se reproduzir permanentemente, e, em grandes quantidades.



Neste sentido, Andery (2007, p.170), observa também que, o início da indústria moderna foi possível graças à presença de duas condições: a existência de capital acumulado<sup>26</sup> e a existência de uma classe trabalhadora livre e sem propriedades.

Portanto, através de determinados processos e após as diversas transformações porque passam os regimes de produção (e, com elas, o próprio espaço e a sociedade), são lançadas as luzes para o capitalismo moderno, ou até mesmo, contemporâneo<sup>27</sup>. É no surgir e ressurgir de modos de produção diferentes; das maneiras específicas como se relacionam as sociedades no seu próprio tempo, na história; na invenção de novos produtos para o consumo de massa; através da inteligência e ação do homem, nesta simbiose, repleta de desenvolvimento e contradições, que surge e se renova constantemente, o sistema capitalista de produção. No aspecto puramente econômico, os fatores produtivos (a terra, o trabalho e o capital), a produzir e a inventar (através da técnica, da ciência) coisas novas.

Desse modo, pode-se compreender a longa transformação ocorrida entre as primeiras ferramentas (pertencentes inicialmente ao trabalhador) e a máquina (com a efetiva divisão do trabalho e a incorporação dessas ferramentas), obtendo-se como consequência a expansão desse capitalismo, agora comandada pela mesma. Essa máquina que no transcorrer do tempo, transforma-se com novas tecnologias, e consegue até, inventar outras máquinas e/ou bens de capital, implicando em que o sistema de produção em epígrafe, possa realizar grandes produções, nunca experimentadas em tempos anteriores. É nesse ponto de inflexão, com o surgimento da máquina enquanto elemento hegemônico do processo produtivo, que o capitalismo, enfim, se liberta do limite humano, orgânico, de produzir. Ou seja, quem orienta, de fato, os ditames do regime, é o próprio capital.

De outro lado, como assinala Andery (2007, p.174), restringindo-se puramente aos fundamentos econômicos, não se obtém uma visão plena do processo produtivo. Assim, respaldando-se em Vilar (1975), observa que:

---

<sup>26</sup> Antes da introdução do capitalismo acumulava-se capital principalmente por meio da troca de mercadorias. Entretanto, esta não foi a única forma: pirataria, saque, conquistas e exploração em diferentes níveis tiveram importante papel na acumulação primitiva de capital, que serviu de base para a grande expansão industrial dos séculos XVII e XVIII (ANDERY, 2007, p.170).

<sup>27</sup> A partir da crise econômica mundial ocorrida em 1930, a Teoria Geral do Emprego dos Juros e da Moeda, de autoria do economista Keynes, prevaleceu durante a maior parte do século XX; sustentando a sua tese de que, os fenômenos então ocorridos, seriam por causa de insuficiência da demanda agregada. Após os trabalhos do referido autor, surgiram outros estudos, contradizendo-o, ou concordando com a referida tese. No entanto a essência do seu pensamento econômico, ainda hoje, serve de referência para os estudiosos, bem como de relevância prática para os Governos que se utilizam de suas ferramentas teóricas.

A cada modo de produção corresponde não somente um sistema de relações de produção, como também um sistema de direito, de instituições e de formas de pensamento. Um regime social em decadência serve-se precisamente deste direito, dessas instituições e desses pensamentos já adquiridos, para opor-se com todas as suas forças às inovações que ameaçam sua existência. Isto provoca a luta das novas classes, das classes ascendentes, contra as classes dirigentes que ainda acham-se no poder e determina o caráter revolucionário da ação e do pensamento que animam estas lutas.

Segundo a fonte referenciada, as colocações de Vilar, complementam a análise, orientando-a para o seguinte aspecto.

Na luta entre camadas sociais pelo poder político, as ideias, os pensamentos e o conhecimento já produzidos também serão utilizados pelas camadas dirigentes como instrumentos para manter o estado de coisas que lhes traz vantagens, ou deter eventuais avanços da camada ascendente. Na medida em que o regime social entra em processo de decadência, **há a tendência de substituição das ideias a ele relacionadas por outras mais condizentes com o momento então vivido** (ANDERY, 2007, p.174). (Grifos nossos)

Desse modo, e estabelecendo-se o capitalismo como um sistema de produção que possui o lucro como objetivo principal, o capital e o trabalho humano, revelam-se como elementos essenciais largamente empregados no referido sistema. Produzindo em grandes quantidades, através de funções de produção, torna-se ao longo do tempo, um sistema de produção em massa, destinado para o consumo em larga escala ou sistema de consumo de massa.

De outro ângulo, Mello (2009), ao considerar questões relativas ao desenvolvimento do capitalismo, especificamente na América Latina, assinala como segue:

Ter-se-ia inaugurado, de acordo com o paradigma cepalino, nas duas últimas décadas do século XIX, uma nova etapa do processo de desenvolvimento latino-americano com a constituição das economias primário-exportadoras. O caráter primário-exportador não decorre simplesmente da forma material da produção predominante, alimentos e matérias-primas, e da localização do mercado em que se realiza, o externo. Ao contrário, advém, fundamentalmente, de que **as exportações representam o único componente autônomo de crescimento de renda**, [...] o setor externo surge como centro dinâmico da economia. É o modo de crescimento, **crescimento para fora, que, em última análise, torna as economias latino-americanas conformes ao ‘modelo primário-exportador’**. A esta maneira de crescer corresponde uma determinada estrutura produtiva, caracterizada por uma nítida especialização entre dois setores: de um lado, o setor externo, fonte de todo o dinamismo; de outro o setor interno dele dependente, integrado por indústrias, pela agricultura mercantil de alimentos e matérias-primas e por atividades de subsistência (MELLO, 2009, p.27-28). (Grifos nossos)

Nessas considerações históricas, que, sem embargo, caracterizam o que ocorre na dinâmica econômica dos países latino-americanos, está representado o que se pode entender sobre as relações econômicas, à época, dos países centrais com as chamadas economias periféricas. Convém observar, como o faz muito bem Furtado (1983), que:

[...] Raúl Prebisch, estudando a base histórica do desenvolvimento da economia moderna, **parte da análise da propagação da tecnologia moderna e da repartição dos frutos do progresso técnico**. A criação de um primeiro núcleo industrial na Grã-Bretanha, de nível técnico relativamente elevado para a época, deu origem a um processo de irradiação da tecnologia moderna em escala mundial. Durante o primeiro século da Revolução Industrial, o núcleo de irradiação se ampliou substancialmente, **mas a característica principal da economia contemporânea é a coexistência de um centro, que comanda o desenvolvimento tecnológico, e uma vasta e heterogênea periferia**. O centro, que tampouco é homogêneo, **está formado por subconjuntos de importância desigual**. Sempre existe, entretanto, uma economia que desempenha o papel de centro principal. Até a primeira Guerra Mundial coube à Grã-Bretanha esse papel, que a partir de então foi desempenhado pelos Estados Unidos da América. **Ao fato de que na economia deste último país o comércio exterior ocupe uma importância relativamente secundária, atribui Prebisch a maior instabilidade da economia mundial neste século**. O tipo de relações que existe entre o centro e a periferia estaria na base de concentração da renda em escala mundial, **que se realiza principalmente por meio da deterioração persistente dos termos de intercâmbio dos países periféricos**. A análise das economias contemporâneas, de um ângulo dinâmico, indicaria que não existe tendência à passagem automática de uma fase qualquer a outra superior. **Ao contrário, a única tendência visível é para que os países subdesenvolvidos continuem a sê-lo** (FURTADO, 1983, p.142-143). (Grifos nossos)

Portanto, a estrutura desse tipo de análise, segundo Furtado (1983), concentra as ideias básicas que iriam permear o pensamento cepalino, ao estudar maneiras de como escapar desses entraves, nas relações econômicas com os países de economias centrais. Ou seja, de garantir tanto o crescimento, como o desenvolvimento econômico para as sociedades latino-americanas, apoiadas essencialmente em suas próprias forças produtivas. Somente após isso, as relações com o resto do mundo poderiam aparecer em processos econômicos mais igualitários. Conquanto seja historicamente reconhecida a importância dos esforços do Centro de Estudos Econômicos para a América Latina (CEPAL), tendo à frente dos seus ideais, estudiosos como Raúl Prebisch, Celso Furtado, Aníbal Pinto, Maria da Conceição Tavares, dentre outros; os questionamentos encontrados em Mello (2009) perpassam por inquietações de que:

Em nenhum momento se indaga da natureza capitalista ou pré-capitalista das economias primário-exportadoras. E, com isso, se dá um imenso passo atrás em relação tanto aos primeiros trabalhos cepalinos, quanto a algumas análises concretas que, bem ou mal, não puderam se desembaraçar do problema. Nem poderia deixar de ser assim, pois se parte de um conceito de capital tomado como fator de produção, identificado a instrumentos de trabalho, que se combina com recursos naturais e mão de obra, [...], definindo uma função de produção. Inversamente aspira-se a construir, a partir das macrofunções de produção dos diversos setores exportadores, uma tipologia das economias primário-exportadoras e então deduzir para cada tipo as correspondentes estruturas setoriais, espaciais e até sociais. [...] **Nesta perspectiva**, onde residiria a *differentia specifica* entre a economia primário-exportadora e a economia colonial? Indiscutivelmente, **no modo de inserção das economias nacionais latino-americanas na nova divisão internacional do trabalho que vai se estruturando a partir da Revolução Industrial**. Antes, colônia, produtora de metais preciosos e produtos agrícolas coloniais, porque assim o determinavam os interesses da burguesia mercantil metropolitana, [...]. Depois, Estado-Nação em produção reflexa de alimentos e matérias-primas para os países industriais, economia porque atrelada aos tempos e contratempos da demanda externa. [...] Qualquer esforço para definir uma nova problemática deve se iniciar com a rejeição do formalismo contido no paradigma cepalino, que aparece claramente quando se pretende aplicá-lo ao ‘caso do Brasil’: **há, mesmo, duas e não uma economia primário-exportadora, a apoiada no trabalho escravo e a organizada com trabalho assalariado**. Formalismo, acrescento, que é mera decorrência do conceito de capital de que se parte: **não há capital, isto é, instrumentos de trabalho, e mão de obra, quer dizer homens, tanto numa quanto noutra?** E há de prosseguir com o reconhecimento de que a diferença fundamental entre economia colonial e economia primário-exportadora encontra-se, exatamente, **nas distintas relações sociais básicas que lhes são subjacentes: trabalho compulsório, servil ou escravo, de um lado, e trabalho assalariado de outro**. [...] **o surgimento das economias exportadoras organizadas com trabalho assalariado deve ser entendido como o nascimento do capitalismo na América Latina** (MELLO, 2009, p.28-29). (Grifos nossos)

As nuances implícitas nessas ponderações envolvem, entre outros fatores, a compreensão de que, esses países chamados periféricos, de economias primário-exportadoras, ainda se ressentem da ausência do modo especificamente capitalista de produção. Ou seja:

Desde que **(ainda)** não se constituem, simultaneamente, forças produtivas capitalistas, isto é, desde que a reprodução das relações sociais de produção capitalistas não está assegurada endogenamente, quer dizer, **no âmbito das próprias economias latino-americanas** (MELLO, 2009, p.29). (Grifos nossos)

Com essas ideias e questionamentos, entre outras características a serem analisadas, o referido autor quer enfatizar a necessidade de trabalhos referentes à essência de relações sociais nas economias primário-exportadoras, sejam as mesmas de aspecto capitalistas e/ou

pré-capitalistas, tendo em seu pensamento que, estas investigações, estão ausentes nos estudos cepalinos. Com isso, as análises desenvolvidas por Mello (2009), também implicam, inicialmente, em aprofundar esclarecimentos referentes à distinção entre economia colonial e economia exportadora. Mais do que isso, pretende-se mesmo, reconstruir o conceito de Economia Colonial.

Assim, pode-se observar em Mello (2009), que:

A economia colonial define-se, portanto, como altamente especializada e complementar à economia metropolitana. Esta complementaridade se traduz num determinado padrão de comércio: exportam-se produtos coloniais e se importam produtos manufaturados e, no caso de economias fundadas na escravidão negra, escravos. Por outro lado, a articulação economia metropolitana-economia colonial a isto não se resume, porque este padrão de comércio se efetiva através do monopólio de comércio exercido pela burguesia comercial metropolitana, do exclusivo metropolitano, como então era chamado (MELLO, 2009, p.33).

Essas eram as atividades da economia colonial, atividades “estabelecidas”, se pode afirmar, pelas economias metropolitanas, uma vez hegemônicas nesses processos de relações econômicas com o mundo da periferia; em tempos de atrair para os seus territórios, matérias-primas e metais preciosos, e, igualmente, de ampliar os seus mercados. Entretanto, segundo Mello (2009),

Se quisermos ir além das aparências, [...] começa-se por reconhecer que a Colonização Moderna integra um processo mais amplo, o de constituição do modo de produção capitalista, e por explicitar o seu caráter comercial e capitalista. [...] A economia colonial organiza-se, pois, para cumprir uma função: **a de instrumento de acumulação primitiva de capital**. Dever-se-iam estabelecer, portanto, mecanismos capazes de ajustar a economia colonial à sua razão de ser, **mecanismos de exploração** que permitissem: (1) produzisse a economia colonial um excedente que se transformava em lucros ao se comercializar a produção no mercado internacional; (2) a criação de mercados coloniais à produção metropolitana; e (3) que o lucro gerado na colônia fosse apropriado quase que integralmente pela burguesia metropolitana (MELLO, 2009, p.33-34). (Grifos nossos)

Assim, a produção colonial se assentando nos referidos mecanismos de exploração, possui, de um lado, o trabalho escravo, e de outro, a abundância de terras, para atingir os seus objetivos econômicos. O tráfico de negros de então representa avanços no comércio colonial e elevação na acumulação de capitais. Dessa forma, o trabalho escravo, se encaixava como uma luva aos anseios da economia colonial. E, as terras vazias, em grande quantidade, serviam para a prática da produção da economia de subsistência, pelos colonos.

De acordo com Mello (2009, p.35), a existência dos referidos colonos, já em contingentes consideráveis para trabalharem em troca de salários, confrontados com o preço do trabalho escravo, implicava em um custo superior. Desse modo, a opção pelo trabalho escravo, tornava-se a alternativa econômica escolhida para a produção colonial.

Ao se acompanhar as reflexões de Mello (2009), nesse processo da economia colonial dos tempos modernos, verificam-se aspectos de seu pensamento, relacionados a demonstrar as suas características concretas (da economia colonial) em direção ao “verdadeiro” capitalismo industrial:

Produção mercantil e trabalho servil, sim, como em várias épocas da Idade Média ou na ‘segunda servidão’; produção mercantil e trabalho escravo, como na Antiguidade. Porém, produção mercantil e trabalho escravo ‘reinventados’ para estimular a transição do feudalismo para o capitalismo. O capital comercial na América Latina [...] **desdobrou o âmbito da circulação que lhe é próprio e invadiu a esfera da produção**, constituindo a economia colonial. Imprimiu-lhe, desde logo, **seu caráter mercantil, assegurando-lhe a realização da produção no mercado mundial**. Para subjugar-lhe, pois se tratava de colonizar para o capitalismo, ‘reinventou’ o trabalho servil e o trabalho escravo e, **no caso da escravidão, assegurou a reprodução das relações sociais, com o tráfico, setor do comércio colonial e mola de acumulação**. Em suma, o tipo de desenvolvimento das forças produtivas e as correspondentes relações sociais de produção são instauradas pelo capital comercial em seu proveito (MELLO, 2009, p.36). (Grifos nossos)

Como se vê, nessas “filigranas de construções acadêmico-científicas”, por demais interessantes e, legítimas obviamente, nessas “bandas de cá”, onde se localizam as terras latino-americanas; se percebe o quanto as mesmas são tratadas como objetos de exploração, no transcurso da economia colonial à economia de exportação, dando os primeiros passos em direção ao capitalismo industrial. Acrescente-se a essas questões, outras, de não menores intensidades em seus níveis de exploração, mas, que, de fato, ocorrem na história econômica dos países da América Latina.

O caráter subordinado das contradições internas das economias e sociedades coloniais e o caráter determinante, para seu movimento, das contradições que não se definem no seu espaço, mas no das economias metropolitanas, e mais especificamente no espaço das relações entre uma e outras. Em última análise, **o movimento próprio da economia colonial foi-lhe retirado pela impossibilidade de acumular autonomamente ao se estabelecerem a apropriação e o controle do excedente pela burguesia comercial metropolitana** (MELLO, 2009, p.36). (Grifos nossos)

A concretude das explorações históricas das economias latino-americanas, por parte das economias mais desenvolvidas, sobretudo a economia da Inglaterra que, entre as demais, tornara-se a mais avançada em tempos de Revolução Industrial; tornara-se um fenômeno real. Ao ponto de se verificar que, as economias periféricas não apresentassem forças produtivas endógenas, capazes de atingirem um nível de acumulação próprio, em direção ao desenvolvimento econômico, tal qual existente nas chamadas economias centrais. Entretanto, Mello (2009) assegura que não é possível conceber a transição do feudalismo para o capitalismo, abstraindo o papel desempenhado pelas economias coloniais. Assim é que,

Tanto a acumulação de capital e sua concentração nas mãos da burguesia comercial metropolitana quanto à criação de mercados coloniais foram fatores essenciais (digo essenciais, não únicos ou mais importantes) à constituição do capitalismo. O que há, portanto, é uma única totalidade, ou melhor, **um único processo, em que o ‘sentido’ e os rumos são determinados pelas contradições que animam as economias metropolitanas**. Se economia colonial e economia metropolitana são faces da mesma moeda, empresa colonial e manufatura (tomada como a estrutura produtiva que apanha o ‘sentido’ da marcha rumo ao ‘capitalismo industrial’) também o são. Na metrópole, a libertação do trabalho, o trabalho assalariado; na colônia, a ‘reinvenção’ de formas de relações sociais pré-capitalistas. Progresso e, ao mesmo tempo, aparente retrocesso – aparente porque ingrediente indispensável ao progresso (MELLO, 2009, p.37). (Grifos nossos)

De um modo geral, com as referidas considerações, o que se percebe de fato, é que a constituição e o funcionamento do capitalismo, se complementam assemelhando-se a uma totalidade, como explicado acima. Com as economias centrais e seus subconjuntos, de um lado e a economia colonial, de outro. O *modus operandi* de ambas e as suas contradições servem de combustível para “queimar” em suas etapas e, assim, engendrar o seu produto e gerir o seu crescimento, ainda que, presentes nesse processo econômico, os conhecidos movimentos de auges e declínios. Nesse sentido, é interessante ressaltar que:

Há capitalismo, formalmente, **porque o capital comercial invadiu a órbita da produção, estabelecendo a empresa colonial**. Indo muito além do simples domínio direto da produção, o capital subordina o trabalho e esta subordinação é formal, porque seu domínio exige formas de trabalho compulsório. **Fica claro, enfim, que o decisivo são as articulações entre capitalismo e colonização, o caráter de instrumento de acumulação primitiva da economia colonial** (MELLO, 2009, p.38). (Grifos nossos)

Como essas inter-relações e movimentos não são estanques, ao contrário, refletem um dinamismo permanente e contraditório, mas, efetivamente, um dinamismo; os avanços do capitalismo atingem as fases da Revolução Industrial. Dessa maneira,

[...] se existe unidade entre desenvolvimento do capitalismo e economia colonial, se a economia colonial representara um estímulo fundamental ao capitalismo no ‘período manufatureiro’, o movimento leva à Revolução Industrial, **ao nascimento do modo especificamente capitalista de produção**. A acumulação, doravante, poderá ‘andar sobre seus próprios pés’, deixará de necessitar de apoios externos com o surgimento de forças produtivas capitalistas. [...] **a passagem ao ‘capitalismo industrial’, propõe e estimula a liquidação da economia colonial**. O que era solidariedade se transforma em oposição, o que era estímulo se converte em grilhão. Economia Colonial e Capitalismo passam a guardar, de agora em diante, **relações contraditórias** (MELLO, 2009, p.38). (Grifos nossos)

Portanto, nessa nova fase de transição, onde se requer a extinção da economia colonial, tal qual existia, surgem contradições entre os polos da economia global. E essas contradições, segundo Mello (2009), revelam-se, por exemplo, nas necessidades emergentes de uma produção de produtos primários de exportação; porque se exige, na periferia, o trabalho assalariado, mercados mais amplos e, produção mercantil complementar em massa; porque se exige a remoção do monopólio do mercado colonial, para que, assim, se produzisse livre de restrições e de preços fixados através de monopólios.

Desse modo, configura-se enquanto objetivo último para as economias centrais, o que abaixo está assinalado:

O capitalismo industrial ‘propõe’ a formação de **uma periferia produtora, em massa**, de produtos primários de exportação, **organizando-se a produção em bases capitalistas**, quer dizer, **mediante trabalho assalariado**. É desta periferia que **deveriam** fazer parte **as economias latino-americanas**, conjuntamente **às demais economias pré-capitalistas** (MELLO, 2009, p.39). (Grifos nossos)

Segundo o entendimento percorrido até este ponto, pode-se claramente perceber que as economias periféricas, ao contrário das que possuem uma dinâmica quase homogênea, ou seja, as economias centrais, apresentam especificidades em suas relações sociais de produção, distintas das economias chamadas centrais. No entanto, o capitalismo as quer produzindo através do trabalho assalariado. Convém lembrar, como o faz Mello (2009, p.39), que a Revolução Industrial, com a sua fome de mercados, promoveu a crise das ‘economias pré-capitalistas milenares’, com as quais entrou em contato. Desse modo,



O tear à mão e o torno de fiar, origens de um exército incontável de tecelões e fiadores, eram os *pivots* centrais da estrutura social da Índia [...]. O invasor britânico acabou com o tear à mão e destruiu o torno de fiar. A Inglaterra começou por desalojar os tecidos de algodão dos mercados europeus [...] e terminou por invadir a pátria do algodão com tecidos de algodão [...]. A decadência das cidades da Índia, que haviam se tornado célebres por seus tecidos, não pode ser considerada a pior consequência da dominação inglesa. O vapor e a ciência britânicas destruíram, em todo o Indostão, a união entre a agricultura e a indústria artesanal (MELLO, 2009, p.39-40 apud MARX, 1973, p.27).

Como se vê, a desestruturação no funcionamento de relações sociais de produção das economias pré-capitalistas resulta do contato imediato das mesmas, com o capitalismo avançado. Nesse sentido, é pertinente assinalar o que Furtado (1983), considera como o percurso da primeira linha de expansão industrial europeia:

[...] **(ele)** marca a linha de desenvolvimento, dentro da própria Europa Ocidental, no quadro das divisões políticas que se haviam cristalizado na época mercantilista. Neste caso **o desenvolvimento assumiu a forma de desorganização da economia artesanal pré-capitalista e de progressiva absorção dos fatores liberados, a um nível mais alto de produtividade.** [...] identificam-se duas fases nesse processo; na primeira, a liberação de mão de obra era mais rápida que a absorção, o que tornava a oferta desse fator totalmente elástica; na segunda, a oferta da mão de obra, **resultante da desarticulação da economia pré-capitalista,** tende a esgotar-se (FURTADO, 1983, p.187). (Grifos nossos)

Portanto, convém salientar que esse fenômeno ocorre até (e primeiramente) na Europa Ocidental. De outro lado, nessa fase de transição em exame na América Latina, e em um primeiro momento, observa-se que:

O capitalismo industrial traz consigo o início da crise das economias coloniais: não se destrói o seu fundamento último, o trabalho compulsório, mas, tão somente, se estimula decisivamente a ruptura do Pacto Colonial e a constituição dos Estados Nacionais. Não se liquida o trabalho compulsório, em primeiro lugar, porque a ele em nada afetava a entrada dos produtos industriais ingleses e, em segundo lugar, porque a transformação do trabalho compulsório em trabalho livre era, agora, uma decisão nacional (MELLO, 2009, p.40).

Em um segundo momento, ainda de acordo com Mello (2009), com a emergência e concretude do trabalho assalariado nessa mesma América Latina, o capitalismo industrial inglês não tem o mesmo poder apresentado na Índia, nem maior interesse na reorganização das economias nacionais. As razões são justificadas, como seguem abaixo:

Não tem o mesmo poder porque estava diante de Estados Nacionais, por mais fracos que fossem, e não de suas colônias; não tem maior interesse porque não surgem por aqui oportunidades de inversão de capitais suficientemente atrativas, isto é, capazes de concorrer tanto com as Colônias inglesas, quanto, e principalmente, com os países que atravessam vigorosos processos de industrialização (Estados Unidos etc). [...] O fraco ‘poder de difusão’ do capitalismo exercido sobre as nações latino-americanas há de ser explicado, em última análise, não pela ausência ou frouxidão da demanda externa, mas pelas dificuldades internas de organização de economias exportadoras vigorosas (MELLO, 2009, p.41).

Vê-se então que, essas economias nacionais, embora nesse momento, já com o trabalho assalariado, possuem as suas dificuldades internas, as suas especificidades. Dificuldades essas, que economias exportadoras vigorosas<sup>28</sup>, não apresentariam. Nesse aspecto das especificidades apresentadas pelas economias coloniais de relações de produções pré-capitalistas e, considerando a sua passagem para economias exportadoras assalariadas, lembramos o que Furtado (1983), considera como uma ‘terceira linha de expansão da economia industrial europeia’, e igualmente, o trajeto percorrido pela mesma<sup>29</sup>:

[...] (ela) foi em direção às regiões já ocupadas, algumas delas densamente povoadas, com sistemas econômicos seculares, de variados tipos, **mas todos de natureza pré-capitalista**. O contato das vigorosas economias capitalistas com essas regiões dotadas de velhas estruturas sociais não se fez de maneira uniforme. Em alguns casos, o interesse limitou-se à abertura de linhas de comércio. **Em outros houve, desde o início, o desejo de fomentar a produção de matérias-primas, cuja procura crescia nos centros industriais**. O efeito do impacto da expansão capitalista sobre essas estruturas variou de região para região, ao sabor de circunstâncias locais, do tipo de penetração capitalista e da intensidade desta. Contudo, **a resultante foi quase sempre a criação de estruturas dualistas, uma parte das quais tendia a organizar-se à base de maximização do lucro e da adoção de formas modernas de consumo, conservando-se a outra parte dentro de formas pré-capitalistas de produção**. Esse tipo de estrutura socioeconômica dualista está na origem do fenômeno do subdesenvolvimento contemporâneo. **O subdesenvolvimento é, portanto, um processo histórico autônomo, e não uma etapa pela qual tenham, necessariamente, passado as economias que já alcançaram grau superior de desenvolvimento**. Para captar a natureza das atuais economias

<sup>28</sup> De acordo com Mello (2009, p.41), no Brasil, um país com fortes capacidades internas de organização, foi possível, em certo sentido, criar a própria demanda, e as importações de capitais desempenharam um papel crucial na passagem da economia colonial à economia exportadora capitalista, ainda que não tão ‘visível’ ao observador. Para um esclarecimento detalhado sobre o tema, ver, por exemplo, “O Capitalismo Tardio” / João Manuel Cardoso de Mello. 11ª ed. São Paulo: UNESP, 2009. E, “Formação Econômica do Brasil” / Celso Furtado. 18ª ed. São Paulo: Editora Nacional, 1982.

<sup>29</sup> A segunda linha de desenvolvimento da economia industrial europeia consistiu numa deslocação para além de suas fronteiras de mão de obra, capital e técnica, onde quer que houvesse terras ainda desocupadas e de características similares às da própria Europa (FURTADO, 1983, p.188).

subdesenvolvidas, necessário se torna levar em conta essa peculiaridade (FURTADO, 1983, p.188-189). (Grifos nossos)

Diante dessas considerações, necessário se faz entender, tanto o processo de transição das economias coloniais para o estágio de economias exportadoras, quanto perceber que, o subdesenvolvimento não representa um estágio econômico pelo qual tais economias necessitem passar, para atingirem o desenvolvimento econômico das economias centrais. O importante nisso tudo é compreender as especificidades dos dois polos econômicos (o periférico e o central) e, as suas relações político-econômicas recíprocas.

### 3.2 - O Fordismo e a crise de reestruturação do capital: mudança para um novo paradigma?

É pertinente assinalar enquanto sistema de emprego da força de trabalho e da produção em massa, o surgimento histórico do fordismo, em 1914, quando segundo Harvey (2003),

Henry Ford introduziu seu dia de oito horas e cinco dólares como recompensa para os trabalhadores da linha automática de montagem de carros que ele estabelecera no ano anterior em Dearbon, Michigan. [...] **Ford racionalizou velhas tecnologias e uma detalhada divisão do trabalho preexistente**, e, efetivamente, **ao fazer o trabalho chegar ao trabalhador numa posição fixa, ele consegue dramáticos ganhos de produtividade**. [...] O que havia de especial em Ford (e que, em última análise, distingue o fordismo do taylorismo) era a sua visão, seu reconhecimento explícito de que produção de massa significava consumo de massa, **um novo sistema de reprodução da força de trabalho, uma nova política de controle e gerência do trabalho**, uma nova estética e **uma nova psicologia**, em suma, **um novo tipo de sociedade** democrática, **racionalizada**, modernista e populista (HARVEY, 2003, p.121). (Grifos nossos)

A amplitude do olhar de um homem de negócios distingue-o então dos demais homens de sua época. Até dos que se dedicam integralmente aos conhecimentos científicos. Essas atitudes, de fato, representam medidas inteligentes (racionais) do ponto de vista econômico e social. No entanto, elas são apenas a parte de quem organiza os processos de produção e do trabalho. A outra parte, a do consumo racional, pertence aos trabalhadores ou à sociedade como um todo. E, relaciona-se diretamente com os hábitos coletivos das pessoas ou, até mesmo, simplesmente, apenas de sua maioria.

De outro lado, assinale-se que são os modelos e a teoria de Keynes que orientam as normas gerais das economias dos países avançados (e/ou outros), para se resolver os problemas da ausência de demanda efetiva. Eles servem de apoio ao Estado por meio dos gastos governamentais e de suas políticas monetária e fiscal, intervindo na economia. E

também, aos empresários, com orientações adequadas às suas decisões de investimentos. Tudo isto, com o objetivo específico de aumentar a demanda efetiva da sociedade como um todo, tal como era visto por Keynes. Essas evidências podem ser apontadas como sinais positivos e de melhoras significativas para os países considerados avançados e que se orientam pelo sistema capitalista de produção. Neste sentido, registre-se que:

O problema da configuração e uso próprios dos poderes do Estado só foi resolvido depois de 1945. Isso levou o fordismo à maturidade como regime de acumulação plenamente acabado e distintivo. **Como tal, ele veio a formar a base de um longo período de expansão pós-guerra que se manteve mais ou menos intacto até 1973.** Ao longo desse período, o capitalismo nos países capitalistas avançados alcançou taxas fortes, mas relativamente estáveis de crescimento econômico. Os padrões de vida se elevaram, as tendências de crise foram contidas, a democracia de massa, preservada e a ameaça de guerras intercapitalistas, tornada remota. **O fordismo se aliou firmemente ao Keynesianismo, e o capitalismo se dedicou a um surto de expansões internacionalistas de alcance mundial que atraiu para a sua rede inúmeras nações descolonizadas** (HARVEY, 2003, p.125). (Grifos nossos)

É ainda importante observar o que indica a fonte referenciada sobre o papel do Estado em suas diversas obrigações, enquanto um dos principais atores no surto de expansão do capitalismo. Como deixa claro,

As formas de intervencionismo estatal variavam muito entre os países capitalistas avançados. [...] A variedade de posturas tomadas por diferentes governos da Europa Ocidental nas negociações de contratos trabalhistas, no padrão dos gastos públicos. [...] Padrões de descontentamento trabalhista, de organização de fábrica e de ativismo sindical também variavam. [...] **Mas o notável é a maneira pela qual governos nacionais de tendências ideológicas bem distintas – gaulista, na França, trabalhista, na Grã-Bretanha, democrata-cristão, na Alemanha Ocidental etc – criaram tanto um crescimento econômico estável como um aumento dos padrões materiais de vida através de uma combinação de estado do bem-estar social, administração econômica Keynesiana e controle de relações de salário** (HARVEY, 2003, p.130). (Grifos nossos)

Como se vê, as receitas técnicas preconizadas pelos seus criadores funcionavam efetivamente. Contudo, não eram uniformes nem o grau de satisfação dos trabalhadores, nem os padrões de intervenção governamental. Observe-se que, as Ciências Sociais, destacando-se aqui, tanto a Geografia humana quanto a Economia, possuem como matéria prima em suas pesquisas, o próprio homem e as suas relações sociais e de produção. E este fato, por si só, pode explicar as diferenças existentes, no modo de ser e de agir social e economicamente, de

cada povo, de cada cultura. É pertinente observar-se neste ponto que, as variadas produções do espaço parecem também ocorrer, como implicações diretas desses fatores.

Entretanto, no que diz respeito às repercussões do emprego, observa-se em Harvey (2003), que o trabalho organizado teve de assumir novos papéis e funções relativos ao desempenho nos mercados de trabalho e aos processos de produção. Assim, a fonte referenciada utilizando-se também de outros autores, registra o que se expõe:

A derrota dos movimentos operários radicais que ressurgiram no período pós-guerra imediato, por exemplo, preparou o terreno político para os tipos de controle do trabalho e de compromisso que possibilitaram o fordismo. Armstrong, Glyn e Harrison (1984, capítulo 4) oferecem detalhada análise de como se preparou o ataque às formas tradicionais (orientadas para os ofícios) e radicais de organização do trabalho tanto nos territórios ocupados do Japão, da Alemanha Ocidental e da Itália como nos territórios supostamente ‘livres’ da Grã-Bretanha, da França e dos Países Baixos. Nos Estados Unidos, onde a Lei Wagner de 1933 tinha dado aos sindicatos poder no mercado (com o reconhecimento explícito de que os direitos de negociação coletiva eram essenciais para a resolução do problema da demanda efetiva) em troca do sacrifício no campo da produção, os sindicatos viram-se sob um ataque virulento nos anos de pós-guerra por uma pretensa infiltração comunista e terminaram por ser submetidos a uma disciplina legal estrita pela Lei Taft-Hartley de 1952. [...] Com seu principal adversário sob controle, **os interesses da classe capitalista puderam resolver** o que Gramsci denominara antes **problema de ‘hegemonia’ e estabelecer uma base aparentemente nova para relações de classes conducentes ao fordismo** (HARVEY, 2003, p.125-128). (Grifos nossos)

Essas novas relações de classe, segundo a fonte referenciada, apresentam distintas variações, de país para país e, também, de região para região. Como exemplo ilustrativo, observe-se o exposto abaixo:

No Meio Oeste e no Nordeste dos Estados Unidos, os sindicatos ganharam considerável poder na esfera da negociação coletiva nas indústrias de produção em massa, preservaram algum controle dentro das fábricas sobre as especificações de tarefas, sobre a segurança e as promoções, e conquistaram importante poder político (embora nunca determinante) sobre questões como benefícios da seguridade social, salário mínimo e outras facetas da política social. Mas adquiriram e mantiveram esses direitos em troca da adoção de uma atitude cooperativa no tocante às técnicas fordistas de produção e às estratégias corporativas cognatas para aumentar a produtividade (HARVEY, 2003, p.128).

Neste ponto, é perfeitamente esclarecido que o poder relativo dos sindicatos nos Estados Unidos e nas regiões assinaladas não é adquirido de uma maneira gratuita, mas trocado pelo objetivo de se aumentar a produtividade do trabalho, na forma requerida pelo

sistema de produção empregado. Ou seja, através dos seus líderes sindicais, para se atingir metas precisas de produção, os trabalhadores são claramente cooptados. Somente assim, os mesmos conseguem determinados privilégios nos interiores das fábricas, bem como autonomia em negociações coletivas de contratos salariais e outros direitos nas indústrias de produção em massa. Desse modo, os trabalhadores em destaque, organizados e recebendo bons salários, ostentam padrões de vida elevados.

Entretanto, o fordismo não distribui os seus benefícios de uma forma igualitária para todos os trabalhadores. De acordo com Harvey (2003), havia sinais abundantes de insatisfação mesmo no apogeu do sistema. Assim,

[...] a negociação fordista de salários estava confinada a certos setores da economia e a certas nações-Estado em que o crescimento estável da demanda podia ser acompanhado por investimentos de larga escala na tecnologia de produção em massa. Outros setores de produção de alto risco ainda dependiam de baixos salários e de fraca garantia de emprego. **E mesmo os setores fordistas podiam recorrer a uma base não-fordista de subcontratação.** [...] As desigualdades resultantes produziram sérias tensões sociais e fortes movimentos sociais por parte dos excluídos – movimentos que giravam em torno da maneira pela qual a raça, o gênero e a origem étnica costumavam determinar quem tinha ou não acesso ao emprego privilegiado. Essas desigualdades eram particularmente difíceis de manter diante do aumento das expectativas, alimentadas em parte por todos os artifícios aplicados à criação de necessidades e à produção de um novo tipo de sociedade de consumo. **Sem acesso ao trabalho privilegiado da produção de massa, amplos segmentos da força de trabalho também não tinham acesso às tão louvadas alegrias do consumo de massa.** (HARVEY, 2003, p.132). (Grifos nossos)

Portanto, nesse longo período de expansão industrial do pós-guerra, liderado pelos Estados Unidos, pelo progresso efetivo do fordismo e, acompanhados pelas receitas econômicas do Keynesianismo; há um funcionamento estável da economia, mas com a restrição dos seus benefícios dirigidos para uma porção dos trabalhadores formais em países do primeiro mundo. Assim, naturalmente, a parte da população não atingida por tais benefícios procura se organizar e demonstrar a sua insatisfação, revoltando-se efetivamente, com o objetivo de transformar este cenário econômico-social. Desse modo:

O movimento dos direitos civis nos Estados Unidos se tornou uma raiva revolucionária que abalou as grandes cidades. O surgimento de mulheres como assalariadas mal-remuneradas foi acompanhado por um movimento feminista igualmente vigoroso. E o choque da descoberta de uma terrível pobreza em meio à crescente fluência gerou fortes contramovimentos de descontentamento com os supostos benefícios do fordismo (HARVEY, 2003, p.132).

Segundo a fonte referenciada, a utilidade do controle do trabalho, da divisão entre uma força de trabalho predominantemente branca e o ‘resto’, significava uma rigidez nos mercados de trabalho que dificultava a realocação do trabalho de uma linha de produção para outra. Neste sentido,

O poder exclusivista dos sindicatos fortalecia sua capacidade de resistir à perda de habilidades, ao autoritarismo, à hierarquia e à perda de controle no local de trabalho. **A inclinação de uso desses poderes dependia de tradições políticas, formas de organização e disposição dos trabalhadores em trocar seus direitos na produção por um maior poder no mercado.** As lutas trabalhistas não desapareceram, pois [...] eram forçados a responder a insatisfação das bases. Mas, [...], na medida em que serviam aos interesses estreitos de seus membros e abandonavam preocupações socialistas mais radicais, os sindicatos corriam o risco de ser reduzidos, diante da opinião pública, a grupos de interesses **fragmentados** que buscavam servir a si mesmos, e não a objetivos gerais (HARVEY, 2003, p.132-133). (Grifos nossos)

Por outro lado, o Estado sofria a pressão de um elevado descontentamento por parte dos excluídos e, necessitava expressar a garantia de:

Alguma espécie de salário social adequado para todos ou engajar-se em políticas redistributivas ou ações legais que remediasses ativamente as desigualdades, combatessem o relativo empobrecimento e a exclusão das minorias. A legitimação do poder do Estado dependia cada vez mais de levar os benefícios do fordismo a todos e de encontrar meios de oferecer assistência médica, habitação e serviços educacionais adequados em larga escala, mas de modo humano e atencioso. [...] **A condição do fornecimento de bens coletivos dependia da contínua aceleração da produtividade do trabalho no setor corporativo. Só assim o Estado Keynesiano do bem-estar social poderia ser fiscalmente viável** (HARVEY, 2003, p.133). (Grifos nossos)

Os gastos do Governo, traduzidos pela possibilidade da oferta de bens coletivos à sociedade, como se vê, são uma função de uma permanente e elevada aceleração da produtividade do trabalho nas empresas. Acresce esses dispêndios governamentais e, a própria demanda agregada, a porção do consumo das famílias. Nesse sentido, Froyen (2002) assinala que:

**Os dispêndios dos consumidores costumam ser o maior componente da demanda agregada, somando de 60% a 70% em anos recentes nos Estados Unidos. O consumo desempenha um papel importante na teoria Keynesiana de determinação da renda.** [...] Keynes acreditava que o nível

de dispêndios por parte dos consumidores fosse uma função estável da renda disponível. [...] Keynes não negava que outras variáveis além da renda afetassem o consumo, **mas acreditava que a renda era o fator dominante para a determinação do consumo** (FROYEN, 2002, p.98). (Grifos nossos)

Em relação ao consumo, Harvey (2003), em suas observações, registra que havia mais do que uma pequena crítica a pouca qualidade de vida num regime de consumo de massa padronizado. No interior de um diapasão mais elevado,

A qualidade do oferecimento de serviços através de um sistema não discriminador de administração pública (baseado na racionalidade burocrática técnico-científica) também recebia pesadas críticas. O gerencialismo estatal fordista e Keynesiano passou a ser associado a uma austera estética funcionalista (alto modernismo) no campo dos projetos racionalizados. **Os críticos da aridez suburbana e da monumentalidade monolítica dos centros das cidades** (como Jane Jacobs) **se tornaram, [...], uma minoria vociferante que articulava todo um conjunto de insatisfações culturais**. As críticas e práticas contraculturais dos anos sessenta (**isto no século XX**) eram, portanto, paralelas aos movimentos das minorias excluídas e à crítica da racionalidade burocrática despersonalizada. Todas essas correntes de oposição começaram a se fundir, formando um forte movimento político-cultural, no próprio momento em que o fordismo como sistema econômico parecia estar no apogeu (HARVEY, 2003, p.133). (Grifos nossos)

Conquanto existisse a parte real de toda uma combinação sistemática, envolvendo o Estado, as empresas, os sindicatos, a força de trabalho e, uma teoria Keynesiana a orientar os passos capitalistas de produção; não há uma satisfação integral da população, em termos dos benefícios fordistas. Ou seja, nestas discussões relacionadas às características práticas do fordismo, observa-se que, a maneira corrente nos procedimentos de produzir bens e de empregar trabalhadores em larga escala, não é uniforme em todas as porções do espaço. Em sendo assim, tornam-se efetivamente prejudicadas, partes significativas da população e da força de trabalho, existentes.

De outro lado, como é inerente ao sistema capitalista de produção, assinala-se, por exemplo, a ocorrência de crises na economia, transformações no espaço, na sociedade e na vida das pessoas e dos trabalhadores, como um todo. Assinala-se também, a óbvia correspondência entre o novo tipo de trabalhador idealizado por Ford e uma sociedade de hábitos frugais de consumo, que objetiva economizar os seus excedentes (incrementando a poupança), o que pode implicar em investimentos; conforme é requerido para o funcionamento do capitalismo.



De acordo com Harvey (2003), o longo período de expansão do pós-guerra dependia de modo crucial de uma maciça ampliação dos fluxos de comércio mundial e de investimento internacional. Neste sentido,

[...] Essa abertura do investimento estrangeiro (especialmente na Europa) e do comércio permitiu que a **capacidade produtiva excedente** dos Estados Unidos fosse absorvida **alhures**, enquanto o progresso internacional do fordismo significou a **formação de mercados de massa globais** e a absorção da **massa da população mundial fora do mundo comunista na dinâmica global de um novo tipo de capitalismo**. [...] o desenvolvimento **desigual** na economia mundial significou a experiência de **ciclos econômicos já paralisados como oscilações locais** e amplamente compensatórias no interior de um crescimento razoavelmente estável da demanda mundial. Do lado dos insumos, a abertura do comércio internacional representou a **globalização** da oferta de matérias-primas geralmente baratas (em particular no campo da energia). O novo internacionalismo também trouxe no seu rastro muitas outras atividades – bancos, seguros, hotéis, aeroportos, e, por fim, turismo. Ele trouxe consigo **uma nova cultura internacional e se apoiou fortemente em capacidades recém-descobertas de reunir, avaliar e distribuir informação** (HARVEY, 2003, p.131). (Grifos nossos)

Como se vê, a ampliação do fluxo de comércio em larga escala mundial e o investimento direto americano em outras partes do mundo, tiveram como implicação, claros benefícios para os excedentes dos Estados Unidos e para o fordismo. O autor em destaque observa a formação de mercados de massa globais, bem como a absorção de massas de população do restante do planeta, incluindo os contingentes internacionais do mundo não-comunista, enfatizando assim uma dinâmica global, em um novo tipo de capitalismo.

Assinala igualmente que o desenvolvimento desigual no resto do mundo, era a contra partida de ciclos econômicos já paralisados, como oscilações nos Estados Unidos, representando um incremento consideravelmente estável na demanda mundial, bem como, a formação de uma nova cultura internacional e as vantagens de capacidades emergentes, no seio de um mundo novo da informação.

Desse modo, conquanto seja efetiva uma expansão industrial do fordismo a partir do pós-guerra, nos países do primeiro mundo, ela não é verificada em seus efeitos plenos, em todos os espaços do planeta. Como observa pertinentemente a fonte referenciada:

[...] O acordo de Bretton Woods, de 1944, transformou o dólar na moeda-reserva mundial e vinculou com firmeza o desenvolvimento econômico do mundo à política fiscal e monetária norte-americana. A América agia como banqueiro do mundo em troca de uma abertura dos mercados de capital e de mercadorias ao poder das grandes corporações. Sob essa proteção, o

fordismo se disseminou **desigualmente**, à medida que cada Estado procurava seu próprio modo de administração das relações de trabalho, da política monetária e fiscal, das estratégias de bem-estar e de investimento público, limitados internamente apenas pela situação das relações de classe e, externamente, somente pela sua posição hierárquica na economia mundial e pela taxa de câmbio fixada com base no dólar. Assim, a expansão internacional do fordismo ocorreu numa conjuntura particular de regulamentação político-econômica mundial e uma configuração geopolítica em que os Estados Unidos dominavam por meio de um sistema bem distinto de alianças militares e relações de poder (HARVEY, 2003, p.132). (Grifos nossos)

Observe-se também que, no conjunto universo de uma população preterida, estão expressamente incluídos:

Todos os insatisfeitos do Terceiro Mundo com um processo de modernização que prometia desenvolvimento, emancipação das necessidades e plena integração ao fordismo, mas que na prática, promovia a destruição de culturas locais, muita opressão e numerosas formas de domínio capitalista em troca de ganhos bastante pífios em termos de padrão de vida e de serviços públicos (por exemplo, no campo da saúde), a não ser para uma elite nacional muito afluyente que decidira colaborar ativamente com o capital internacional. Movimentos em prol da libertação nacional – algumas vezes socialistas, mas com maior frequência burgueses-nacionalistas – mobilizaram muitos desses insatisfeitos sob formas que por vezes pareciam bem ameaçadoras para o fordismo global (HARVEY, 2003, p.133).

Dessa maneira, os fatores assinalados acima determinam precisamente a configuração das desigualdades e das insatisfações das sociedades não atingidas pelos benefícios do fordismo, ocorridos após os anos 1945. Neste sentido, observe-se que:

A hegemonia geopolítica dos Estados Unidos estava ameaçada, e o país, que começara a era do pós-guerra empregando o anticomunismo e o militarismo como veículos de promoção da estabilização geopolítica e econômica, logo se viu às voltas com o problema da opção **‘armas ou manteiga’** em sua própria política econômica fiscal (HARVEY, 2003, p.133-134). (Grifos nossos)

Portanto, entre outras significações<sup>30</sup> delineadas nas palavras do autor em destaque, o sistema econômico do referido país deveria optar por uma economia de guerra ou de paz; conforme produzisse maiores quantidades de armas ou de manteiga, enquanto manteiga

<sup>30</sup> Nas significações implícitas na questão econômica **‘armas ou manteiga’**, podem estar presentes toda uma ideologia de dominação, coordenada pelos Estados Unidos, e direcionada para outros países. Por exemplo, se determinado país escolher a produção de armas, estará preparado para a guerra. Se, ao contrário optar em produzir manteiga, estará forte em outros campos produtivos, mas inferiorizado militarmente, podendo ser uma **‘presa fácil’**, ao precisar enfrentar um provável adversário em busca de poderes políticos, territoriais e/ou outros.

estivesse representando, todos os demais produtos da sua curva de possibilidades de produção, excetuando-se as armas.

Apesar da porção populacional alijada dos seus benefícios, a dinâmica econômica do fordismo segue adiante, no tempo e no espaço. Ela continua a ocorrer sob os diversos procedimentos de intervenção do Estado na economia, sob a orientação e ditames do grande capital e, com a participação ativa dos sindicatos, bem como da força de trabalho existente. Todos esses atores, interagindo em relações econômico-sociais, na tarefa principal da consecução do Produto Interno Bruto, no mundo ocidental e não comunista, prosseguindo em expansões consideradas regulares, até meados da primeira metade dos anos 1970. Em 1973 ocorre o choque do petróleo e uma significativa recessão econômica mundial. E, com isso, as crises do capitalismo reaparecem com novos ímpetos, interrompendo os ciclos virtuosos do grande capital e, assustando sobremaneira a sociedade econômica contemporânea.

É desse modo que:

A profunda recessão de 1973, exacerbada pelo choque do petróleo, evidentemente retirou o mundo capitalista do sufocante torpor da ‘estagflação’ (estagnação da produção de bens e alta inflação de preços) e pôs em movimento **um conjunto de processos que solaparam o compromisso fordista**. Em consequência, as décadas de 70 e 80 foram um conturbado período de reestruturação econômica e de reajustamento social e político. No espaço social criado por todas essas oscilações e incertezas, uma série de novas experiências nos domínios da organização industrial e da vida social e política começou a tomar forma. Essas experiências podem representar os primeiros ímpetos da passagem para um regime de acumulação inteiramente novo, associado a um sistema de regulamentação política e social bem distinta (HARVEY, 2003, p.140). (Grifos nossos)

Note-se que, a ocorrência dos fenômenos econômicos referidos acima, tendo como implicação todas essas oscilações e incertezas, conjuntamente com essas novas experiências, no interior das sociedades capitalistas; todo esse conjunto de fatores pode significar uma mudança de paradigma. Entretanto, antes de prosseguirmos na exploração dessas ideias, caracterizemos um pouco mais o que parecem ser as primeiras causas de mudanças tão significativas, na forma capitalista de produção.

Na linha de raciocínio da fonte pesquisada, como a parte Ocidental da Europa e o Japão, destruídos durante a Segunda Guerra Mundial estavam restaurados por completo e, o mercado interno dos Estados Unidos, por essa época (meados dos anos 60, século XX) já estava saturado; o país necessitava encontrar novos mercados para o fordismo. Assim,

[...], parece que havia indícios de problemas no fordismo já em meados dos anos 60. Na época, [...] o impulso para criar mercados de exportação para os seus excedentes tinha de começar. [...] **O enfraquecimento da demanda efetiva foi compensado nos Estados Unidos pela guerra à pobreza e pela guerra do Vietnã.** Mas a queda da produtividade e da lucratividade corporativas **depois de 1966 marcou o começo de um problema fiscal nos Estados Unidos que só seria sanado às custas de uma aceleração da inflação, o que começou a solapar o papel do dólar como moeda-reserva internacional estável.** [...] Foi também perto dessa época que as políticas de substituição de importações do Terceiro Mundo, associadas ao primeiro grande movimento das multinacionais na direção da manufatura no estrangeiro, geraram uma onda de industrialização fordista competitiva em ambientes inteiramente novos, **nos quais o contrato social com o trabalho era fracamente respeitado ou inexistente.** [...] A partir de então, taxas de câmbio flutuantes e, muitas vezes, sobretudo voláteis **substituíram** as taxas fixas da expansão do pós-guerra (HARVEY, 2003, p.135). (Grifos nossos)

Portanto, entre outros fatores, estão reveladas nas referidas observações, as duas faces da moeda que pertencem ao fordismo, por essa época. Ou seja, o que representa a desvantagem - a saturação de mercados e a perda do prestígio do dólar, enquanto moeda reserva de paridade internacional - e o que significa um claro benefício, a saber, a descoberta de novos mercados para os seus produtos, no resto do mundo.

No sentido da expansão e do crescimento econômico do pós-guerra e, de suas crises posteriores, observe-se o que é exposto a seguir:

**A partir de meados dos anos 60 o modo de desenvolvimento fordista entra abertamente em crise.** As alavancas macroeconômicas que asseguraram o crescimento de ouro dos ‘Trinta Gloriosos’ (trinta anos de crescimento) **se revelam fragilizados ou servem até mesmo de obstáculo à acumulação capitalista.** O fordismo aparece com perda de velocidade, entravado em seu impulso pela conjunção de uma crise de eficácia e de um esmorecimento de legitimação: a cadeia de produção peca por **‘rigidez’**, ao passo que a ‘cadeia’ das certezas de um desenvolvimento inexaurível é quebrada de maneira permanente. A adoção das diversas estratégias pelos dirigentes capitalistas não logrou impedir nem o agravamento dos problemas estruturais de lucratividade, nem (no nível macroeconômico) a perda de eficácia do complexo modo de ‘regulação’ fordista. Por isso o sistema de produção em massa se encontra abalado, desvitalizado tanto pela crise disciplinar dos métodos taylorianos/fordistas como pelo espectro da não-reprodutibilidade do ‘compromisso’ fordista rastejante (BENKO, 1996, p.19-20). (Grifos nossos)

Como se vê, o referenciado autor expressa com as suas opiniões algo de coincidente com Harvey (2003), na medida em que os problemas apontados referem-se a uma mesma época (meados dos anos 60, século XX) e, também, assinalam-se os mesmos tipos de

“fragilidades” encontradas no fordismo. É pertinente registrar-se ainda, as seguintes observações:

B. Coriat evoca o esgotamento relativo das técnicas taylorianas e fordianas de extração do sobretrabalho, ligadas a limites tanto técnico-econômicos quanto sociais do taylorismo e do fordismo como suporte de formação dos valores de troca. **Os regulacionistas** consideram que a crise do fordismo conota antes de tudo **o esgotamento do paradigma tecnológico fordista**: esse esgotamento se manifesta pela desaceleração do crescimento da produtividade, que, em conexão com a saturação da norma de consumo fordista e o desenvolvimento do trabalho improdutivo (inflação dos ‘custos de organização’ que asseguram, no essencial, a circulação do capital e a gestão estatal ‘providencial’ da reprodução capitalista), resulta em problemas estruturais de rentabilidade. [...] **Para os regulacionistas** [...] a crise do modo de desenvolvimento fordista manifestou-se numa crise de produtividade oriunda do caráter sociotécnico do próprio **processo de trabalho fordista**. Isso levou a **uma crise da economia ao provocar brusca queda na taxa de lucro a partir de 1966** (BENKO, 1996, p.19-20 apud CORIAT, 1982). (Grifos nossos)

Dessa maneira, enquanto outros autores falam em esgotamento relativo dos modos coercitivos utilizados nas técnicas taylorianas e fordianas para extrair o sobretrabalho, com implicações nos limites técnico-econômicos e sociais das referidas maneiras de produzir que embasam a formação dos valores de troca, portanto os valores transacionados em mercados; os regulacionistas falam em esgotamento do paradigma tecnológico fordista que se manifesta em uma crise de produtividade, originada em seu processo de trabalho, levando a uma crise geral da economia, tendo como causa principal a queda na taxa de lucro.

Igualmente Harvey (2003), efetiva algumas considerações gerais sobre o tema em destaque. De conformidade com os registros do autor:

O período de 1965 a 1973 tornou cada vez mais evidente a incapacidade do fordismo e do Keynesianismo de conter as contradições inerentes ao capitalismo. Na superfície, essas dificuldades podem ser melhor apreendidas por uma palavra: **rigidez**. Havia problemas com a rigidez dos: **investimentos de capital fixo de larga escala e de longo prazo em sistemas de produção em massa que impediam muita flexibilidade de planejamento e presumiam crescimento estável em mercados de consumo invariantes**. [...] **nos mercados, na alocação e nos contratos de trabalho** (especialmente no chamado setor ‘monopolista’). E toda tentativa de superar esses problemas de rigidez encontrava a força aparentemente invencível do poder profundamente entrincheirado da classe trabalhadora – o que explica as ondas de greve e dos problemas trabalhistas do período 1968-1972 (HARVEY, 2003, p.135). (Grifos nossos)

Com o Estado também não foi diferente. A fonte referenciada afirma que:

A rigidez dos seus compromissos foi se intensificando à medida que programas de assistência (seguridade social, direitos de pensão etc) aumentavam sob pressão para manter a legitimidade num momento em que a rigidez na produção restringia expansões da base fiscal para gastos públicos. O único instrumento de resposta flexível estava na política monetária, na capacidade de imprimir moeda em qualquer montante que parecesse necessário para manter a economia estável. E, assim, **começou a onda inflacionária** que acabaria por afundar a expansão do pós-guerra. Por trás de toda a rigidez específica de cada área estava uma configuração indomável e aparentemente fixa de poder político e relações recíprocas que unia o grande trabalho, o grande capital e o grande governo no que parecia cada vez mais uma defesa disfuncional de interesses escusos definidos de maneira tão estreita que **solapavam, em vez de garantir, a acumulação do capital** (HARVEY, 2003, p.135-136). (Grifos nossos)

É obviamente forçoso reconhecer que, nos termos dessas observações, principalmente no que se refere ao impedimento na época, para a prática dos gastos públicos<sup>31</sup> e, a única alternativa instrumental sendo uma incessante emissão de moedas, como finalidade de estabilizar a economia; o resultado não poderia ser outro que não essa onda inflacionária, conforme é apontada pelo autor. As disputas de poder político e de relações sociais entre o trabalho, o capital e o governo, também contribuem naquele momento, segundo a fonte referenciada, para uma diminuição na acumulação de capital requerida no processo capitalista de produção.

Todos esses fenômenos socioeconômicos assinalados e ocorrendo de maneira simultânea, agravaram sobremaneira as economias avançadas do planeta e, tiveram como implicação, os seus rebatimentos nos países do Terceiro Mundo, que também buscavam as suas formas de se desenvolver.

[...] O mundo capitalista estava sendo afogado pelo excesso de fundos; e, com as poucas áreas produtivas reduzidas para investimento, esse excesso significava uma forte inflação. A tentativa de frear a inflação ascendente em 1973 expôs muita capacidade excedente nas economias ocidentais, disparando antes de tudo uma crise mundial nos mercados imobiliários e severas dificuldades nas instituições financeiras. [...] os efeitos da decisão da

---

<sup>31</sup> Segundo Keynes, cabe ao Estado o papel de restabelecer o equilíbrio econômico, por meio de uma política fiscal, creditícia e de gastos, realizando investimentos ou inversões reais que atuem nos períodos de depressão, como estímulo à economia. Dessa política resultaria um **déficit sistemático no orçamento**. Nas fases de prosperidade, ao contrário, o Estado deve manter uma política tributária alta, formando com isso um **superávit** que deve ser utilizado para o pagamento das dívidas públicas e para a formação de um fundo de reserva a ser investido nos períodos de depressão. Esse tipo de proposta orçamentária ficou conhecido como **orçamento cíclico** e decorreu da verificação feita por Keynes de que o equilíbrio orçamentário não constitui um benefício para a economia; ao contrário, atua de forma prejudicial, já que contribui para agravar a conjuntura do ciclo, seja ele de expansão ou de depressão (DICIONÁRIO DE ECONOMIA, 1985, p.104). (Grifos nossos)

OPEP de aumentar os preços do petróleo e da decisão árabe de embargar as exportações de petróleo para o Ocidente durante a guerra árabe-israelense de 1973; [...] mudou o custo relativo dos insumos de energia de maneira dramática, levando todos os segmentos da economia a buscarem modos de economizar energia através da mudança tecnológica e organizacional, e levou ao problema da reciclagem dos petrodólares excedentes, [...] que exacerbou a já forte instabilidade dos mercados financeiros mundiais. A forte deflação de 1973-1975 indicou que as finanças do Estado estavam muito além dos recursos, criando uma profunda crise fiscal e de legitimação (HARVEY, 2003, p.136-137).

As dificuldades que se apresentam ao sistema capitalista de produção de bens e serviços, efetivamente, obrigam os organizadores da produção a tentarem encontrar saídas alternativas para as mesmas. De acordo com Harvey (2003, p.137), ao mesmo tempo, as corporações, viram-se com muita capacidade excedente inutilizável (principalmente fábricas e equipamentos ociosos) em condições de intensificação da competição. De tal modo situações como essas ocorriam, que:

Isso as obrigou a entrar num período de racionalização, reestruturação e intensificação do controle do trabalho (caso pudessem superar ou cooptar o poder sindical). A mudança tecnológica, a automação, a busca de novas linhas de produção e nichos de mercado, a dispersão geográfica para zonas de controle do trabalho mais fácil, as fusões e medidas para acelerar o tempo de giro do capital passaram ao primeiro plano das estratégias corporativas de sobrevivência em condições gerais de deflação (HARVEY, 2003, p.137-140).

Benko (1996) discorrendo sobre as estratégias de reestruturação dos agentes que organizam a produção, na tentativa de equilibrar as contradições de acumulação capitalista, afirma que as mesmas podem ser expressas em uma luta contra a ‘rigidez’ existente à época. Assim, observa que:

A resposta ‘instintiva’ das forças capitalistas à crise de lucratividade (esgotamento das contratendências à baixa da taxa de lucro) é duplamente decisiva: de um lado, **trata-se de desvalorizar a força de trabalho reduzindo todos os componentes dos custos de sua reprodução** (desindexação e regulação concorrencial da formação dos salários, revisão em baixa do salário indireto, supressão das garantias de emprego e de tudo o que é considerado ‘entrave’ à liberdade do trabalho etc). E, de outro lado, **trata-se de utilizar as virtualidades tecnológicas da automação como suporte material a fim de remodelar a organização do trabalho, os processos de produção, os sistemas de gestão e a qualidade dos produtos ou mesmo a norma social de consumo** (BENKO, 1996, p.22). (Grifos nossos)

Dessa maneira, fica muito claro o cenário estabelecido naquele momento, de extrema desvantagem para a classe dos trabalhadores. Mas a roda capitalista de produção precisa continuar girando, em busca do seu objetivo principal, que é o lucro.

Por isso, as buscas de outros meios de organizar a produção implicam em mudanças na economia mundial, e, em consequência, no surgimento de propostas concretas para o seu “novo” funcionamento. Assinala-se então que:

A acumulação flexível, [...], é marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. A acumulação flexível envolve rápidas mudanças nos padrões do desenvolvimento desigual, tanto entre setores, como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego no chamado ‘setor de serviços’, bem como conjuntos industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvidas [...]. Ela também envolve um novo movimento que chamarei de ‘compressão do espaço-tempo’ no mundo capitalista – os horizontes temporais da tomada de decisões privada e pública se estreitaram, enquanto a comunicação via satélite e a queda dos custos de transporte possibilitaram cada vez mais a difusão imediata dessas decisões num espaço cada vez mais amplo e variegado (HARVEY, 2003, p.140).

Assim, estão postas as novas condições de acumulação no mundo capitalista. Segundo a fonte referenciada e conforme explicitado acima, essas novas condições apresentam-se completamente distintas de como aparecem, no sistema fordista. Os processos produtivos, a maneira de se contratar a força de trabalho e, de se distribuir o consumo; tudo pode emergir de todos os espaços existentes no planeta e, em condições bastante diversificadas. Parecem ser estas, as características e a configuração gerais, do que se passa a conhecer como acumulação flexível capitalista.

De acordo com Benko (1996), ao se reportar a essa mesma temática, observa-se que:

A mobilidade otimizada torna-se o elemento-chave da nova ortodoxia capitalista. A rapidez de resposta converte-se em elemento constitutivo do desempenho produtivo global. A linha de produção flexível tende a substituir a organização fordista da produção. [...] O assalto modernizador remodela em grande parte o funcionamento do mercado de empregos: se durante o período de crescimento fordista a venda da força de trabalho estava ligada a uma certa cidadania (a regulação ligada ao *welfare* fazia ressaltar a especificidade política dessa mercadoria *sui generis*), o impulso de desregulamentação visa exatamente ao contrário: a banalização dessa mercadoria, portanto sua despolitização (BENKO, 1996, p.22).



No permanente processo de transformação do sistema capitalista de produção, tem-se igualmente e como pano de fundo, uma transformação de consciência política da classe trabalhadora. Esta é a conotação ideológica da renovação de consciência necessária (e suficiente) ao “andar da carruagem”, sutilmente imposta ao trabalho vivo, enquanto elemento constituinte, na consecução do produto geral da economia.

Em relação à estrutura de um novo capitalismo em gestação, com um modo de produzir também supostamente novo, acrescenta-se em Benko (1996), que:

A mobilidade, [...] remete [...] antes às numerosas zonas de incertezas que a acumulação contraditória e combinada em escala internacional veicula. [...] Ela exprime, quanto ao essencial, a refundição das modalidades de valorização do capital, consecutiva aos novos imperativos de coordenação mercantil efetiva. Isso não significa, de modo nenhum, que as estratégias capitalistas postas em prática sejam ‘cegas’ ou desprovidas de objetivos precisos: elas são, ao contrário, bem precisas tanto em seus desígnios quanto aos meios empregados. No entanto, são conflituais e executam desigualmente os seus programas, tendo em vista seu lugar respectivo no sistema de dominação capitalista e sobretudo o diferencial de classe com que deparam. É por essa razão que as mutações das figuras produtivas não são teleguiadas por um gênio maligno capitalista, mas devem ser entendidas como resultado de uma conflitualidade de classe, aberta ou latente (BENKO, 1996, p.23-24).

Nessas ponderações sobre a nova alavanca para dar um salto, ao mesmo tempo qualitativo e quantitativo, do processo capitalista de inventar coisas novas, bem como, de ainda, produzir os “antigos” produtos e/ou processos de empregar a mão de obra, está no centro das atenções essa tal mobilidade, que põe a girar o motor do capitalismo de nossos dias, que são os dias contemporâneos. Portanto, como se pode observar, os referidos processos refletem o cerne da questão capitalista, ou seja, o permanente conflito de classes.

### 3.3 - Traços essenciais

Neste capítulo tratou-se de observações em relação a uma breve história do capitalismo, considerando-o como um sistema econômico, onde interagem forças do proprietário dos meios de produção: máquinas e equipamentos e recursos naturais, de um lado; e de outro, a mão de obra, despossuída de quaisquer bens, exceto a sua força de trabalho. Uma divisão de tarefas fica estabelecida, tendo assim, a origem da divisão internacional do trabalho.

O capitalismo, ao longo do tempo e do espaço, semelhante ao capital, apresenta crises e reestruturações. Ao se considerar as crises e reestruturações do capital, este, enquanto um dos elementos essenciais do capitalismo, necessariamente, há que se refletir também, sobre a origem deste sistema de produção. E isso remonta à modernidade da história do homem, do desenvolvimento da técnica e da ciência.

Faz-se igualmente, uma análise sobre as economias coloniais da América Latina e a sua transição para economias exportadoras, sob a égide do trabalho assalariado. O destaque é o olhar lançado para as suas relações pré-capitalistas de produção e, a reinvenção das relações do trabalho compulsório, nas relações com as economias centrais e o seu capital competitivo. Com o advento da maneira capitalista de produção a essas economias coloniais em tempos modernos, começa-se por entender melhor, a divisão internacional do trabalho.

O sistema fordista de produção em massa, utilizando-se de economias de larga escala funcionou durante um longo período, originando-se em 1914, através de Henry Ford, o seu criador e estrategista de um consumo de massa. As ideias de Keynes, economista britânico, deram sustentação ao fordismo e, às ações de um governo representando o Estado que, através de suas políticas governamentais, passa a ser um agente intervencionista da economia, em um tempo que apresentava insuficiência de demanda efetiva. Surge dessa forma, também, o Estado que cria o bem-estar social.

Em um sistema de produção em massa, o fordismo, a demanda efetiva ou demanda agregada, tem no consumo de massa ou consumo das famílias, assim denominado por Keynes, o seu forte componente. Os outros elementos desse sistema são os investimentos das empresas, objetivando lucros, os gastos do governo e, as relações comerciais com o resto do mundo que, são refletidas através das exportações líquidas de importações. Os trabalhadores, com a sua força de trabalho, são, igualmente, agentes do sistema capitalista, representados pelos sindicatos, em uma interação permanente, na consecução de um produto total da economia. Dessa forma, havia para a força de trabalho existente, um forte aspecto de cidadania, enquanto característica de barganha, ao lado das outras forças imanes do sistema em destaque.

O fordismo teve a sua força e os seus dias áureos, no pós-segunda guerra até meados dos anos 1970, quando, a partir de então, apresenta ‘falhas’ em seu modo efetivo de existência prática.

Surge então o sistema flexível, em substituição ao fordismo. A própria denominação ‘flexível’, ao contrário da ‘rigidez’ do sistema anterior, quer dizer, entre outras coisas, que: outras organizações do trabalho e novas tecnologias comandam o sistema capitalista, tendo o

trabalhador ainda como um de seus agentes, mas com papéis completamente distintos dos tempos anteriores, com destaque para a sua ‘despolitização’ e, com uma nova ideologia imanente ao novo sistema, de estar em permanente abertura, para aprender coisas novas e elevar o seu currículo, estando assim, preparado para a competitividade local, nacional e internacional.

## **CAPÍTULO IV**

### **TRANSFORMAÇÕES NO CONTEXTO DA ESTRUTURA PRODUTIVA E DO MERCADO DE TRABALHO, NA REGIÃO METROPOLITANA DE JOÃO PESSOA.**

Neste capítulo, procede-se a uma análise das transformações na estrutura produtiva da região metropolitana de João Pessoa, bem como, a uma caracterização da estrutura do mercado de trabalho na unidade regional em destaque, enfatizando a dinâmica territorial do emprego. O recorte temporal selecionado para tal análise compreende o primeiro decênio do século XXI.

#### **4.1 - Uma análise da estrutura produtiva da região metropolitana de João Pessoa, nos anos selecionados de 2000 e 2010.**

Nesta seção se procede ao exame da estrutura de produção dos setores da economia e de suas transformações na unidade regional em destaque, situando-a sempre que possível, em relações com o estado da Paraíba.

A produção de bens e serviços na sociedade como um todo exige esforços individuais e/ou coletivos, organizados em um modo de produzir, para uma determinada coletividade, que possui origem e história, nome e lugar. O presente trabalho se ocupa em analisar, empiricamente, a produção da grande João Pessoa, obtida pelo empenho de seus habitantes, através dos resultados de seu trabalho humano. O período desta análise está compreendido entre os anos 2000 e 2010. A história dessa produção é revelada por instituições públicas, em seus dados oficiais. Entretanto, embora os números possam aparecer ao curso da maioria de suas linhas, pretende-se deixar bem claro que, tratamos precipuamente, dos aspectos assinalados abaixo:

A satisfação das necessidades humanas depende da obtenção de certos objetos materiais – pão, água, roupas, casa, livros, calçados etc – e de determinadas espécies de serviços – de transporte, de saúde, de educação etc. Na medida em que os bens (ou objetos materiais) e os serviços resultam da atividade social humana, conscientemente dirigida para essa finalidade, afirma-se que são provenientes da produção econômica (FIGUEIREDO, 1982, p.10).

No referido conceito econômico que, especificamente refere-se à produção de uma coletividade, das pessoas que ali habitam (nações, estados, regiões, municípios, áreas territoriais, enfim), revela em outra face da moeda, a história de vida de milhares de trabalhadores, em posições distintas referentes à sua ocupação, na geração do Produto Interno Bruto desses lugares. Assim, a força de trabalho existente, classifica-se em empregados com carteira assinada, empregados sem carteira assinada, trabalhadores por conta própria, empresários ou empregadores, e, outros. Todas essas categorias que, antes de quaisquer classificações conceituais, seja de aspecto geográfico ou econômico, são simplesmente pessoas residentes em algum lugar do planeta, a contar a sua própria história.

No ano 2000, segundo informações do IBGE, a região metropolitana de João Pessoa, com 993.687 moradores residentes, engendra um Produto Interno Bruto a preços correntes de 4.329.682 mil reais. Essas variáveis, no estado da Paraíba, correspondem, respectivamente, a 3.443.825 pessoas, e um Produto Interno Bruto a preços correntes de 9.337.554 mil reais. Isto significa, em termos relativos, que na RMJP residem 28,8% da população total do estado paraibano e gera-se naquele espaço, 46,4% do produto global estadual. Em 2010, a unidade regional em exame, possui 1.171.544 pessoas residentes e um PIB nominal de 15.813.868 mil reais, o que, na Paraíba, essas mesmas variáveis, são avaliadas em 3.766.528 habitantes e, 31.947.059 mil reais. Com essas transformações, as implicações percentuais correspondentes, são verificadas em, 31,1% para a expressividade no total população e 49,5% no total do Produto Interno Bruto da Paraíba.

De acordo com Polari (2012, p.39), [...] Neste ano de 2010, mais de 45% do PIB e de 27% da população do Estado se concentram nas áreas litorâneas, na microrregião de João Pessoa.

Ressalte-se, ainda de acordo com o IBGE que, nos aspectos examinados, as demais regiões do território paraibano apresentam, em 2000, uma participação relativa no total da população, correspondente a 71,2% e, no PIB a preços correntes, de 53,5%. Enquanto no ano 2010, essas mesmas proporções verificam-se, respectivamente, em: 68,9% e 50,5%.

Portanto, os números revelados nesta análise na região metropolitana de João Pessoa, indicam claramente, uma acentuada concentração do PIB nominal em confronto com a sua população residente, embora esta última apresente uma significativa proporção em relação à população total da Paraíba; tanto em 2000 quanto em 2010.

Assim, as mudanças verificadas sugerem a ocorrência de crescimento econômico na RMJP e indicam igualmente, um efetivo incremento na participação relativa total das

variáveis em destaque, na Paraíba. Especificamente, esses incrementos relativos correspondem a 2,3% na população residente e, 3,1% no PIB nominal; entre os extremos do período.

Por outro lado, pelo exame da tabela 4, em relação aos anos da série analisada observa-se que a distribuição espacial relativa do pessoal ocupado, no recorte temporal em análise, apresenta-se em posição majoritária quando comparada com as unidades locais. Verifica-se também, tanto em relação às unidades locais, quanto ao pessoal ocupado que, as maiores concentrações relativas são registradas no início do período. Ao seu término, em 2010, os níveis de concentração relativa revelam-se inferiores aos apresentados em 2000.

Tabela 4 – Região Metropolitana de João Pessoa e Paraíba: distribuição regional das unidades locais e do pessoal ocupado, segundo os anos selecionados de 2000 a 2010.

Anos	RMJP		Demais Regiões do Estado	
	UL	PO	UL	PO
2000	41,9	59,9	58,1	40,1
2001	41,1	60,2	58,9	39,8
2002	41,0	58,9	59,0	41,1
2003	40,6	58,1	59,4	41,9
2004	39,9	57,2	60,1	42,8
2005	39,3	67,0	60,7	43,0
2006	38,3	57,3	61,7	42,7
2007	38,1	56,8	61,9	43,2
2008	38,6	57,5	61,4	42,5
2009	38,3	56,6	61,7	43,4
2010	38,2	57,6	61,8	42,4

Fonte: IBGE – Cadastro Central de Empresas

O grau de concentração espacial das unidades locais (empresas) na região metropolitana de João Pessoa, quando observados de 2000 a 2010, revela uma pequena variação anual decrescente, traduzindo-se assim, em certa estabilidade representativa, no período em tela, embora ao seu término apresente um patamar inferior ao do início. O quantitativo percentual de seu pessoal ocupado, no mesmo período em exame, revela-se com uma hegemonia em seu grau de concentração, confrontando-se com a trajetória dessa variável no restante do estado paraibano, desde o início ao término do período, com destaque para os anos de 2000 e 2001 que apresentam as maiores concentrações relativas, 59,9% e 60,2%,

respectivamente, na população regional ocupada. Ou seja, embora percentualmente o número de unidades locais apresente-se inferior, a ocupação relativa dos empregos revela-se em níveis mais elevados, na região metropolitana de João Pessoa.

De outro ângulo, é pertinente realçar que, de uma maneira geral e, segundo Polari (2012),

Os sistemas econômicos têm a sua parte formada pelo processo social de bens e serviços estruturada sobre três macrossetores de atividades: o agropecuário, o industrial e o de serviços. Foi nessa sequência que, ao longo de muitos séculos, esses setores foram surgindo e se integrando à vida socioeconômica da humanidade. A história demonstra que, quanto mais se desenvolvem, as economias vão consolidando algumas características específicas, quanto à composição setorial (POLARI, 2012, p.109).

É através dessa repartição existente nas economias<sup>32</sup>, isto é, acompanhando as mudanças nos setores produtivos da região metropolitana de João Pessoa, que se desenvolve uma primeira fase de nossa pesquisa. Em seguida, far-se-á uma análise sobre o mercado de trabalho e, em particular, sobre o emprego formal, no recorte espacial em relevo.

De acordo ainda com Polari (2012),

Nas primeiras fases históricas, o setor agropecuário teve uma importância básica na produção de riqueza. Nas fases seguintes, sobretudo a partir de meados do século XVIII, com os efeitos da revolução industrial, o setor secundário foi assumindo importância crescente. Nesse contexto desenvolvimentista, com a urbanização das sociedades e o surgimento de segmentos especializados em atividades públicas e privadas nas áreas de transporte, educação, saúde, arte, cultura, esporte, lazer etc., o setor de serviços foi se expandindo e superando a dimensão econômica dos demais (POLARI, 2012, p.109).

Nesse sentido, ao se considerar a evolução do PIB a preços correntes, pela ótica do valor adicionado aos três setores da economia, na porção espacial examinada, percebe-se em linhas gerais que, o setor de serviços apresenta uma hegemonia sobre os setores da indústria e da agropecuária, sendo este último o de mais fraco desempenho relativo, no período em análise. Em relação ao produto regional total, observa-se uma instabilidade em sua trajetória evolutiva no período, com destaque para maiores taxas de crescimento em 2001, 2002 e 2005

---

<sup>32</sup> O Brasil é um país do ‘terceiro mundo’. O Estado da Paraíba é um território brasileiro, onde se localiza a região metropolitana de João Pessoa. Chama-se a atenção para a expressão ‘terceiro mundo’, não ‘simplesmente como referências a países subdesenvolvidos’, mas, pretendendo-se aqui, que ela seja lembrada em seu aspecto político, como: todos os países que, ‘durante o processo de formação da atual ordem mundial, não se tornaram ricos e industrializados’ (BASTOS e SILVA, 2001, p.10).

e, menores taxas em 2003 e 2004. Ao término do período, apresenta taxas de variações relativas inferiores às reveladas em seu início. Observe-se a tabela 5.

De acordo com o IBGE, no primeiro decênio do século XXI, o PIB a preços correntes da unidade regional em relevo, de 2000 a 2001, obtém uma taxa de incremento relativo correspondente a 20,4%, apresentando uma estabilidade nessa variável em 2002, quando atinge um nível de aumento relativo em torno de 20,0%. Nos anos de 2003 e 2004, quando alcança, respectivamente, 8,0% e 6,5%, apresenta-se com as menores taxas de variação relativa, no período em tela. No ano de 2005, dá um salto abrupto de elevação na variável em análise, alcançando assim, em relação aos anos imediatamente anteriores, um expressivo crescimento ao atingir o nível de 18,1%. A partir de 2006, a política econômica em prol do crescimento, dentre outros fatores relativos à arte de empreender; torna o PIB nominal regional ousado em sua busca pelo crescimento, embora efetivamente o consiga somente a taxas decrescentes, com exceção para o ano de 2008, quando a sua taxa de variação relativa é de 15,8%. No ano de 2010, ao término do período em análise, a taxa de variação relativa do PIB a preços correntes da região metropolitana de João Pessoa é avaliada em 11,9%, situando-se em um nível de crescimento percentual, nitidamente inferior aos do início do período. Portanto, a variável examinada apresenta uma instabilidade em seu crescimento, mas cresce e, na maior parte do período, o faz a taxas decrescentes.



Tabela 5 – PIB a preços correntes da região metropolitana de João Pessoa: crescimento total e participação relativa dos setores em sua formação (ótica da renda).

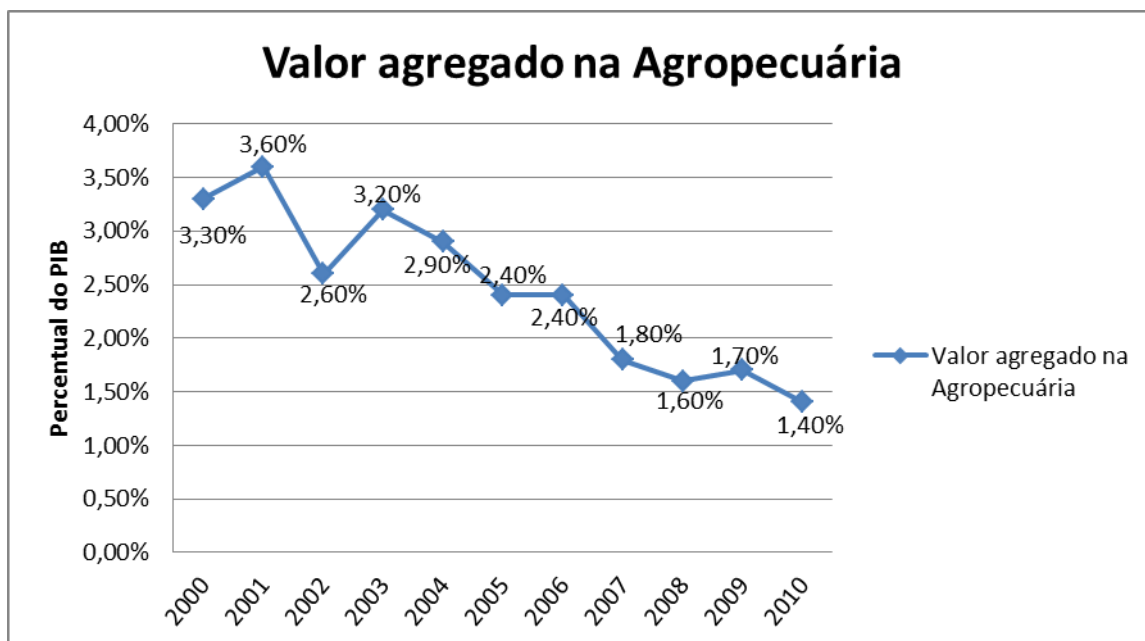
Anos	PIB Nominal (mil reais)	Variação PIB Nominal (%)	Participação Setorial (%)			
			Valor agregado na Agropecuária	Valor agregado na Indústria	Valor agregado nos Serviços	Impostos sobre produtos líquidos de subsídios
2000	4.329.682	-	3,3	21,7	60,4	14,6
2001	5.212.354	20,4	3,6	23,3	57,9	15,2
2002	6.249.067	20,0	2,6	25,5	57,7	14,2
2003	6.746.945	8,0	3,2	26,4	58,2	13,9
2004	7.186.409	6,5	2,9	25,0	58,2	13,9
2005	8.488.429	18,1	2,4	23,2	59,6	14,8
2006	9.813.755	15,6	2,4	22,4	61,0	14,2
2007	10.900.552	11,1	1,8	22,5	61,8	13,9
2008	12.619.631	15,8	1,6	21,5	63,0	13,9
2009	14.131.011	12,0	1,7	22,2	62,9	13,2
2010	15.813.868	11,9	1,4	22,5	61,7	14,4

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA.

O valor adicionado bruto da agropecuária a preços correntes apresenta uma baixa participação relativa no PIB nominal da região metropolitana de João Pessoa, entre os anos de 2000 e 2010. No início do período, expressando-se relativamente com 3,3% do seu total, observa um pequeno aumento no ano de 2001, quando neste aspecto, atinge um nível de 3,6% como expressividade relativa, no produto total em destaque. Em 2002, sofre um ligeiro declínio, quando se coloca no patamar de 2,6% a sua participação no PIB da unidade regional. Em 2003, com 3,2%, situa-se em um nível ligeiramente superior ao ano anterior. Em 2004, essa participação relativa declina outra vez, atingindo o nível de 2,9% do PIB. A partir de 2004 vê essa participação declinar continuamente (à exceção apenas do ano 2009, com 1,7%), chegando ao término do período com uma expressão relativa frente ao PIB a preços correntes da RMJP, de apenas 1,4%, nível este, inferior ao do início do período. Veja-se a tabela 5 e o gráfico 2, para constatação das referidas análises.

Gráfico 2 - Contribuição do setor agropecuário ao PIB da Região Metropolitana de João

Pessoa: anos 2000 a 2010.



Fonte: IBGE, contas regionais.

Neste ponto, utilizamo-nos de estudos sobre o território paraibano, enquanto uma “*próxis*” da unidade regional em destaque e das transformações ocorridas nos setores produtivos da sua economia, no período em relevo. Para tanto, torna-se necessário o conhecimento dos fenômenos produtivos e sociais, ocorridos anteriormente ao intervalo compreendido entre os anos 2000 e 2010. Nesse sentido, de acordo com Moreira e Targino (2006), examinando o desempenho da agropecuária paraibana na década de 1990, afirma-se que:

A tendência de redução do peso da agropecuária no contexto da economia estadual continua durante a década de noventa. Com efeito, desconsiderando-se os anos de 1998 e 1999 em virtude da ocorrência de período de seca, tem-se que a taxa de participação do setor primário no PIB estadual caiu para algo em torno de 11%. [...] Durante a década de 1990, o PIB agropecuário declina tanto em termos de participação no PIB estadual quanto em valores absolutos. [...] Talvez mais do que o declínio do produto agropecuário chama a atenção a sua alta instabilidade. Como se sabe, a década de noventa foi particularmente perversa para a agropecuária em virtude da ocorrência de dois grandes períodos de seca: a seca de 1993 e a seca de 1998/1999. Os impactos dessas secas sobre o setor são bastante evidentes no valor do PIB setorial: queda de 64,39%, em 1993, e de 43,83%, em 1998. Pode-se afirmar que, quando o setor começava a se recuperar dos efeitos da seca de 1993, foi novamente penalizado pela segunda seca em um período bastante curto. Isso também é visível no tocante à evolução das culturas permanentes e dos rebanhos. O quadro geral da agropecuária

paraibana na década de noventa é, portanto, bastante preocupante (MOREIRA e TARGINO, 2006, p.48-50).

Essas ponderações são efetivadas pelos autores, após estudos concentrados na organização da produção agropecuária e nas políticas públicas para o seu desenvolvimento. Sobre a primeira temática, os aspectos explorados referem-se à estrutura fundiária, base técnica da produção, exploração das principais lavouras e rebanhos e, relações de trabalho e emprego. No segundo tema são levadas em consideração as políticas de irrigação, de crédito e agrária, com o objetivo de se atingir um desenvolvimento rural satisfatório e eficaz; enquanto impactos externos positivos, em relação aos benefícios gerados para a população e produção relativa ao PIB estadual.

Em relação à estrutura fundiária é pertinente ressaltar, como o fazem Moreira e Targino (2006), que:

A configuração atual da estrutura fundiária paraibana tem as suas raízes no processo histórico de formação do espaço agrário estadual. A conjugação de aspectos jurídicos (legislação sesmarial), político-sociais (constituição de uma aristocracia rural e econômicos (desenvolvimento da monocultura açucareira e da pecuária extensiva com base no trabalho escravo) resultaram por imprimir uma forte concentração da propriedade que perdura até os dias atuais. [...] Embora a concentração fundiária seja uma marca da distribuição da propriedade da terra em todo o Estado, há algumas diferenciações espaciais importantes de sua incidência. **Os mais altos índices são encontrados na mesorregião da Mata Paraibana, chegando o índice de Gini a ser superior a 0,9 em alguns municípios a exemplo de Cruz do Espírito Santo.** No contexto estadual, chama a atenção a área no entorno de Campina Grande (Lagoa Seca, Massaranduba, Areial, Serra Redonda) que se caracteriza por baixo nível de concentração da propriedade da terra (índice de Gini variando entre 0,3 e 0,4) (MOREIRA e TARGINO, 2006, p.51). (Grifos nossos)

As considerações sobre a base técnica de produção registram as importantes mudanças ocorridas na Paraíba, na década de setenta, com os programas governamentais: POLONORDESTE, Projeto Sertanejo e o PROALCOOL. Moreira e Targino (2006, p.53-54) assinalam as modificações positivas nos recursos produtivos de capital (máquinas e equipamentos) empregados, entre os anos 1970 e 1980, no conhecido processo de mecanização da lavoura, bem como o avanço no emprego de adubos químicos na agricultura. Desse modo, os processos acima relatados, veem a sua materialidade cristalizada, através de uma significativa melhora na base técnica de produção rural, no território paraibano. Entretanto, ao longo do tempo, especificamente entre os anos 1980 e 1995/96, os autores observam que:

Fica evidenciado um claro arrefecimento da tendência de crescimento da mecanização da agropecuária. [...] havia na Paraíba 3.225 tratores e 1.837 arados de tração mecânica. No intervalo de 15 anos, o número de tratores aumentou apenas em 35 unidades e o de arados de tração mecânica reduziu-se de 438 unidades. **Tal comportamento pode ser atribuído fundamentalmente à retração das principais lavouras e à contração do crédito.** Tais fatores [...] resultam da conjugação de elementos, como: tendência de diminuição dos preços dos produtos agrícolas, política monetária contracionista na maior parte do período, valorização cambial, redução do volume de crédito e dos subsídios à agropecuária, desmantelamento dos principais programas de suporte à agricultura, incidência de pragas e ocorrência de secas. [...] Esse arrefecimento no processo de modernização da base técnica é também evidenciado quando se verifica que, em 1995, as despesas com investimento representavam apenas 7,6% do valor da produção agropecuária estadual. [...] mais da metade dos investimentos são referentes à aquisição de terras, de animais e de implantação de culturas permanentes. [...] as despesas com maquinários, instalações e benfeitorias só alcançaram apenas 5,1% do valor da produção (MOREIRA e TARGINO, 2006, p.54-55). (Grifos nossos)

Como se observa, as dificuldades no setor da agropecuária se originam em décadas anteriores e, como tendência, parecem se estender até o primeiro decênio do século XXI, com o destaque de que, o seu peso relativo no PIB da unidade regional apresenta valores bastante inferiores aos obtidos na década de 1990, neste caso específico, confrontados (os dados de nossa pesquisa) com o PIB estadual, nos estudos relacionados ao tema e discriminados acima.

Em relação à evolução do emprego formal na agropecuária<sup>33</sup>, Moreira e Targino (2006) registram, em sua pesquisa sobre o a participação relativa e desempenho desse setor no PIB do território paraibano nos anos 1990, as seguintes ponderações:

O setor primário ainda se constitui em importante absorvedor de mão de obra. Ao final da década em estudo, as atividades agropecuárias eram responsáveis por cerca de 30,1% da população ocupada no Estado, segundo os dados do censo demográfico de 2000. Chama a atenção o fato da participação do setor na ocupação da mão de obra ser praticamente o triplo de sua participação na geração do PIB. Essa forte defasagem entre a capacidade de absorção e a da geração de riqueza é indicativo do baixo nível de produtividade e, em consequência, do grau de pobreza no agro estadual (MOREIRA e TARGINO, 2006, p.71-72).

Portanto, em síntese, o conjunto dos fatores observados por Moreira e Targino (2006), é responsável pela baixa capacidade relativa, na consecução do PIB estadual, nos anos selecionados em sua pesquisa. Cabe assinalar ainda, segundo os autores referenciados que:

<sup>33</sup> Para maiores detalhes sobre a evolução do emprego formal na agropecuária paraibana, ver especificamente, páginas 71 a 80, da obra referenciada, publicada pela Editora Universitária / UFPB, em 2006.

No tocante às políticas implementadas de sustentação à atividade agropecuária, destaca-se a **política fundiária** que a partir da segunda metade da década teve um desempenho significativo, **mas que não foi suficiente para reverter o perfil da concentração fundiária**. A política de crédito também mostrou uma contração em relação ao início do período em análise. [...] **A retomada do crédito** na segunda metade do período ocorreu graças aos estímulos à pequena produção, mas que **não foi generalizado para todos os segmentos da agropecuária estadual** (MOREIRA e TARGINO, 2006, p.105). (Grifos nossos)

De acordo com Polari (2012), discorrendo sobre a evolução setorial da economia paraibana, ao longo do período 1970-2009, observa-se que,

O setor agropecuário, nas quatro décadas consideradas, reduziu drasticamente a participação na formação do PIB da economia da Paraíba: de 21,2% em 1970, para 17,7% em 1980, 14,9% em 1991, 8,9% em 2000 e **5,7% em 2009**. É importante considerar que, no período 1970-2009, o PIB deflacionado da economia paraibana cresceu 591,0% (5,08% a. a.). O correspondente crescimento do PIB do setor agropecuário foi de 87,9% (1,63% a.a.). **Essas evidências históricas do setor primário paraibano foram fortemente influenciadas por aspectos específicos interligados à baixa propensão setorial à modernização tecnológica e social da produção.** [...] Os efeitos negativos gerados pela involução das atividades econômicas tradicionais não foram compensadas com a introdução de novas e prósperas atividades agrícolas e agropecuárias em geral. Não se pode, portanto, deixar de ter um olhar crítico para a queda do peso do setor agropecuário na composição da estrutura produtiva da Paraíba, de 1970 para 2009. Não se teve, nesse fato, a síntese genuína das virtudes advindas da modernização tecnológica e organizacional viabilizando grandes incrementos de produtividade e excedentes de produção. **O redimensionamento relativo do setor primário paraibano vem sendo, muito mais, fruto do atraso renitente das suas estruturas agrárias, técnico-materiais e sociais do processo de produção.** O anacronismo produtivo e o baixo dinamismo expansivo desse setor vêm tendo uma forte determinação na liberação de parcela da população estadual, no sentido zonas rurais-zonas urbanas, por falta de oportunidades econômicas e da precariedade das condições de vida daí decorrente (POLARI, 2012, p.110-111). (Grifos nossos)

Segundo Targino, Araújo e Moreira (2013), em considerações relativas ao mesmo tema se constata as ocorrências discriminadas abaixo, implicando nos seguintes aspectos estruturais, para a economia paraibana:

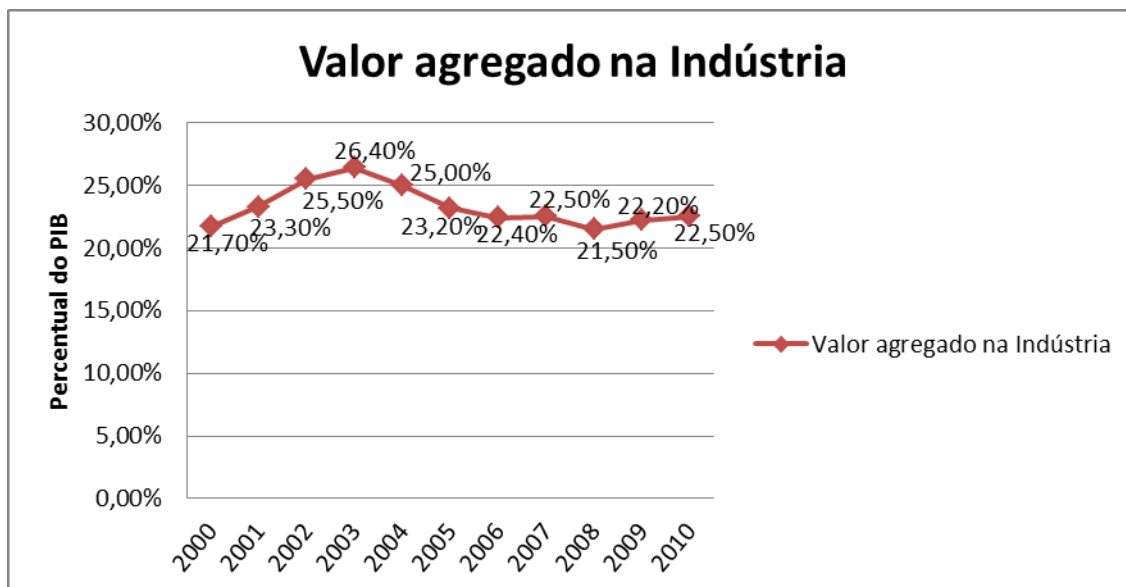
Ao longo das duas últimas décadas (1990-2009), a participação da Paraíba no PIB regional e no PIB nacional alcançou em média 6,31% e 0,82%, respectivamente, evidenciando a pequena dimensão da economia paraibana no contexto regional e nacional. [...] Esses dados mostram que **o Estado da**

**Paraíba integra a periferia do sistema econômico nacional**, ocupando a 20ª posição quanto ao PIB, e a 24ª posição quanto ao PIB *per capita*. A ação das políticas de desenvolvimento implementadas seja pela União seja pelo governo estadual ainda não foi capaz de reverter esse quadro, e seu desenvolvimento encontra-se subordinado aos interesses do grande capital que se concentra, principalmente, no centro econômico do país. [...] Convém observar que essa tendência de redução da importância relativa do setor primário se deu, **sobretudo**, em razão do forte crescimento do setor terciário, que teve sua participação ampliada de 59,1%, em 1990, para 72,2%, em 2009 (TARGINO, ARAÚJO & MOREIRA, 2013, p.2-3). (Grifos nossos)

As nossas análises constataam que, o valor adicionado bruto da agropecuária, segundo referências do IBGE, apresenta-se com tendências de baixa participação relativa no PIB da RMJP, neste primeiro decênio do século XXI. Os níveis de participação relativa neste aspecto, ao final do período examinado encontram-se abaixo, dos que se iniciam em 2000. Os dados da tabela 5, bem como a interpretação do gráfico 2, espelham perfeitamente essa realidade.

Quanto ao valor adicionado bruto para a indústria, em posição relativa superior ao da agropecuária, apresenta-se em níveis mais elevados, no mesmo período considerado. Em 2000, com uma expressão relativa de 21,7% no produto total regional, apresenta incrementos de participação relativa até o ano de 2003, atingindo uma participação relativa de 26,4%. Em 2004 observa um ligeiro decréscimo (-1,4%), quando a sua participação relativa no PIB nominal representa 25,0%. A partir de então, essa variável declina continuamente, até o ano de 2006 (22,4%), com uma ligeira elevação em 2007, alcançando 22,5%. Novamente apresenta um declínio relativo em 2008. Nos anos de 2009 e 2010, confrontando-se com 2008, apresenta ligeira recuperação em seu desempenho, participando na elaboração do produto total regional com, respectivamente, 22,2% e 22, 5%. Essas últimas participações relativas no PIB a preços correntes da região metropolitana de João Pessoa, apresentam-se ligeiramente superiores às do início do período. As informações constantes na tabela 5 e no gráfico 3 abaixo, confirmam a trajetória da contribuição do setor industrial ao PIB da RMJP, entre os anos 2000 e 2010.

Gráfico 3 - Contribuição do setor industrial ao PIB da Região Metropolitana de João  
Pessoa: anos 2000 a 2010



Fonte: IBGE, contas regionais.

A primeira metade do período inicial (anos 2000-2003) desta pesquisa coincide com reflexões teóricas, efetivadas sobre a questão da produção de bens e serviços no contexto da globalização, na época, já difundida internacionalmente. Nesse sentido Campos (2006) registra as seguintes observações:

Entre o pouco consenso estabelecido no intenso debate que tenta entender o atual processo de ‘globalização’, encontra-se o fato de que a inovação e o conhecimento são os principais fatores que definem a competitividade e o desenvolvimento de nações, regiões, estados, setores, empresas e até indivíduos (CAMPOS, 2006, p.109).

Acrescenta esse autor em suas ponderações, que:

A crescente competição internacional e a necessidade de introduzir eficientemente, nos processos produtivos, os avanços das tecnologias da informação e das comunicações têm levado as empresas a centrar suas estratégias no desenvolvimento de capacidades inovativas (CAMPOS, 2006, p.109, apud CASSIOLATO e LASTRES, 1999).

No entanto, como base teórica de sustentação e complementação de suas pesquisas, é assinalado em Campos (2006, p.109) que as inovações pensadas por si, englobam não

somente as novas tecnologias de produção, mas também os modos de produzir. Ou seja, elas (as tecnologias de produção ou inovações), podem ser tecnológicas e organizacionais.

O autor em destaque observa a contribuição neo-shumpeteriana<sup>34</sup> ou evolucionista que, ao se referir às inovações introduzidas no sistema capitalista, sinaliza para o aspecto de que: embora as mesmas sejam geradas em um núcleo ou conjunto de setores produtivos se multiplicam e se revestem de possibilidades de sua aplicação não só nos ramos ou setores que foram desenvolvidas, mas também em um amplo leque de atividades com repercussões em todo o tecido econômico e social (CAMPOS, 2006, p.110).

Desse modo, observam-se os registros que se seguem:

As inovações ocorridas na microeletrônica, por exemplo, têm dado origem a um conjunto de novos produtos e serviços nas áreas de informática e telecomunicações, dentre outras. A miniaturização dos equipamentos e produtos, bem como, o aumento na capacidade e na velocidade de processar informações, têm proporcionado reduções de custos e aumento de produtividade, fazendo com que essas tecnologias se difundam rapidamente por diferentes setores da atividade econômica (CAMPOS, 2006, p.110 apud COSTA 1993).

Neste ponto, coloca-se em destaque a importante geração de bens e serviços, na era contemporânea, propiciadas pela utilização permanente dos computadores, no mundo das empresas, das instituições públicas e de outros agentes econômicos em geral; o que, materializa-se em produção da sociedade, denominada conceitualmente como Produto Interno Bruto ou PIB. Assim, pode-se afirmar que essas inovações, em sua grande maioria, estão contribuindo com o crescimento da produção, nessa era contemporânea. Nesse contexto histórico de desenvolvimento, se incluem também, os espaços sociais e territoriais da região metropolitana de João Pessoa e da Paraíba.

No desenrolar das discussões teóricas e das investigações empíricas em relação ao sistema paraibano de inovações, efetivadas por Campos (2006), destacam-se alguns pontos que consideramos relevantes, tanto na necessidade de melhoria, quanto na explicação de parte da evolução dos PIB's estadual e da região metropolitana de João Pessoa; conforme verificados preliminarmente pelo referido autor. Portanto, de acordo com essa fonte

---

<sup>34</sup> Assinala-se que os estudos neo-shumpeterianos desenvolveram o conceito de Sistemas de Inovações. Veja-se em relação à temática, por exemplo, páginas 109-134, do livro: "A Economia Paraibana – estratégias competitivas e políticas públicas", João Pessoa: Editora Universitária, 2006 / Fred Leite Siqueira Campos, Ivan Targino Moreira, Lúcia Maria Góes Moutinho.



referenciada, sobre a difusão das telecomunicações, enquanto novo paradigma das tecnologias da informação tem-se, que:

[...] no que diz respeito à infraestrutura disponível para a prestação de serviços, além daquelas ofertadas pela Embratel, pela Telemar e pelas demais empresas formadas como resultado da privatização do setor de telecomunicação do Brasil. Nesse sentido, está disponibilizada pela Telemar, por exemplo, **uma infraestrutura de telecomunicação compatível com o que há de mais avançado na prestação de seus serviços**. [...] a empresa se encontra na fase final de implantação da gerência integrada de redes e serviços, [...], integrando, de forma organizada, as funções de Operação, Administração, Manutenção e Provisão (OAMS&P) para todos os elementos de rede e serviços de telecomunicações, inclusive de acesso à internet em alta velocidade. [...] **segundo dados obtidos junto à companhia de telefonia fixa do Estado, todo o território paraibano estará interligado por cabos de fibra ótica até o final de 2003 e 95% das plantas de comutação deverão estar operando com centrais digitalizadas, também até o final do ano de 2003**. No aspecto que se refere à utilização dos serviços, [...], os indicativos disponíveis apontam para o caráter defensivo da difusão dos serviços de telecomunicações no Sistema Paraibano de Inovação. Assim, 50% das companhias industriais estaduais de grande porte utilizam a Internet como forma de comercialização e/ou propaganda de seus produtos (CAMPOS, 2006, p.125-126). (Grifos nossos)

Dessa forma, pode-se inferir que, já na primeira metade dos anos iniciais escolhidos para nossa análise, a infraestrutura das telecomunicações, bem como os seus processos organizacionais de gestão, revelavam características de considerável desenvolvimento em tecnologia de excelência.

As investigações efetivadas por Campos (2006), sobre o sistema educacional da Paraíba revelam que o mesmo, apresenta razoável grau de heterogeneidade em seus níveis medioprofissionalizante e superior. Assim é, que:

[...] das vagas ofertadas pelos CEFETs na Paraíba, menos da metade (41,35%) referem-se a cursos mais diretamente ligados ao novo paradigma técnico-econômico (cursos de Eletromecânica, Informática, Construção Civil, Tecnologia dos Materiais, Automação Industrial e Informática Industrial). [...], nos demais cursos, é baixa a difusão de informações que vêm ocorrendo em função das tecnologias de informação. [...] os prejuízos para os sistemas de inovação da ausência do ensino técnico formal, voltado para a tecnologia da microeletrônica e da informação, podem ser muito grandes. [...] o paradigma técnico-econômico da microeletrônica é intensivo em mão de obra qualificada, a não existência de técnicos formados em áreas tais como a informática, a computação, a eletrônica, dentre outras, pode afetar (e afeta) as possibilidades de geração (e mesmo de difusão) de novas tecnologias, no interior dos sistemas de inovação. [...] **no que se refere ao ensino superior, em seus níveis de graduação e pós-graduação, o Estado**

**da Paraíba apresenta centros de destaque e referência nacionais, como são os casos dos cursos de Engenharia Elétrica e Eletrônica da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG).** Também, o número de cursos, na Paraíba, ligados às áreas de difusão do paradigma técnico-econômico da microeletrônica são maiores do que a média regional (com a existência de formação nas áreas de Engenharia Mecânica, Elétrica, Eletrônica, Florestal, Agrônômica, de Materiais, de Produção etc). Tal distribuição aponta para a existência de sinergias na formação universitária estadual (CAMPOS, 2006, p.127-128).

Portanto, os registros acima apontavam para uma preocupação com uma maior difusão das tecnologias de informação no ensino técnico formal, para se evitar prejuízos para esses sistemas e não ocasionar insuficiência de mão de obra especializada, afetando dessa forma a própria expansão dessas tecnologias, bem como, a probabilidade de maiores criações de empregos, no Estado. A despeito dos pontos positivos destacados pelo grau de excelência no ensino superior de engenharia e um domínio tecnológico de referência nacional nessa área; sinaliza-se para o nível deficitário, em termos de número de engenheiros em atuação, que, no entanto, pode ser ‘relativizado’, uma vez que o Estado da Paraíba ocupa a quarta posição em nível regional, quando se trata da região Nordeste (CAMPOS, 2006, p.129).

Diante das análises teóricas e resultados empíricos, apresentados por Campos (2006), embora ainda em fase preliminar, se pode constatar que a Paraíba possui uma base técnica, com fundamentos relativos em considerável pessoal especializado, uso de computadores e um bom ensino de engenharia, dentre outros ramos produtivos, tecnológicos e educacionais. As políticas públicas desempenham um forte significado para que o Estado eleve o seu grau de crescimento e/ou desenvolvimento industrial.

Em relação à necessidade de inovação tecnológica nas economias capitalistas contemporâneas, o que sem embargo, torna-se uma premissa inevitável para o crescimento industrial e elevação do PIB, não se pode esquecer, também, o seu caráter político-ideológico, imanente nos modos de produção capitalistas. Silva (2006, p.176) chama a atenção para a cadeia sucessiva de acontecimentos, na primeira metade dos anos setenta do século XX, que encerrou o prolongado período de crescimento econômico, caracterizado por elevado grau de padronização e especialização do trabalho, e sustentado por estratégias ativas de intervenção do setor público nacional. Assim é, que:

Entre esses acontecimentos, merecem destaque o desaparecimento do sistema de taxas de câmbio fixas de Bretton Woods, os dois choques do petróleo, a recessão mundial e a mudança de métodos padronizados de produção em massa para métodos de produção mais flexíveis – resumido no conceito de ‘pós-fordismo’. O resultado foi o surgimento de uma nova era

competitiva no último quarto de século, em conexão com a globalização do processo econômico. Nesse novo ambiente competitivo, as firmas têm de desenvolver a qualidade e a adaptabilidade dos produtos às mudanças dos mercados. Ser competitivo adquiriu uma condição de credo universal – uma ideologia (SILVA, 2006, p.176).

De outro ângulo e segundo Polari (2012), examinando a evolução dos setores produtivos da Paraíba, em um período mais longo, observa-se que:

O PIB do setor industrial foi o que apresentou o segundo maior dinamismo expansivo entre os setores da economia da Paraíba. No período 1970-2009, a sua taxa real de crescimento foi de 595,9% (5,10% a.a.). Mesmo assim, manteve uma baixa participação setorial na economia do Estado, com tendência decrescente, variando de um percentual máximo de 26,5% em 1980, para **22,1% em 2009**. [...] o setor industrial paraibano apresentou um padrão de expansão e reestruturação dotado de, pelo menos, dois aspectos pouco promissores à geração de empregos. Por um lado, uma notável propensão à incorporação de progresso tecnológico e organizacional, com elevação da relação capital/trabalho e, por outro, o ritmo de crescimento do PIB, levando-o a ter uma modesta participação na economia estadual, comparada às prevalecentes no contexto regional e nacional. [...] **A insuficiente atuação da iniciativa privada inclui-se entre as causas básicas** do baixo nível de progresso e modernização tecnológica e organizacional dos setores agropecuário, **industrial** e de serviços da economia paraibana (POLARI, 2012, p.112-114). (Grifos nossos)

Tendo em vista as ponderações acima, que, sem embargo, possuem uma evidência científica muito forte em relação às implicações na tendência de diminuição relativa do emprego, quando se destaca uma elevação da relação capital/trabalho; tornam-se necessários investimentos em educação técnica especializada, em pesquisas científicas e, em capacitação adequada para a mão de obra existente. Por outro lado, pode-se inferir que o Estado efetivamente teve (e ainda tem) que desempenhar o seu papel de agente econômico, intervindo por meio de políticas públicas, com o objetivo de propiciar um maior dinamismo ao setor industrial em destaque.

Segundo Neto, Targino e Brasil (2006), com as transformações ocorridas na economia mundial, entre as décadas de 1970 e 1980 e, igualmente, com as evidências do processo de globalização e os seus impactos no modo de atuação do capital, com ênfase em sua mobilidade internacional, implicando assim, na diminuição do poder dos estados nacionais, com a abertura comercial e, a liberação e desregulamentação dos mercados; houve uma necessidade de maiores reflexões teóricas e ações práticas, em relação a esse processo.

Desse modo, afirmam os autores mencionados, que:

A fácil mobilidade de recursos e insumos produtivos faz com que seja ressaltada a estratégia de (re) localização das unidades produtivas, objetivando ganhos de competitividade. O desenvolver desse processo no Brasil, que se intensificou na década de 1990, tem levado ao fenômeno conhecido como Guerra Fiscal, onde os estados brasileiros disputam intensivamente a captação e a alocação dos recursos produtivos para seus territórios. O Estado da Paraíba, por sua vez, também se faz presente nesse contexto, adotando políticas de incentivos fiscais que façam jus não só à implantação de novas empresas, mas também ao fomento daquelas que já se encontram em pleno funcionamento no Estado, alavancando, assim, o desenvolvimento industrial e tecnológico (NETO, TARGINO e BRASIL, 2006, p.137).

Assim, conforme assinalamos anteriormente, é com ênfase no emprego das políticas públicas que se explica, também, parte do crescimento industrial verificado nesse setor, tanto na região metropolitana de João Pessoa, quanto no Estado como um todo.

De acordo com Neto, Targino e Brasil (2006, p.146), na Paraíba, os incentivos fiscais e financeiros, relativos ao ICMS, são executados pelo Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Industrial da Paraíba – FAIN, criado em 29 de julho de 1986, através da Lei nº 4.856/86.

Ressalte-se, como pode ser observado em Neto, Targino e Brasil (2006, p.159), o importante crescimento na absorção de empreendimentos incentivados e implantados pelo FAIN, nos municípios de Bayeux (7), Cabedelo (4), João Pessoa (37) e Santa Rita (47), todos da região metropolitana de João Pessoa. Juntos, entre 1995 e 2000, atingem um total de 95, dentre os 155 empreendimentos implantados no Estado. Isso significa uma expressão relativa de 61,3%, no total dos empreendimentos implantados na Paraíba, através de recursos do FAIN. Os demais municípios do Estado, beneficiados por essa política de empreendimentos incentivada e implantada pelo referido órgão estadual, no mesmo período, têm 60 empreendimentos completados, o que significa 38,7% do total. O destaque neste ponto vai para a cidade de Campina Grande que, sozinha, é beneficiada com 50 empreendimentos, sendo responsável nesse sentido, por 32,3% do total de empreendimentos implantados pelo FAIN.

Na Paraíba, em relação à década de 2000, de acordo com Targino (2013), como pode ser observado na (Tabela 8, p.19) do referido estudo, entre os anos de 2000 a 2007, há repetidas elevações (exceção apenas para o ano 2007, quando nesse indicador, sofre uma queda de 120 empresas, o que representa -8,4%) no quantitativo de unidades locais. O número de pessoal ocupado experimenta um crescimento continuado, ao longo dos referidos anos. A fonte pesquisada pelo citado autor foi o IBGE, com dados da Pesquisa Industrial Anual. Dessa maneira, convém ressaltar que:

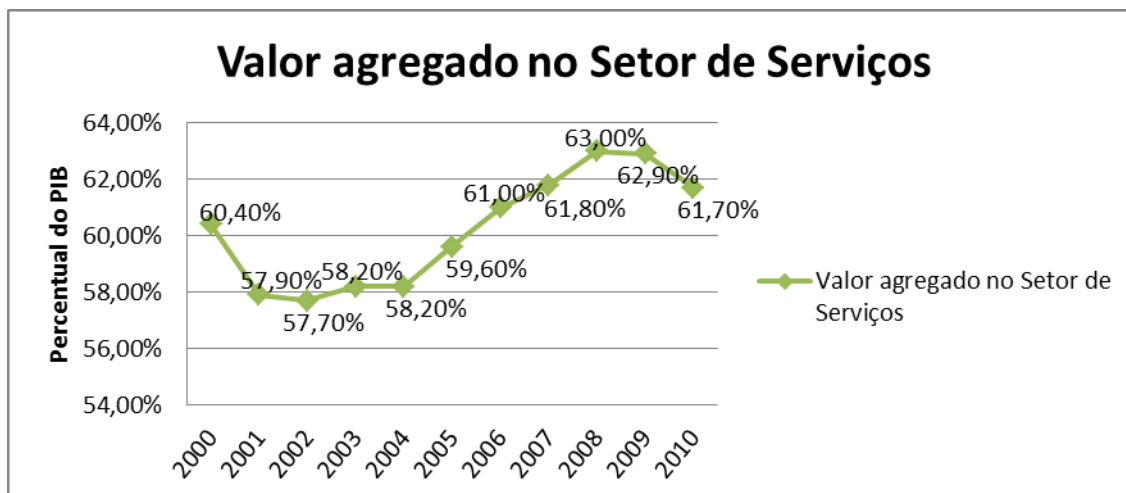
Apesar da redução do número de estabelecimentos industriais, **o nível do emprego apresentou uma trajetória crescente**. Isso pode ser um efeito dos incentivos fiscais oferecidos pelo governo estadual, que conseguiu atrair para o estado empresas de grande porte **intensivas no fator trabalho**. A partir de 2001, verifica-se o crescimento do número de empresas locais instaladas no Estado, assim como o crescimento do nível de emprego. Como se sabe, após a mudança na política cambial realizada em 1999 e da política macroeconômica a partir de 2003, **houve um maior estímulo às exportações e a economia brasileira voltou a trilhar uma trajetória de crescimento econômico** (TARGINO, 2013, p.20). (Grifos nossos)

Outra constatação analítica de Targino (2013) é que existe uma maior diversificação do parque industrial estadual. Como destaques na atual estrutura industrial (p.20, gráfico 1, na pesquisa mencionada), verificam-se incrementos importantes, tanto nas unidades produtivas como no volume de empregos, os ramos de: alimentos, os têxteis, os produtos minerais não metálicos e os produtos plásticos e de borracha. Entretanto,

Apesar dessas mudanças, **o setor industrial paraibano ainda está fortemente concentrado na produção de bens de consumo e de bens intermediários** (estes últimos com exploração dos recursos naturais locais – minerais não metálicos, principalmente do **caulim**). **Em termos espaciais**, apesar de ter havido uma maior desconcentração da indústria, ela ainda se apresenta com grande concentração no entorno das maiores cidades, particularmente **na Grande João Pessoa e na Grande Campina Grande** (TARGINO, 2013, p.20-21). (Grifos nossos)

O valor agregado bruto a preços correntes para o setor de serviços, este, revela-se em termos relativos majoritários, quando confrontados com os outros setores da economia. No ano 2000, com 60,4% de participação relativa no PIB nominal regional, observa uma queda em 2001 e 2002, quando esse número é avaliado em 57,7%. Em 2003, com 58,2% de participação relativa no produto total regional, inicia a partir de então uma crescente evolução na variável em análise, que perdura até 2008, alcançando 63,0%, neste ano. A partir de 2009 observa um inexpressivo declínio (-0,1%), continuando a apresentar decréscimo relativo no ano seguinte, quando a variável em destaque se expressa como uma proporção do PIB a preços correntes da unidade regional em análise, correspondente a 61,7%. No entanto, esse nível de participação relativa é ligeiramente superior ao apresentado no início do período. Veja-se tabela 5 e o gráfico 4 a seguir.

Gráfico 4 - Contribuição do setor terciário ao PIB da Região Metropolitana de João Pessoa: anos 2000 a 2010.



Fonte: IBGE, contas regionais.

Segundo Polari (2012),

O setor de serviços da economia paraibana passou por uma grande expansão, no período 1970-2009. A sua participação no PIB estadual foi altamente crescente, passando de 56,8% em 1970, para 55,8% em 1980, 59,6% em 1991, 71,4% em 2000 e **72,2% em 2009**. Nessas quatro décadas, o PIB deflacionado desse setor cresceu 778,5% (5,73% a.a.), muito acima, portanto, do crescimento dos PIB's dos setores agropecuário e industrial, que foram de, respectivamente 87,9% (1,63% a.a.) e 595,9% (5,10% a.a.). **Essa evolução do setor terciário paraibano não se pautou por um conteúdo capaz de qualificá-la como tendo sido, também, uma fase de desenvolvimento** (POLARI, 2012, p.113). (Grifos nossos)

Dando sequência ao seu exame sobre a evolução do setor terciário paraibano, ao longo do período compreendido entre os anos de 1970 a 2009, assinala-se em Polari (2012), as ponderações que se seguem:

Houve, sim, **avanços significativos**, na modernização e diversificação de algumas atividades do setor terciário paraibano. Foram bastante positivos os resultados advindos de suas interligações com os sistemas nordestinos e nacionais dos mais importantes serviços contemporâneos. Destacam-se, entre estes, **os sistemas de telecomunicações e tecnologia da informação, transportes e bancário**. Houve, também, **significativo progresso nos serviços tipicamente locais, tais como os das áreas de educação, saúde, esporte, lazer, consultorias técnicas, arte, cultura etc.** [...] Contribuiu muito para esse resultado (evolutivo), a atuação desse setor recebendo e abrigando **grandes parcelas de população e força de trabalho**

**atipicamente liberadas ou não empregadas pelos setores agropecuário e industrial paraibanos.** [...] Essa estranha solução se deu com a proliferação das mais variadas formas de microatividades de baixíssima produtividade e remuneração. **Não se tratou, obviamente, de um processo efetivo de geração de emprego e renda,** mas, isto sim, **da acomodação precária, com ênfase no subemprego disfarçado, de trabalhadores e seus familiares sofrendo consequências muito adversas de problemas estruturais.** [...] a participação de 72,2% assumida pelo setor terciário na economia paraibana, no ano de 2009, foi, **em boa parte, resultado histórico do subdesenvolvimento estadual** (POLARI, 2012, p.113-114). (Grifos nossos)

Como se observa em relação à análise crítica de Polari (2012), sobre os setores produtivos da economia paraibana, há uma convergência de resultados semelhantes aos revelados por outros autores, ao discorrerem sobre as transformações da economia no território paraibano; o que também se verifica para este trabalho. Isso significa, tendo em vista as conexões entre os fluxos e funções, as implicações de mudanças, ao longo do tempo, nos espaços geográficos em geral, e, em particular, na região metropolitana de João Pessoa, entre os anos de 2000 e 2010, objeto específico de nossa análise.

Finalmente, ainda considerando a expansão do setor terciário no território paraibano, Polari (2012), afirma o que segue abaixo:

Nos anos 1970-2009, o setor público teve uma participação elevada e crescente, com forte teor assistencialista e compensatório, na vida socioeconômica da Paraíba. [...] Como as atividades públicas são contabilizadas em um segmento específico do setor serviços, as repercussões econômicas daí decorrentes no PIB desse setor estadual foram de grande dimensão. [...] O segmento de atividades das administrações públicas do setor terciário aumentou a sua contribuição na geração do PIB da economia estadual de 13,7%, em 1970, para **31,3%, em 2009**. Esses dados revelam que **essas atividades públicas** tiveram a sua participação no PIB estadual multiplicada por 2,3 nos aludidos anos, **sendo, portanto, a razão maior do alto crescimento do PIB do setor terciário paraibano** (POLARI, 2012, p.114-115). (Grifos nossos)

Nesse mesmo diapasão, Moreira (2013, p.5) afirma que, desde a segunda metade do século XX, o setor terciário tem apresentado uma tendência crescente no tocante a sua participação no Valor Agregado estadual. Em suas verificações descritivas referentes à evolução do setor terciário, observa as participações relativas dos segmentos da Administração, saúde e educação públicas (31,3%), comércio e serviços de manutenção e reparação (15,4%) e, o ramo de atividades imobiliárias e aluguel (7,8%), para o ano de 2008.

De acordo com Moreira (2013),

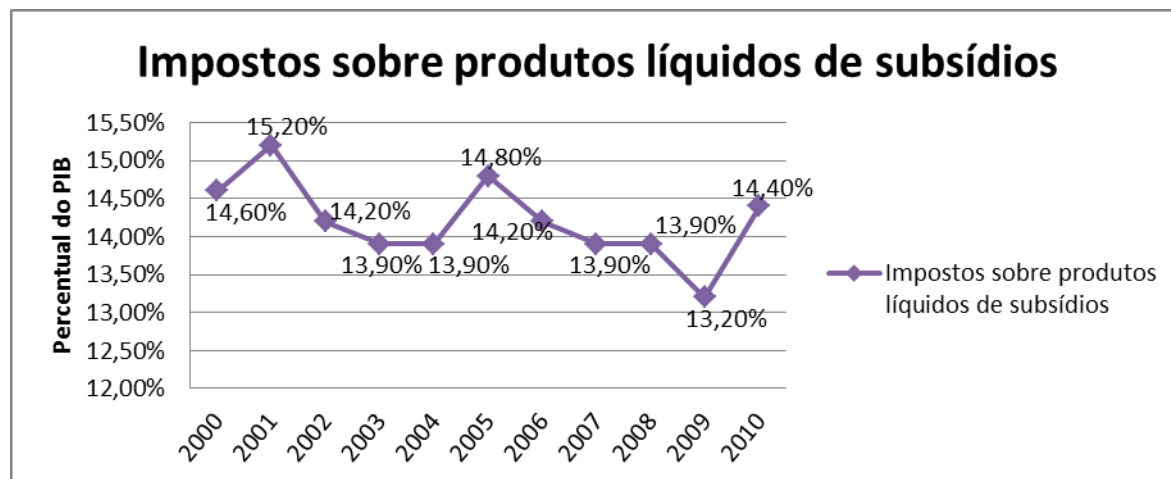
Esses dados mostram **a importância do setor público no contexto da economia estadual**. Convém lembrar que grande parte do crescimento do setor terciário na Paraíba ocorreu em virtude **do dinamismo das atividades administrativas públicas**. Como mostram os dados da Tabela 1, em 1970, a administração pública representava 13,7% do valor agregado estadual, enquanto que, em 2008, essa participação era da ordem de 31,3%. Para isso concorreu, entre outros fatores, as mudanças introduzidas com a Constituição de 1988, que universalizou os serviços de educação e de saúde, bem como ampliou os direitos previdenciários. O peso que ocupa esse segmento na economia estadual permite levantar alguns questionamentos sobre a sustentabilidade da dinâmica econômica estadual. Isto é, **uma crise fiscal pode ter sérias consequências para a economia estadual**. [...] **Durante a última década**, os segmentos do setor terciário que mais se destacaram em termos de crescimento foram o de comércio e serviços de manutenção e reparação, que aumentou a sua participação em 3,7 pontos percentuais, e a administração, saúde e educação públicas com um incremento de 2,6 pontos percentuais (MOREIRA, 2013, p.5-6). (Grifos nossos)

O setor de serviços da região metropolitana, de acordo com nossas análises e, à luz de referências do IBGE, também revela evolução e participação relativa superiores aos setores da agropecuária e da indústria, em termos de valores agregados, no período de exame. No início do período, em 2000, a sua participação relativa no PIB da RMJP é de 60,4% e, ao seu término, em 2010, verifica-se neste mesmo aspecto, um valor equivalente a 61,7%. Os dados da tabela 5 registram as observações completas relativas ao comportamento dos três setores da economia, na unidade espacial em relevo.

Quanto aos impostos sobre produtos líquidos de subsídios a preços correntes, que em 2000, participava relativamente no PIB nominal da região metropolitana de João Pessoa, com 14,6%, experimenta um incremento nesse nível referencial analítico, em 2001, para 15,2%. Entre 2002(14,2%), 2003 (13,9%) e 2004 (13,9%), essa variável observa um decréscimo relativo em seus níveis percentuais de representação, junto ao produto regional total. Em 2005, há uma retomada para um nível mais elevado, quando chega a 14,8%. A partir do ano 2006 até o penúltimo ano da série (2009), sofre ligeiros decréscimos relativos, ao situar-se neste referido ano, em 13,2%. No ano 2010, eleva-se para 14,4%, dessa forma, colocando-se em um patamar de representação percentual em relação ao PIB a preços correntes da RMJP, ligeiramente inferior ao do início do período. Observar os dados da tabela 5 e, o gráfico 5, conforme estruturado a seguir.



Gráfico 5 - Impostos sobre produtos líquidos de subsídios, como participação relativa do PIB a preços correntes, da Região Metropolitana de João Pessoa: anos 2000 a 2010.



Fonte: IBGE, contas regionais.

As receitas do governo, fonte de recursos para os seus gastos, situam-se em patamares superiores à trajetória dos valores da agropecuária, quando comparados com os do PIB do recorte espacial em destaque. No ano de 2001, por exemplo, o valor dos impostos sobre produtos líquidos de subsídios, chega a exceder a participação relativa da agropecuária nesse aspecto, em mais de quatro vezes.

Por outro lado, atendo-se ao comportamento do PIB real<sup>35</sup> entre os anos de 2000 a 2010, observa-se que o seu desempenho espelha algo mais próximo da situação analisada em relação às transformações ocorridas na região metropolitana de João Pessoa, quando comparado com a evolução do PIB a preços correntes. Na observação dos dados contidos na tabela 6 e no gráfico 6, se constata precisamente, essa realidade. É pertinente ressaltar que, os preços estão constantes para o ano-base 2000.

Esta análise, orientada por tais procedimentos metodológicos evidencia que, a série histórica do PIB real deflacionada, ao incorporar o progresso tecnológico (com as inovações técnicas efetivadas ao longo de sua trajetória), nos extremos do período examinado, experimenta uma evolução real avaliada em 88,1%, com uma taxa de crescimento médio em torno de 6,5%, ao ano.

<sup>35</sup> O índice utilizado para efeito de cálculos nesta série histórica, trata-se do: Índice de Preços Ampliado ao Consumidor – IPCA.

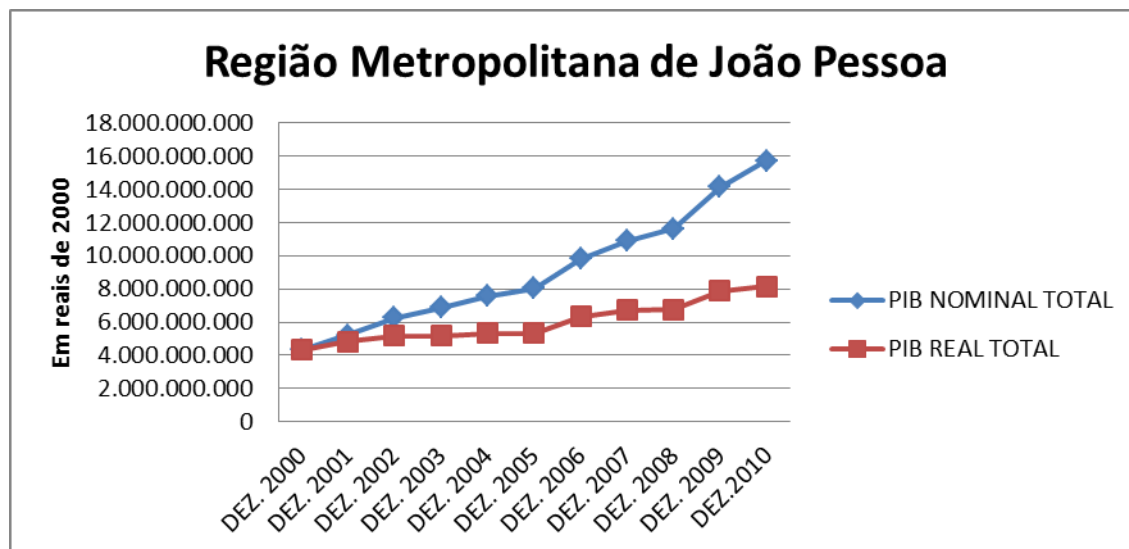
Tabela 6 - Região Metropolitana de João Pessoa: evolução do PIB nominal e do PIB real a preços constantes do ano 2000: entre os anos selecionados de 2000 a 2010.

<b>Mês/Ano</b>	<b>PIB nominal total</b>	<b>Variação relativa (%)</b>	<b>PIB real total</b>	<b>Variação relativa (%)</b>
<b>DEZ. 2000</b>	4.329.682.000,00	--	4.329.682.000,00	--
<b>DEZ. 2001</b>	5.212.354.000,00	20,4	4.840.891.285,34	11,8
<b>DEZ. 2002</b>	6.248.977.000,00	19,9	5.157.401.930,69	6,5
<b>DEZ. 2003</b>	6.857.945.000,00	9,7	5.178.379.211,90	0,4
<b>DEZ. 2004</b>	7.576.109.000,00	10,5	5.316.622.571,09	2,7
<b>DEZ. 2005</b>	8.028.739.000,00	6,0	5.330.969.963,06	0,3
<b>DEZ. 2006</b>	9.815.755.000,00	22,3	6.319.010.753,08	18,5
<b>DEZ. 2007</b>	10.900.552.000,00	11,1	6.717.900.833,73	6,3
<b>DEZ. 2008</b>	11.619.631.000,00	6,6	6.761.924.254,74	0,7
<b>DEZ. 2009</b>	14.131.012.000,00	21,6	7.883.488.072,15	16,6
<b>DEZ. 2010</b>	15.713.868.000,00	11,2	8.144.149.178,61	3,3

Fonte: IBGE, contas regionais.

No gráfico abaixo estão representadas as trajetórias dos PIB's nominal e real da RMJP, entre os anos 2000 a 2010. Assinala-se, tanto na produção nominal, quanto na real, os avanços e as incorporações tecnológicas em seus comportamentos, no período transcorrido. A linha do PIB real da região metropolitana de João Pessoa, abaixo da linha do seu PIB nominal, reflete o fato de que, a série histórica dessa variável está deflacionada.

Gráfico 6 – PIB nominal e PIB real a preços do ano 2000, da Região Metropolitana de João Pessoa: série histórica anos 2000 a 2010.



Fonte: IBGE, contas regionais.

#### 4.2 - Alguns indicadores de atividade no mercado de trabalho e o desemprego na região metropolitana de João Pessoa

De acordo com os dados dos Censos Demográficos de 2000 e 2010 realizados pelo IBGE e dispostos na tabela 7, pode-se constatar inicialmente, que há uma evolução positiva para a população em idade ativa (PIA), na região metropolitana de João Pessoa. No começo do período assinalado, essa variável constitui-se de 801.815 pessoas. No ano selecionado de 2010, eleva-se a um patamar de 990.719 pessoas. Essa mudança significa um aumento populacional absoluto de 188.904 moradores residentes. Pode-se inferir em relação à mudança desses números, a ocorrência de uma variação relativa avaliada em 23,6%, no período considerado. E relativamente ao seu ritmo de crescimento médio, que o mesmo se verifica em torno de 2,1% ao ano.

Quanto às pessoas que, potencialmente, já integram o mercado de trabalho da unidade regional em relevo, compondo a sua população economicamente ativa (PEA), observa-se igualmente um crescimento absoluto em seu contingente de 112.872 pessoas, com uma variação relativa de 26,6% e um ritmo de crescimento médio anual de 2,4%.

Ao se comparar o ritmo de crescimento nas variáveis em destaque, observa-se uma ligeira superioridade na evolução da PEA em relação à trajetória percorrida pela PIA, tendo como implicação imediata uma elevação na taxa de atividade, em torno de 1,3%, no período.

Na Paraíba, a PIA tem o seu valor absoluto aumentado em 410.365 pessoas, o que representa uma variação relativa de 14,9%, com um ritmo médio de crescimento de 1,4% ao ano. A PEA, com um aumento absoluto de 217.083 pessoas no seu contingente populacional, apresenta uma variação relativa de 15,5% e uma taxa média de crescimento de 1,5% ao ano. Essas comparações no estado paraibano permitem afirmar que a taxa de atividade em seu território, estejam situadas em um patamar quase idêntico: 50,9% em 2000 e 51,2% em 2010.

No Nordeste, a PIA que é de 37.565.737 pessoas em 2000, passa para 44.217.039 pessoas no ano selecionado de 2010, apresentando um aumento em valores absolutos de 6.651.302 pessoas. Isto significa uma variação relativa de 17,7%, com um ritmo de crescimento médio anual de 1,6%. Enquanto a PEA com um aumento absoluto de 3.629.479 pessoas, refletindo uma variação relativa de 18,6% e crescendo a um ritmo médio de 1,7% ao ano, vê a sua taxa de atividade aumentar no período, em discretos 0,5%.

Tabela 7 – Indicadores de atividade no mercado de trabalho: região metropolitana de João Pessoa, Paraíba, Nordeste e Brasil.

Territorialidades/Indicadores	Anos		Variação Relativa (%)	TGCA (% a. a.)
	2000	2010	2000/2010	
RMJP-PB				
População em Idade Ativa	801.815	990.719	23,6	2,1
População Economicamente Ativa	424.126	536.998	26,6	2,4
População Ocupada	342.196	481.172	40,6	3,5
População Desocupada	82.930	55.824	-32,7	-3,9
Taxa de Atividade (%)	52,9	54,2	1,3	--
Taxa de Ocupação (%)	80,6	89,6	9,0	--
Taxa de Desocupação (%)	19,5	10,4	-9,1	--
Paraíba				
População em Idade Ativa	2.750.867	3.161.232	14,9	1,4
População Economicamente Ativa	1.400.627	1.617.710	15,5	1,5
População Ocupada	1.200.993	1.478.168	23,1	2,1
População Desocupada	199.634	139.542	-30,1	-3,5
Taxa de Atividade (%)	50,9	51,2	0,3	--
Taxa de Ocupação (%)	85,7	91,4	5,7	--
Taxa de Desocupação (%)	14,3	8,6	-5,7	--
Nordeste				
População em Idade Ativa	37.565.737	44.217.039	17,7	1,6
População Economicamente Ativa	19.477.471	23.106.950	18,6	1,7
População Ocupada	16.384.648	20.854.301	27,3	2,4
População Desocupada	3.092.823	2.252.649	-39,6	-3,1
Taxa de Atividade (%)	51,8	52,3	0,5	--
Taxa de Ocupação (%)	84,1	90,3	6,2	--
Taxa de Desocupação (%)	15,9	9,7	-6,2	--
Brasil				
População em Idade Ativa	136.910.358	161.981.299	18,3	1,7
População Economicamente Ativa	77.467.473	93.504.659	20,1	1,9
População Ocupada	65.629.892	86.353.839	31,6	2,8
População Desocupada	11.837.581	7.150.820	-39,6	-4,9
Taxa de Atividade (%)	56,6	57,7	1,1	--
Taxa de Ocupação (%)	84,7	92,4	7,7	--
Taxa de Desocupação (%)	15,3	7,6	-7,7	--

Fonte: IBGE - Censos Demográficos 2000 e 2010.

No Brasil, entre os anos assinalados, a PIA apresenta uma mudança em valores absolutos de 136.910.358 pessoas em 2000 para 161.981.299 pessoas em 2010, o que significa uma variação relativa de 18,3%, com uma taxa média de crescimento de 1,7% ao

ano. O aumento absoluto na PEA de 16.037.186 de pessoas representa uma variação relativa de 20,1%, crescendo esse segmento populacional a uma taxa média de 1,9% ao ano. Desse modo, a implicação direta é um discreto aumento na taxa de atividade no período, avaliado em 1,1%.

Assim, comparando-se as taxas de evolução da PEA em relação às da PIA nos espaços anteriormente analisados, percebe-se uma ligeira superioridade da primeira variável em relação à segunda, com destaque para a hegemonia na elevação da taxa de atividade da região metropolitana de João Pessoa (1,3% no período), dentre as demais categorias espaciais, nos anos selecionados de 2000 e 2010.

Para Alves e Assis (2013),

Comparando o ritmo de crescimento da PIA e da PEA na Paraíba, observou-se, entre 1991 e 2000, um crescimento superior das taxas de crescimento da segunda em relação à primeira, proporcionando uma elevação na taxa de atividade, que passou de 46,1%, para 50,9%, respectivamente. No segundo subperíodo (2000/2010), o crescimento de ambas (PIA e PEA) ocorreu praticamente na mesma intensidade, e isso fez com que a taxa de atividade na Paraíba em 2010 (51,2%) fosse semelhante à verificada em 2000. [...] Por conta do crescimento da PEA ter sido superior ao da PIA na década de 1990, a taxa de atividade brasileira aumentou 4,8 pontos percentuais. Já na década seguinte, como a diferença no ritmo de crescimento da PEA em relação ao da PIA **não foi tão grande quanto no subperíodo anterior**, observou-se uma desaceleração na dinâmica de crescimento da taxa de atividade no mercado de trabalho brasileiro, como também nordestino (ALVES E ASSIS, 2013, p.6-7). (Grifos nossos)

Portanto, conforme também assinalado nesta pesquisa, as nossas ponderações em relação ao percurso efetivo da PIA e da PEA, no período examinado, revelam que: as taxas de variações do segundo parâmetro populacional em relação ao primeiro apresentam discretas vantagens na avaliação de suas medidas. As implicações desses fenômenos são elevações na taxa de atividade, com maior ou menor intensidade, na RMJP-PB, na Paraíba, no Nordeste e no Brasil.

Ao direcionar o foco de nossa análise à evolução da PEA, considerando os seus dois componentes (ocupados e desocupados), no percurso histórico do primeiro decênio do século XXI, verifica-se que a população ocupada na região metropolitana de João Pessoa apresenta um crescimento absoluto de 138.976 pessoas, o que representa uma variação relativa de 40,6%, evoluindo a uma taxa média de crescimento de 3,5% ao ano. A população desocupada, por sua vez, deixa de possuir em suas fileiras 27.106 pessoas, refletindo uma variação relativa de (-32,7%), apresentando uma taxa de evolução negativa (-3,9%) ao ano. Essas

transformações proporcionam, respectivamente, um aumento na taxa de ocupação de 9,0% e uma queda na taxa de desocupação, avaliada em (-9,1%). (Ver tabela 7)

Na Paraíba, a população ocupada obtém um crescimento absoluto de 277.175 pessoas, representando uma variação relativa de 23,1%, com um ritmo de crescimento médio anual em torno de 2,1%. A sua população desocupada experimenta uma involução absoluta de (-60.092) pessoas, e uma variação relativa (-30,1%), com uma taxa média de crescimento negativa (-3,5%) ao ano. As implicações diretas dessas transformações refletem-se, respectivamente, em um aumento de 5,7% na taxa de ocupação e uma queda (-5,7%) na taxa de desocupação. (Ver tabela 7)

No Nordeste, a população ocupada obtém um crescimento absoluto de 4.469.653 pessoas, representando uma variação relativa de 27,3%, com um ritmo de crescimento médio anual em torno de 2,4%. A sua população desocupada experimenta uma involução absoluta de (-840.174) pessoas, e uma variação relativa (-27,2%), com uma taxa média de crescimento negativa (-3,1%) ao ano. As implicações diretas dessas transformações refletem-se, respectivamente, em um aumento de 6,2% na taxa de ocupação e uma queda (-6,2%) na taxa de desocupação.

Ainda com base nos dados da tabela 7, observa-se que no Brasil, a população ocupada aumenta em 20.723.947 pessoas, o que representa em termos relativos, uma variação de 31,6%, com uma taxa média de crescimento avaliada em 2,8% ao ano. Enquanto a população desocupada deixa de possuir em seu perfil 4.686.761 pessoas, refletindo assim uma variação relativa (-39,6%), com essa involução ocorrendo a uma taxa média de (-4,9%) ao ano. Isto significa um aumento na taxa de ocupação de 7,7% e, uma queda na taxa de desocupação (-7,7%), portanto, de igual valor.

É importante ressaltar que, entre 2000 e 2010, sob a luz dos dados apresentados pelo IBGE, verifica-se um crescimento na PEA em função do aumento da população ocupada. A sua população desocupada decresce, conforme é também revelado pela análise em destaque. Este fenômeno social ocorre na região metropolitana de João Pessoa, na Paraíba, no Nordeste e no Brasil.

De acordo com Alves e Assis (2013), analisando o mercado de trabalho paraibano entre 1990/2000 e 2000/2010, enfatiza-se que:

O descompasso entre produção de riquezas e evolução do mercado de trabalho, nos dois subperíodos analisados, fez com que **o ritmo de expansão da ocupação fosse diferenciado em relação à necessidade de incorporação dos trabalhadores nas atividades econômicas.** [...] enquanto

na década de 1990 o aumento relativo da quantidade de pessoas que exercem pressão sobre o mercado de trabalho ocorreu majoritariamente pela expansão do número de desempregados, **na primeira década do século XXI esse aumento deveu-se à expansão do número de ocupados na economia brasileira e regional** (ALVES e ASSIS, 2013, p.7-8). (Grifos nossos)

#### 4.2.1 O comportamento da população ocupada segundo algumas características básicas

Após as considerações específicas do mercado de trabalho, conforme o olhar sobre as variáveis relacionadas anteriormente, far-se-á uma análise do perfil dos ocupados no mercado de trabalho da região metropolitana de João Pessoa, situando-a no interior de algumas categorias de análise, sem perder de vista a sua relação com o território do estado paraibano.

##### 4.2.1.1 Idade

Ao se direcionar o foco de análise para os dados da tabela 8, que revelam a evolução da população ocupada de acordo com os grupos de idade, nos anos selecionados de 2000 e 2010, observa-se que o seu crescimento relativo total de 40,6% na região metropolitana de João Pessoa, ocorre, principalmente em função do crescimento do grupo dos idosos (60 anos ou mais), seguido pelo grupo dos adultos (25 a 59 anos), enquanto na Paraíba, o crescimento relativo total dessa mesma variável, correspondente a 23,1%, se apoia em primeiro lugar pelo grupo dos adultos, seguido pelo grupo dos idosos. Entretanto, a análise para o grupo dos jovens e para o da faixa etária de 10 a 14 anos, se revelou com uma redução no nível de ocupação para essas duas porções do espaço, no período em tela; embora a variação relativa no grupo de jovens da região metropolitana tenha sido positiva.



Tabela 8 – Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por grupos de faixa etária, na região metropolitana de João Pessoa e na Paraíba.

Grupos de idade	Pessoas Ocupadas		Variação Relativa 2000/2010 (%)
	2000	2010	
Região Metropolitana de João Pessoa			
Quantidade (Pessoas)			
10 a 14 anos	3.862	3.719	-3,6
15 a 24 anos	74.556	78.210	4,9
25 a 59 anos	251.091	373.676	48,8
60 anos ou mais	12.652	25.570	102,1
Total	342.161	481.175	40,6
Distribuição (%)			
10 a 14 anos	1,2	0,8	-0,4
15 a 24 anos	21,8	16,3	-5,5
25 a 59 anos	73,4	77,7	4,3
60 anos ou mais	3,7	5,3	1,6
Total	100,0	100,0	--
Estado da Paraíba			
Quantidade (Pessoas)			
10 a 14 anos	38.808	27.150	-30,0
15 a 24 anos	282.587	269.964	-4,5
25 a 59 anos	796.904	1.071.710	34,5
60 anos ou mais	82.694	109.344	32,2
Total	1.200.993	1.478.168	23,1
Distribuição (%)			
10 a 14 anos	3,2	1,8	-1,4
15 a 24 anos	23,5	18,3	-5,2
25 a 59 anos	66,4	72,5	6,1
60 anos ou mais	6,9	7,4	0,5
Total	100,0	100,0	--

Fonte: IBGE/Censos Demográficos 2000 e 2010 – Resultados da Amostra.

Na unidade regional em destaque, o grupo dos adultos apresenta uma elevação em seu nível de ocupação de 48,8% (251.091 pessoas em 2000 para 373.676 pessoas em 2010), transformação essa que contribui ainda mais para aumentar a sua importância relativa no total dos ocupados: de 73,4 no início do período, atinge em seu término, uma representação de 77,7 elevando esse patamar em 4,3%, de acordo com os dados relacionados para exame.

O grupo dos idosos vê o seu nível de ocupação crescer em significativos 102,1% (12.652 pessoas em 2000 para 25.570 pessoas em 2010), significando esse aumento relativo no total dos ocupados, uma mudança em seu nível de ocupação, assim refletida: no ano 2000, os 3,7%, passam a ser 5,3% em 2010, implicando uma variação no período em torno de

apenas 1,6%. No entanto, chama a atenção o seu crescimento (tanto absoluto quanto relativo), ao que, em termos de reflexão, atribuímos a ocorrência desse fenômeno social, inicialmente, aos relevantes avanços na ciência em geral (na medicina em particular), contribuindo desse modo para uma melhora na expectativa de vida ao nascer das pessoas. Em segundo lugar, à efetiva elevação dessa faixa etária, no mercado de trabalho regional.

O grupo dos jovens apresenta um crescimento em seu nível de ocupação através da variação relativa de 4,9% (74.556 pessoas em 2000 para 78.210 pessoas em 2010), representando, ao contrário dos adultos e dos idosos, uma participação relativa menor no total dos ocupados: de 21,8% em 2000, ocupa em 2010 apenas 16,3%, o que reflete uma redução no período, correspondente a (-5,5%).

O grupo inserido entre os 10 e 14 anos de idade apresenta em seu nível de ocupação uma variação relativa de (-3,7%), quando, nos anos selecionados de 2000 e 2010, possui respectivamente, 3.862 e, 3.719 pessoas. Essa redução contribui para uma expressividade em um patamar inferior, no total dos ocupados: se em 2000, com uma expressão participativa de 1,2% no total do conjunto de pessoas em relevo, passa a ocupar em 2010, uma expressividade avaliada em apenas 0,8%; o reflexo dessa redução corresponde a (-0,4%), de acordo com os dados em análise.

Na Paraíba, o grupo dos adultos apresenta uma elevação em seu nível de ocupação de 34,5% (796.904 pessoas em 2000 para 1.071.710 pessoas em 2010), transformação essa que contribui ainda mais para aumentar a sua importância relativa no total dos ocupados: de 66,4 no início do período, atinge em seu término, uma representação de 72,5 elevando esse patamar em 6,1%, de acordo com os dados relacionados para exame.

O grupo dos idosos vê o seu nível de ocupação crescer em 32,2% (82.694 pessoas em 2000 para 109.344 pessoas em 2010), significando esse aumento no total dos ocupados, uma mais elevada participação relativa: de 6,9% no ano 2000, ocupa em 2010, 7,4%, refletindo uma variação (0,5%) no período de menos de 1,0%. No entanto, o seu crescimento (tanto absoluto quanto relativo), apresenta-se bastante significativo. Da mesma forma que se ponderou nessa faixa etária na região metropolitana de João Pessoa, atribuímos a ocorrência desse fenômeno social no território paraibano, inicialmente, aos relevantes avanços na ciência em geral (na medicina em particular), contribuindo desse modo para uma melhora na expectativa de vida ao nascer das pessoas. Em segundo lugar, à efetiva elevação dessa faixa etária, no mercado de trabalho regional.

O grupo dos jovens apresenta um decréscimo em seu nível de ocupação através da variação relativa de (-4,5%), contando em suas fileiras com 282.587 pessoas em 2000 e,

269.964 pessoas em 2010, representa, ao contrário dos adultos e dos idosos, uma participação relativa menor no total dos ocupados: de 23,5% em 2000, ocupa em 2010 apenas 18,3%, o que reflete uma redução no período, correspondente a (-5,2%).

O grupo inserido entre os 10 e 14 anos de idade apresenta em seu nível de ocupação uma variação relativa de (-30,0%), quando, nos anos selecionados de 2000 e 2010, possui respectivamente, 38.808 e, 27.150 pessoas. Essa redução contribui para uma expressividade em um patamar inferior, no total dos ocupados: se em 2000, com uma expressão participativa de 3,2% no total do conjunto universo de pessoas analisadas, passa a ocupar em 2010, uma expressividade avaliada em apenas 1,8%; sendo o reflexo dessa redução correspondente a (-1,4%), de acordo com os dados em exame.

Portanto, são essas as transformações ocorridas na região metropolitana de João Pessoa e no estado da Paraíba, na sua população economicamente ativa, examinando-a por faixas etárias e tendo em vista os segmentos dos ocupados e dos desocupados.

Para Alves (2006), analisando a evolução do mercado de trabalho paraibano entre 1992 e 2003, observa-se que:

O decréscimo da participação relativa de crianças e adolescentes no mercado formal foi resultado da combinação de alguns fatores. O primeiro deles foi a redução da oferta relativa de mão de obra nestes segmentos etários, provocada pela redução tanto de taxas das taxas de fecundidade quanto das políticas voltadas para o ensino fundamental realizadas no Brasil nas duas últimas décadas. Outro fator determinante foi a instituição de normas e ações do poder público e de instituições da sociedade civil visando a inibição ou o desestímulo da contratação de crianças e adolescentes. O terceiro fator, que deve ter contribuído não só para a redução dos níveis de ocupação da força de trabalho infanto-juvenil, mas também da idosa, diz respeito ao acirramento da disputa pelos postos de trabalho disponíveis, decorrente das transformações ocorridas no mercado de trabalho ao longo da década de 1990, tendo no aumento das taxas de desocupação uma de suas principais consequências mais visíveis. Num contexto marcado por redução de postos de trabalho e crescimento da oferta de força de trabalho, era de se esperar que os trabalhadores mais experientes, mais qualificados e com mais vitalidade se destacassem na disputa por novas ocupações (ALVES, 2006, p.159).

#### 4.2.1.2 Sexo

De acordo com os dados presentes na tabela 9, observa-se, na região metropolitana de João Pessoa, um crescimento em termos absolutos e percentuais, da população ocupada nos dois segmentos de gênero: os ocupados do sexo masculino, que em 2000 constituem-se de 204.035 pessoas veem esse quantitativo aumentar para 273.861 pessoas em 2010, o que

representa uma variação relativa de 34,2%, permitindo-se inferir que esse crescimento ocorre a uma taxa média anual avaliada em 3,0%.

Tabela 9 – Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, segundo o sexo: região metropolitana de João Pessoa e Paraíba.

Sexo	Pessoas Ocupadas		Variação Relativa (%)
	2000	2010	2000/2010
<b>Região Metropolitana de João Pessoa</b>			
<b>Quantidade (Pessoas)</b>			
Homens	204.035	273.861	34,2
Mulheres	138.161	207.313	50,0
<b>Total</b>	<b>342.196</b>	<b>481.172</b>	<b>40,6</b>
<b>Distribuição (%)</b>			
Homens	59,6	56,9	-2,7
Mulheres	40,4	43,1	2,7
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>--</b>
<b>Estado da Paraíba</b>			
<b>Quantidade (Pessoas)</b>			
Homens	765.471	886.272	15,8
Mulheres	435.522	591.896	35,9
<b>Total</b>	<b>1.200.993</b>	<b>1.478.168</b>	<b>23,1</b>
<b>Distribuição (%)</b>			
Homens	63,7	60,0	-3,7
Mulheres	36,3	40,0	3,7
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>--</b>

Fonte: elaboração própria a partir dos dados do IBGE (Censos demográficos de 2000 e 2010).

O segmento feminino dos ocupados no mercado de trabalho em destaque cresce em termos absolutos, medido em 69.152 pessoas (no ano 2000, 138.161 e em 2010, 207.313 pessoas), o que significa uma variação relativa de 50,0%, com uma taxa de crescimento médio avaliada em 4,1% ao ano. Assim, as taxas de variação das mulheres ocupadas no mercado de trabalho da unidade regional examinada, apresentam-se superiores às mesmas taxas pertencentes ao segmento dos homens em ocupação efetiva, no aludido mercado de trabalho.

Desse modo, os trabalhadores ocupados masculinos, apresentam uma queda em suas taxas de participação relativa, no período: de 59,6% em 2000 passam a ocupar 56,9% em 2010. Ao contrário, as mulheres ocupadas veem as suas taxas de participação relativa aumentar: de 40,4% em 2000, passam a representar 43,1% do mercado de trabalho, na grande João Pessoa.

Na Paraíba, essas mesmas variáveis indicativas de gênero, acompanham a evolução apresentada no mercado de trabalho da região metropolitana de João Pessoa e, assim, as mulheres em ocupação, que em 2000 possuem 435.522 pessoas passam a possuir no ano selecionado de 2010, 591.896 pessoas em suas fileiras, o que significa uma variação relativa de 35,9% e um crescimento médio anual em torno de 3,1%. (Ver tabela 9)

O segmento masculino dos trabalhadores em ocupação no território paraibano, que em 2000 é de 765.471 pessoas apresenta uma evolução para 886.272 pessoas em 2010. Isto significa uma variação relativa de 15,8%, ocorrendo a uma taxa média de crescimento avaliada em 1,5% ao ano. Como se vê essas taxas de variação masculinas revelam-se inferiores às taxas de variação femininas ocorridas no mercado de trabalho da Paraíba, entre os anos selecionados de 2000 e 2010.

São estas as transformações que permitiram uma maior participação relativa das mulheres e, ao contrário, uma menor expressividade relativa dos homens em semelhante medida, no total de pessoas ocupadas, respectivamente, da região metropolitana de João Pessoa e da Paraíba, examinadas no período em tela.

#### 4.2.1.3 Posição na Ocupação

O perfil dos ocupados na região metropolitana de João Pessoa (ver tabela 10), de acordo com a sua posição no trabalho principal, quando é colocado em foco observa-se um conjunto de transformações que, na variação de sua trajetória aqui analisada, vai configurar o quadro efetivo da força de trabalho em destaque, ao final do período.

Inicialmente, o grupo dos empregados apresenta um crescimento que passa pelas 248.186 pessoas em 2000 chegando às 362.782 pessoas, no ano selecionado de 2010. Isto significa uma variação relativa de 46,2%, enquanto esse ritmo de crescimento médio gira em torno de 3,9% ao ano. Essas mudanças implicam em uma maior participação deste segmento de trabalho no nível geral de emprego dos ocupados, quando de 72,5% em 2000, atinge aos 75,4% em 2010, com uma variação de 2,9%.

No interior do universo dos empregados, os que possuem emprego com a carteira assinada atingem uma variação relativa de quase 60,0% no período (de 129.732 pessoas em 2000 passa para 206.080, em 2010), o que representa uma taxa de crescimento avaliada em 4,7% ao ano. Desse modo a sua participação relativa, que expressa uma representação inicial de 38,0%, ao término do período, passa para 42,8%, no total dos ocupados, com um ganho em seu nível de emprego, representado por 4,8%.

O subgrupo dos militares e funcionários públicos estatutários apresenta uma variação relativa de 25,7% (de 37.159 pessoas em 2000 passa para 46.722 em 2010) no período, crescendo a um ritmo de 2,3% ao ano. Apesar disso, ocorre uma queda, ao invés de elevação, na participação relativa no total dos ocupados: de 10,9% no começo do período passa para 9,7% em seu término. Em sendo assim, a sua trajetória se configura em uma perda de (-1,2%), nos anos selecionados de 2000 e 2010.

Os empregados sem carteira de trabalho assinada, que em 2000, constitui-se de 81.296 pessoas, veem esse número chegar a 109.980 pessoas, em 2010. A variação relativa assinalada em 35,3% ocorre a uma taxa de crescimento em torno de 3,1% ao ano, mas igualmente ao subgrupo anterior, percebe-se uma queda em sua participação relativa no total dos ocupados, avaliada em (-1,0%). Esse fato deriva-se de uma participação relativa de 23,8% em 2000, quando em 2010, o seu nível de emprego na população ocupada se expressa no patamar de 22,8%, portanto, inferior à primeira taxa relativa assinalada.

O grupo dos trabalhadores por conta própria, que em 2000 constitui-se de 74.595 pessoas atinge em 2010, 94.363 pessoas autônomas, no mercado de trabalho em destaque. Ora, a variação relativa no contingente desses trabalhadores, se expressa em 26,5%, crescendo

a uma taxa média avaliada em 2,4% ao ano. No entanto, a sua participação relativa no total dos ocupados declina em (-2,2%), conforme o seu nível de emprego passa de 21,8% no ano 2000, para os 19,6% em 2010.

O grupo dos empregadores apresenta uma pequena variação relativa 0,3% no período, decorrendo a mesma, do inexpressivo aumento absoluto avaliado em mais vinte e dois empresários, no conjunto universo deste segmento da população ocupada. Portanto, esta porção de trabalhadores revela um declínio, ao invés de elevação, na sua participação relativa no total dos ocupados: de 2,5% em 2000 passa para 1,8% em 2010, o que implica em uma pequena queda (-0,7%) na sua expressão relativa, considerando os extremos do período em tela.

O grupo dos não remunerados que em 2000 é constituído por 7.754 pessoas vê esse contingente declinar para 6.957 pessoas, no ano selecionado de 2010. Isto significa uma variação relativa de (-10,3%), decrescendo este segmento populacional a uma taxa média avaliada em (-1,1%) ao ano. A implicação imediata dessas transformações reflete-se em um decréscimo de (-0,9%) na sua participação relativa no total dos ocupados, uma vez que em 2000, estava em um nível de 2,3%, enquanto no ano 2010, com apenas 1,4% de representação, ocupa um patamar inferior, nos dados examinados, no período em análise.

O grupo dos trabalhadores na produção para o próprio consumo apresenta uma variação relativa de 177,2% (de 3.041 pessoas em 2000, constitui-se de 8.429 pessoas em 2010) no período, evoluindo a uma taxa média de crescimento em torno de 10,7% ao ano. São essas taxas de variações que permitem a este segmento populacional situar-se, no início do período, em uma posição relativa no total dos ocupados de 0,9% e, em seu término, elevá-la ao nível de 1,8%.

Como se pode inferir após essas análises, há efetivamente um crescimento dos empregados como um todo, que se deve mais à expansão dos empregados com carteira de trabalho assinada, acrescido pela evolução dos outros grupos e subgrupos, com diferentes intensidades em seu crescimento. A exceção que se observa é relacionada ao grupo dos trabalhadores na produção para o próprio consumo, que apresenta um decréscimo avaliado em (-10,3%). Em suma, os demais segmentos, embora assegurem elevações absolutas e percentuais conforme reveladas, estão inseridos em posições relativas inferiores no total dos ocupados, ao término do período em destaque.

É igualmente importante assinalar que: os dados examinados anteriormente indicam, de um lado, o aumento da totalidade dos empregados, com destaque para os trabalhadores de carteira assinada e, de outro, a tendência revelada de uma redução relativa dos trabalhadores

informais, especialmente o dos não remunerados, na economia da região metropolitana de João Pessoa.

Por outro lado, esta situação torna-se mais evidente ainda, ao se considerar que a maioria dos trabalhadores autônomos, juntamente com os sem carteira assinada, os não remunerados e, os que produzem para o próprio consumo, são efetivamente, elementos pertencentes a ocupações não formais. Dessa forma, pode-se inferir que uma significativa parte da força de trabalho da unidade regional em destaque ainda pertence ao segmento populacional dos excluídos, ou seja, os que trabalham em condições precárias. Esta realidade pode ser percebida nos dados da tabela 10, a seguir.



Tabela 10 – Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por posição na ocupação e categoria do emprego no trabalho principal: região metropolitana de João Pessoa.

Posição na ocupação e categoria do emprego no trabalho principal	Pessoas Ocupadas		Variação Relativa (%)	TGCA (% a.a.)
	2000	2010	2000/2010	
Região Metropolitana de João Pessoa				
Quantidade (Pessoas)				
Empregados	248.186	362.782	46,2	3,9
Empregados – com carteira de trabalho assinada	129.732	206.080	58,9	4,7
Empregados – militares e funcionários públicos estatutários	37.159	46.722	25,7	2,3
Empregados – outros sem carteira de trabalho assinada	81.296	109.980	35,3	3,1
Conta própria	74.595	94.363	26,5	2,4
Empregadores	8.621	8.643	0,3	0,0
Não remunerados	7.754	6.957	-10,3	-1,1
Trabalhadores na produção para o próprio consumo	3.041	8.429	177,2	10,7
Total	342.196	481.172	40,6	3,5
Distribuição (%)				
Empregados	72,5	75,4	--	--
Empregados – com carteira de trabalho assinada	37,9	42,8	--	--
Empregados – militares e funcionários públicos estatutários	10,8	9,7	--	--
Empregados – outros sem carteira de trabalho assinada	23,8	22,8	--	--
Conta própria	21,8	19,6	--	--
Empregadores	2,5	1,8	--	--
Não remunerados	2,3	1,4	--	--
Trabalhadores na produção para o próprio consumo	0,9	1,8	--	--
Total	100.0	100.0	--	--

Fonte: IBGE.

Na Paraíba, o grupo dos empregados apresenta um crescimento que passa pelas 680.094 pessoas em 2000 chegando às 923.550 pessoas, no ano selecionado de 2010. Isto

significa uma variação relativa de 35,8%, enquanto esse ritmo de crescimento médio gira em torno de 3,1% ao ano. Essas mudanças implicam em uma maior participação deste segmento de trabalho no nível geral de emprego dos ocupados, quando de 56,6% em 2000, atinge aos 62,5% em 2010, com uma variação de 5,9%. (Ver tabela 11)

No subgrupo dos que possuem emprego com a carteira assinada percebe-se uma variação relativa de 52,1% no período (de 264.608 pessoas em 2000 passa para 402.421, em 2010), o que representa uma taxa de crescimento avaliada em 4,3% ao ano. Desse modo a sua participação relativa, que expressa uma representação inicial de 22,0%, ao término do período, passa para 27,2%, no total dos ocupados, com um ganho em seu nível de emprego, representado por 5,2%.

O subgrupo dos militares e funcionários públicos estatutários apresenta uma variação relativa de 16,4% (de 96.384 pessoas em 2000 passa para 112.167 em 2010) no período, crescendo a um ritmo de 1,5% ao ano. Apesar disso, ocorre uma queda, ao invés de elevação, na participação relativa no total dos ocupados: de 8,0% no começo do período passa para 7,6% em seu término. Em sendo assim, a sua trajetória se configura em uma perda de (-0,4%), nos anos selecionados de 2000 e 2010.

Os empregados sem carteira de trabalho assinada, que em 2000, constitui-se de 319.102 pessoas, veem esse número chegar a 408.962 pessoas, em 2010. A variação relativa assinalada em 28,2% ocorre a uma taxa de crescimento em torno de 2,5% ao ano. Neste caso percebe-se uma pequena elevação em sua participação relativa no total dos ocupados, avaliada em 1,1%. Esse fato deriva-se de uma participação relativa de 26,6% em 2000, quando em 2010, o seu nível de emprego na população ocupada se expressa no patamar de 27,7%, portanto, superior à primeira taxa relativa assinalada.

O grupo dos trabalhadores por conta própria, que em 2000 constitui-se de 278.714 pessoas atinge em 2010, 324.772 pessoas autônomas, no mercado de trabalho em destaque. Ora, a variação relativa no contingente desses trabalhadores, se expressa em 16,5%, crescendo a uma taxa média avaliada em 1,5% ao ano. No entanto, a sua participação relativa no total dos ocupados declina em (-1,2%), conforme o seu nível de emprego passa de 23,2% no ano 2000, para os 22,0% em 2010.

O grupo dos empregadores apresenta um decréscimo relativo (-3,6%) no período, decorrendo o mesmo, de uma queda absoluta avaliada em (-748) pessoas, na totalidade deste segmento da população ocupada, com uma taxa média de involução avaliada em (-0,4%) ao ano. Portanto, esta porção de trabalhadores revela um declínio, ao invés de elevação, na sua participação relativa no total dos ocupados: de 1,7% em 2000 passa para 1,4% em 2010, o que

implica em uma pequena queda (-0,3%) na sua expressão relativa, considerando os extremos do período em tela.

O grupo dos não remunerados que em 2000 é constituído por 98.352 pessoas vê esse contingente declinar para 35.021 pessoas, no ano selecionado de 2010. Isto significa uma variação relativa de (-64,4%), decrescendo este segmento populacional a uma taxa média avaliada em (-9,8%) ao ano. A implicação imediata dessas transformações reflete-se em um decréscimo de (-5,8%) na sua participação relativa no total dos ocupados, uma vez que em 2000, situado em um nível de 8,2%, no ano 2010, com apenas 2,4% de representação, ocupa um patamar inferior, de acordo com os dados examinados no período em tela.

O grupo dos trabalhadores na produção para o próprio consumo apresenta uma variação relativa de 42,0% (de 123.118 pessoas em 2000, constitui-se de 174.860 pessoas em 2010) no período, evoluindo a uma taxa média de crescimento em torno de 3,6% ao ano. São essas taxas de variações que permitem a este segmento populacional situar-se, no início do período, em uma posição relativa no total dos ocupados de 10,3% e, em seu término, elevá-la ao nível de 11,8%.

Portanto, transcorridas as análises dessa dinâmica interna dos trabalhadores ocupados no estado da Paraíba, desvela-se o cenário geral das transformações efetivas, considerando-se os anos selecionados de 2000 e 2010. Percebe-se uma trajetória percorrida por seus elementos, apontando para uma direção geral e tendencial, semelhante à ocorrida na região metropolitana de João Pessoa: ou seja, o aumento dos empregados totais ocorre em grande parte devido ao aumento dos trabalhadores com carteira assinada, destacando-se por outro lado, o aumento das ocupações consideradas informais, quando se analisa detalhadamente, o cenário geral revelado, no período. É esta situação que se observa ao se examinar os dados contidos na tabela 11, abaixo.

Tabela 11 – Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por posição na ocupação e categoria do emprego no trabalho principal: Paraíba.

Posição na ocupação e categoria do emprego no trabalho principal	Pessoas Ocupadas		Variação Relativa (%)	TGCA (% a.a.)
	2000	2010	2000/2010	
Estado da Paraíba				
Quantidade (Pessoas)				
Empregados	680.094	923.550	35,8	3,1
Empregados – com carteira de trabalho assinada	264.608	402.421	52,1	4,3
Empregados – militares e funcionários públicos estatutários	96.384	112.167	16,4	1,5
Empregados – outros sem carteira de trabalho assinada	319.102	408.962	28,2	2,5
Conta própria	278.714	324.772	16,5	1,5
Empregadores	20.714	19.966	-3,6	-0,4
Não remunerados	98.352	35.021	-64,4	-9,8
Trabalhadores na produção para o próprio consumo	123.118	174.860	42,0	3,6
Total	1.200.993	1.478.168	40,6	3,5
Distribuição (%)				
Empregados	56,6	62,5	--	--
Empregados – com carteira de trabalho assinada	22,0	27,2	--	--
Empregados – militares e funcionários públicos estatutários	8,0	7,6	--	--
Empregados – outros sem carteira de trabalho assinada	26,6	27,7	--	--
Conta própria	23,2	22,0	--	--
Empregadores	1,7	1,4	--	--
Não remunerados	8,2	2,4	--	--
Trabalhadores na produção para o próprio consumo	10,3	11,8	--	--
Total	100,0	100,0	--	--

Fonte: IBGE

Cavalcanti (1999) estudando a dinâmica interna do mercado de trabalho na Paraíba, entre 1983 e 1996, direciona o seu foco de análise para a força de trabalho então existente, nos seguintes aspectos: a população economicamente ativa, em termos de seus dois principais agregados, os desempregados e o pessoal ocupado. A população ocupada, por

sua vez, examinada através do comportamento dos empregados com carteira assinada; empregados sem carteira assinada; empregador; empregado por conta própria; e, trabalhador sem rendimento. As conclusões observadas pelo autor são destacadas do seguinte modo:

Após uma breve descrição de alguns elementos da dinâmica e transformação recentes da economia paraibana na década de oitenta e nos anos noventa, sob a ótica dos principais indicadores econômicos, evidencia-se a fragilidade e o pouco dinamismo da economia estadual, ainda dominada por uma estrutura produtiva tradicional e incapaz de reduzir o atraso relativo que a separa das economias regional nordestina e brasileira. Com relação à dinâmica do mercado de trabalho, observa-se que, [...] os principais indicadores específicos da situação ocupacional apresentaram os seguintes resultados: **redução do desemprego aberto; aumento do número de empregados no setor formal do mercado de trabalho;** redução expressiva, dos níveis de inserção precária no mercado de trabalho; melhoria relativa, enfim, nas formas de inserção do trabalhador na PEA paraibana; [...] pode-se registrar que o sistema produtivo foi incapaz de gerar uma quantidade relativamente satisfatória de empregos regulares e permanentes, uma vez que **o maior incremento de pessoas ocupadas se verificou, principalmente, através do crescimento do número de trabalhadores sem rendimento.** Isso aumentou, consideravelmente, a precariedade e a fragilidade da mão de obra no mercado de trabalho. As mudanças [...] registradas, **ressaltam a dependência da situação ocupacional no Estado de formas de inserção ligadas aos setores não formais do mercado de trabalho,** resultado de um reduzido grau de desenvolvimento das forças produtivas (CAVALCANTI, 1999, p.135-136). (Grifos nossos)

Alves e Assis (2013), estudando as transformações do mercado de trabalho no território paraibano, na última década do século XX e primeira década do século XXI, especificamente as pessoas de 10 anos ou mais e a sua posição e categoria do emprego no trabalho principal, assinalam em suas conclusões que:

O conjunto de informações [...] mostra indícios tanto do **aumento dos trabalhadores assalariados, especialmente os com carteira de trabalho assinada,** como também indica **a possibilidade de redução relativa dos trabalhadores informais na economia paraibana, notadamente dos não remunerados.** Isso ocorreu, em grande medida, devido ao crescimento econômico verificado a partir de 2004, às políticas públicas voltadas para o mercado de trabalho, bem como à continuidade do movimento de desconcentração espacial das atividades econômicas, que tem atingido positivamente o Nordeste e, em particular, a Paraíba. Entretanto, nota-se que ainda é bastante alto o número de trabalhadores autônomos (22,0%), que geralmente estão inseridos em ocupações precárias, bem como dos assalariados sem carteira de trabalho assinada (27,7%), que não possuem os direitos trabalhistas e previdenciários garantidos (ALVES e ASSIS, 2013, p.14). (Grifos nossos)

Diante das ponderações assinaladas nos referidos estudos, em distintos recortes temporais, torna-se fundamental compreender as semelhanças e/ou transformações e avanços relativos da economia e mercado de trabalho em destaques, bem como as suas continuidades relativas. Notadamente, o emprego formal apresenta uma melhora considerável e, os trabalhadores sem rendimento uma elevação em seu contingente, quando o recorte temporal se trata do período 1983/1996.

Entretanto, quando os anos selecionados são os de 2000 e 2010, embora o emprego formal apresente crescimento, os trabalhadores sem rendimento sofrem uma queda significativa, segundo os autores referenciados. A situação de precariedade e fragilidade da mão de obra estudada ainda são elementos de preocupação, conforme registros dos autores referenciados. No entanto, a economia em relevo também apresenta as suas transformações ao longo do tempo, enfatizadas por meio de avanços tecnológicos e pelas políticas públicas voltadas para o mercado de trabalho.

#### 4.2.1.4 Renda

No exame dos ocupados na região metropolitana de João Pessoa (ver tabela 12), através do comportamento das classes de rendimento nominal mensal do trabalho principal, desvendam-se as transformações ocorridas neste recorte analítico, segundo as informações constantes em cadastros estatísticos do IBGE. Observe-se a seguir, o detalhamento das análises.

Inicialmente, a classe de pessoas que recebem até um salário mínimo apresenta um forte crescimento relativo, avaliado em 105,6%, evoluindo a uma taxa média positiva de 7,5% ao ano, considerando-se os extremos do período. Isso implica em mudanças na participação relativa desse contingente de assalariados no total dos ocupados, passando de 30,4% em 2000 para 44,4% no ano de 2010.

A classe dos que ganham entre mais de um até dois salários mínimos também evolui significativamente, em 23,9%, crescendo a um ritmo médio de 2,2% ao ano, o que implica em transformações na sua participação relativa no total de pessoas ocupadas, passando de 31,5% no ano 2000, para 27,8% em 2010.

O grupo de assalariados compreendido entre os que recebem mais de dois a três salários mínimos obtém uma variação relativa de 4,9%, evoluindo a uma taxa média de 0,5% ao ano. Este pequeno incremento relativo torna-se fator preponderante na involução desses

assalariados, em sua participação relativa no total dos ocupados: de 10,4% em 2000, passa para 7,8% no ano de 2010.

A classe das pessoas entre as que ganham mais de três e menos de cinco salários mínimos apresenta uma involução relativa (-3,5%), com uma taxa média decrescente avaliada em (-0,4%) ao ano. Esses números traduzem uma queda na participação relativa inerente a esse grupo de assalariados de 9,6% para 6,6%, respectivamente, de 2000 a 2010.

Os que se encontram na classe de assalariados entre cinco a dez salários mínimos apresenta uma pequena variação relativa de 1,3%, evoluindo a um ritmo médio de apenas 0,1% ao ano, o que significa uma queda, ao invés de elevação, em sua participação relativa no total de ocupados, de 8,4% para 6,0%, no período em tela.

A classe dos assalariados situada entre os que recebem de dez a vinte salários mínimos observa uma involução relativa (-11,4%) no seu contingente populacional, decrescendo a uma taxa média avaliada em (-1,2%) ao ano. O reflexo dessas variações significa uma queda na sua taxa de participação relativa no total de pessoas ocupadas, passando de 4,1% em 2000 para 2,6%, no ano de 2010.

As pessoas que recebem mais de vinte salários mínimos também sofrem uma involução relativa (-14,9%), apresentando uma taxa média de decrescimento avaliada em (-1,6%) ao ano, no período considerado. Essas mudanças traduzem igualmente uma queda na sua participação relativa no interior das pessoas ocupadas: de 1,9% no ano 2000 para 1,1%, em 2010.

Ao se considerar as pessoas sem rendimento é importante assinalar-se que, entre as mesmas, estão incluídas também as que recebem somente em benefícios, tanto em 2000 quanto em 2010. Com esta ressalva, desvenda-se que esse contingente populacional apresenta um importante incremento relativo de 39,6%, com uma taxa média de crescimento avaliada em 3,4% ao ano. No entanto, esses números significam que, entre os extremos do período, a sua participação relativa no total dos ocupados permanece a mesma, avaliada em 3,7%. Para uma percepção global da temática, veja-se a tabela 12.

Tabela 12 – Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por classes de rendimento nominal mensal do trabalho principal, na região metropolitana de João Pessoa.

Classes de Rendimento Nominal Médio Mensal do trabalho principal (salário mínimo) (1)	Pessoas Ocupadas		Variação Relativa (%)	TGCA (% a.a.)
	2000	2010	2000/2010	
Região metropolitana de João Pessoa				
Quantidade (Pessoas)				
Até 1	103.945	213.694	105,6	7,5
Mais de 1 a 2	107.780	133.548	23,9	2,2
Mais de 2 a 3	35.728	37.480	4,9	0,5
Mais de 3 a 5	33.952	31.815	-3,5	-0,4
Mais de 5 a 10	28.604	28.972	1,3	0,1
Mais de 10 a 20	14.085	12.486	-11,4	-1,2
Mais de 20	6.391	5.441	-14,9	-1,6
Sem rendimento (2)	12.711	17.739	39,6	3,4
Total	342.196	481.172	40,6	3,5
Participação Relativa (%)				
Até 1	30,4	44,4	--	--
Mais de 1 a 2	31,5	27,8	--	--
Mais de 2 a 3	10,4	7,8	--	--
Mais de 3 a 5	9,6	6,6	--	--
Mais de 5 a 10	8,4	6,0	--	--
Mais de 10 a 20	4,1	2,6	--	--
Mais de 20	1,9	1,1	--	--
Sem rendimento (2)	3,7	3,7	--	--
Total	100,0	100,0	--	--

Fonte: IBGE/Censos Demográficos 2000 e 2010 – Resultados Gerais da Amostra.

NOTAS: (1) Salário mínimo utilizado para cálculos: ano 2000, R\$ 151,00; ano 2010, R\$ 510,00;

(2) As pessoas que receberam somente em benefícios estão incluídas em 2000 e 2010.

Após essas análises pode-se inferir que, nas classes de ocupação entre um e até três salários mínimos, há uma variação relativa importante, com destaque para os que recebem até um salário mínimo mensal, no trabalho principal. As classes de assalariados que se encontram recebendo de três a cinco, de dez a vinte e, de vinte salários mínimos, sofrem quedas relativas em seus contingentes populacionais. Apenas a classe de assalariados que se encontra recebendo de cinco a dez salários mínimos, observa uma pequena variação relativa em seu



contingente populacional, embora esse incremento não seja capaz de elevá-la a uma participação relativa superior, no total dos ocupados. Pelo contrário, verifica-se um decréscimo neste segmento de assalariados. O grupo dos sem rendimento, mesmo apresentando uma variação relativa positiva, situa-se no mesmo nível de estabilidade em sua participação relativa no total dos ocupados, considerando os extremos do período. Em suma, de acordo com os dados analisados pode-se afirmar que há uma desconcentração de renda na região metropolitana de João Pessoa, no primeiro decênio do século XXI.

Por outro lado, ao utilizar-se o parâmetro do *índice de Gini*<sup>36</sup>, considerando neste ponto, os diferentes graus que separam os rendimentos distribuídos na Paraíba, tomada como uma “próxis” da região metropolitana de João Pessoa verifica-se uma redução, nesses graus de diferenças. Em 2000 este índice era avaliado em 0,604 e, no ano de 2010, em 0,580. Ora, esses números traduzem um decréscimo relativo nos referidos indicadores de desigualdades acima em (-4,0%), com uma taxa média de decrescimento em torno de (-0,4%) ao ano, examinando-se o começo e o término do período.

Entretanto, o que é verdadeiro para a região metropolitana de João Pessoa, em relação ao aspecto da distribuição de renda média nominal mensal entre as pessoas ocupadas em seu trabalho principal, não o é, necessariamente, para cada município em si, pertencente ao conjunto do universo examinado.

Se considerarmos a cidade central, João Pessoa, e o município de Cruz do Espírito Santo<sup>37</sup>, por exemplo, verificam-se duas realidades com significativas diferenciações. Enquanto João Pessoa apresenta uma distribuição de rendimentos médios nominais mensais semelhantes à da unidade regional em destaque, Cruz do Espírito Santo, ao contrário, revela uma diminuição relativa nas classes compreendidas entre as de 1 a 2 salários mínimos e as de 5 a 10 salários mínimos. Ou seja, nessas classes de distribuição de rendas médias, entre as pessoas ocupadas em seu trabalho principal, há uma variação relativa negativa ou involução, no período em análise. Isso significa que a desconcentração de renda, tendo em vista os dados analisados já se inicia a partir da classe que recebe entre 1 e 2 salários mínimos. Os destaques em Cruz do Espírito Santo vão para a importante variação relativa (76,5%), entre os extremos do período, para as pessoas que recebem até 1 (um) salário mínimo e, para as pessoas sem

<sup>36</sup> Índice de Gini da distribuição do rendimento nominal mensal das pessoas de 10 anos ou mais de idade, com rendimento, por condição de atividade na semana de referência, de acordo com o IBGE (Tabela 2.906, anos selecionados de 2000 e 2010).

<sup>37</sup> A escolha do município de Cruz do Espírito Santo se justifica pelas seguintes razões: em 2010, se caracteriza como um município onde predomina a população residente rural, em relação à população urbana; nessa espacialidade, há uma significativa concentração fundiária, segundo estudos de autores paraibanos; no referido município, há um evidente distanciamento nas variáveis analisadas neste trabalho, em relação às verificadas na cidade central, João Pessoa, do nosso recorte espacial.

rendimento, que alcançam uma variação relativa, ao término do mesmo período, de 9,4%. Ressalte-se igualmente que, em 2010 não há pessoas ocupando as classes de rendimentos médios acima de 10 salários mínimos. Observar os dados das tabelas 13 e 14, a seguir.

Tabela 13 – Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por classes de rendimento nominal mensal do trabalho principal, no município de João Pessoa.

Classes de Rendimento Nominal Médio Mensal do trabalho principal (salário mínimo) (1)	Pessoas Ocupadas		Variação Relativa (%)	TGCA (% a.a.)
	2000	2010	2000/2010	
Município de João Pessoa				
Quantidade (Pessoas)				
Até 1	56.511	122.560	116,9	8,0
Mais de 1 a 2	68.445	94.446	38,0	3,3
Mais de 2 a 3	26.091	29.600	13,4	1,3
Mais de 3 a 5	25.755	26.333	2,2	0,2
Mais de 5 a 10	24.261	24.751	2,0	0,2
Mais de 10 a 20	12.401	11.362	8,4	0,9
Mais de 20	5.630	4.914	12,7	1,4
Sem rendimento (2)	2.062	6.147	21,4	2,0
Total	224.157	320.113	42,8	3,6
Participação Relativa (%)				
Até 1	25,2	38,3	--	--
Mais de 1 a 2	30,5	29,5	--	--
Mais de 2 a 3	11,6	9,2	--	--
Mais de 3 a 5	11,5	8,2	--	--
Mais de 5 a 10	10,8	7,7	--	--
Mais de 10 a 20	5,5	3,5	--	--
Mais de 20	2,5	1,5	--	--
Sem rendimento (2)	2,3	1,9	--	--
Total	100.0	100.0	--	--

Fonte: IBGE/Censos Demográficos 2000 e 2010 – Resultados Gerais da Amostra.

NOTAS: (1) Salário mínimo utilizado para cálculos: ano 2000, R\$ 151,00; ano 2010, R\$ 510,00;

(2) As pessoas que receberam somente em benefícios estão incluídas em 2000 e 2010.

Tabela 14 – Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por classes de rendimento nominal mensal do trabalho principal, no município de Cruz do Espírito Santo.

Classes de Rendimento Nominal Médio Mensal do trabalho principal (salário mínimo) (1)	Pessoas Ocupadas		Variação Relativa (%)	TGCA (% a.a.)
	2000	2010	2000/2010	
Município de Cruz do Espírito Santo				
Quantidade (Pessoas)				
Até 1	1.766	3.117	76,5	5,8
Mais de 1 a 2	1.080	768	-28,8	-3,4
Mais de 2 a 3	215	120	-44,2	-5,7
Mais de 3 a 5	122	53	-56,6	-8,0
Mais de 5 a 10	61	17	-72,1	-12,0
Mais de 10 a 20	13	--	--	--
Mais de 20	3	--	--	--
Sem rendimento (2)	950	1.039	9,4	0,9
Total	4.210	5.114	21,5	2,0
Participação Relativa (%)				
Até 1	41,9	60,9	--	--
Mais de 1 a 2	25,6	15,0	--	--
Mais de 2 a 3	5,1	2,3	--	--
Mais de 3 a 5	2,9	1,0	--	--
Mais de 5 a 10	1,4	0,3	--	--
Mais de 10 a 20	0,3	--	--	--
Mais de 20	0,1	--	--	--
Sem rendimento (2)	22,6	20,3	--	--
Total	100,0	100,0	--	--

Fonte: IBGE/Censos Demográficos 2000 e 2010 – Resultados Gerais da Amostra.

NOTAS: (1) Salário mínimo utilizado para cálculos: ano 2000, R\$ 151,00; ano 2010, R\$ 510,00;

(2) As pessoas que receberam somente em benefícios estão incluídas em 2000 e 2010.

De acordo com Neri (2011, p.17-18), surge uma nova classe média no cenário brasileiro, evidenciando a sua presença, nessa primeira década do século XXI. O aspecto assinalado por esse autor, não é o das classes sociais vistas pelo olhar dos sociólogos, tais como: operariado, burguesia, capitalistas etc. Caracteriza-se na importante literatura de medidas de pobreza e de bem-estar social, fundamentada em renda domiciliar per capita.

Dessa forma, alinha a sua visão acadêmica a esses aspectos, organizando uma metodologia<sup>38</sup> “diferente”, com o objetivo de estudar a sociedade, através de parâmetros macroeconômicos e métodos estatísticos considerados mais “refinados”, ou com uma “cara nova”, pode-se afirmar.

É interessante observar, como o faz Neri (2011), que em sua metodologia, também se emprega o uso de análises, conforme seguem:

O lado do produtor se apoia na literatura de economia do trabalho, leia-se emprego, mas também na de empreendedorismo. Se empregadores e por conta própria são trabalhadores, eles também são empresários, pois vivem do lucro. São capitalistas, **mas sem capital na maioria dos casos, ficando apenas com os riscos e não as riquezas capitalistas**. [...] ao fim e ao cabo, **fluxos e estoques de dinheiro podem trazer, ou não, a felicidade para cada um e para os seus**. Acoplamos em nossos estudos de maneira complementar as atitudes e expectativas em relação às suas vidas tal como desenvolvido na **literatura da felicidade**, que apenas mais recentemente ganhou a atenção e talvez alguma respeitabilidade por parte dos economistas (NERI, 2011, p.18). (Grifos nossos)

Portanto, nunca é demais insistir na tentativa heroica de explicar uma ‘teoria’ ou maneira de se enxergar a realidade. Nesse aspecto observa-se que:

Nova classe média dá **o sentido positivo e prospectivo** daquele que realizou, e continua a realizar, **o sonho de subir na vida**. Aonde você vai chegar é mais importante do que de onde você veio ou onde está. **Nova classe média não é definida pelo ter, mas pela dialética entre ser e estar olhando para a posse de ativos e para decisões de escolha entre o hoje e o amanhã**. Mais do que assíduos frequentadores de templos de consumo, **o que caracteriza a nova classe média brasileira é o lado do produtor**. A nova classe média busca construir seu futuro em bases sólidas que sustentem o novo padrão adquirido. [...] Crédito ao consumidor e benefícios oficiais fazem parte da cena da classe C, mas como coadjuvantes. O protagonista é o lado do produtor, do empregado formal em particular. **A carteira de trabalho é o maior símbolo da ascensão como ato consumado, e o concurso público é o seu platônico objeto de desejo**. Já o pequeno empreendedor continua relegado a um segundo plano aqui, dadas as dificuldades burocráticas, fiscais, creditícias e de valores (NERI, 2011, p.19). (Grifos nossos)

---

<sup>38</sup> A metodologia utilizada por Neri (2011) incorpora estudos em elementos tais, como: temas de sustentabilidade e percepções das pessoas, envolvendo precipuamente, as relações concretas entre fluxos de renda e estoques de ativos abertos, do produtor e do consumidor. Também da literatura clássica de consumo e poupança. [...] Contempla incertezas, hábitos, altruísmo, imperfeições do mercado de capitais, e mesmo miopia como casos específicos. Mesmo se a família não planeja o futuro, ela irá sofrer ao longo do tempo as consequências de não fazê-lo (NERI, 2011, p.18). Essa metodologia não pertence aos objetivos da nossa pesquisa, mas, em alguns aspectos, auxilia o seu entendimento.

Entretanto, no contexto de suas orientações acadêmicas e, provavelmente, de pesquisas empíricas, ocorrem algumas surpresas. Assim é, que:

Ao contrário do que reza a lenda, o Brasil não é celeiro de pequenos grandes empreendedores, **mas de grandes empreendedores do tipo fordista**, desses que, depois de florescer no **hostil ambiente de negócios tupiniquim**, aspiram competir em seus respectivos segmentos globais (NERI, 2011, p.19). (Grifos nossos)

Em complemento à visão geral dos estudos de Neri (2011), acrescentamos ainda, algumas ponderações que julgamos importantes, tanto nas ausências, quanto nos pontos positivos, conjecturados pela mesma. Desse modo,

Há deficiência crônica nas políticas públicas de apoio produtivo, do curso profissionalizante ao crédito produtivo popular, jogando contra o ‘brasileiro profissão esperança’. O instrumento-chave para liberar o potencial produtivo de nosso trabalhador seria a educação regular, que, embora ainda esteja num nível classe E, tem melhorado na quantidade, na qualidade, e nas prioridades tanto da população (passou de 7ª para 2ª na lista de preocupações do brasileiro) como da elite empresarial. **A falta de preocupação com a educação colocava nossa elite econômica no pior dos mundos.** [...] Ser nova classe média também é consumir serviços públicos de melhor qualidade no setor privado, aí incluindo colégio privado, plano de saúde e o produto prêmio, que é a previdência complementar. [...] Em nossa visão, baseada em renda sobre nova classe média, aninhamos expectativas subjetivas das pessoas e seus respectivos estoques de ativos físicos, humanos e sociais. [...] **Com base na classificação das pessoas em grupos de renda, são incorporadas expectativas e atitudes e a renda permanente é aquela na qual os estoques de ativos são convertidos em fluxos.** [...] A classe C auferem em média a renda média da sociedade, ou seja, é classe média no sentido estatístico. **Nossa nova classe média está compreendida entre aqueles acima da metade mais pobre e um pouco abaixo dos 10% mais ricos pouco depois da virada do século,** segundo uma combinação de bases de pesquisas domiciliares (NERI, 2011, p.19-20). (Grifos nossos)

Diante dessas considerações, pode-se inferir que essa nova classe média brasileira existe concretamente e é parte integrante de sua população total. O que precisa ser enfatizado neste ponto da análise é a simples constatação de que as pessoas em tela apresentam melhorias consideráveis, em seus níveis materiais de vida. Conforme é verificado através do nosso instrumental de análise, há uma desconcentração de renda, na região metropolitana de João Pessoa, na primeira década do século XXI, com a óbvia implicação de melhoras significativas nos níveis de consumo e de vida, em parte da sua população. Isso significa que o recorte espacial em exame, nesse aspecto, caminha na mesma direção do Brasil como um todo, no período em destaque.

Ao considerar a estagnação e declínio da pobreza<sup>39</sup> no Brasil, entre 1995 e 2008, Rocha (2010, p.323-328), revela em seus estudos que essa variável apresenta uma estagnação entre 1995 e 2004, quando se situa em 33,2%, praticamente no mesmo patamar verificado para o ano de 1995. Assim é, que:

A partir de então, **com a retomada da atividade econômica de forma sustentada**, a proporção de pobres declina todos os anos, atingindo mínimos históricos a cada ano desde 2005. A proporção de pobres atingida em 2008, 22,7%, corresponde a um declínio médio de 2,6 pontos percentuais anualmente desde 2004. É interessante observar que o aumento relativamente forte dos preços alimentares nos anos de 2007 e 2008 foi incapaz de interromper a tendência de redução da pobreza, **já estes aumentos foram largamente compensados por ganhos de renda, tanto devido a melhorias no mercado de trabalho, quanto à expansão das transferências previdenciárias e assistenciais**. Ademais, a participação da alimentação no orçamento das famílias diminui continuamente, sendo que, mesmo dentre as famílias pobres, já deixou há muito tempo de ser o grupo de despesa mais importante, pelo menos nas áreas urbanas e metropolitanas. Na metrópole de São Paulo, por exemplo, os gastos alimentares correspondiam a 28% do valor da linha de pobreza em 2008 (ROCHA, 2010, p.323-324). (Grifos nossos)

Embora tenha se verificado uma situação importante, com a materialidade efetiva no declínio da pobreza no Brasil, isto não quer dizer que o fenômeno socioeconômico assinalado ocorra igualmente no território nacional. Esses registros aparecem de uma forma evidente nos estudos referenciados acima, conforme dispostos a seguir:

[...] ela [a queda dos indicadores de pobreza], se deu de forma mais acentuada nas regiões mais desenvolvidas e dinâmicas do país. Trata-se, portanto, de um processo diverso do observado no período 1995-2004 quando a proporção de pobres ficou estagnada para o país como um todo. Naquele período, a estagnação da proporção encobria mudanças espaciais da pobreza, por exemplo, melhorias no Norte e Nordeste e agravamento no Sudeste. [...] Desde 2004, a pobreza cai mais fortemente nas regiões Sul e Sudeste, enquanto as demais regiões têm melhoria mais atenuada, o que é um comportamento típico da fase de expansão econômica, quando o resultado mais favorável ocorre nas áreas mais desenvolvidas (ROCHA, 2010, p.325).

Como se vê, as ponderações assinaladas sobre a trajetória da proporção de pobres, revelada pelos dados, agora mostram as diferenciações espaciais em suas avaliações. No

---

<sup>39</sup> Para a obtenção dos indicadores de pobreza apresentados [...] foram utilizadas, a cada ano, 24 linhas de pobreza localmente específicas, com o objetivo de levar em conta os diferenciais de estrutura de consumo e de preços nas diferentes regiões e áreas urbanas, rurais e metropolitanas no país. As linhas de pobreza se baseiam no consumo observado entre populações de baixa renda em cada região e área de residência, e seus valores são atualizados anualmente de acordo com a variação local de preços por grupo de produtos (ROCHA, 2010, p.323).

entanto, Rocha (2010) chama a atenção para características específicas, na evolução recente da pobreza no país.

[...] o comportamento do indicador de pobreza nas áreas urbanas, rurais e metropolitanas: **a proporção de pobres cai nas três áreas em ritmo semelhante**. Então, na fase ascendente do ciclo, não são mais as metrópoles que ficam na dianteira e as áreas rurais que apresentam progressos amortecidos. **Os resultados se aproximam porque hoje existe uma maior heterogeneidade de comportamento dentro de cada estrato de residência**. Assim, embora a metrópole paulista continue como ponta de lança na retomada do crescimento, outras metrópoles ficam para trás, mostrando dificuldades estruturais para reagir, como é o caso de Recife. **Nas áreas rurais** ocorre fato semelhante: **enquanto o Nordeste rural apresentou uma reação relativamente fraca à retomada, a proporção de pobres no Centro-Oeste rural caiu fortemente desde 2004**. Assim, embora as diferenças urbano-rurais se mostrem atenuadas, e, certamente, a área rural não seja há muito o lócus privilegiado da pobreza brasileira [...] **as diferenças regionais persistem e, como tradicionalmente, têm se acentuado na fase de expansão da renda** (ROCHA, 2010, p.325-326). (Grifos nossos)

Desse modo quando se compara a evolução de habitantes e a proporção de pobres na população total do país, em áreas selecionadas no período 1995-2008, observa-se que, segundo estudos referenciados acima, os movimentos demográficos e de incidência de pobreza, em uma trajetória simultânea, apresentam-se como fortes causas das medidas então reveladas. Assim, considerando o Brasil metropolitano, urbano e rural, verifica-se que,

Em 1995, viviam 19,8% da população brasileira na área rural, mas 24,7% dos pobres brasileiros. [...] Este quadro evoluiu para um quase equilíbrio das duas participações em 2004 e 2008 apesar do ligeiro agravamento no último ano. Este resultado se explica porque a proporção de pobres na área rural vem se reduzindo de forma sustentada, como também porque o declínio da população rural é inexorável. Embora esta tendência venha favorecendo o Nordeste, onde a população rural é mais numerosa e a pobreza rural mais crítica, não foi capaz de alterar de forma fundamental a questão regional no que concerne à posição relativa do Nordeste na pobreza nacional: a região continua a concentrar cerca de 45% dos pobres brasileiros, portanto bem acima da sua participação de 29% na população brasileira, **resultados praticamente idênticos aos de mais de uma década atrás** (ROCHA, 2010, p.327-328). (Grifos nossos)

Portanto, ainda que ocorram sinalizações evidentes sobre tendência de queda na proporção da pobreza em relação à população total no país, que sejam identificadas efetivamente as suas medidas espaciais em áreas selecionadas, percebe-se que, apesar de uma mudança na sua evolução recente, em tempos de expansão de renda, os fatores que

contribuem para tal, não são capazes de modificar situações estruturais. O exemplo concreto é caracterizado pela situação relativa da região Nordeste, conforme detalhada acima.

De outro lado, é de suma importância ressaltar que a evolução da pobreza, em qualquer período, tem uma ligação muito forte com a renda auferida pelas famílias pobres. No caso específico, em relação às informações sobre essa evolução da pobreza e à sua situação mais recente em 2008, de acordo com Rocha (2010),

Resultam de um conjunto de fatores que determinam como se forma a renda das famílias brasileiras ao longo do tempo, já que **a pobreza é medida levando em conta o valor total de todos os tipos de rendimentos recebidos por todos os membros da família repartido entre eles**. O componente mais importante da renda, [...], é o rendimento do trabalho, que decorre do funcionamento do mercado, tanto no que se refere à sua capacidade de gerar postos de trabalho, mas quanto ao nível de rendimento pago às diferentes categorias de trabalhadores. Até 2004, em função do baixo dinamismo da atividade econômica, o mercado de trabalho teve um desempenho fraco em termos de expansão de postos de trabalho, e, ademais, houve queda do rendimento médio. Neste contexto, e considerando que a renda do trabalho representa cerca de  $\frac{3}{4}$  da renda das famílias, a estabilidade da proporção de pobres, tal como se verificou no período 1995-2004, se deveu à evolução demográfica favorável, à expansão das políticas previdenciária e assistencial, e às mudanças distributivas do rendimento do trabalho relativamente aos indivíduos que percebem rendimentos mais baixos. [...] **A renda média das famílias brasileiras cresceu 23,6% em termos reais entre 2004 e 2008**, ritmo idêntico ao observado para o rendimento do trabalho. Aposentadorias e pensões evoluíram aproximadamente ao mesmo ritmo (24,0%), o que tem a ver tanto com o envelhecimento da população e o aumento do contingente de idosos protegidos por mecanismos de previdência social, quanto com a política de aumento real do salário-mínimo no período, a cujo valor corresponde a grande maioria dos pagamentos realizados sob esta rubrica (ROCHA, 2010, p.328-329).

As referidas observações, principalmente as que dizem respeito ao crescimento da renda média das famílias brasileiras, bem como às políticas de governo postas em prática no período, podem explicar porque a base da pirâmide da população ocupada do país experimenta um ganho na sua participação relativa, no total da distribuição de rendimentos médios do trabalho, entre 2000 e 2010.



#### 4.2.1.5 Valor do Rendimento Médio Nominal Mensal

Nesta subseção far-se-á breves comentários a respeito do valor do rendimento médio nominal mensal masculino e feminino, das pessoas ocupadas em seu trabalho principal, no recorte espacial em relevo. É pertinente realçar, como referido no tópico anterior e, de acordo com o IBGE, que os valores tomados para efeito de cálculos, são respectivamente: R\$ 151,00 (cento e cinquenta e um reais), em 2000 e, R\$ 510,00 (quinhentos e dez reais), em 2010.

Diante desses registros (IBGE, anos 2000 e 2010) e com o olhar voltado para este aspecto, observa-se que, em termos de rendimentos médios nominais auferidos, o trabalho masculino torna-se, ao longo do tempo, culturalmente mais valorizado, do que o trabalho feminino. A contrapartida dos serviços prestados pelos homens, na região metropolitana de João Pessoa, em 2000 é avaliada em R\$ 679,39 (seiscentos e setenta e nove reais e trinta e nove centavos), enquanto a das mulheres, em apenas R\$ 474,87 (quatrocentos e setenta e quatro reais e oitenta e sete centavos). Isto significa que as mulheres são recompensadas com aproximadamente 70,0% do valor médio nominal, oferecido aos homens.

Em 2010, esses valores modificam-se, respectivamente, para o sexo masculino e feminino, em R\$ 1.629,45 (mil, seiscentos e vinte e nove reais e quarenta e cinco centavos) e, R\$ 1.280,45 (mil e duzentos e oitenta reais e quarenta e cinco centavos). Com essas transformações nos salários médios nominais, das pessoas ocupadas em seu trabalho principal, as mulheres passam a auferir pelos serviços prestados na unidade regional em destaque, a 78,6% dos rendimentos médios nominais, ofertados aos trabalhadores masculinos.

#### 4.3 Emprego Formal

Nesta seção, procede-se ao exame acerca da trajetória do emprego formal, nos anos selecionados de 2000 e 2010. A força de trabalho em destaque é observada através do número de estabelecimentos, do número de trabalhadores em si e, do grau de instrução ou nível de escolaridade, entre outros aspectos. A fonte de informações é o Ministério do Trabalho e Emprego, através da RAIS.

De acordo com os dados da tabela 15, na região metropolitana de João Pessoa, no ano 2000, o emprego formal ou organizado, avaliado sob o aspecto agregado, constituindo-se de

209.441 trabalhadores, representa 61,8% do total da força de trabalho no Estado da Paraíba, com carteira assinada.

Assim, procuramos inicialmente e de uma forma agregada, analisar a mudança na composição do emprego formal dos setores produtivos da economia em nosso recorte espacial; selecionando os anos de 2000 e 2010.

Tabela 15 – Evolução do Emprego Formal Agregado, segundo os Setores da Economia.

Setor Econômico	Ano		Variação Relativa (%)	TGCA (% ao ano)
	2000	2010		
Região Metropolitana de João Pessoa				
Setor Primário	9.255	7.077	-23,5	-2,6
Setor Secundário	39.527	69.723	76,4	5,8
Setor Terciário	160.659	264.364	64,5	5,1
Total	209.441	341.164	62,9	5,0
Estado da Paraíba				
Setor Primário	11.751	14.160	20,5	1,9
Setor Secundário	66.161	115.696	74,9	5,7
Setor Terciário	261.214	449.648	72,1	5,6
Total	339.126	579.504	70,9	5,5

Fonte: RAIS

Essa análise revela uma trajetória negativa no setor econômico primário (refletindo a saída de trabalhadores) e uma evolução positiva nos setores secundário e terciário. Esse comportamento positivo (aumento de pessoas ocupadas) dos setores referidos possui um significado de receber os trabalhadores egressos do setor primário. Assim, há um efetivo incremento na totalidade do emprego, no conjunto do universo analisado<sup>40</sup>.

Tomando-se as informações do setor terciário, que se constitui de 160.659 (cento e sessenta mil, seiscentos e cinquenta e nove) trabalhadores em 2000, observa-se que este passa a contar, em 2010, com 264.364 (duzentos e sessenta e quatro mil, trezentos e sessenta e

<sup>40</sup> Registre-se que, de acordo com os dados coletados na RAIS – Ministério do Trabalho e Emprego, a participação relativa do total do emprego formal na RMJP-PB, levando-se em consideração o Nordeste e o Brasil, em 2000, é respectivamente, de (4,8%) e (1,3%). Essa mesma relatividade, no ano 2010, traduz-se em (4,3%) tomando-se o Nordeste como referência e, (1,3%), quando a comparação é feita com o Brasil. Esses números revelam que diminui em (0,5%) a participação relativa do recorte espacial em destaque, quando a comparação é feita com o Nordeste e, continua a mesma em relação ao Brasil; considerando-se apenas as informações iniciais e finais do período.

quatro) trabalhadores, verifica-se (do valor inicial ao final), uma mudança substancial nesses dez anos. De acordo com esses dados, essa transformação significa um incremento percentual de (64,5%) indicando que a variável em relevo, cresce a uma taxa média geométrica anual de (5,1%), entre o início e final do período considerado.

O Estado da Paraíba, neste mesmo setor produtivo, constitui-se de 261.214 (duzentos e sessenta e um mil, duzentos e quatorze) trabalhadores no ano 2000, passando esse montante para 449.648 (quatrocentos e quarenta e nove mil, seiscentos e quarenta e oito) trabalhadores, em 2010. Isto significa uma evolução percentual no período, de (72,1%), crescendo o emprego formal no Estado a um ritmo médio anual de (5,6%), à luz dos dados constantes na RAIS.

Portanto, comparando-se a RMJP-PB, esta experimenta um decréscimo nos trabalhadores do setor primário, enquanto o Estado da Paraíba cresce em seus valores absolutos do emprego formal, neste mesmo setor. Nos setores secundário e terciário, tanto a unidade regional em destaque quanto o referido Estado caminham em sentidos positivos, nos anos selecionados e já referidos anteriormente. No entanto, o Estado caminha a passos um pouco mais largos do que a RMJP-PB, no setor terciário e, a grande João Pessoa experimenta um avanço mais significativo do que o Estado, no setor secundário. Desse modo, à luz dos dados examinados, configura-se a trajetória da composição da força de trabalho formal agregada, entre os anos de 2000 e 2010.

No entanto, o crescimento dos empregos em si mesmo não significa que o recorte espacial em destaque e, também o território paraibano, estejam em uma boa situação sócioeconômica, quando comparados a outros espaços e estados nordestinos, por exemplo. Neste sentido, é pertinente observar que:

O povo da Paraíba está se distanciando dos padrões de vida compatíveis com o elevado progresso econômico, tecnológico, social e cultural do mundo contemporâneo. [...] A economia paraibana tornou-se relativamente regressiva. A sua renda per capita é uma das menores do Nordeste. [...] Esse desempenho econômico de longo prazo vem tendo terríveis repercussões sociais. Destaca-se aí, a baixa qualidade de vida da população da Paraíba, em relação à da grande maioria dos estados do Nordeste. A contabilidade sinistra da gravidade dessa situação paraibana se sintetiza nas suas taxas de mortalidade infantil, analfabetismo, expectativa de anos de vida e déficit habitacional, entre outros. O Estado é detentor do quarto menor índice de desenvolvimento humano (IDH) do país. As contas regionais e nacionais do Brasil publicadas pelo IBGE confirmam a continuidade da involução econômica da Paraíba, no Nordeste. Nos anos 1960 e 1970 [...], era a quarta maior. Dos anos 1980 aos 1990 foi progressivamente perdendo posição. Em 2002, passou a ser a quinta maior. Em 2005, a sexta maior economia estadual da região. [...] O PIB de João Pessoa, no período de 2002-2009,

sempre foi um dos três menores, entre os das capitais dos Estados do Nordeste. A renda per capita da capital paraibana se manteve como a terceira menor, nos aludidos anos (POLARI, 2012, p.39-41).

Embora seja esta a configuração econômica e social de longo prazo, como registram as informações das contas regionais e nacionais do IBGE, os dados econômicos assinalados, se por um lado, refletem pontualmente o que explica o referido autor; por outro ângulo, traduzem apenas as possibilidades reais do recorte espacial em relevo e do Estado da Paraíba. Ou seja, elas representam as participações relativas de contribuição a uma totalidade. E este aspecto, embora “diminuto”, possui obviamente a sua importância, no conjunto universo que esteja sendo analisado. Sem a existência das mesmas, em consequência, o todo em sua parte real, também sofreria modificações, ou até mesmo poderia não existir, conforme efetivamente estivesse configurado. Em outras palavras e, com outro olhar, as aludidas participações relativas, obviamente, também possuem características alternativas e concretas: quer para fins de comparação, ou mesmo de complementação a um determinado somatório regional e/ou nacional.

Quanto às possibilidades potenciais (e a estas, também são feitas as devidas relevâncias, pelo autor), efetivamente não se concretizam. Por isso, as suas implicações sociais, com um forte impacto negativo para a maioria da população, preocupam sobremaneira a quaisquer pessoas que se debrucem sobre o tema.

De outro ângulo, levando-se em consideração a participação relativa nos setores da economia, tanto na RMJP como no próprio Estado, da quantidade da força de trabalho em si; as suas trajetórias reveladas não se distanciam da ‘teoria’, conforme compreendida consensualmente. Ou seja, a literatura especializada nessa temática, admite como uma tendência, mudanças estruturais da economia, ao longo do tempo e do espaço. Em outras palavras: as sociedades que organizam os seus modos de produção sob a ótica capitalista apresentam como tendências, diminuições relativas no setor primário e/ou aumentos relativos, nos setores secundário e terciário.

Assim, tanto na região metropolitana de João Pessoa, quanto no Estado da Paraíba, a mobilidade do emprego formal também se verifica, entre os anos selecionados de 2000 e 2010. Veja-se a tabela 16, para análise completa da situação em relevo.

Tabela 16 - RMJP-PB e Paraíba: Composição da Força de Trabalho, segundo os Setores da Economia (%).

Setores Econômicos	RMJP-PB		PARAÍBA	
	2000	2010	2000	2010
Setor Primário	4,4	2,1	3,5	2,4
Setor Secundário	18,9	20,4	19,5	20,0
Setor Terciário	76,7	77,5	77,0	77,6
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

Fonte: elaboração própria, a partir dos dados da RAIS.

Ao se considerar o emprego formal por grau de instrução e selecionando-se alguns estratos específicos<sup>41</sup> da população trabalhadora, nos anos escolhidos de 2000 e 2010, é possível analisar a dinâmica dessa variável, comparada com os valores totais do recorte espacial em destaque. (Ver tabela 17)

De acordo com informações da RAIS, os analfabetos representam (4,3%) do total de trabalhadores no início do período, na RMJP-PB. No ano 2010, essa expressão relativa passa a ser de (1,3%), o que indica uma melhora substancial na situação em pauta, no sentido em que, ao término do período, em tese, existem relativamente, menos trabalhadores analfabetos. Os trabalhadores da 8ª série completa que equivalem a (10,6%) do total, no ano 2000, são, em 2010, (9,2%); ocorrendo uma significativa diminuição na composição relativa desse estrato da população trabalhadora. Quando o foco da análise é direcionado para o 2º grau completo, revela-se a existência de (18,8%) do total de trabalhadores em 2000, conquanto no ano 2010, essa mesma participação relativa acresça para os significativos (35,9%). Os trabalhadores que possuem o nível superior completo representam (35,6%) do total em 2000, estimando-se para o ano 2010, uma participação relativa de (26,3%) nesse mesmo estrato de escolaridade. Finalmente, as referências do restante de trabalhadores em outros estratos de escolaridade são, respectivamente, (30,7%) em 2000 e (27,3%) em 2010. Assinalam-se os dados completos, na tabela 17, abaixo.

<sup>41</sup> No ano 2000, os estratos escolhidos são, respectivamente, os valores totais de analfabetos, os da 8ª série completa, os do 2º grau completo e, os do nível superior completo. Em 2010, os estratos correspondentes para a nossa análise, passam a ser: os valores totais de analfabetos, os do ensino fundamental completo, os do ensino médio completo e, os do nível superior completo. Para maiores detalhes em relação a mudanças nas características de nomenclatura do ensino, consulte-se a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9.394, de 20/12/1996).

Tabela 17 – Perfil de Escolaridade do Emprego Formal na região metropolitana de João Pessoa.

Grau de Instrução (Estratos)	Ano 2000		Ano 2010		Variação Relativa (%)	TGCA (% a.a.)
	Valor Absoluto	Part. Relativa (%)	Valor Absoluto	Part. Relativa (%)		
Analfabetos	9.057	4,3	4.488	1,3	- 50,4	- 6,8
8ª série (ou Fund.) completa	22.111	10,6	31.443	9,2	42,2	3,6
2º grau (ou médio) completo	39.268	18,8	122.326	35,9	211,5	12,0
Superior completo	74.594	35,6	89.700	26,3	20,3	1,9
Outros Estratos	64.393	30,7	93.207	27,3	44,7	3,8
<b>Total de trabalhadores na RMJP-PB</b>	<b>209.423</b>	<b>100,0</b>	<b>341.164</b>	<b>100,0</b>	<b>62,9</b>	<b>5,0</b>

Fonte: elaboração própria, a partir dos dados da RAIS, 2000 e 2010.

Portanto, por esse prisma da participação relativa, observa-se uma melhora substancial no perfil educação formal dos trabalhadores com carteira assinada, considerando-se o ano inicial e o término do período em análise. Assinale-se desse modo, as transformações importantes ocorridas nesses níveis de instrução dos trabalhadores na região metropolitana de João Pessoa; com destaque para a diminuição relativa dos trabalhadores analfabetos, bem como para a significativa evolução na expressão relativa dos trabalhadores do 2º grau (ou ensino médio) completo, entre os anos selecionados de 2000 e 2010.

Por outro lado, o exame dessa mesma tabela 17, desvenda as transformações ocorridas nos valores absolutos do emprego formal e o seu ritmo de crescimento, no período considerado. As empresas, agora mais exigentes, empregam em maior número, os trabalhadores qualificados. A variação percentual negativa (-50,4%) no estrato dos analfabetos indica o quanto é importante o investimento na educação, tanto na sociedade como um todo, quanto no caso específico, objeto da presente análise. Mas indica igualmente que, nesses dez anos considerados, essa diminuição relativa significa a exclusão de (4.569) trabalhadores, naquele estrato de qualificação selecionado. O ritmo médio, (-6,8%) ao ano é bastante elevado e, os trabalhadores menos qualificados, saem perdendo obviamente.

Os outros níveis de instrução, ou seja, a 8ª série completa (42,2%), o 2º grau completo (211,5%) e, o nível superior completo (20,3%); com essas respectivas evoluções percentuais, experimentam ganhos absolutos de: (9.332), (83.058), e (13.306) novos trabalhadores nos referidos estratos educacionais. As respectivas taxas médias geométricas anuais de crescimento ocorrem a (3,6%), (12,0%) e, (1,9%).

O restante dos trabalhadores posicionados em outros estratos de escolaridade no início do período em destaque, com um quantitativo de (64.393) pessoas com carteira assinada, vê essa mesma variável, ao final do período, atingir (93.207) trabalhadores participando do conjunto universo do total de pessoas trabalhando formalmente organizadas, em nosso recorte espacial. Essa situação representa um acréscimo de (44,7%), o que significa um ganho absoluto de (28.814) pessoas no emprego formal. Isto quer dizer ainda, que esse crescimento médio, ocorre a uma taxa de (3,8%) ao ano.

Finalmente, a região metropolitana de João Pessoa no mesmo período em tela, inicialmente com (209.423) pessoas trabalhando de forma organizada, vê, no segundo momento analisado, esse quantitativo aumentar para (341.164) pessoas; o que representa um acréscimo de (62,9%), com um ganho absoluto de (131.741) pessoas, na mesma situação. A taxa média de crescimento, neste caso, é de (5,0%) ao ano.

São esses os números do emprego formal, à luz dos dados explorados, que traduzem uma melhora na capacitação de ensino dos trabalhadores em relevo; conforme analisado através dos referidos estratos educacionais, entre os anos selecionados de 2000 e 2010.

De acordo com Rocha (2010, p.331), surge no país, uma nova fase de crescimento da renda e de declínio da pobreza, a partir de 2004. Para a referida autora, os efeitos pró-cíclicos, que normalmente fazem com que as áreas mais atrasadas tenham redução de pobreza relativamente mais fraca, têm se mostrado atenuados. Assim, tem-se como explicação,

O comportamento do mercado de trabalho no período 2004-2008, em particular como vêm evoluindo os rendimentos do trabalho, que, além de ser o componente mais importante na formação da renda das famílias, é o mais diretamente afetado pelas flutuações da conjuntura econômica. Ao examinar as variáveis básicas do mercado de trabalho – ocupação e rendimento – é possível detectar efeitos pró-cíclicos clássicos e outros que operam no sentido inverso, o que explica **os resultados relativamente favoráveis** quanto à evolução da renda e da pobreza nas áreas menos desenvolvidas (ROCHA, 2010, p.331-332). (Grifos nossos)

A autora em destaque faz ressaltar que, entre 1995 e 2003, há uma fraca evolução do pessoal ocupado, avaliando a sua taxa média de crescimento em 1,68% ao ano, sendo, portanto, compatível com o ritmo modesto de crescimento da produção. Dessa forma, cabe destacar,

Que os resultados relativos à ocupação poderiam ter sido ainda mais adversos se não houvesse efeitos compensatórios em jogo. Assim, diante da queda continuada do rendimento médio do trabalho no período 1996-2004,

ocorreu um forte estímulo ao ingresso de trabalhadores familiares secundários no mercado, o que foi possível em função de determinantes demográficos e culturais. A partir de 2004, o efeito da retomada é claro: a taxa anual de crescimento do número de pessoas ocupadas passa a 2,44% no período 2004-2008. [...] A ocupação desde 2004 apresentou, de forma geral, o efeito pró-cíclico clássico: embora sua expansão tenha ocorrido em praticamente todo o país, com exceção de algumas áreas rurais, ela se deu de forma mais acentuada onde se localiza o centro dinâmico da economia. [...] enquanto no Sudeste, **que no período anterior sofreu mais diretamente o efeito da crise**, o crescimento da ocupação foi de 12,1%, no Nordeste foi de 7,6%. Trata-se de um resultado que se alinha ao que se sabe sobre **os desequilíbrios regionais e os impactos do ciclo econômico** (ROCHA, 2010, p.332). (Grifos nossos)

Essas avaliações em relação ao crescimento da renda, ao declínio da pobreza e, as transformações no pessoal ocupado no Brasil, ocorrendo entre 1995 e 2008, distribuídas em dois subperíodos: 1995-2004 e 2004-2008 contemplam a nossa análise no primeiro decênio do século XXI, na região metropolitana de João Pessoa. Ademais, quando:

Estes resultados diferenciados por regiões se vinculam às características do sistema produtivo e da população ativa, cabendo destacar a questão relativa ao **nível de qualificação da mão de obra**. [...] **em função da necessidade de modernização produtiva para garantir competitividade econômica, o número de trabalhadores com menos de 8 anos de escolaridade no Brasil vem declinando de forma sustentada**, o que naturalmente significa a exclusão do mercado dos mais pobres e vulneráveis. De 1999 a 2008, este contingente passou de 43,7 milhões para 38,2 milhões, reduzindo sua participação de 57,9% para 42,5% no total de ocupados (ROCHA, 2010, p.332-333). (Grifos nossos)

Nesse sentido, conforme nossas análises anteriores em relação ao perfil de escolaridade no emprego formal se verificam mudanças significativas, com a instrução e capacitação dos trabalhadores ocupados, no recorte espacial em destaque. Há de fato, uma grande exclusão no mercado de trabalho, para os trabalhadores que têm pouca ou nenhuma instrução. E, ao contrário, o emprego de pessoas com um perfil de escolaridade mais elevado. Veja-se tabela 17.

Portanto, ao se considerar o ano 2004 como um ‘divisor de águas’, uma vez que, de 1995 a 2004, de acordo com referências de Rocha (2010), a situação configurava-se como gravosa, ocorrendo,

Queda contínua do rendimento do trabalho para todos os níveis de escolaridade, a substituição gradativa de trabalhadores com menos de 8 anos de escolaridade por trabalhadores mais qualificados permitiu ganhos de produtividade, **que funcionaram como um incentivo à expansão da**



**ocupação num cenário macroeconômico geralmente adverso.** [...] Apesar da tendência sustentada de melhoria do perfil da ocupação por nível de escolaridade, especialmente desde meados dos anos 1990, **a situação em 2004 ainda se configurava calamitosa, já que 48% das pessoas ocupadas no Brasil tinham menos de 8 anos de escolaridade.** Mesmo na metrópole de São Paulo, [...] **este contingente de trabalhadores ainda correspondia a 31% do pessoal ocupado em 2004.** Assim, diante do reconhecido descompasso entre nível de qualificação da população e estágio de desenvolvimento produtivo do país, havia a expectativa de que, uma vez retomado o crescimento econômico, a escassez de mão de obra se revelasse como um ponto de estrangulamento importante, além de resultar em efeitos distributivos adversos associados a ganhos salariais mais fortes para os trabalhadores mais qualificados. [...] o que ocorreu com **a retomada da atividade econômica no período 2004-2008 foi peculiar.** Enquanto, como era de se esperar, tenha aumentado de forma acentuada a ocupação para os mais qualificados, particularmente para aqueles com mais de 11 anos de escolaridade (+ 33,8%), os ganhos de rendimento continuaram a ocorrer mais fortemente para os trabalhadores de baixa qualificação, para o que contribuiu a política de valorização do salário-mínimo. Houve, portanto, continuidade do declínio dos retornos à educação, que se verifica para todos os níveis de escolaridade, mantendo a tendência distributiva favorável associada ao rendimento do trabalho, que já tinha se verificado no período anterior a 2004. O aumento sustentado do rendimento do trabalho para todos, **mas especialmente na base da distribuição, tem naturalmente efeitos diretos e indiretos em termos de redução da pobreza** (ROCHA, 2010, p.333-335). (Grifos nossos)

Assim, ainda que, com níveis baixos de rendimento, mas com a substituição de trabalhadores menos qualificados por outros de melhor qualificação educacional, garantindo uma maior produtividade na economia, antes de 2004, enquanto, posteriormente, nos anos 2004-2008, com a expansão da produção e o perfil de escolaridade dos trabalhadores mais elevados, a distribuição de rendimento, mais forte na base da pirâmide, sem embargo, identifica-se como elemento fundamental na política de governo então adotada. Segundo a fonte referenciada, essas situações distintas ocorridas entre 1995 e 2008, são recentes no estudo da evolução da pobreza no país.

#### 4.3.1 O emprego formal nos anos selecionados de 2003, 2007 e 2010.

A tabela 18 apresenta dados sobre o emprego formal para os municípios que fazem parte da região metropolitana de João Pessoa, nos anos selecionados de 2003, 2007 e 2010. A seleção dos referidos anos é justificada pelos seguintes motivos: o ano 2003, porque faz referências ao marco inicial do processo de constituição do arranjo institucional metropolitano, de nossos estudos. O ano 2007 é escolhido por tratar-se de um ponto do intervalo considerado, já na primeira metade do segundo subperíodo pesquisado. Imagina-se

com esta escolha, a probabilidade de um perfil próximo a consolidar-se; tanto no que diz respeito a permanências quanto a mudanças, nas variáveis investigadas. O ano 2010, porque se encontra no final do período em exame. Ademais, a existência de uma contagem da população, referenciada pelo IBGE, para os referidos anos, é outro fator considerado para a nossa escolha, nesse recorte temporal. Esses dados permitem realizar uma comparação relativa entre o total do emprego e o total de habitantes regionais, confrontando-os com o total dessas informações, no território do estado da Paraíba.

Assim é que, em 2003 e de acordo com o IBGE, a região metropolitana de João Pessoa, com 1.046.081 habitantes, ao se comparar com os 3.516.694 moradores no estado paraibano, reflete a sua participação relativa em 29,7%, nessa territorialidade global. Em 2007, essa participação relativa é observada em 30,3%. No término do período, em 2010, observa-se que a variável analisada vê a sua expressividade avaliada em 31,1%.

Quanto ao emprego formal total, segundo referências obtidas pela RAIS, o recorte espacial ora analisado, em 2003, com 229.446 pessoas empregadas, quando confrontadas com os 383.867 trabalhadores com carteira assinada no estado paraibano, a sua participação relativa no total do conjunto universo em pauta é avaliada em 59,8%. Em 2007, essa mesma participação relativa se espelha em torno de 58,6%, em um nível ligeiramente inferior ao do início do período. Em 2010, com uma participação relativa na ordem de 58,9%, do total das pessoas com carteira assinada na Paraíba, vê essa variável aumentar ligeiramente em relação a 2007, embora encerre o período examinado em um patamar um pouco inferior, quando confrontado com o ano de 2003.

Diante desses números percentuais comparados na região metropolitana de João Pessoa, percebe-se claramente uma maior concentração relativa do emprego formal, em relação à concentração da população, no total do estado da Paraíba; nos anos selecionados de 2003, 2007 e 2010.

Tabela 18 - Região Metropolitana de João Pessoa: Ganhos (+) e perdas (-) no total do emprego formal, nos anos selecionados de 2003, 2007 e 2010 (pessoas).

<b>Municípios</b>	<b>2003 (a)</b>	<b>2007 (b)</b>	<b>2007- 2003 (c=b-a)</b>	<b>% (d=c/a)</b>	<b>2010 (e)</b>	<b>2010- 2007 (f=e-b)</b>	<b>% (g=f/b)</b>
Alhandra	1.937	2.349	412	21,3	3.302	953	40,6
Bayeux	6.725	8.607	1.882	28,0	9.369	762	8,8
Caaporã	2.619	4.624	2.005	76,6	4.588	-36	-0,8
Cabedelo	8.581	11.690	3.109	36,2	16.162	4.472	38,3
Conde	1.521	2.544	1.023	67,3	2.963	419	16,5
Cruz do Espírito Santo	1.210	924	-286	-23,6	1.087	163	17,6
João Pessoa	184.853	220.564	35.711	19,3	272.668	52.104	23,6
Lucena	1.351	1.522	171	12,7	1.870	348	22,9
Mamanguape	2.909	4.874	1.965	67,5	5.477	603	12,4
Pitimbu	380	678	298	78,4	845	167	24,6
Rio Tinto	1.369	2.597	1.228	89,7	3.215	618	23,8
Santa Rita	15.991	17.712	1.721	10,8	19.618	1.906	10,8
<b>Total</b>	<b>229.446</b>	<b>278.685</b>	<b>49.239</b>	<b>21,5</b>	<b>341.164</b>	<b>62.479</b>	<b>22,4</b>

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego, RAIS.

Relativamente aos dados existentes do emprego total, os mesmos são considerados em 31 de dezembro de cada ano selecionado. De acordo com informações da RAIS, verifica-se que a região metropolitana de João Pessoa obtém uma elevação no seu nível de emprego, entre 2003 e 2007, incrementando 49.239 pessoas a mais, no seu estoque de trabalhadores. Isto significa uma variação relativa de 21,5%. No segundo intervalo considerado, entre 2007 e 2010, esse incremento é avaliado em 62.479 trabalhadores a mais, com uma variação relativa em torno de 22,4%.

Esse movimento ascendente no nível de emprego total ocorre em quase todos os municípios da unidade regional em destaque, com distintas intensidades em suas variações relativas, nos dois subperíodos em pauta. Há exceção apenas para os municípios de Caaporã e Cruz do Espírito Santo.

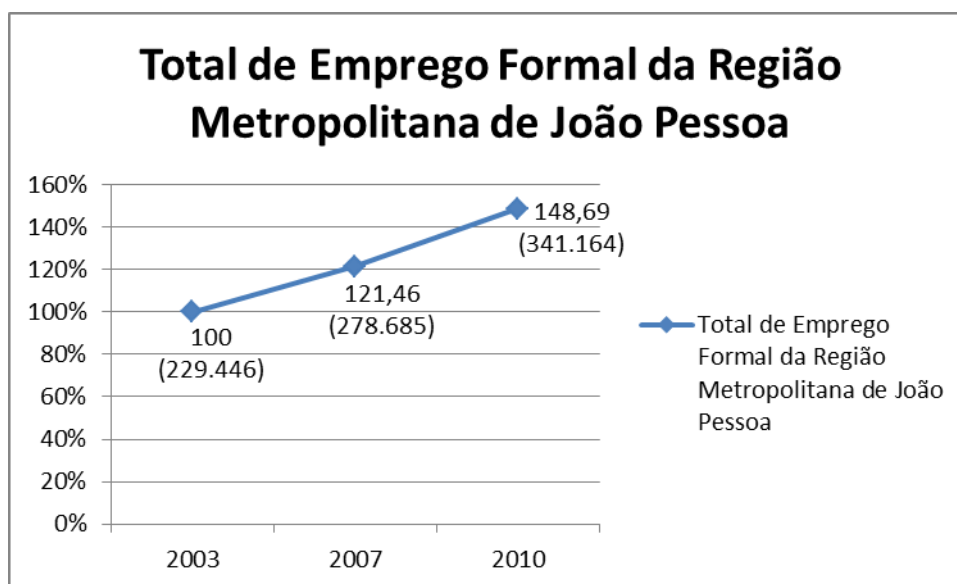
O primeiro, embora com um ganho absoluto de 2.005 trabalhadores, o que equivale a uma expressiva variação relativa de 76,6%, entre 2003 e 2007, apresenta um decréscimo de 36 pessoas entre 2007 e 2010, correspondendo a uma pequena involução relativa (-0,8%) inferior a um ponto percentual. Esta situação se explica em virtude das perdas relativas no total do emprego formal, nas atividades de extrativa mineral, na indústria de transformação e na construção civil, que totalizaram 237 trabalhadores e, dos ganhos no setor de comércio, serviços, administração pública e agropecuária, juntos totalizando 201 trabalhadores, no mesmo ano. Portanto, as perdas superam os ganhos, em 2010, desse modo, implicando em resultados negativos. (RAIS, 2003, 2007 e 2010).

O segundo município apresenta uma perda no seu total de emprego formal, entre os anos 2003 e 2007, de 286 pessoas, equivalendo a um decréscimo relativo de (-23,6%), no entanto, no subperíodo seguinte recebe 163 pessoas a mais, trabalhando com carteira assinada. Isto se reflete em uma variação relativa de 17,6%. Em relação às perdas relativas no primeiro subperíodo, elas refletem o maior ou menor dinamismo em atividades econômicas, tais como: indústria de transformação, serviços industriais, construção civil e administração pública, que, juntos, obtém mais 157 empregos. Enquanto os serviços e a agropecuária, perdem juntos, 443 empregos. Aqui, no primeiro subperíodo, as perdas superam os ganhos, o que implica em resultados negativos. (RAIS, 2003, 2007 e 2010).

João Pessoa, a cidade central do recorte espacial em exame apresenta ganhos absolutos nos níveis da variável em tela, para os dois subperíodos, respectivamente, de: 35.711 e 52.104 pessoas, o que representa variações relativas de: 19,3% para o primeiro subperíodo e, 23,6%, entre os anos 2007 e 2010. (Ver tabela 18)

O gráfico 8 abaixo, avaliado através da interpretação conceitual de números índices, para os anos selecionados de 2003, 2007 e 2010; descreve o comportamento ascendente do emprego total na região metropolitana de João Pessoa, sendo o ano 2003 considerado ano base, por esse motivo, igualado a 100.

Gráfico 8 – Total do Emprego Formal na Região Metropolitana de João Pessoa, em números índices, nos anos 2003, 2007 e 2010 (Ano base: 2003).



Fonte: elaboração própria, a partir dos dados da RAIS.

No que diz respeito às informações no total do emprego industrial, a região metropolitana de João Pessoa apresenta um ganho absoluto de 9.257 pessoas que trabalham com a carteira assinada, no primeiro subperíodo analisado. Isto representa uma variação relativa de 35,8%. Já no segundo subperíodo, os 4.876 trabalhadores a mais, instalados organizadamente em seu mercado de trabalho correspondem a uma variação relativa de apenas 13,9%. Ou seja, verifica-se neste intervalo temporal, um acréscimo relativo inferior ao obtido entre 2003 e 2007. (Ver tabela 19)

Os municípios que fazem parte da unidade regional apresentam nessa variável, da mesma forma que a RMJP, um movimento ascendente em sua evolução no período. No entanto, existem exceções: nos municípios de Alhandra e Bayeux verificam-se decréscimos relativos no primeiro subperíodo, de (-10,4%) e (-20,8%), respectivamente. Mas, entre os anos de 2007 e 2010, o movimento se reverte em variações relativas ascendentes: para o primeiro município, 5,0%, enquanto para o segundo, 15,4%. Isto significa que esses mercados locais de trabalho apresentam uma recuperação na sua dinâmica econômica, em relação ao primeiro subperíodo examinado.

As perdas relativas no total do emprego industrial nos municípios de Alhandra e Bayeux se explicam no cruzamento, do maior ou menor dinamismo econômico, em 2007, nas atividades da indústria de transformação. (Ver, nos anexos, tabelas da composição do emprego formal na indústria de transformação, relativas aos anos selecionados para esta análise).

Destaca-se também uma importante variação relativa no primeiro subperíodo para os municípios de Caaporã e Conde, respectivamente, de: 176,1% e 171,7%. Isso se explica, para Caaporã, pelo significativo aumento (+1.772) na indústria de bebidas e alimentos e nos minerais não metálicos, um ligeiro aumento de 5 trabalhadores. Para o município do Conde, os aumentos vão para os minerais não metálicos, 63 trabalhadores, papel e gráfica (+121), indústria química (+468) e, alimentos e bebidas (+3). Há uma perda na atividade de material de transporte de (-6) trabalhadores. Já entre os anos de 2007 e 2010, esses mesmos municípios apresentam decréscimos relativos de (-7,0%) e (-24,8%), nos seus totais do emprego industrial. (Ver, nos anexos, tabelas da composição do emprego formal na indústria de transformação, relativas aos anos selecionados de 2003, 2007 e 2010).

Pitimbu é outro município que apresenta as mesmas características evolutivas nesta variável: 33,3%, entre 2003 e 2007, enquanto no segundo subperíodo verifica-se um importante decréscimo relativo, avaliado em (-87,5%). As perdas relativas são decorrentes de uma maior ou menor intensidade nas atividades industriais, do município em tela. (Ver, nos anexos, tabelas da composição do emprego formal na indústria de transformação, relativas aos anos selecionados para esta análise).

João Pessoa, a cidade central do recorte espacial em destaque apresenta, no primeiro subperíodo, um ganho absoluto de 3.748 pessoas, no total do emprego industrial organizado, obtendo assim, uma variação relativa de 32,8%. No segundo subperíodo em tela, com 2.867 trabalhadores a mais nessa variável, a sua variação relativa se expressa em 18,9%, de acordo com os dados. Veja-se a tabela 19, abaixo.

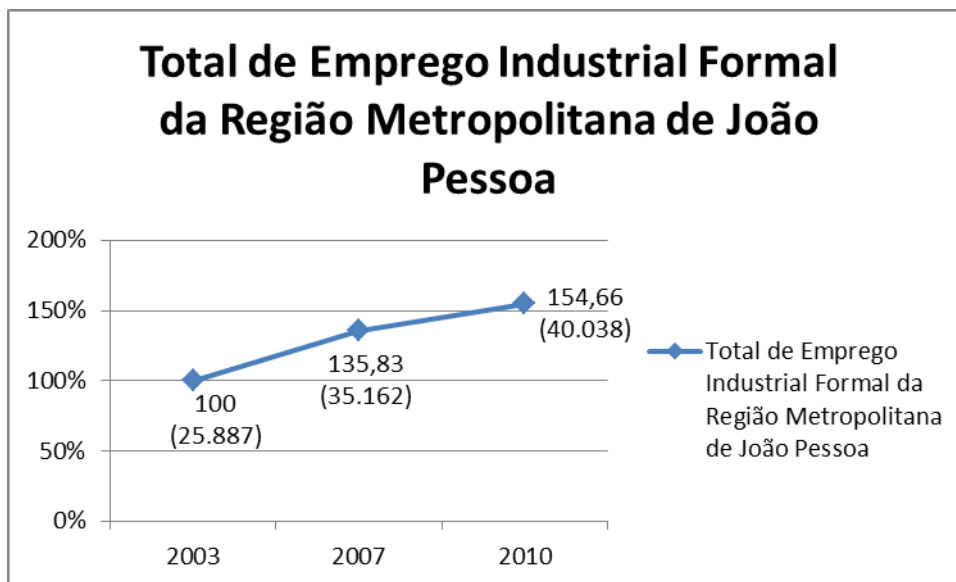
Tabela 19 – Região Metropolitana de João Pessoa: Ganhos (+) e perdas (-) no emprego industrial formal - 2003 / 2010 (pessoas).

<b>Municípios</b>	<b>2003 (a)</b>	<b>2007 (b)</b>	<b>2007-2003 (c=b-a)</b>	<b>% (d=c/a)</b>	<b>2010 (e)</b>	<b>2010- 2007 (f=e- b)</b>	<b>% (g=f/b)</b>
Alhandra	510	457	-53	-10,4	480	23	5,0
Bayeux	2.577	2.042	-535	-20,8	2.356	314	15,4
Caaporã	1.009	2.786	1.777	176,1	2.591	-195	-7,0
Cabedelo	1.120	1.860	740	66,1	2.427	567	30,5
Conde	378	1.027	649	171,7	772	-255	-24,8
Cruz do Espírito Santo	114	241	127	111,4	251	10	4,1
João Pessoa	11.411	15.159	3.748	32,8	18.026	2.867	18,9
Lucena	130	237	107	82,3	728	491	207,2
Mamanguape	1.749	2.049	300	17,2	2.136	87	4,2
Pitimbu	6	8	2	33,3	1	-7	-87,5
Rio Tinto	130	701	571	439,2	757	56	8,0
Santa Rita	6.753	8.595	1.842	27,3	9.513	918	10,7
<b>Total</b>	<b>25.887</b>	<b>35.162</b>	<b>9.275</b>	<b>35,8</b>	<b>40.038</b>	<b>4.876</b>	<b>13,9</b>

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego, RAIS.

A linha ascendente no total do emprego industrial formal, na região metropolitana de João Pessoa, no gráfico 9 a seguir, descreve a sua evolução positiva no período selecionado entre os anos de 2003, 2007 e 2010. As medidas para cada ano são obtidas através da construção de números índices, considerando-se o ano 2003 como ano base, sendo igualado a 100, por essa razão.

Gráfico 9 – Total do Emprego Industrial Formal na Região Metropolitana de João Pessoa, em números índices, nos anos 2003, 2007 e 2010 (Ano base: 2003).



Fonte: elaboração própria, a partir dos dados da RAIS.

Conforme já observado em exames referentes à estrutura produtiva, Targino (2013) verifica em estudos recentes relativos ao Estado paraibano e à sua indústria de transformação, atividade esta, que engloba as unidades produtivas responsáveis pela transformação de matérias primas e secundárias em um novo produto, que pode ser final ou intermediário; afirma como segue:

Entre os anos 2002 e 2009, o segmento da ‘indústria de transformação’ é o mais importante, sendo responsável, na média do período, por 46,99% do valor agregado gerado pelo setor industrial. [...] O segmento da indústria de transformação apresenta uma forte concentração tanto em termos de ramos industriais quanto espacial. No tocante à concentração por ramos industriais, verifica-se que os mais importantes são: alimentos, minerais não metálicos, confecção e vestuário e couro e calçados. Em relação à concentração espacial, o setor industrial paraibano apresenta uma forte concentração em dois polos: a região polarizada por João Pessoa (João Pessoa, Bayeux, Santa Rita, Cabedelo, Conde, Alhandra) e a polarizada por Campina Grande (TARGINO, 2013, p.1-3).

Tendo em vista esses aspectos mencionados, considera-se a seguir, uma análise dos dados contidos na tabela 20, onde o emprego industrial encontra-se desagregado, segundo as respectivas atividades componentes da indústria de transformação e dos anos selecionados, de



2000 a 2010. Essa desagregação do emprego industrial permite o entendimento de algumas especificidades nas atividades produtivas, na região metropolitana de João Pessoa.

Tabela 20 – Indústria de Transformação da região metropolitana de João Pessoa:  
evolução na composição do emprego industrial segundo as atividades, nos anos  
selecionados de 2000 a 2010.

ATIVIDADE DE TRANSFORMAÇÃO	2000		2001		2002		2003		2004		2005		2006		2007		2008		2009	
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
Indústria de transformação total	2.284	9,2	2.349	9,1	2.449	8,5	2.260	8,7	2.234	7,8	2.351	7,6	2.433	7,6	2.791	7,9	3.105	9,0	3.440	9,4
Indústria metalúrgica	437	1,8	434	1,7	583	2,0	529	2,0	551	1,9	447	1,4	522	1,6	558	1,6	640	1,8	671	1,8
Indústria mecânica	69	0,3	117	0,5	203	0,7	340	1,3	255	0,9	309	1,0	414	1,3	610	1,7	762	2,2	647	1,8
Indústria de transporte	170	0,7	66	0,3	75	0,3	69	0,3	45	0,2	36	0,1	29	0,1	42	0,1	11	0,0	69	0,2
Indústria automobilística	65	0,3	69	0,3	112	0,4	68	0,3	44	0,2	24	0,1	36	0,1	33	0,1	39	0,1	38	0,1
Indústria de bens de consumo duráveis	366	1,5	739	2,9	441	1,5	414	1,6	454	1,6	485	1,6	737	2,3	884	2,5	1.076	3,1	1.142	3,1
Indústria de bens de consumo não duráveis	1.489	6,0	1.589	6,2	1.699	5,9	1.283	5,0	1.226	4,3	1.303	4,2	1.812	5,6	1.966	5,6	2.044	5,9	2.145	5,9
Indústria química	786	3,2	746	2,9	1.592	5,5	1.684	6,5	1.831	6,4	1.886	6,1	865	2,7	846	2,4	762	2,2	862	2,4
Indústria têxtil	819	3,3	800	3,1	870	3,0	898	3,5	904	3,2	1.219	3,9	1.427	4,4	1.577	4,5	1.836	5,3	2.027	5,6
Indústria de calçados	7.561	30,3	7.423	28,8	7.682	26,6	6.874	26,6	7.415	26,0	7.585	24,5	7.320	22,7	7.459	21,2	6.870	19,9	7.114	19,5
Indústria de bebidas	3.397	13,6	2.981	11,6	2.125	7,4	1.878	7,3	1.988	7,0	2.120	6,9	3.343	10,4	3.528	10,0	2.907	8,4	3.138	8,6
Indústria de produtos não classificados	7.506	30,1	8.489	32,9	11.071	38,3	9.590	37,0	11.595	40,6	13.166	42,6	13.238	41,1	14.868	42,3	14.554	42,1	15.181	41,6
<b>Total</b>	<b>24.949</b>	<b>100</b>	<b>25.802</b>	<b>100</b>	<b>28.902</b>	<b>100</b>	<b>25.887</b>	<b>100</b>	<b>28.542</b>	<b>100</b>	<b>30.931</b>	<b>100</b>	<b>32.176</b>	<b>100</b>	<b>35.162</b>	<b>100</b>	<b>34.606</b>	<b>100</b>	<b>36.474</b>	<b>100</b>

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego, RAIS.

Primeiramente, chama a atenção por ordem de importância na composição do conjunto do emprego industrial, as atividades da indústria química, dos minerais não metálicos, das empresas de papel e gráficas, da produção de alimentos e bebidas, da indústria de calçados e, por último, da indústria têxtil. Nos extremos do período, essas atividades industriais expressam participações relativas no total da indústria de transformação, avaliadas respectivamente, em: 716,6%, 87,0%, 65,4%, 60,3%, (-1,2%) e, (-3,3%). As participações negativas obtidas pela indústria de calçados e pela indústria têxtil, no encerramento do período analisado, significam que no ano 2010, essas atividades industriais estão situadas em níveis de participações relativas, inferiores às do ano 2000.

É interessante notar que, de 2004 a 2005, todas essas atividades industriais apresentam variações relativas ascendentes, verdadeiros pontos de inflexão em seus processos produtivos, no início da segunda metade da primeira década do século XXI. Ressalte-se que, em estudos referentes à redução da pobreza e a redistribuição do rendimento do trabalho no país, de acordo com Rocha (2010), o ano 2004 coincide com a retomada do crescimento brasileiro. Analisamos a seguir, cada uma dessas atividades, em sua trajetória individual.

A indústria química, com 3,3% no ano 2000, praticamente vê estabilizada essa participação relativa, nos anos de 2001 (3,1%) e 2002 (3,0%). Em 2003, com 3,5% aumenta um pouco esse dinamismo econômico, apesar de sofrer um ligeiro declínio em 2004, com 3,2% no total do emprego da indústria de transformação. A partir de 2005, quando atinge um patamar de 3,9% no total dessa variável, experimenta crescentes aumentos de participação relativa, quando em 2010, obtém uma significativa elevação em sua dinâmica econômica, expressando-a em 16,7%, no total do emprego industrial.

Cabe assinalar que a indústria química, ao longo do período em exame, possui a espinha dorsal de suas atividades distribuída entre os municípios de: Bayeux, Cabedelo, Conde, João Pessoa e Santa Rita, que se revezam em termos de maior ou menor dinâmica econômica, refletida em seus registros do emprego formal, neste segmento particular da economia, no interior da indústria de transformação. Mas, somente no ano 2010, ganham importância no conjunto universo do emprego industrial, cidades como Caaporã<sup>42</sup>, com 2.333 empregos formais e, Rio Tinto, com o registro na carteira

---

<sup>42</sup> Tendo em vista esses dados, é interessante observar que: os municípios de Caaporã e João Pessoa, em número de mão de obra empregada e tamanho do estabelecimento, experimentam mudanças no período. O primeiro município possui em 2000, 1,65%, enquanto o segundo, 81,4%, do total de empregados.

assinada em 498 trabalhadores, no total da indústria de transformação. Chama a atenção na lista de municípios examinada, a significativa diminuição percentual do município do Conde, um dos mais presentes detentores do emprego industrial, nessa atividade, ao longo do período.

Dessa forma, no encerramento do recorte temporal examinado, a indústria química, no total da indústria de transformação apresenta a seguinte distribuição relativa: Bayeux (4,2%); Caaporã (34,9%); Cabedelo (6,5%); Conde (0,3%); Cruz do Espírito Santo (0,04%); João Pessoa (20,7%); Rio Tinto (7,4%); e, Santa Rita (26,0%). (Ver, nos anexos, tabelas da composição do emprego formal na indústria de transformação, entre os anos 2000 e 2010).

Os minerais não metálicos, com 9,2% no ano 2000 e 9,1%, em 2001, observa um declínio para 8,5% em 2002, e um ligeiro aumento relativo para 8,6% em 2003. A partir de 2004, quando atinge apenas 7,8%, vê uma estabilidade média nessa variável, em torno de pouco mais do que 7,5%, até 2007. A partir de 2008, com 9,0%, cresce continuamente até o término do período em 2010, quando atinge 10,7% de participação relativa, no total da indústria de transformação. Portanto, este é um nível superior ao do início do período.

A atividade industrial de papel e gráficas, embora se configure como uma das principais atividades examinadas inicia o período, em 2000, com 6,0% e, ao seu término, em 2010, estabiliza as suas produções, em um quadro estrutural de um mesmo nível, com 6,2% de participação relativa no total da indústria de transformação.

As atividades de alimentos e bebidas, em 2000, com uma participação relativa de 30,1%, vê esse indicativo aumentar para 32,9% em 2001, elevando-se para 38,4% em 2002, experimentando uma ligeira diminuição em 2003, quando se expressa relativamente ao total do emprego industrial, com 36,7%. O salto significativo para 40,6% em 2004 reflete-se como um ponto de inflexão, elevando consideravelmente o processo de crescimento dessas atividades. Em 2005, o indicativo em pauta se eleva

---

Entretanto, no tamanho do estabelecimento de 500 a 999 e de 1000 ou mais, Caaporã tem, respectivamente, 747 e 1.530 empregados, enquanto João Pessoa apresenta nessas categorias de estabelecimentos, 9.123 e 86.395 trabalhadores. No ano 2010, Caaporã e João Pessoa, sofrem ligeiros declínios, em seu emprego formal, passando a expressão relativa desses municípios, respectivamente, para 1,3% e 79,9%, do total. No que diz respeito ao tamanho do estabelecimento, ocorrem as seguintes transformações: Caaporã, de 500 a 999, não registra nenhum trabalhador formal, já no de 1000 ou mais, conta com 3.811 trabalhadores. João Pessoa por sua vez, nessas mesmas dimensões de estabelecimento registra 17.179 empregados para a primeira, enquanto na segunda categoria possui 129.507 trabalhadores com a carteira assinada. (RAIS, 2000 e 2010). [Ver as tabelas completas para todos os municípios, nos anexos].

para 42,6%, sofrendo uma ligeira queda em 2006 expressando-se relativamente em 41,1%, quando a partir deste ano até 2008 se estabiliza em uma participação média correspondente a 42% e, em 2009 passa para 41,6%. No último ano da série, em 2010, vê essa participação diminuir para os mesmos 30% do início do período.

A trajetória da indústria de calçados obedece às seguintes pontuações percentuais, ao longo de sua trajetória: de uma participação relativa avaliada em 13,6%, em 2000, passa para 11,6% em 2001, quando a partir de 2002 até 2005, se estabiliza em uma média de expressão relativa em torno de 7,0%. Em 2006, eleva esse nível para 10,4%, diminuindo-o para 10,0%, no ano seguinte. Em 2008, com 8,4%, em 2009, 8,6%, e, em 2010, passando para 8,4%, vê essa variável situar-se em um patamar inferior ao do início do período em exame.

A indústria têxtil configura-se como outra importante atividade no emprego industrial do recorte espacial, ora analisado. No início do período, com 30,3% de participação relativa no total da indústria de transformação, diminui essa variável para 28,8%, em 2001. A partir de 2002 até 2004, se estabiliza em uma média de expressão relativa em torno de 26%. Em 2005, diminui esse patamar para 24,5%, quando, a partir desse ano, vê um declínio continuado, com 22,7% em 2006, 21,2% em 2007, 19,9% em 2008, 19,5% em 2009, e, finalmente, em 2010, diminui mais ainda esse patamar atingindo apenas 18,3% de participação relativa, no total da indústria de transformação.

Em relação às outras atividades componentes do emprego industrial total, na indústria de transformação, merecem destaque as de madeira e mobiliário e a indústria mecânica. A primeira inicia o período com 1,5% e, ao seu término, eleva esse patamar de participação relativa para 3,2%. Enquanto a indústria mecânica vê esses indicadores avaliados em 0,3% e 1,8%, respectivamente, em 2000 e 2010.

As demais atividades (indústria metalúrgica, elétrico e comunicação e material de transporte), situam-se em níveis estruturais praticamente inalterados (indústria metalúrgica) ou com expressões relativas no total do emprego industrial apresentando involução relativa em seus patamares (elétrico e comunicação e material de transporte), ao término do período em exame.

Portanto, em relação às análises efetivadas sobre a desagregação do emprego industrial, pode-se afirmar que, são essas mudanças ou permanências que permitem o entendimento de parte<sup>43</sup> das flutuações no PIB da região metropolitana de João Pessoa,

---

<sup>43</sup> Observa-se que a construção civil, elemento pertencente ao setor secundário da economia analisada, embora não tenha as suas referências examinadas desagregadamente; acresce o referido setor, nos dados

considerando-se tais flutuações, como reflexos das transformações no emprego formal, entre os anos selecionados de 2000 a 2010.

Por outro lado, na tentativa de uma maior amplitude na compreensão dessas flutuações no PIB regional, enquanto uma consequência das mudanças e/ou permanências estruturais no emprego formal, direciona-se o foco de nossa análise, para o comportamento do setor terciário<sup>44</sup> em destaque, ao longo do primeiro decênio do século XXI. De acordo com Moreira (2013),

O setor terciário ou setor de serviços compreende o conjunto de atividades econômicas relacionadas com a comercialização de bens e com a prestação de serviços (também chamados de bens intangíveis) aos diferentes agentes econômicos (consumidores, empresas, governo e agentes externos). O setor de serviços é frequentemente definido por exclusão das atividades agropecuárias e industriais. [...] a relação entre urbanização e o aumento no setor terciário, **acontece devido a esse setor ser acolhedor de uma boa parcela da mão de obra rural**. A terceirização pode avançar de forma independente da continuação do desenvolvimento econômico, tendo como consequência um maior número de subemprego e marginalidade **concentrada** nas atividades de serviços. A evolução do setor de serviços está ligada ao comportamento de fatores **exógenos**, além daqueles relacionados ao desenvolvimento intrínseco destas atividades e que teriam como resposta o reinvestimento, no próprio setor. Dentre os fatores externos - **ou exógenos** - podem ser apontados: a) o crescimento das atividades industriais; b) o crescimento urbano; c) a informatização; d) o crescimento do setor público e; e) a reestruturação produtiva. [...] Em virtude da reestruturação produtiva, algumas mudanças importantes têm ocorrido na organização do setor produtivo [...] segurança, limpeza, telefonia etc, antes do setor industrial, passaram a ser organizadas em empresas formais do setor terciário e, vendendo os serviços ao setor industrial. Outras atividades, que eram **nítidamente** do setor industrial, como: fotocópias, encadernação etc, são organizadas por unidades do setor terciário. Desse modo, o limite entre atividades industriais e atividades de serviços tem se tornado menos nítido (MOREIRA, 2013, p.2-5). (Grifos nossos)

---

agregados de nossa pesquisa. Dessa forma, a contribuição relativa do emprego formal no setor secundário é avaliada, segundo a RAIS, em significativos 158,3%. Ou seja, considerando os extremos do período, esse ramo da produção econômica mais do que duplicou (em exatamente 2,6 vezes) as suas atividades, na região metropolitana de João Pessoa.

<sup>44</sup> Na porção espacial em destaque, relativamente ao comércio, que pertence ao setor terciário, essa mesma análise revela que há uma elevação em suas atividades agregadas, avaliada em 123,2%. O comércio varejista cresce em 103,5%, enquanto o comércio atacadista vê as suas atividades se elevarem em 284,4%, entre os extremos do período. No entanto, em 2010, a participação relativa do comércio varejista, no total de seu valor agregado é de 81,3%, enquanto o comércio atacadista corresponde com apenas 18,7%, à luz dos dados examinados (RAIS, 2000 e 2010).

Tendo em vista as considerações anteriores sobre o setor terciário, passa-se a observar os dados contidos na tabela 21, onde o total do emprego formal no setor de serviços encontra-se desagregado, segundo as suas atividades constituintes, no período.

Tabela 21 – Setor Terciário da região metropolitana de João Pessoa: evolução na composição dos serviços segundo as atividades, nos anos selecionados de 2000 a 2010.

	2000		2001		2002		2003		2004		2005		2006		2007		2008		2009
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.
a	2189	1,6	2135	1,4	2024	1,3	2203	1,4	2257	1,5	2668	1,6	3215	1,8	3472	1,9	3426	1,7	3615
ca	12637	9,0	13254	8,7	13940	9,3	14268	9,1	14332	9,2	15437	9,5	16156	9,2	18081	9,9	19153	9,7	18716
	7586	5,4	7035	4,6	7029	4,7	6805	4,3	7012	4,5	7251	4,5	7358	4,2	7419	4,1	8134	4,1	8398
	13071	9,3	14186	9,3	14824	9,9	14932	9,5	15532	10,0	16541	10,2	15969	9,1	15937	8,7	16705	8,5	17826
	7047	5,0	7199	4,7	7350	4,9	7256	4,6	5898	3,8	6051	3,7	6240	3,6	7727	4,2	8075	4,1	8367
	6325	4,5	6921	4,5	6475	4,3	7482	4,8	8020	5,2	8271	5,1	8911	5,1	9472	5,2	15634	8,0	16362
ca	91677	65,2	101553	66,7	98819	65,7	103683	66,2	102587	65,9	106645	65,5	117793	67,1	120962	66,1	125319	63,8	134249
	<b>140532</b>	<b>100,0</b>	<b>152283</b>	<b>100,0</b>	<b>150461</b>	<b>100,0</b>	<b>156629</b>	<b>100,0</b>	<b>155638</b>	<b>100,0</b>	<b>162864</b>	<b>100,0</b>	<b>175642</b>	<b>100,0</b>	<b>183070</b>	<b>100,0</b>	<b>196446</b>	<b>100,0</b>	<b>207533</b>

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego, RAIS.



No exame desses dados, percebe-se a notória hegemonia da Administração Pública no setor de serviços. Como se observa pela disposição dos dados na referida tabela, o seu distanciamento percentual é bastante significativo, o que implica dizer, nesse caso específico, que os seus níveis percentuais de ocupação estejam por demais elevados em relação aos outros elementos do setor terciário. Essa condição, por si só, permite afirmar que: a maior parte do consumo da economia regional em relevo está umbilicalmente ligada à renda auferida nessa atividade. No entanto, isso não quer dizer que as outras atividades do setor terciário não possuam uma dinâmica econômica própria, e nem apresentem renda específica para se estender ao mercado local e/ou outros. Ao contrário, à exceção de alguns poucos salários de cargos especializados na Administração Pública e, dependendo da atividade referenciada, o fluxo monetário destinado à economia, pode ser proporcionalmente mais elevado. Assim pode ocorrer com as instituições financeiras, com a Administração Técnica Profissional e com as atividades de Médicos, Odontólogos e Veterinários, por exemplo.

Todos os municípios que fazem parte da região metropolitana de João Pessoa possuem a maior essência contingencial do seu emprego formal, no setor terciário<sup>45</sup>, constituídos pela administração pública. Assim é que, já no ano 2000, à exceção apenas dos municípios de Cabedelo (46,7%), Cruz do Espírito Santo (42,5%) e Lucena (18,5%), os demais municípios veem a sua força de trabalho com carteira assinada, constituída por mais de cinquenta por cento na administração pública, no total das atividades de serviços. Desse modo, mantendo a sua estabilidade estrutural, no encerramento do período (ano 2010), todos os municípios do conjunto universo examinado, na atividade de serviços em epígrafe, continuam a expressar-se relativamente, em mais de cinquenta por cento da mão de obra, com a carteira de trabalho assinada. (Ver, nos anexos, tabelas referentes à composição do emprego formal no Setor de Serviços).

O destaque vai para o município de Lucena que, em 2010, conta com 87,0% da sua força de trabalho, do setor ora em discussão, na administração pública. Como se observa, há uma significativa elevação dessa atividade em relação ao início do período (ano 2000), quando contava apenas com 18,5%, do total. De acordo com os dados em

---

<sup>45</sup> Essa análise para os dados desagregados, não incluem, no setor terciário: as atividades do comércio. E no setor secundário: as atividades da construção civil. No entanto, elas são consideradas em sua forma agregada. Ver tabelas 15, 16, 18 e 19 e, igualmente, a análise fundamentada em alguns recortes analíticos, referentes ao mercado de trabalho e ao emprego formal, na região metropolitana de João Pessoa.

discussão, a atividade da Administração Pública no total da região metropolitana de João Pessoa, equivale a 64,6%. (Ver, nos anexos, tabelas referentes à composição do emprego formal no Setor de Serviços).

As atividades de Ensino e Administração Técnica Profissional experimentam elevações, entre os extremos do período. A primeira que, em 2000, correspondia a 4,5%, no total de Serviços, vê essa participação relativa atingir os 7,8%, no ano 2010. A segunda que participava com 9,0% no início do período, ao seu término, consegue situar-se em um patamar de 9,5%. (Ver tabela 21).

A trajetória da atividade de Ensino experimenta, em 2000 e 2001, os dois primeiros anos da série, uma estabilidade na sua participação relativa, avaliada em 4,5%. No ano seguinte sofre um ligeiro declínio para uma posição relativa de 4,3%, mas em 2003, se eleva para 4,8%, e, a partir do ano 2004, observa uma nova elevação nesse patamar, indo até 5,2%, quando se estabiliza novamente em torno de 5,1% em 2005 e 2006. Em 2007, com 5,2%, vê esse indicativo aumentar para 8,0% em 2008, sofrendo ligeiras baixas em seu nível de participação relativa para 7,9% em 2009 e 7,8% em 2010. Com esse percurso, no encerramento do período encontra-se em uma posição relativa mais elevada do que a do início, em 2000. (Ver tabela 21).

Dos municípios que fazem parte da região metropolitana de João Pessoa os que mais empregam o trabalho formal na atividade de Ensino são, respectivamente, Bayeux, Cabedelo, João Pessoa, Mamanguape e Santa Rita. Como uma novidade, aparece o município de Rio Tinto pela primeira vez no ano 2006, mesmo assim com uma baixa (0,2%) participação relativa, dentre os municípios examinados. Observa-se que no ano 2010, essa posição relativa de Rio Tinto, diminui mais ainda, passando para apenas 0,1%. No entanto, nesse ano de encerramento do período, as contribuições percentuais dos primeiros municípios assinalados atingem, respectivamente, 1,6%; 2,6%; 93,8%; 0,4%; e, 1,6%. Assinala-se a hegemonia do município de João Pessoa, cidade central do arranjo metropolitano institucional em destaque, e, enquanto implicação direta nessa relação social de trabalho, o distanciamento relativo entre si e os outros municípios em pauta. A participação relativa da atividade Ensino, no total da região metropolitana de João Pessoa, nesse ano de 2010, equivale a 7,8%. (Ver, nos anexos, tabelas referentes à composição do emprego formal no Setor de Serviços).

Observa-se na tabela 21, em relação à atividade Administração Técnica Profissional, que a sua participação relativa no total da porção espacial analisada, com 9,0% em 2000, sofre uma ligeira baixa em 2001, indo para 8,7%. No ano 2002 eleva

esse indicativo para 9,3%, experimentando outro ligeiro declínio em 2003, com 9,1%, que se reverte no ano seguinte, para 9,2%. Em 2005 eleva essa posição relativa para 9,5%, sofrendo uma ligeira baixa para 9,2% em 2006. No ano 2007, com a participação relativa mais elevada (9,9%) na sua trajetória ao longo do período, posiciona-se relativamente em 9,7%, no ano seguinte. Em 2009, na mesma situação relativa (9,0%) inicial, vê, ao término do período, uma elevação nesse indicativo para 9,5%.

Registra-se neste ponto que, as áreas territoriais explicativas para a dinâmica econômica, enquanto reflexo do emprego formal na referida atividade, são os municípios de: Alhandra, Bayeux, Caaporã, Cabedelo, Conde, Cruz do Espírito Santo, João Pessoa, Lucena, Mamanguape e Santa Rita. Esses municípios, dependendo do ano selecionado ao longo do período, empregam em maior ou menor quantidade proporcional, o trabalho humano. Desse modo, no ano selecionado de 2010, as participações relativas desses municípios na atividade Administração Técnica Profissional, são distribuídas respectivamente, da seguinte forma: 0,2%; 0,7%; 0,1%; 6,1%; 0,6%; 0,2%; 91,2%; 0,2%; 0,3%; e 0,3%. Esses números refletem a inegável hegemonia do município de João Pessoa, nessa atividade do setor de serviços e, o distanciamento entre si e os outros municípios considerados. Assinala-se também que, a participação relativa dessa atividade, no total do setor de serviços da região metropolitana de João Pessoa, corresponde a 9,5%. (Ver, nos anexos, tabelas referentes à composição do emprego formal no Setor de Serviços).

A atividade Instituição Financeira configura-se como um importante elemento na dinâmica econômica do setor de serviços. Na observação dos dados constantes na tabela 21, a trajetória dessa atividade apresenta um comportamento ascendente, ao longo do período examinado, com exceção apenas na passagem do ano 2000 para o ano 2001 e deste, para o ano 2002. No referido ano inicial a sua participação relativa, no total das atividades, avaliada em 1,6%, sofre uma pequena baixa no ano seguinte, quando se expressa relativamente em apenas 1,4%. Em 2002, esse indicativo apresenta outro pequeno declínio, quando se posiciona relativamente em 1,3%. A partir de 2003, ano observado como um efetivo ponto de inflexão para essa atividade atinge 1,4% em seu posicionamento, no total do emprego formal das Instituições Financeiras; demonstrando uma tendência de crescimento até o ano 2007, quando apresenta a maior (1,9%) participação relativa do período, o seu percurso é uma crescente só. Em 2008, passando por 2009 e chegando em 2010, esse indicativo experimenta uma estabilidade

em torno de 1,7%. Assim, no encerramento do período, a sua participação relativa no setor de serviços é ligeiramente mais elevada do que no seu início.

Os municípios de Bayeux, Cabedelo, João Pessoa, Mamanguape e Santa Rita, se constituem nas áreas territoriais que, tanto na forma absoluta quanto na proporcional, apresentam mais trabalhadores formais atuando nas instituições financeiras, no total do setor de serviços, na região metropolitana de João Pessoa, no primeiro decênio do século XXI.

De acordo com os dados apresentados pela RAIS, as transformações que se processam inicialmente, implicando em perdas de trabalhadores nessas atividades, sendo 54 empregos formais em 2001 e 111 no ano 2002, refletem-se com baixas na posição relativa dessa atividade econômica, nos referidos anos. No primeiro ano de baixas, os municípios de João Pessoa (-60), Lucena (-6) e Mamanguape (-6) por um lado, e Bayeux (+3), Cabedelo (+7) e Santa Rita (+8), por outro lado, resultam nas 54 perdas aludidas acima. As 111 perdas referentes ao ano de 2002, resultam, igualmente, da mobilidade de trabalhadores no interior da atividade econômica em exame. Os municípios envolvidos são, pelo lado das perdas, Bayeux (-3), Cruz do Espírito Santo (-2), João Pessoa (-125), Rio Tinto (-2) e Santa Rita (-3) e, pelo lado dos ganhos, Caaporã (+1), Cabedelo (+19) e Mamanguape (+4).

Ao direcionar a nossa análise para os municípios de Bayeux, Cabedelo, João Pessoa, Mamanguape e Santa Rita, que em conjunto, empregam o “grosso” da mão de obra regional, observa-se que, a partir de 2003, apresentam uma tendência geral de crescimento na relação social de trabalho dessa atividade, estendendo-se até o ano 2007, quando atinge o seu ápice, com um indicativo de 1,9%, no total de serviços. O município que mais cresce nesse sentido é a capital do território paraibano, quando nessa trajetória, mais do que compensa as perdas dos outros municípios. Nos anos 2008, 2009 e 2010, a aludida participação relativa, se estabiliza em torno de 1,7%. Dessa forma, no encerramento do período, considerando apenas essas porções do espaço, efetivamente as que mais possuem trabalhadores com a carteira assinada nas instituições financeiras, tem-se a seguinte distribuição relativa: Bayeux (1,5%); Cabedelo (5,5%); João Pessoa (89,5%); Mamanguape (1,2%); e Santa Rita (1,6%). (Ver, nos anexos, tabelas referentes à composição do emprego formal no Setor de Serviços).

No que diz respeito às atividades de Transporte e Comunicações, Alojamento e Comunicações e, Médicos, Odontológicos e Veterinários; observa-se que, essas atividades, embora experimentem elevações em suas quantidades absolutas e

percentuais, não logram participações relativas ascendentes, nos extremos do período. A primeira atividade assinalada apresenta uma variação relativa de 23,2%, a segunda, acresce o seu quantitativo em 35,7%, enquanto a terceira eleva-se relativamente em 25,0%. Apesar desses indicativos crescentes, as suas participações relativas que, em 2000 ocupavam patamares mais elevados veem, em 2010, os seus contingentes de mão de obra empregada formalmente, experimentar um ligeiro declínio, no setor de serviços da região metropolitana de João Pessoa. (Ver tabela 21).

Na observação das atividades relativas ao Transporte e Comunicações, na trajetória percorrida ao longo do período, faz-se ressaltar que o núcleo dessa atividade é constituído essencialmente pelos municípios de: Bayeux, Cabedelo, João Pessoa e Santa Rita. No início do recorte temporal, com 5,4% de participação relativa, no total do emprego formal no setor de serviços vê esse indicativo declinar para 4,6%, no ano seguinte, como uma decorrência direta do menor grau de intensidade na utilização da mão de obra empregada formalmente, nos referidos municípios. Em 2002, conquanto existam perdas absoluta (-6) e percentual (-0,09%), no total dessa atividade, a sua participação relativa experimenta uma ligeira elevação, correspondendo a 4,7%, do total regional. Isso ocorre em virtude dos ganhos absolutos nos municípios de Cabedelo (+17) e Santa Rita (+15), o que em si mesmo, não é suficiente para uma elevação no total dos transportes e comunicações. Em 2003 há um novo declínio nesse indicativo, quando a sua expressividade é refletida em 4,3%. Em 2004 e 2005 a guisa de elevações nesses patamares da atividade em pauta, há uma estabilidade em torno de 4,5%, no total. Entretanto, a partir de 2006 até 2009 ocorrem sucessivos declínios de participação relativa, que passam por 4,2% neste ano assinalado e atingem 4,0%, em 2009. De 2009 a 2010, embora experimente uma variação relativa de 11,3%, essa atividade do emprego formal, não logra ocupar um nível de posição relativa superior ao ano 2000. (Ver Tabela 21 e nos anexos, tabelas referentes à composição do emprego formal no Setor de Serviços).

No que concerne às atividades de Alojamento e Comunicações, observa-se que, no ano 2000, essa atividade econômica do emprego formal, está concentrada nas porções do espaço correspondentes aos municípios de: Bayeux (1,6%); Cabedelo (3,3%); Conde (0,4%); Cruz do Espírito Santo (4,0%); João Pessoa (87,4%); Mamanguape (0,3%); e Santa Rita (2,6%). No ano 2010, essas participações relativas nos municípios assinalados, correspondem respectivamente, a 1,6%; 6,5%; 1,5%; 0,02%; 86,3%; 0,5%; e 3,2%, no total da atividade em exame. Nesse sentido, destacam-

se as elevações nesses indicativos, para os municípios de Cabedelo (3,2%), Conde (1,1%), Mamanguape (0,2%) e Santa Rita (0,6%). Chama a atenção uma significativa involução percentual, no total das atividades em exame, para o município de Cruz do Espírito Santo (-0,38%), bem como um ligeiro declínio (-1,1%) nesse indicativo, para o município de João Pessoa. O município de Bayeux, na atividade em análise, permanece com o mesmo nível de posição relativa, na região metropolitana de João Pessoa. (Ver, nos anexos, tabelas referentes à composição do emprego formal no Setor de Serviços).

Ao se destacar a atividade Médicos, Odontólogos e Veterinários, de acordo com a RAIS, percebe-se que essa parcela do emprego formal, no ano 2000, está concentrada nos municípios de: Bayeux (2,0%), Cabedelo (1,0%), João Pessoa (91,5%), Mamanguape (0,6%) e Santa Rita (4,4%). Ao término do período, à exceção apenas da cidade central João Pessoa que, sozinha, responde por 96,0% do total, a participação relativa dos outros municípios assinalados nessa atividade, apresenta significativo declínio percentual. Como se verifica a luz dos dados examinados em 2010, para o restante dos municípios, a distribuição relativa tem a seguinte configuração: Bayeux (0,1%), Cabedelo (0,5%), Mamanguape (0,3%) e Santa Rita (2,8%). Esses números indicam os patamares inferiores ocupados por essas porções do espaço, no encerramento do período. Observa-se também nessa atividade econômica, a elevada participação relativa do município de João Pessoa e, igualmente, o seu distanciamento dos outros municípios considerados. (Ver, nos anexos, tabelas referentes à composição do emprego formal no Setor de Serviços).

Na observação dos dados para o primeiro subperíodo das atividades Médicos, Odontólogos e Veterinários, verificam-se ligeiras evoluções absoluta (+152) e relativa (2,6%), entre 2000 e 2001. No entanto, essas variações ascendentes não logram uma participação relativa no total das atividades de serviços, de mesmo sentido. Ao contrário, esse indicativo que, em 2000, apresenta-se avaliado em 5,0%, no ano seguinte expressa a sua posição relativa em 4,7%. De 2001 para 2002, verifica-se o mesmo fenômeno dos anos anteriores, com uma variação absoluta de 151 trabalhadores com a carteira assinada, o que implica em uma variação relativa de 2,1%. Aqui, há uma significação concreta de ascendência nessa atividade, no total do conjunto da região metropolitana de João Pessoa, quando a sua participação relativa é avaliada em 4,9%. No ano 2003, há uma ligeira involução relativa nesse indicativo, considerando os dados de 2002, traduzida em (-1,3%). Essa situação reflete uma participação relativa inferior e medida em 4,6%. Em 2004, com 5.898 trabalhadores no interior do setor de serviços, a

involução relativa observada (18,7%) é bastante significativa, o que se reflete em uma participação relativa de 3,8%, inferior ao ano de 2003. No ano 2005, embora a variação relativa seja ascendente e em torno de 2,6%, a participação relativa no total do setor de serviços torna a declinar, agora avaliada em 3,7%. Assim, encerra-se a trajetória do primeiro subperíodo analisado na referida atividade formal do emprego regional: o menor dinamismo econômico em alguns de seus municípios faz com que os seus níveis de ocupação relativa, sejam inferiores aos do começo do período. (Ver tabela 21 e, nos anexos, tabelas referentes à composição do setor de serviços).

Em 2006, ano que representa o começo do segundo subperíodo desta análise, tanto a variação absoluta (+189) quanto a variação relativa (3,1%), da atividade Médicos, Odontológicos e Veterinários, apresentam crescimentos em seus contingentes de mão de obra, empregados formalmente. Conquanto seja esse um fato social verificado, a sua participação relativa no total do setor de serviços, acompanhando uma tendência observada nos últimos três anos do primeiro subperíodo analisado, declina para 3,6%. Em 2007, com 7.727 trabalhadores formais, essa atividade, enquanto subconjunto no total de serviços observa uma variação relativa de 23,8%, o que implica em uma posição relativa de 4,2%. Essa inversão de tendência se estende ao ano seguinte, com um crescimento relativo de 4,5%, refletindo a sua participação relativa no total de serviços avaliada em 4,1%. Em 2009, embora continue o movimento de ascendência, tanto absoluta (+292) quanto relativa (3,6%), a sua participação relativa no total das atividades em exame, não logra acompanhar esse mesmo sentido e, assim, posiciona-se em um nível ligeiramente inferior, expressando-se em 4,0%. Em 2010, o fenômeno social em destaque repete o ocorrido no ano anterior: embora cresça relativamente em 5,2%, o indicativo de participação relativa se estabiliza, nos mesmos 4,0%, posição inferior à do início do período. (Ver tabela 21).

Dessa forma, os municípios de Bayeux, Cabedelo, João Pessoa, Mamanguape e Santa Rita, porções do espaço que mais concentram o emprego formal na atividade econômica ora em exame e, igualmente, responsável direta pelos cuidados de saúde da população humana e/ou animal em destaque, traduzem ao longo do período, um maior ou menor dinamismo da economia; tendo em vista a sua maior ou menor intensidade no emprego formal da mão de obra analisada, no total do setor de serviços da região metropolitana de João Pessoa. (Ver, nos anexos, tabelas referentes à composição do emprego formal no Setor de Serviços).

#### 4.4 - Traços essenciais

No presente capítulo, tratou-se de examinar as transformações ocorridas nos setores produtivos da economia e no mercado de trabalho, da região metropolitana de João Pessoa.

Foram efetivadas análises nos setores agropecuário, industrial e de serviços, por um lado e, em taxas de atividade, de ocupação, por outro lado. Assim, desvendou-se o peso relativo de cada setor produtivo, no Valor Adicionado Bruto a preços correntes, por exemplo, e revelou-se a evolução do pessoal em atividade e em ocupação, em vários recortes analíticos (posição na ocupação, grupos de idade, sexo, distribuição de rendimentos, grau de escolaridade etc), no mercado de trabalho da unidade regional em destaque.

Com a desagregação dos dados para a indústria da transformação e para o setor de serviços, consegue-se, em parte, uma maior explicação para as mudanças ou permanências estruturais e as flutuações do PIB, na região metropolitana de João Pessoa, no primeiro decênio do século XXI.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista o processo de constituição da RMJP e a forma como se processa os fluxos e funções no total do conjunto de seus municípios, observa-se a ausência de uma identidade regional metropolitana.

A transição das economias coloniais na América Latina para o modo de produção das economias exportadoras, sob os ditames do trabalho assalariado veem a sua inserção no capitalismo industrial global; refletindo assim o aspecto da divisão internacional do trabalho.

No fordismo, com a produção em massa, há em contrapartida, um correspondente consumo de massa. Os seus períodos de auge, também identificados por alguns escritores como tempos dourados, coincidem com o pós-segunda guerra até meados da década de 1970, quando o sistema em pauta apresenta claros sinais de arrefecimento.

A produção flexível trata de substituir o regime produtivo de consumo de massa. A sua flexibilidade apresenta-se como aspecto contrário à rigidez do fordismo. Nessa fase de reestruturação produtiva do capital, ocorrem novos métodos de organização da produção de bens e de contratação e gerenciamento do trabalho humano, com destaque para a nova ideologia da competitividade global e da despolitização do trabalhador, ao contrário do que ocorre no fordismo, onde esse trabalhador é politizado e possui considerável cidadania.

Em relação às análises dos setores produtivos e, tratando primeiramente o setor primário, evidencia-se que: as dificuldades no setor da agropecuária se originam em décadas anteriores e, como tendência, parecem se estender até o primeiro decênio do século XXI. A mobilidade da mão de obra desse setor para o setor terciário aparece como uma causa visível dessas dificuldades. O seu peso relativo no PIB da região metropolitana de João Pessoa, no período considerado neste trabalho, apresenta-se com níveis baixos (1,40%) em 2010, em relação aos pesos relativos da indústria e dos serviços. O peso relativo do setor industrial no Valor Adicionado Bruto a preços correntes é o segundo maior (22,5%) em 2010, enquanto esse mesmo indicativo, no mesmo ano, para o setor terciário, é avaliado em (61,70%). Os Impostos sobre produtos líquidos de subsídios, que se constituem nas receitas do governo, em 2010, representam

(14,40%) do Valor Adicionado Bruto a preços correntes, da região metropolitana de João Pessoa.

O mercado de trabalho da região metropolitana de João Pessoa revela em sua evolução, uma taxa de ocupação significativa e uma importante elevação no seu emprego formal, além de uma redistribuição nos rendimentos do trabalho, importante para todas as classes, destacando-se os benefícios para a base da pirâmide.

Em relação à posição na ocupação e categoria do emprego no trabalho principal, as pessoas ocupadas experimentam um claro aumento em seu contingente populacional. No total desse conjunto, crescem também os trabalhadores com carteira assinada, os trabalhadores por conta própria ou autônomos e, os trabalhadores na produção para o próprio consumo. Verifica-se uma queda no grupo de pessoas classificadas como não remuneradas.

O emprego formal apresenta um crescimento para o grupo de idosos e uma redução do trabalho infantil e dos jovens. Verifica-se também, um grau mais elevado de escolaridade dos trabalhadores formais, e igualmente, uma significativa participação do trabalho feminino, com tendências de aumentos relativos em seu contingente no mercado, bem como, uma expressão percentual positiva em seus rendimentos, quando confrontados com os rendimentos do trabalho masculino.

A desagregação dos dados industriais e do setor de serviços revelam as mudanças e/ou permanências, nas suas estruturas produtivas. Fica evidenciado um crescimento econômico na região metropolitana de João Pessoa, entre 2000 e 2010.

A concentração do emprego formal na indústria de transformação apresenta destaques para as atividades de alimentos e bebidas, indústria têxtil, indústria de calçados, os minerais não metálicos, e, para a indústria química.

Em relação à desagregação dos dados para o setor terciário verifica-se uma hegemonia nas atividades de Administração Pública, dentre as demais. São importantes também as atividades de Ensino, Administração Técnica Profissional, Alojamento e Comunicações, Transporte e Comunicações. As atividades classificadas com a denominação de Médicos, Odontólogos e Veterinários, embora também apresentem uma significativa importância para a população considerada, experimenta um ligeiro decréscimo em sua participação relativa, ao final do período. As Instituições Financeiras, outro ramo de destaque na região metropolitana de João Pessoa, embora observe um ligeiro crescimento em sua participação relativa entre os extremos do

período, parece não apresentar diferenças relativas no quantitativo do seu emprego formal.

Quanto à distribuição espacial dos empregos, de uma forma geral, há uma nítida concentração nesse indicativo, nos municípios de: Bayeux, Cabedelo, Conde, João Pessoa, Mamanguape e Santa Rita. O restante dos municípios coloca-se em segundo plano na concentração espacial do emprego formal, embora se destaquem, por vezes e, dependendo das atividades desenvolvidas, municípios como Alhandra, Cruz do Espírito Santo e Rio Tinto. Entretanto, merece destaque o município de Caaporã, tanto no tamanho do estabelecimento e no quantitativo de operários, quanto na mobilidade de mão de obra para a indústria química, ao final do período em exame.

Dessa maneira, avalia-se que o objetivo geral deste trabalho foi atendido e os questionamentos propostos foram respondidos, à luz dos dados secundários e dos procedimentos metodológicos e categorias de análise empregadas. Esta conclusão, no entanto, não significa que a temática foi exaurida em todo o seu conteúdo, estando assim, abertas novas possibilidades para outras pesquisas sobre o tema.

## REFERÊNCIAS

ACCARINI, J. H. **Economia Rural e Desenvolvimento: Reflexões sobre o caso brasileiro.** Rio de Janeiro: Vozes, 1987. 224 p.

ANDERY, M. A. et al. **Para compreender a ciência: uma perspectiva histórica.** – Rio de Janeiro: Garamond, 2007. 436p.

ALONSO, S. F. **João Pessoa: Região ou Cidade Metropolitana?** Laboratório de Geografia Aplicada / Centro de Ciências Exatas e da Natureza / UFPB, Mimeografado, 2009, 20p.

ALVES, J. S. **Evolução do mercado de trabalho paraibano no período recente: mudanças e permanências.** In: OLIVEIRA, R. V. (Org) **Qualificar para quê? Qualificar para quem? Do global ao local: o que se espera da qualificação profissional hoje.** São Paulo: Fundação UNITRABALHO; Campina Grande: EDUFCG, 2006. 220p.

ALVES, J. S. e ASSIS, R. S. **A Dinâmica do mercado de trabalho paraibano nas décadas de 1990 e 2000.** João Pessoa, 2013, mimeografado, 25p.

BASTOS, V. L. Para entender as economias do terceiro mundo. / por Vânia Lomônaco Bastos e Maria Luiza Falcão Silva – Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2ª edição. 2001. 224p.

BENKO, G. **ECONOMIA, ESPAÇO E GLOBALIZAÇÃO** na aurora do século XXI. Tradução: Antônio de Pádua Danesi – São Paulo: EDITORA HUCITEC, 1996. 266p.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas - IBGE. **Censo Demográfico, 2000 e 2010.**

\_\_\_\_\_. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas - IBGE. **Estatísticas. Estimativas da População, 2003.**

\_\_\_\_\_. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas - IBGE. **Contas Regionais – (Índice utilizado: IPCA), dez. 2000 e dez. 2009.**

\_\_\_\_\_. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação.** Lei 9.394, de 20/12/1996. Brasília-DF, Senado Federal, texto atualizado até fevereiro de 2010, 94p.

\_\_\_\_\_. **Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) / Secretaria do Desenvolvimento Territorial (SDT). Plano Territorial. Desenvolvimento Rural Sustentável: Zona da Mata Sul Paraibana. 2008.** In: site [csit.mda.gov.br/biblioteca\\_virtual/ptdrs/ptdrs\\_territorio120.pdf](http://csit.mda.gov.br/biblioteca_virtual/ptdrs/ptdrs_territorio120.pdf). Acesso em: 20/11/2012.

CAMPOS, S. F. **Alguns elementos constitutivos do sistema paraibano de inovação e o comportamento inovativo das grandes firmas industriais do Estado** – resultados preliminares para o período 1990-2003. In: **Economia Paraibana: estratégias competitivas e políticas públicas** / Fred Leite Siqueira Campos, Ivan Targino Moreira, Lúcia Maria Góes Moutinho. João Pessoa: Editora Universitária / UFPB, 2006. 427p.

CAVALCANTI, P. H. M. et al. **Uma História do Conde**. João Pessoa: Editora Universitária / UFPB, 1996. 142p.

CAVALCANTI, G. A. **Dinâmica Interna do Mercado de Trabalho na Paraíba: análise do período 1983-1996**. In: NETO, L. G. (Org) Curso de Mestrado em Economia. UFPB/João Pessoa. **Tecnologia, Estratégia Empresarial e Processo de Trabalho**, Editora Universitária, João Pessoa, 1999, 214 p.

CORRÊA, R. L. **Espaço: um conceito-chave da Geografia**. IN, **Geografia: conceitos e temas**. / organizado por Iná Elias de Castro, Paulo Cesar da Costa Gomes, Roberto Lobato Corrêa. 13ª ed. – Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 2010. 352p.

COSTA, E. **A GLOBALIZAÇÃO E O CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO**. 1ª ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2008. 216p.

**Dicionário de Economia**. Série Os Economistas: Consultoria de Paulo Sandroni. ABRIL CULTURAL, São Paulo: 1985. 459 p.

EHRENBERG, R. G. e SMITH, R. S. **A Moderna Economia do Trabalho**, 5ª ed. Makron Books, São Paulo: 2000. 793 p.

EMÍLIA, M. & TARGINO, I. **Capítulos de Geografia Agrária da Paraíba**. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 1997. 332p.

EMÍLIA, M., ARAÚJO, N. M. U. & TARGINO, I. **O Desempenho da Agropecuária Paraibana na década de 2000**. João Pessoa: 2013. (Texto em fase de elaboração). 35p.

FIGUEIREDO, F. O. **Introdução à contabilidade nacional**. 9ª ed. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982. 216p.

FERREIRA, A. B. H. **Dicionário da Língua Portuguesa**. 5ª ed. Curitiba: Positivo, 2010. 2272p.

FURTADO, C., **Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico**. 8ª ed. São Paulo: Editora Nacional, 1983. 344p.

FREITAS, Ruskin. **Regiões Metropolitanas: uma abordagem conceitual**. Humanae, v.1, n.3, p. 44-53, Dez. 2009.

FROYEN, R. T. **Macroeconomia**. Tradução de Esther E. H. Herskovitz, Cecília C. Bartalotti; revisão técnica de Roland Veras Saldanha Jr. – São Paulo: Saraiva, 2002. 635p.

HARVEY, D. **Condição Pós-Moderna**, 13ª ed. – São Paulo: Edições Loyola, 2003. 349p.

HOUAISS, A. Dicionário **HOUAISS** da Língua Portuguesa: Rio de Janeiro, Objetiva, 2009. 1986p.

**HUMANAE. Revista Eletrônica da Faculdade de Ciências Humanas ESUDA** (ISSN 1517-7606). Endereço: [http://www.esuda.com.br/revista\\_humanae.php](http://www.esuda.com.br/revista_humanae.php).

LEITÃO, D. “**Topônimos Nordestinos de Inspiração Lusitana**”. In: Revista do INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO PARAIBANO, Número 19. Imprensa Universitária da Paraíba – João Pessoa: 1971.

LEITE, C. **Geografia Em Todos os Sentidos**, 2010. In: <http://blog.clickgratis.com.br/artegeografica/161320/O+que+%E9+Lugar+%3F.html>. Acesso em: 04.02.2013.

MARX, K. 1818 – 1883. **Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857 – 1858**: esboços da crítica da economia política / Karl Marx; supervisão editorial Mario Duayer; tradução Mario Duayer, Nélcio Schneider (colaboração de Alice Helga Werner e Rudiger Hoffman). São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Ed UFRJ, 2011. 788p.

MELLO, J. M. C. **O Capitalismo Tardio**. 11ª ed. São Paulo: Editora UNESP; Campinas, SP: FACAMP, 2009. 152p.

MOREIRA, I. T. **O Desempenho Recente do Setor de Serviços Paraibano**, mimeografado, João Pessoa: 2013. 11p.

MOREIRA, E. & TARGINO, I. **Desempenho da agropecuária paraibana na década de 1990**. In: **Economia Paraibana**: estratégias competitivas e políticas públicas / Fred Leite Siqueira Campos, Ivan Targino Moreira, Lúcia Maria Góes Moutinho. João Pessoa: Editora Universitária / UFPB, 2006. 427p.

MUNHOZ, D. G. **Economia Aplicada**: técnicas de pesquisa e análise econômica: Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1989. 300p.

NERI, M. **A nova classe média: o lado brilhante da base da pirâmide** / Marcelo Neri. – São Paulo: Saraiva, 2011. 312p.

NETO, E. D. S.; TARGINO, I.; BRASIL, P. M. **Política de incentivos fiscais e geração de emprego na indústria paraibana**. In: **Economia Paraibana**: estratégias competitivas e políticas públicas / Fred Leite Siqueira Campos, Ivan Targino Moreira, Lúcia Maria Góes Moutinho. João Pessoa: Editora Universitária / UFPB, 2006. 427p.

OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES: **Território, coesão social e governança democrática**: Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Curitiba, Porto Alegre, Salvador, Recife, Belém, Natal, Goiânia, Maringá. In **Relatório**: Arranjos Institucionais para a Gestão Metropolitana, Outubro, 2009.

PIMENTEL, A. A. **CABEDELO, Volume I**. Cabedelo: Prefeitura Municipal, 2001. 320p.

POLARI, R. S. **A Paraíba que podemos ser: da crítica à ação contra o atraso**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2012. 368p.

ROCHA, S. **Crescimento Econômico e renda. Como ficam os pobres?** In: **Construindo sociedade ativa e moderna e consolidando o crescimento com inclusão social** / Coordenador: João Paulo dos Reis Velloso, colaboradores: José Alencar... [et al.]. – Rio de Janeiro: José Olympio, 2010. 346p.

ROSSETTI, J. P. **Introdução à Economia**, 8ª ed. ATLAS, São Paulo: 1980. 809 p.

SAMUELSON, P. A. & NORDHAUS, W. D. **Economia**. 14ª ed. McGraw-Hill, São Paulo: 1993. 908p.

SANTANA, J. A. A. **Santa Rita em Memórias**. Sal da Terra Editora, João Pessoa: 2010. 224p.

SANTOS, M. **O Espaço Dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos**. 2ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008. 433p.

\_\_\_\_\_. **Espaço e Método**. 5ª ed. 1. Reimp. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012. 118p.

\_\_\_\_\_. **Por uma Geografia Nova: da Crítica da Geografia a uma Geografia Crítica**. 6ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008. 285p.

\_\_\_\_\_. **Técnica, Espaço, Tempo: Globalização e Meio Técnico-científico-informacional**. 5ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008. 174p.

SILVA, J. A. R. - **A globalização e os distritos industriais: a indústria de calçados da Paraíba**. In: **Economia Paraibana: estratégias competitivas e políticas públicas** / Fred Leite Siqueira Campos, Ivan Targino Moreira, Lúcia Maria Góes Moutinho. João Pessoa: Editora Universitária / UFPB, 2006. 427p.

SOUZA, M. J. L. **O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento**. IN, **Geografia: conceitos e temas**. / organizado por Iná Elias de Castro, Paulo Cesar da Costa Gomes, Roberto Lobato Corrêa. 13ª ed. – Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 2010. 352p.

TARGINO, I. **O Setor Industrial Paraibano**. João Pessoa: 2013. 23p.

TUAN, Y. F. **Espaço e Lugar: a perspectiva da experiência**. / tradução de Livia de Oliveira. – São Paulo: DIFEL, 1983. 250p.

**ANEXOS**



**Tabela 22** - Composição do Emprego Formal na Indústria de Transformação, segundo os Setores de Atividade Econômica – Ano: 2000

Atividades	Alhandra	Bayeux	Caaporã	Cabedelo	Conde	Cruz do Espírito Santo	João Pessoa	Lucena	Mamanguape	Pitimbu	Rio Tinto	Santa Rita	Total
Produto Mineral Não Metálico	30	124	193	106	196	62	1044	0	0	0	105	424	2284
Indústria Metalúrgica	0	35	0	41	0	0	320	0	3	0	0	38	437
Indústria Mecânica	0	37	0	0	0	0	31	0	0	0	0	1	69
Elétrico e comunicação	0	0	0	0	0	0	165	0	1	0	0	4	170
Material de Transporte	0	0	0	21	0	0	44	0	0	0	0	0	65
Madeira e Mobiliário	0	22	0	114	0	0	213	0	1	0	0	16	366
Papel e Gráfica	0	1	0	0	92	0	1395	0	1	0	0	0	1489
Borracha, Fumo, Couros	62	50	0	1	0	0	656	0	0	0	8	9	786
Indústria Química	0	99	0	103	1	0	590	0	0	0	0	26	819
Indústria Têxtil	168	1481	0	10	0	0	4265	0	5	0	85	1547	7561
Indústria de Calçados	0	545	0	0	0	0	1264	0	0	0	0	1588	3397
Alimentos e Bebidas	115	275	333	732	4	71	2600	8	307	4	279	2778	7506
<b>Total</b>	<b>375</b>	<b>2669</b>	<b>526</b>	<b>1128</b>	<b>293</b>	<b>133</b>	<b>12587</b>	<b>8</b>	<b>318</b>	<b>4</b>	<b>477</b>	<b>6431</b>	<b>24949</b>

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego, RAIS.

**Tabela 23** - Composição do Emprego Formal na Indústria de Transformação, segundo os Setores de Atividade Econômica – Ano: 2001

Atividades	Alhandra	Bayeux	Caaporã	Cabedelo	Conde	Cruz do Espírito Santo	João Pessoa	Lucena	Mamanguape	Pitimbu	Rio Tinto	Santa Rita	Total
Produto Mineral Não Metálico	31	115	190	101	213	48	1176	0	1	0	86	388	2349
Indústria Metalúrgica	0	36	0	52	0	0	300	0	2	0	0	44	434
Indústria Mecânica	0	38	0	0	0	0	60	0	0	0	0	19	117
Elétrico e comunicação	0	0	0	0	0	0	61	0	2	0	0	3	66
Material de Transporte	0	0	0	25	0	0	44	0	0	0	0	0	69
Madeira e Mobiliário	0	18	0	115	0	0	588	0	0	0	0	10	739
Papel e Gráfica	0	1	0	9	138	0	1437	0	1	0	0	3	1589
Borracha, Fumo, Couros	74	50	0	0	0	0	594	0	0	0	3	25	746
Indústria Química	0	131	3	99	1	0	533	0	0	0	0	33	800
Indústria Têxtil	251	1286	0	2	0	0	4271	0	47	0	60	1506	7423
Indústria de Calçados	0	551	0	0	0	0	783	0	71	0	0	1576	2981
Alimentos e Bebidas	126	303	786	878	6	77	2164	5	1000	6	13	3125	8489
<b>Total</b>	<b>482</b>	<b>2529</b>	<b>979</b>	<b>1281</b>	<b>358</b>	<b>125</b>	<b>12011</b>	<b>5</b>	<b>1132</b>	<b>6</b>	<b>162</b>	<b>6732</b>	<b>25802</b>

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego, RAIS.

**Tabela 24** - Composição do Emprego Formal na Indústria de Transformação, segundo os Setores de Atividade Econômica – Ano: 2002

Atividades	Alhandra	Bayeux	Caaporã	Cabedelo	Conde	Cruz do Espírito Santo	João Pessoa	Lucena	Mamanguape	Pitimbu	Rio Tinto	Santa Rita	Total
Produto Mineral Não Metálico	37	106	205	58	220	47	1280	0	1	0	97	398	2449
Indústria Metalúrgica	0	41	0	51	0	0	364	0	4	0	0	78	538
Indústria Mecânica	0	48	0	19	0	0	58	0	68	0	1	9	203
Elétrico e comunicação	0	0	0	0	0	0	66	0	3	0	0	6	75
Material de Transporte	0	0	0	21	17	0	74	0	0	0	0	0	112
Madeira e Mobiliário	0	9	0	133	0	0	281	0	0	0	0	18	441
Papel e Gráfica	0	2	0	0	138	0	1553	0	2	0	0	4	1699
Borracha, Fumo, Couros	88	814	0	0	0	0	566	0	107	0	4	13	1592
Indústria Química	0	153	3	111	19	0	580	0	0	0	0	4	870
Indústria Têxtil	280	1232	0	7	0	0	4539	0	37	0	2	1285	7682
Indústria de Calçados	0	12	0	0	0	0	882	0	12	0	0	1219	2125
Alimentos e Bebidas	126	315	1815	843	5	74	2769	214	1322	6	323	3259	11071
<b>Total</b>	531	2732	2023	1243	399	121	13012	214	1556	6	427	6593	<b>28857</b>

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego, RAIS.

**Tabela 25** - Composição do Emprego Formal na Indústria de Transformação, segundo os Setores de Atividade Econômica – Ano: 2003

Atividades	Alhandra	Bayeux	Caaporã	Cabedelo	Conde	Cruz do Espírito Santo	João Pessoa	Lucena	Mamanguape	Pitimbu	Rio Tinto	Santa Rita	Total
Produto Mineral Não Metálico	41	108	192	119	201	41	1044	0	3	0	106	405	2260
Indústria Metalúrgica	0	41	0	51	0	0	400	0	3	0	0	34	529
Indústria Mecânica	0	65	0	47	0	0	119	0	102	0	0	7	340
Elétrico e comunicação	0	0	0	0	0	0	62	0	1	0	0	6	69
Material de Transporte	0	0	0	15	6	0	47	0	0	0	0	0	68
Madeira e Mobiliário	0	11	0	115	0	0	269	0	0	0	0	19	414
Papel e Gráfica	0	8	0	2	136	0	1125	0	2	0	0	10	1283
Borracha, Fumo, Couros	96	765	0	0	0	0	638	0	163	0	11	11	1684
Indústria Química	0	168	3	135	18	0	488	0	0	0	0	86	898
Indústria Têxtil	266	1025	0	51	0	0	4090	0	3	0	3	1436	6874
Indústria de Calçados	0	0	0	0	0	0	756	0	13	0	0	1109	1878
Alimentos e Bebidas	107	386	814	585	17	73	2373	130	1459	6	10	3630	9590
<b>Total</b>	510	2577	1009	1120	378	114	11411	130	1749	6	130	6753	<b>26162</b>

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego, RAIS.

**Tabela 26** - Composição do Emprego Formal na Indústria de Transformação, segundo os Setores de Atividade Econômica – Ano: 2004

Atividades	Alhandra	Bayeux	Caaporã	Cabedelo	Conde	Cruz do Espírito Santo	João Pessoa	Lucena	Mamanguape	Pitimbu	Rio Tinto	Santa Rita	Total
Produto Mineral Não Metálico	44	126	187	117	159	34	1064	0	25	0	106	372	2234
Indústria Metalúrgica	0	50	0	53	88	0	321	0	1	0	0	38	551
Indústria Mecânica	0	25	0	43	0	0	102	0	73	0	0	12	255
Elétrico e comunicação	0	0	0	0	0	0	42	0	3	0	0	0	45
Material de Transporte	0	0	0	16	0	0	28	0	0	0	0	0	44
Madeira e Mobiliário	0	23	0	125	0	0	292	0	0	0	0	14	454
Papel e Gráfica	0	10	0	0	167	0	1032	0	2	0	0	15	1226
Borracha, Fumo, Couros	97	917	0	0	0	0	606	0	150	0	54	7	1831
Indústria Química	0	189	3	136	18	0	508	0	0	0	0	50	904
Indústria Têxtil	279	908	0	44	0	0	4651	0	2	0	66	1465	7415
Indústria de Calçados	0	0	0	0	0	0	809	0	5	0	0	1184	1998
Alimentos e Bebidas	27	464	2298	859	13	69	2396	139	1090	4	237	7382	11595
<b>Total</b>	447	2712	2488	1393	445	103	11851	139	1351	4	237	7382	<b>28552</b>

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego, RAIS.

**Tabela 27** - Composição do Emprego Formal na Indústria de Transformação, segundo os Setores de Atividade Econômica – Ano: 2005

Atividades	Alhandra	Bayeux	Caaporã	Cabedelo	Conde	Cruz do Espírito Santo	João Pessoa	Lucena	Mamanguape	Pitimbu	Rio Tinto	Santa Rita	Total
Produto Mineral Não Metálico	45	103	187	123	169	39	1124	0	22	0	99	440	2351
Indústria Metalúrgica	0	45	0	69	0	0	274	0	1	0	18	40	447
Indústria Mecânica	0	21	0	53	0	0	142	0	87	0	1	5	309
Elétrico e comunicação	0	0	0	0	0	0	34	0	2	0	0	0	36
Material de Transporte	0	5	0	5	0	0	14	0	0	0	0	0	24
Madeira e Mobiliário	0	23	0	128	0	0	311	8	0	0	0	15	485
Papel e Gráfica	0	11	0	2	176	0	1090	0	0	0	0	24	1303
Borracha, Fumo, Couros	99	1005	0	2	0	0	609	0	148	0	12	11	1886
Indústria Química	0	144	1	176	245	0	588	2	0	0	0	63	1219
Indústria Têxtil	324	679	0	34	0	0	4819	0	8	0	61	1660	7585
Indústria de Calçados	0	3	0	0	0	0	834	0	0	0	0	1283	2120
Alimentos e Bebidas	15	541	1942	985	21	182	2940	141	1721	4	380	4294	13166
<b>Total</b>	483	2580	2130	1577	611	221	12779	151	1989	4	571	7835	<b>30931</b>

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego, RAIS.

**Tabela 28** - Composição do Emprego Formal na Indústria de Transformação, segundo os Setores de Atividade Econômica – Ano: 2006

Atividades	Alhandra	Bayeux	Caaporã	Cabedelo	Conde	Cruz do Espírito Santo	João Pessoa	Lucena	Mamanguape	Pitimbu	Rio Tinto	Santa Rita	Total
Produto Mineral Não Metálico	47	72	197	136	188	1	1280	1	61	0	134	316	2433
Indústria Metalúrgica	0	46	0	96	0	0	304	0	0	0	30	46	522
Indústria Mecânica	0	15	0	56	0	0	252	0	87	0	0	4	414
Elétrico e comunicação	0	0	0	0	0	0	20	0	0	0	0	9	29
Material de Transporte	0	5	0	1	0	0	30	0	0	0	0	0	36
Madeira e Mobiliário	0	55	0	132	0	0	434	0	0	0	0	116	737
Papel e Gráfica	0	17	0	8	188	0	1583	0	0	0	0	16	1812
Borracha, Fumo, Couros	91	51	0	0	0	0	713	0	0	0	6	4	865
Indústria Química	0	142	3	263	331	0	636	0	1	0	1	50	1427
Indústria Têxtil	268	492	0	50	0	0	4822	0	3	0	59	1626	7320
Indústria de Calçados	0	922	0	0	0	0	998	0	153	0	0	1270	3343
Alimentos e Bebidas	30	466	1992	1088	20	199	2851	173	1728	8	421	4262	13238
<b>Total</b>	436	2283	2192	1830	727	200	13923	174	2033	8	651	7719	<b>32176</b>

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego, RAIS.

**Tabela 29** - Composição do Emprego Formal na Indústria de Transformação, segundo os Setores de Atividade Econômica – Ano: 2007

Atividades	Alhandra	Bayeux	Caaporã	Cabedelo	Conde	Cruz do Espírito Santo	João Pessoa	Lucena	Mamanguape	Pitimbu	Rio Tinto	Santa Rita	Total
Produto Mineral Não Metálico	44	70	197	110	264	24	1523	0	45	0	137	377	2791
Indústria Metalúrgica	0	46	0	56	0	0	350	0	1	0	35	70	558
Indústria Mecânica	0	19	0	9	0	0	473	0	61	0	0	48	610
Elétrico e comunicação	0	0	0	0	0	0	35	0	0	0	0	7	42
Material de Transporte	0	4	0	1	0	0	28	0	0	0	0	0	33
Madeira e Mobiliário	0	32	0	132	0	0	492	0	0	0	1	227	884
Papel e Gráfica	0	12	0	18	257	0	1658	2	0	0	0	19	1966
Borracha, Fumo, Couros	97	46	0	18	0	0	658	0	0	0	0	27	846
Indústria Química	0	11	3	289	486	3	698	0	5	0	2	80	1577
Indústria Têxtil	275	294	0	40	0	0	5133	18	2	0	56	1641	7459
Indústria de Calçados	0	1082	0	0	0	0	890	0	146	0	0	1410	3528
Alimentos e Bebidas	41	426	2586	1187	20	214	3221	217	1789	8	470	4689	14868
<b>Total</b>	457	2042	2786	1860	1027	241	15159	237	2049	8	701	8595	<b>35162</b>

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego, RAIS.



**Tabela 30** - Composição do Emprego Formal na Indústria de Transformação, segundo os Setores de Atividade Econômica – Ano: 2008

Atividades	Alhandra	Bayeux	Caaporã	Cabedelo	Conde	Cruz do Espírito Santo	João Pessoa	Lucena	Mamanguape	Pitimbu	Rio Tinto	Santa Rita	Total
Produto Mineral Não Metálico	46	98	230	159	290	29	1595	1	36	0	137	484	3105
Indústria Metalúrgica	1	92	0	66	0	0	401	0	0	0	22	58	640
Indústria Mecânica	0	23	0	2	1	0	627	0	61	0	0	48	762
Elétrico e comunicação	0	0	0	0	0	0	11	0	0	0	0	0	11
Material de Transporte	0	4	0	16	0	0	19	0	0	0	0	0	39
Madeira e Mobiliário	0	149	0	134	0	0	532	18	0	0	1	242	1076
Papel e Gráfica	0	4	0	18	262	0	1734	1	0	0	0	25	2044
Borracha, Fumo, Couros	99	26	0	31	0	0	576	0	0	0	0	30	762
Indústria Química	0	39	4	313	105	2	1240	0	7	0	0	126	1836
Indústria Têxtil	254	260	0	38	0	0	4803	0	1	0	57	1457	6870
Indústria de Calçados	0	806	0	0	0	0	868	0	0	0	0	1233	2907
Alimentos e Bebidas	15	461	2093	1257	15	199	3427	270	1905	5	485	4422	14554
<b>Total</b>	415	1962	2327	2034	673	230	15833	290	2010	5	702	8125	<b>34606</b>

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego, RAIS.

**Tabela 31** - Composição do Emprego Formal na Indústria de Transformação, segundo os Setores de Atividade Econômica – Ano: 2009

Atividades	Alhandra	Bayeux	Caaporã	Cabedelo	Conde	Cruz do Espírito Santo	João Pessoa	Lucena	Mamanguape	Pitimbu	Rio Tinto	Santa Rita	Total
Produto Mineral Não Metálico	57	131	215	164	385	0	1780	1	39	0	178	490	3440
Indústria Metalúrgica	1	56	0	79	0	0	415	0	3	0	19	98	671
Indústria Mecânica	0	37	0	2	0	0	526	0	42	0	0	40	647
Elétrico e comunicação	0	0	0	8	0	0	54	0	0	0	0	7	69
Material de Transporte	0	4	0	14	0	0	20	0	0	0	0	0	38
Madeira e Mobiliário	0	180	0	168	0	0	585	13	0	0	1	195	1142
Papel e Gráfica	0	6	0	24	290	0	1793	0	1	0	0	31	2145
Borracha, Fumo, Couros	139	30	0	35	25	0	606	0	0	0	0	27	862
Indústria Química	0	198	2	364	16	1	1310	0	7	0	0	129	2027
Indústria Têxtil	243	235	0	50	0	0	4996	0	2	0	70	1518	7114
Indústria de Calçados	0	1015	0	0	0	0	707	0	0	0	0	1416	3138
Alimentos e Bebidas	17	415	2337	1275	21	151	3546	252	1977	5	491	4694	15181
<b>Total</b>	457	2307	2554	2183	737	152	16338	266	2071	5	759	8645	<b>36474</b>

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego, RAIS.

**Tabela 32** - Composição do Emprego Formal na Indústria de Transformação, segundo os Setores de Atividade Econômica – Ano: 2010

Atividades	Alhandra	Bayeux	Caaporã	Cabedelo	Conde	Cruz do Espírito Santo	João Pessoa	Lucena	Mamanguape	Pitimbu	Rio Tinto	Santa Rita	Total
Produto Mineral Não Metálico	72	137	239	187	305	52	2427	0	45	0	190	617	4271
Indústria Metalúrgica	15	55	0	95	2	0	463	0	12	0	18	106	766
Indústria Mecânica	0	33	0	19	18	0	622	0	2	0	0	38	732
Elétrico e comunicação	0	0	0	3	0	0	67	0	0	0	0	15	85
Material de Transporte	0	0	0	20	0	0	21	0	0	0	0	0	41
Madeira e Mobiliário	0	206	0	211	0	0	646	6	0	0	0	208	1277
Papel e Gráfica	0	14	0	28	380	0	2003	0	2	0	0	36	2463
Borracha, Fumo, Couros	153	30	0	31	22	0	730	0	0	0	0	55	1021
Indústria Química	0	280	2333	432	19	3	1385	0	0	0	498	1738	6688
Indústria Têxtil	229	135	0	34	0	0	5290	0	0	0	50	1572	7310
Indústria de Calçados	0	1062	0	0	0	0	664	0	0	0	0	1629	3355
Alimentos e Bebidas	11	404	19	1367	26	196	3708	722	2075	1	1	3499	12029
<b>Total</b>	480	2356	2591	2427	772	251	18026	728	2136	1	757	9513	<b>40038</b>

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego, RAIS.

**Tabela 33-** Composição do Emprego Formal no Setor de Serviços – Ano 2000

Atividades	Alhandra	Bayeux	Caaporã	Cabedelo	Conde	Cruz do Espírito Santo	João Pessoa	Lucena	Mamanguape	Pitimbu	Rio Tinto	Santa Rita	Total
Instituição Financeira	7	35	2	28	0	5	2042	6	28	0	5	31	2189
Administração Técnica Profissional	221	38	1	876	30	15	11372	22	47	0	3	12	12637
Transporte e Comunicações	1	627	1	411	1	1	6149	12	9	0	7	367	7586
Alojamento e Comunicações	6	208	19	431	55	518	11422	10	41	3	22	336	13071
Médicos Odontológicos Veterinários	1	138	0	72	16	0	6448	0	43	0	21	308	7047
Ensino	0	184	0	103	0	0	5794	3	60	0	0	181	6325
Administração Pública	355	1291	808	1686	437	398	83841	12	423	271	583	1572	91677
<b>Total</b>	591	2521	831	3607	539	937	127068	65	651	274	641	2807	<b>140532</b>

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego, RAIS.

**Tabela 34** - Composição do Emprego Formal no Setor de Serviços – Ano 2001

Atividades	Alhandra	Bayeux	Caaporã	Cabedelo	Conde	Cruz do Espírito Santo	João Pessoa	Lucena	Mamanguape	Pitimbu	Rio Tinto	Santa Rita	Total
Instituição Financeira	7	38	2	35	0	5	1982	0	22	0	5	39	2135
Administração Técnica Profissional	384	43	1	746	31	7	11942	24	53	2	0	21	13254
Transporte e Comunicações	40	586	4	255	2	2	5793	14	10	1	6	322	7035
Alojamento e Comunicações	26	285	10	615	39	175	12583	2	33	2	19	397	14186
Médicos Odontológicos Veterinários	0	140	4	72	20	0	6584	0	37	1	20	321	7199
Ensino	0	156	0	124	0	0	6385	4	63	0	0	189	6921
Administração Pública	555	1292	1075	1893	430	419	92181	22	763	298	641	1984	101553
<b>Total</b>	1012	2540	1096	3740	522	608	137450	66	981	304	691	3273	<b>152283</b>

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego, RAIS.

**Tabela 35** - Composição do Emprego Formal no Setor de Serviços – Ano 2002

Atividades	Alhandra	Bayeux	Caaporã	Cabedelo	Conde	Cruz do Espírito Santo	João Pessoa	Lucena	Mamanguape	Pitimbu	Rio Tinto	Santa Rita	Total
Instituição Financeira	7	35	3	54	0	3	1857	0	26	0	3	36	2024
Administração Técnica Profissional	425	104	0	696	34	123	12459	18	64	3	0	14	13940
Transporte e Comunicações	50	579	4	272	3	3	5734	18	20	1	8	337	7029
Alojamento e Comunicações	25	282	26	662	90	216	12938	7	40	1	1	536	14824
Médicos Odontológicos Veterinários	0	134	4	70	10	0	6793	0	10	0	19	310	7350
Ensino	0	156	0	94	1	0	5960	4	54	0	0	206	6475
Administração Pública	554	1702	1217	2578	435	568	87664	21	853	299	654	2274	98819
<b>Total</b>	1061	2992	1254	4426	573	913	133405	68	1067	304	685	3713	<b>150461</b>

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego, RAIS.

**Tabela 36 - Composição do Emprego Formal no Setor de Serviços – Ano 2003**

Atividades	Alhandra	Bayeux	Caaporã	Cabedelo	Conde	Cruz do Espírito Santo	João Pessoa	Lucena	Mamanguape	Pitimbu	Rio Tinto	Santa Rita	Total
Instituição Financeira	7	39	3	34	0	0	2054	0	25	0	3	38	2203
Administração Técnica Profissional	425	58	2	821	30	154	12733	19	12	3	0	11	14268
Transporte e Comunicações	57	532	32	257	2	2	5592	16	29	1	7	278	6805
Alojamento e Comunicações	29	171	27	668	120	214	12983	7	50	3	2	658	14932
Médicos Odontológicos Veterinários	0	128	0	28	19	0	6752	0	11	0	19	299	7256
Ensino	0	163	0	125	1	0	6950	4	45	0	0	194	7482
Administração Pública	555	1963	1266	3110	721	570	90469	445	42	293	680	3659	103773
<b>Total</b>	1073	3054	1330	5043	893	940	137533	491	214	300	711	5137	<b>156719</b>

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego, RAIS.

**Tabela 37** - Composição do Emprego Formal no Setor de Serviços – Ano 2004

Atividades	Alhandra	Bayeux	Caaporã	Cabedelo	Conde	Cruz do Espírito Santo	João Pessoa	Lucena	Mamanguape	Pitimbu	Rio Tinto	Santa Rita	Total
Instituição Financeira	8	40	4	37	0	0	2097	1	25	0	5	40	2257
Administração Técnica Profissional	0	85	2	714	33	37	13404	19	20	3	2	13	14332
Transporte e Comunicações	58	589	37	257	3	2	5733	16	21	2	12	282	7012
Alojamento e Comunicações	19	171	5	563	128	343	13516	5	53	3	22	704	15532
Médicos Odontológicos Veterinários	0	56	0	25	12	0	5476	0	14	0	18	297	5898
Ensino	0	217	0	117	2	0	7428	6	31	0	0	219	8020
Administração Pública	504	1874	1329	2774	714	590	89638	436	982	331	1038	2877	103087
<b>Total</b>	589	3032	1377	4487	892	972	137292	483	1146	339	1097	4432	<b>156138</b>

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego, RAIS.



**Tabela 38** - Composição do Emprego Formal no Setor de Serviços – Ano 2005

Atividades	Alhandra	Bayeux	Caaporã	Cabedelo	Conde	Cruz do Espírito Santo	João Pessoa	Lucena	Mamanguape	Pitimbu	Rio Tinto	Santa Rita	Total
Instituição Financeira	7	49	6	36	0	0	2491	5	26	0	7	41	2668
Administração Técnica Profissional	1	116	65	782	30	116	14265	19	15	8	0	20	15437
Transporte e Comunicações	65	637	21	253	12	3	5935	12	15	2	12	284	7251
Alojamento e Comunicações	16	281	5	1216	156	284	14285	6	47	19	23	203	16541
Médicos Odontológicos Veterinários	0	6	0	24	13	0	5667	0	15	0	18	308	6051
Ensino	0	231	0	134	0	0	7656	6	35	0	0	209	8271
Administração Pública	510	1968	1423	2522	770	616	93232	440	1012	453	931	2768	106645
<b>Total</b>	599	3288	1520	4967	981	1019	143531	488	1165	482	991	3833	<b>162864</b>

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego, RAIS.

**Tabela 39** - Composição do Emprego Formal no Setor de Serviços – Ano 2006

Atividades	Alhandra	Bayeux	Caaporã	Cabedelo	Conde	Cruz do Espírito Santo	João Pessoa	Lucena	Mamanguape	Pitimbu	Rio Tinto	Santa Rita	Total
Instituição Financeira	8	39	6	37	0	0	3045	9	26	0	6	39	3215
Administração Técnica													
Profissional	1	178	59	798	20	129	14876	20	45	3	0	27	16156
Transporte e Comunicações	62	610	23	243	16	2	6072	4	13	2	9	302	7358
Alojamento e Comunicações	19	204	19	1193	145	232	13563	6	58	0	11	519	15969
Médicos													
Odontológicos													
Veterinários	0	9	0	25	12	0	6101	0	13	0	16	64	6240
Ensino	0	224	0	80	0	0	8302	5	64	0	18	218	8911
Administração Pública	496	2883	1398	3317	912	587	102164	470	1064	499	845	3158	117793
<b>Total</b>	586	4147	1505	5693	1105	950	154123	514	1283	504	905	4327	<b>175642</b>

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego, RAIS.

**Tabela 40** - Composição do Emprego Formal no Setor de Serviços – Ano 2007

Atividades	Alhandra	Bayeux	Caaporã	Cabedelo	Conde	Cruz do Espírito Santo	João Pessoa	Lucena	Mamanguape	Pitimbu	Rio Tinto	Santa Rita	Total
Instituição Financeira	8	45	5	90	0	0	3245	10	25	0	4	40	3472
Administração Técnica Profissional	18	438	63	1029	21	8	16395	29	49	1	0	30	18081
Transporte e Comunicações	8	769	16	290	13	2	5990	5	27	2	7	290	7419
Alojamento e Comunicações	17	281	19	1206	136	4	13518	20	66	0	11	659	15937
Médicos Odontológicos Veterinários	0	9	0	26	11	0	7591	0	15	0	19	56	7727
Ensino	1	272	0	344	0	1	8558	0	67	0	24	205	9472
Administração Pública	522	3158	1471	4072	1051	597	103548	518	1104	602	1111	3208	120962
<b>Total</b>	574	4972	1574	7057	1232	612	158845	582	1353	605	1176	4488	<b>183070</b>

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego, RAIS.

**Tabela 41** - Composição do Emprego Formal no Setor de Serviços – Ano 2008

Atividades	Alhandra	Bayeux	Caaporã	Cabedelo	Conde	Cruz do Espírito Santo	João Pessoa	Lucena	Mamanguape	Pitimbu	Rio Tinto	Santa Rita	Total
Instituição Financeira	9	41	5	96	0	0	3192	7	32	0	5	39	3426
Administração Técnica Profissional	1	355	6	775	34	27	17830	39	59	7	3	17	19153
Transporte e Comunicações	106	898	13	311	11	2	6475	5	31	23	6	253	8134
Alojamento e Comunicações	16	237	21	1304	132	7	14219	25	83	0	9	652	16705
Médicos Odontológicos Veterinários	0	15	0	25	12	0	7763	0	16	0	20	224	8075
Ensino	1	254	0	398	0	1	14695	0	62	0	22	201	15634
Administração Pública	499	3824	1482	3856	981	582	107037	610	1539	524	1074	3311	125319
<b>Total</b>	632	5624	1527	6765	1170	619	171211	686	1822	554	1139	4697	<b>196446</b>

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego, RAIS.

**Tabela 42** - Composição do Emprego Formal no Setor de Serviços – Ano 2009

Atividades	Alhandra	Bayeux	Caaporã	Cabedelo	Conde	Cruz do Espírito Santo	João Pessoa	Lucena	Mamanguape	Pitimbu	Rio Tinto	Santa Rita	Total
Instituição Financeira	9	45	6	99	1	0	3364	3	34	1	5	48	3615
Administração Técnica Profissional	0	128	3	793	43	77	17529	35	55	20	3	30	18716
Transporte e Comunicações	173	844	13	347	18	2	6663	18	56	6	18	240	8398
Alojamento e Comunicações	13	272	27	1267	336	7	15132	35	84	1	11	641	17826
Médicos Odontológicos Veterinários	0	18	0	46	0	0	8026	0	19	0	19	239	8367
Ensino	3	261	0	412	0	1	15358	0	67	0	18	242	16362
Administração Pública	544	3603	1597	4778	1034	578	114571	599	1726	599	1181	3439	134249
<b>Total</b>	742	5171	1646	7742	1432	665	180643	690	2041	627	1255	4879	<b>207533</b>

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego, RAIS.

**Tabela 43** - Composição do Emprego Formal no Setor de Serviços – Ano 2010

Atividades	Alhandra	Bayeux	Caaporã	Cabedelo	Conde	Cruz do Espírito Santo	João Pessoa	Lucena	Mamanguape	Pitimbu	Rio Tinto	Santa Rita	Total
Instituição Financeira	12	54	7	204	1	0	3317	3	45	1	5	59	3708
Administração Técnica Profissional	32	156	31	1287	122	32	19094	39	66	13	2	69	20943
Transporte e Comunicações	230	951	73	393	84	2	7219	28	43	7	40	278	9348
Alojamento e Comunicações	20	279	29	1146	268	4	15312	29	83	0	8	565	17743
Médicos Odontológicos Veterinários	0	9	0	47	0	0	8449	0	30	0	18	249	8802
Ensino	0	271	0	438	0	0	16057	0	67	0	20	269	17122
Administração Pública	572	3186	1535	5060	1287	571	121872	660	1455	682	1070	3820	141770
<b>Total</b>	866	4906	1675	8575	1762	609	191320	759	1789	703	1163	5309	<b>219436</b>

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego, RAIS.

**Tabela 44** - Tamanho do estabelecimento e mão de obra alocada – 2000

MUNICÍPIOS	TAMANHO DO ESTABELECIMENTO - 2000									Total
	De 1 a 4	De 5 a 9	De 10 a 19	De 20 a 49	De 50 a 99	De 100 a 249	De 250 a 499	De 500 a 999	1000 ou Mais	
ALHANDRA	72	79	103	118	62	495	332	0	0	1261
BAYEUX	304	422	393	711	798	740	717	1235	1243	6563
CAAPORA	46	86	10	211	170	663	0	747	1530	3463
CABEDELO	792	759	791	982	1080	376	1071	758	1262	7871
CONDE	94	45	112	78	273	0	437	0	0	1039
CRUZ DO ESPIRITO SANTO	16	5	70	20	133	145	769	0	0	1158
JOAO PESSOA	10137	9804	9598	11460	9979	12549	11365	9123	86395	170410
LUCENA	31	32	39	0	0	0	449	0	0	551
MAMANGUAPE	220	200	153	311	102	349	421	610	0	2366
PITIMBU	33	11	12	20	0	0	270	0	0	346
RIO TINTO	72	75	71	85	89	0	594	574	0	1560
SANTA RITA	435	348	503	681	556	817	2838	2347	4337	12862
<b>Total</b>	<b>12252</b>	<b>11866</b>	<b>11855</b>	<b>14677</b>	<b>13242</b>	<b>16134</b>	<b>19263</b>	<b>15394</b>	<b>94767</b>	<b>209450</b>

Fonte: RAIS

**Tabela 45** - Tamanho do estabelecimento e mão de obra alocada – 2001

MUNICÍPIOS	TAMANHO DO ESTABELECIMENTO - 2001									Total
	De 1 a 4	De 5 a 9	De 10 a 19	De 20 a 49	De 50 a 99	De 100 a 249	De 250 a 499	De 500 a 999	1000 ou Mais	
ALHANDRA	76	74	87	215	348	0	634	532	0	1966
BAYEUX	380	325	405	891	556	622	698	1074	1249	6200
CAAPORA	76	40	81	96	196	307	0	683	1018	2497
CABEDELO	849	796	804	916	1057	888	942	1282	1486	9020
CONDE	93	67	44	174	182	118	430	0	0	1108
CRUZ DO ESPIRITO SANTO	14	12	62	92	77	173	419	0	0	849
JOAO PESSOA	10539	10470	9993	13056	10929	12438	11111	10075	93705	182316
LUCENA	37	18	46	22	0	0	420	0	0	543
MAMANGUAPE	223	213	174	413	185	167	0	1686	0	3061
PITIMBU	29	20	22	0	0	0	298	0	0	369
RIO TINTO	93	56	77	0	144	0	0	631	0	1001
SANTA RITA	438	317	445	681	1565	1333	2932	704	5021	13436
<b>Total</b>	<b>12847</b>	<b>12408</b>	<b>12240</b>	<b>16556</b>	<b>15239</b>	<b>16046</b>	<b>17884</b>	<b>16667</b>	<b>102479</b>	<b>222366</b>

Fonte: RAIS



**Tabela 46 - Tamanho do estabelecimento e mão de obra alocada – 2002**

MUNICÍPIOS	TAMANHO DO ESTABELECIMENTO - 2002									Total
	De 1 a 4	De 5 a 9	De 10 a 19	De 20 a 49	De 50 a 99	De 100 a 249	De 250 a 499	De 500 a 999	1000 ou Mais	
ALHANDRA	93	65	67	175	158	219	705	533	0	2015
BAYEUX	371	286	589	842	588	647	611	1205	1659	6798
CAAPORA	78	53	85	167	140	205	0	0	2874	3602
CABEDELO	852	847	1044	893	909	656	797	1329	1411	8738
CONDE	111	102	85	181	188	118	435	0	0	1220
CRUZ DO ESPIRITO SANTO	30	29	50	95	74	326	0	568	0	1172
JOAO PESSOA	11681	11178	11175	13461	10599	13863	10961	8266	92105	183289
LUCENA	60	27	25	68	94	308	436	0	0	1018
MAMANGUAPE	256	178	224	386	205	270	0	849	1275	3643
PITIMBU	38	25	26	0	0	0	299	0	0	388
RIO TINTO	106	74	49	0	351	371	0	645	0	1596
SANTA RITA	492	335	531	624	1478	1638	2748	0	6363	14209
<b>Total</b>	<b>14168</b>	<b>13199</b>	<b>13950</b>	<b>16892</b>	<b>14784</b>	<b>18621</b>	<b>16992</b>	<b>13395</b>	<b>105687</b>	<b>227688</b>

Fonte: RAIS

**Tabela 47** - Tamanho do estabelecimento e mão de obra alocada – 2003

MUNICÍPIOS	TAMANHO DO ESTABELECIMENTO - 2003									Total
	De 1 a 4	De 5 a 9	De 10 a 19	De 20 a 49	De 50 a 99	De 100 a 249	De 250 a 499	De 500 a 999	1000 ou Mais	
ALHANDRA	88	83	33	162	248	102	691	530	0	1937
BAYEUX	342	386	545	652	596	783	265	1239	1917	6725
CAAPORA	67	48	85	106	108	322	0	668	1215	2619
CABEDELO	849	700	1100	966	560	1013	723	716	1954	8581
CONDE	128	69	144	187	147	127	0	719	0	1521
CRUZ DO ESPIRITO SANTO	25	20	13	163	73	346	0	570	0	1210
JOAO PESSOA	11751	11170	11344	13147	10373	13413	10982	9085	93588	184853
LUCENA	63	21	83	0	185	119	880	0	0	1351
MAMANGUAPE	305	198	209	249	0	530	0	0	1418	2909
PITIMBU	42	18	27	0	0	0	293	0	0	380
RIO TINTO	114	64	116	0	279	142	0	654	0	1369
SANTA RITA	524	337	469	842	1318	1428	2504	1464	7105	15991
<b>Total</b>	<b>14298</b>	<b>13114</b>	<b>14168</b>	<b>16474</b>	<b>13887</b>	<b>18325</b>	<b>16338</b>	<b>15645</b>	<b>107197</b>	<b>229446</b>

Fonte: RAIS

**Tabela 48 - Tamanho do estabelecimento e mão de obra alocada – 2004**

MUNICÍPIOS	TAMANHO DO ESTABELECIMENTO - 2004									Total
	De 1 a 4	De 5 a 9	De 10 a 19	De 20 a 49	De 50 a 99	De 100 a 249	De 250 a 499	De 500 a 999	1000 ou Mais	
ALHANDRA	90	46	72	186	245	265	758	528	0	2190
BAYEUX	411	353	529	872	522	1123	0	1395	1828	7033
CAAPORA	58	53	88	70	156	323	0	0	3410	4158
CABEDELO	861	734	912	1197	471	845	717	1299	1612	8648
CONDE	129	114	108	126	88	309	0	704	0	1578
CRUZ DO ESPIRITO SANTO	29	41	29	165	69	0	331	590	0	1254
JOAO PESSOA	11922	11494	11675	14326	11270	12670	12394	8986	91710	186447
LUCENA	46	30	61	0	186	131	914	0	0	1368
MAMANGUAPE	320	192	244	273	171	323	0	955	1045	3523
PITIMBU	61	20	16	0	0	0	331	0	0	428
RIO TINTO	106	118	163	108	291	0	400	0	1019	2205
SANTA RITA	508	398	450	1113	1499	1250	2639	1972	6701	16530
<b>Total</b>	<b>14541</b>	<b>13593</b>	<b>14347</b>	<b>18436</b>	<b>14968</b>	<b>17239</b>	<b>18484</b>	<b>16429</b>	<b>107325</b>	<b>235362</b>

Fonte: RAIS

**Tabela 49** - Tamanho do estabelecimento e mão de obra alocada – 2005

MUNICÍPIOS	TAMANHO DO ESTABELECIMENTO - 2005									Total
	De 1 a 4	De 5 a 9	De 10 a 19	De 20 a 49	De 50 a 99	De 100 a 249	De 250 a 499	De 500 a 999	1000 ou Mais	
ALHANDRA	94	36	75	151	341	198	809	625	0	2329
BAYEUX	492	415	622	1021	507	881	439	948	1923	7248
CAAPORA	59	28	126	111	139	187	0	0	3287	3937
CABEDELO	943	725	887	1135	619	871	275	1875	1609	8939
CONDE	133	119	177	145	134	479	0	732	0	1919
CRUZ DO ESPIRITO SANTO	22	38	51	81	56	175	276	616	0	1315
JOAO PESSOA	12287	11728	12073	15673	11734	13348	14100	9359	94965	195267
LUCENA	44	47	66	0	192	122	903	0	0	1374
MAMANGUAPE	320	245	217	310	87	383	0	995	2698	5255
PITIMBU	42	32	41	0	0	0	453	0	0	568
RIO TINTO	108	91	161	94	293	0	369	916	0	2032
SANTA RITA	599	418	438	986	1657	756	3213	1590	6766	16423
<b>Total</b>	15143	13922	14934	19707	15759	17400	20837	17656	111248	<b>246606</b>

Fonte: RAIS

**Tabela 50** - Tamanho do estabelecimento e mão de obra alocada – 2006

MUNICÍPIOS	TAMANHO DO ESTABELECIMENTO - 2006									Total
	De 1 a 4	De 5 a 9	De 10 a 19	De 20 a 49	De 50 a 99	De 100 a 249	De 250 a 499	De 500 a 999	1000 ou Mais	
ALHANDRA	92	54	61	239	219	330	741	626	0	2362
BAYEUX	479	480	518	1099	436	980	282	918	2840	8032
CAAPORA	76	39	140	103	117	178	0	0	3325	3978
CABEDELO	968	801	982	1060	615	729	870	1380	2442	9847
CONDE	159	105	165	176	149	581	0	864	0	2199
CRUZ DO ESPIRITO SANTO	27	19	93	0	89	420	0	587	0	1235
JOAO PESSOA	12579	12225	13034	16316	12362	14745	12774	13041	102916	209992
LUCENA	41	50	52	0	294	147	940	0	0	1524
MAMANGUAPE	329	221	214	330	87	314	0	0	2744	4239
PITIMBU	33	24	29	20	0	0	468	0	0	574
RIO TINTO	122	118	137	94	193	107	409	832	0	2012
SANTA RITA	604	476	664	996	1547	1186	2730	655	8227	17085
<b>Total</b>	15509	14612	16089	20433	16108	19717	19214	18903	122494	<b>263079</b>

Fonte: RAIS

**Tabela 51** - Tamanho do estabelecimento e mão de obra alocada – 2007

MUNICÍPIOS	TAMANHO DO ESTABELECIMENTO - 2007									Total
	De 1 a 4	De 5 a 9	De 10 a 19	De 20 a 49	De 50 a 99	De 100 a 249	De 250 a 499	De 500 a 999	1000 ou Mais	
ALHANDRA	103	58	120	268	326	219	1255	0	0	2349
BAYEUX	499	565	513	1135	558	1196	0	0	4141	8607
CAAPORA	92	40	99	106	123	177	0	0	3987	4624
CABEDELO	1058	852	1175	1001	835	1287	1175	1493	2814	11690
CONDE	163	120	131	103	244	241	531	0	1011	2544
CRUZ DO ESPIRITO SANTO	25	30	43	24	0	205	0	597	0	924
JOAO PESSOA	12988	12777	13946	17737	11247	16013	16214	14069	105573	220564
LUCENA	64	33	71	26	262	185	374	507	0	1522
MAMANGUAPE	352	298	187	351	0	375	462	0	2849	4874
PITIMBU	36	26	14	48	0	0	0	554	0	678
RIO TINTO	127	77	119	141	280	0	756	0	1097	2597
SANTA RITA	692	511	582	1114	1719	698	3350	2086	6960	17712
<b>Total</b>	16199	15387	17000	22054	15594	20596	24117	19306	128432	<b>278685</b>

Fonte: RAIS

**Tabela 52 - Tamanho do estabelecimento e mão de obra alocada – 2008**

MUNICÍPIOS	TAMANHO DO ESTABELECIMENTO - 2008									Total
	De 1 a 4	De 5 a 9	De 10 a 19	De 20 a 49	De 50 a 99	De 100 a 249	De 250 a 499	De 500 a 999	1000 ou Mais	
ALHANDRA	103	87	70	264	342	114	1472	0	0	2452
BAYEUX	504	573	680	1118	678	698	510	779	3737	9277
CAAPORA	78	43	80	152	63	210	0	0	3511	4137
CABEDELO	1006	909	1292	1617	770	1268	558	2071	2796	12287
CONDE	137	144	133	65	152	0	525	979	0	2135
CRUZ DO ESPIRITO SANTO	32	20	81	29	0	185	0	582	0	929
JOAO PESSOA	13433	14276	14724	19491	14061	16366	14932	16074	113377	236734
LUCENA	68	21	87	27	281	235	360	599	0	1678
MAMANGUAPE	374	251	264	372	0	0	294	542	3350	5447
PITIMBU	35	18	29	42	0	0	0	503	0	627
RIO TINTO	117	106	68	157	353	0	474	554	1067	2896
SANTA RITA	660	481	628	950	1942	1171	2162	1850	7734	17578
<b>Total</b>	16547	16929	18136	24284	18642	20247	21287	24533	135572	<b>296177</b>

Fonte: RAIS

**Tabela 53** - Tamanho do estabelecimento e mão de obra alocada – 2009

MUNICÍPIOS	TAMANHO DO ESTABELECIMENTO - 2009									Total
	De 1 a 4	De 5 a 9	De 10 a 19	De 20 a 49	De 50 a 99	De 100 a 249	De 250 a 499	De 500 a 999	1000 ou Mais	
ALHANDRA	100	134	100	215	166	1443	900	0	0	3058
BAYEUX	554	585	709	1082	828	998	292	898	3448	9394
CAAPORA	80	46	119	129	81	194	0	0	3831	4480
CABEDELO	1020	965	1490	1829	1087	1025	1253	812	4548	14029
CONDE	173	135	139	241	149	117	549	988	0	2491
CRUZ DO ESPIRITO SANTO	39	45	29	116	0	147	0	578	0	954
JOAO PESSOA	14103	15400	16153	20967	14345	16876	17000	16558	122162	253564
LUCENA	67	37	93	49	292	213	391	582	0	1724
MAMANGUAPE	400	288	310	373	71	364	369	536	3066	5777
PITIMBU	53	8	75	0	0	0	0	584	0	720
RIO TINTO	118	95	149	177	625	0	973	0	1145	3282
SANTA RITA	742	591	676	1091	1617	1729	2140	1448	8228	18262
<b>Total</b>	<b>17449</b>	<b>18329</b>	<b>20042</b>	<b>26269</b>	<b>19261</b>	<b>23106</b>	<b>23867</b>	<b>22984</b>	<b>146428</b>	<b>317735</b>

Fonte: RAIS



**Tabela 54** - Tamanho do estabelecimento e mão de obra alocada – 2010

MUNICÍPIOS	TAMANHO DO ESTABELECIMENTO - 2010									Total
	De 1 a 4	De 5 a 9	De 10 a 19	De 20 a 49	De 50 a 99	De 100 a 249	De 250 a 499	De 500 a 999	1000 ou Mais	
ALHANDRA	122	125	110	349	229	1140	1227	0	0	3302
BAYEUX	587	665	816	1274	693	924	302	822	3286	9369
CAAPORA	81	61	94	245	57	239	0	0	3811	4588
CABEDELO	1101	1101	1455	2071	1631	1088	2303	902	4510	16162
CONDE	175	130	192	248	399	0	950	869	0	2963
CRUZ DO ESPIRITO SANTO	35	62	36	22	52	321	0	559	0	1087
JOAO PESSOA	14758	16474	18012	24917	15482	20385	15954	17179	129507	272668
LUCENA	84	45	85	26	284	0	0	1346	0	1870
MAMANGUAPE	478	314	355	289	172	0	925	942	2002	5477
PITIMBU	41	51	25	69	0	0	0	659	0	845
RIO TINTO	140	83	138	204	619	0	983	0	1048	3215
SANTA RITA	866	694	703	1152	2129	1162	2226	631	10055	19618
<b>Total</b>	<b>18468</b>	<b>19805</b>	<b>22021</b>	<b>30866</b>	<b>21747</b>	<b>25259</b>	<b>24870</b>	<b>23909</b>	<b>154219</b>	<b>341164</b>

Fonte: RAIS